**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE ENERGIA E AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA AMBIENTAL**

PABLO RICARDO BELOSEVICH SOSA

**O RELATO INTEGRADO SOB A ÓTICA DA ECONOMIA
ECOLÓGICA: UMA ANÁLISE MULTIMÉTODO.**

SÃO PAULO

2017

PABLO RICARDO BELOSEVICH SOSA

O RELATO INTEGRADO SOB A ÓTICA DA ECONOMIA ECOLÓGICA: UMA
ANÁLISE MULTIMÉTODO.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciência Ambiental.

Orientador: Prof. Dr.: Paulo Antônio de Almeida Sinisgalli.

Coorientador: Prof. Dr.: Alexandre Toshiro Igari.

Versão corrigida

São Paulo

2017

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

FICHA CATALOGRÁFICA

Belosevich, Pablo Ricardo Sosa.

O Relato integrado sob a ótica da economia ecológica: uma análise multimétodo. / Pablo Ricardo Belosevich Sosa; orientador: Paulo Antonio de Almeida Sinisgalli; Co-orientador: Alexandre Toshio Igari.—São Paulo, 2017.

215 f.: il; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental – Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo.

1. Sustentabilidade. 2. Economia ambiental. 3. Meio ambiente - aspectos econômicos. I. Título.

Nome: Pablo Ricardo Belosevich Sosa

Título: O Relato Integrado sob a ótica da Economia Ecológica: Uma análise multimétodo.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciência Ambiental.

Aprovado em:

Banca examinadora

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____

Presidente Assinatura: _____

Agradecimentos

Começo esta seção de agradecimentos expressando a satisfação e alegria ímpares por concluir este trabalho. Ímpares, pois diferem de outros momentos e etapas até então vivenciados. Ambas parecem maiores, mais intensas, mais reais. Diferente de outros, este momento resulta de uma escolha. Desde a opção por ingressar na pós-graduação até a opção pelo tema de pesquisa. Mais que uma escolha, um exercício de liberdade. Parafraseando Jean Paul Sartre, “*Somos indivíduos livres e nossa liberdade nos condena a tomarmos decisões durante toda a nossa vida*”. Pois bem. *Condenado a ser livre*, sinto-me exercendo tal liberdade e talvez por isso a satisfação e alegria ímpares.

Agradeço à minha mulher, Karin Drygalla, pelo apoio total e incondicional nesta empreitada, pela paciência, pela compreensão, pelo incentivo e pelo carinho. Obrigado por tornar esta jornada menos extenuante e mais feliz.

Obrigado ao professor Paulo Sinisgalli por aceitar me orientar, pela confiança em mim depositada, pelo apoio à ideia, pela viabilização financeira da execução deste projeto por meio de atividades acadêmicas ao longo deste período e pela amizade.

Meus agradecimentos ao professor Alexandre Toshio Igari pela coorientação, pela atenção e tempo disponibilizados, pelas ideias sugeridas, pela paciência, pelas discussões, pelas oportunidades de aprendizado, pelas críticas sempre construtivas e fundamentais para este trabalho. Muito obrigado.

Meus agradecimentos a cada um que viabilizou o agendamento das entrevistas realizadas: ao Alexandre Hernandez, ao Lucas Pompeo, à Larissa Ferreira, ao Allan Foster e ao Dorival Santos Júnior.

A todos que concederam as entrevistas.

Aos integrantes da comissão julgadora Annelise Vendramini, Roberto Kassai e Sylmara Dias Gonçalves pelas valiosas contribuições.

Aos amigos da pós-graduação: Iuri Amazonas, Bruno Meirelles e Renato Paiva pela amizade, companheirismo e ajuda.

Ao amigo Belchior cujos serviços de informática foram essenciais para manter em funcionamento a principal ferramenta de trabalho: o computador.

RESUMO

BELOSEVICH, Pablo Ricardo Sosa. **O Relato Integrado sob a ótica da Economia Ecológica: Uma análise multimétodo**. 2017. 215 f. Dissertação. (Mestrado em Ciência Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental – Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

A Economia Ecológica traz como principal fundamento a limitação biofísica do Capital Natural como fonte primária na geração de Serviços Ecossistêmicos demandados pela sociedade. A discussão sobre os limites ecossistêmicos ganhou expressão internacional nas reflexões trazidas pelo relatório *Limits to Growth* (1972) e consolidou-se na Avaliação Ecossistêmica do Milênio (2005). A diretriz de limitação das atividades econômicas à capacidade de suporte dos ecossistemas vem sendo incorporada no contexto da governança ambiental global, por meio de conferências, convenções e tratados voltados para a governança de temáticas como mudanças climáticas, gestão de recursos hídricos e biodiversidade. No entanto, desde a publicação do Clube de Roma (1968), (um alerta sobre a vulnerabilidade do crescimento econômico às limitações do capital natural) houve predominância, no setor empresarial, de abordagens pautadas nos conceitos *Triple Bottom Line* e de Ecoeficiência, deixando em segundo plano a discussão sobre os limites ecossistêmicos. Os relatórios de sustentabilidade, instrumentos voltados à divulgação de informações socioambientais das empresas aos seus *Stakeholders*, refletem também esta trajetória de ênfase a estas abordagens. Entretanto, o advento do Relato Integrado (RI), traz elementos em sua Estrutura, documentos-base e em discursos de sua entidade proponente (o *International Integrated Reporting Council* - IIRC), que sugerem aderência ao entendimento da Economia Ecológica. Ou seja, de que o Capital Natural provê o ambiente sobre o qual os outros capitais se apoiam. Em função disto, este estudo teve como objetivo geral verificar se o RI corresponde a uma iniciativa alinhada aos fundamentos da Economia Ecológica. O alinhamento do RI a tais fundamentos, o configuraria como um marco no setor empresarial, correspondendo a uma iniciativa pioneira, permitindo considerá-lo um potencial vetor de mudança sobre os paradigmas atuais de gestão corporativa. Para elucidar esta questão realizou-se uma análise multimétodo, em três etapas. Nas duas primeiras analisaram-se os documentos: Estrutura Internacional para Relato Integrado (2013), o *CAPITALS: Background Paper for <IR>* (2013) e os Relatórios Integrados divulgados pelas 6 organizações brasileiras selecionadas, para os anos de 2014 e 2015. Na última etapa de entrevistas verificou-se o discurso dos gestores de cada empresa. Os resultados avaliam a aderência de tais documentos e dos discursos aos fundamentos da Economia Ecológica. O estudo conclui que o RI não corresponde a uma iniciativa alinhada com os fundamentos da Economia Ecológica e, entre seus principais resultados, destaca: i) as divergências encontradas entre os documentos produzidos pelo IIRC, quanto ao seu alinhamento aos fundamentos da Economia Ecológica, que comprometem o potencial do RI como vetor de transformação da governança corporativa; ii) a baixa incidência de elementos e abordagens alusivas a tais fundamentos nos relatórios analisados, além de que, iii) para os casos em que o alinhamento a tais fundamentos foi detectado, não há relação com a adoção das diretrizes do IIRC. O estudo contribui ainda com a sugestão de modificações na Estrutura Internacional para Relato Integrado, no sentido de orientar o alinhamento da iniciativa aos fundamentos da Economia Ecológica, diferenciando-a no que tange à gestão ambiental corporativa.

Palavras-chave: Relato Integrado. IIRC. Economia Ecológica. Capital Natural. Sustentabilidade Corporativa.

ABSTRACT

BELOSEVICH, Pablo Ricardo Sosa. **The Integrated Reporting under the Ecological Economics perspective: A multi-method analysis**. 2017. 215 f. Masters Dissertation. Graduate Program of Environmental Science. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

The Ecological Economics has as its main foundation the biophysical limitation of Natural Capital in relation to the society's demand for Ecosystem Services. The discussion on ecosystem boundaries gained international expression in the reflections brought by the Limits to Growth report (1972) and consolidated in the Millennium Ecosystem Assessment (2005). The guideline limiting economic activities to ecosystem support capacity has been incorporated in the context of global environmental governance, through conferences, conventions and treaties focused on the governance of issues such as climate change, water resources management and biodiversity. However, since the Club of Rome (1968) (an initiative alerting about the vulnerability of economic growth to the limitations of natural capital), there was a predominance in the business sector of approaches based on the concepts of Triple Bottom Line and Eco-efficiency, leaving in the behind the discussion about the ecosystem limits. The sustainability reports, instruments aimed at the dissemination of company's social and environmental information to their Stakeholders, also reflect this trajectory of emphasis to these approaches. However, the advent of the Integrated Reporting (IR) brings elements in its Structure, base documents and speeches of its proposer (the International Integrated Reporting Council - IIRC), which suggest adherence to the understanding of the Ecological Economics, that Natural Capital provides the environment upon which other capitals rely. In this sense, this study has as general objective to verify if the IR corresponds to an initiative aligned with the Ecological Economics foundations. The alignment of the IR to such basement, would configure it as a landmark in the business sector, corresponding to a pioneering initiative, allowing to consider it as a potential vector of change on the current paradigms of corporate management. To elucidate this question a multi-method analysis was carried out in three stages. Stages one and two analyzed the following documents: The international <IR> Framework (2013), CAPITALS: Background Paper for <IR> (2013) and the Integrated Reports released by the six Brazilian organizations selected, for the years 2014 and 2015. And in the third interview stage analyzed the discourse of the managers of each company. The results evaluate the adherence of such documents and discourses to the Ecological Economics foundations. The study concludes that IR does not correspond to an initiative aligned with the Ecological Economics foundations and, among its main results, it highlights: i) the divergences found between the documents produced by the IIRC and its alignment with the these foundations, which compromise the potential of IR as a transformation vector of corporate governance; ii) the low incidence of elements and approaches alluding to such foundations in the analyzed reports. Besides that, iii) in cases where the alignment to these foundations was detected, there is no relation with the adoption of the IIRC guidelines. The study also contributes by proposing modifications in The international <IR> Framework, in order to direct the alignment of the initiative to the Ecological Economics foundations, differentiating it in what concerns to the corporate environmental management.

Keywords: Integrated Reporting. IIRC. Ecological Economics. Natural Capital. Corporate Sustainability.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Visão geral da Revisão Bibliográfica.	23
Figura 2: O modelo tripé da sustentabilidade.....	41
Figura 3: Os três pilares do Desenvolvimento Sustentável	41
Figura 4: O modelo da Sustentabilidade Forte	42
Figura 5: Assimetria resultante da ênfase dada ao aspecto econômico.....	58
Figura 6: O processo de geração de valor	84
Figura 7: Diagrama que ilustra as seis categorias de capitais identificadas pelo IIRC.	91
Figura 8: Método de pesquisa: Triangulação metodológica e de fontes de dados - Análise Multimétodo.	96
Figura 9: Universo amostral e processo de seleção.....	103
Figura 10: Principais conclusões de cada etapa e processo de triangulação.	185

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Fundamentos e critérios adotados na análise dos relatórios.	99
Quadro 2: Síntese do resultado da análise de aderência dos relatórios às diretrizes do IIRC.	105
Quadro 3: Síntese da relação das principais atividades das organizações com os 4 processos biofísicos apontados por Steffen et al. (2015).....	108
Quadro 4: Menções ao termo Capital Natural ao longo do documento Estrutura Internacional para Relato Integrado.	112
Quadro 5: Síntese da abordagem do termo Capital Natural no documento Estrutura Internacional para Relato Integrado (objetivo principal, público alvo e princípios orientadores (Materialidade)).	113
Quadro 6: Síntese da abordagem do termo Capital Natural no documento Capitals: Background papers for <IR>.	114
Quadro 7: Síntese dos resultados da Etapa 2.	131
Quadro 8: Síntese dos resultados referentes ao bloco 1 do roteiro de entrevistas - Fundamentos da Economia Ecológica.....	158
Quadro 9: Síntese dos resultados referentes ao bloco 2 do roteiro de entrevista - Prática de emissão de relatórios.....	160
Quadro 10: Síntese das etapas 2 e 3. Fonte: Elaboração própria.	188

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. OBJETIVOS DO TRABALHO	19
2.1 OBJETIVOS GERAIS	19
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	19
3. JUSTIFICATIVA	20
4. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	22
4.1 A PREOCUPAÇÃO COM LIMITES BIOFÍSICOS NO CONTEXTO DA GOVERNANÇA AMBIENTAL GLOBAL	24
4.1.1 A Conferência de Estocolmo (1972)	26
4.1.2 O Relatório Brundtland (1987)	29
4.1.3 Protocolo de Montreal (1987)	31
4.1.4 Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992)	31
4.1.5 O Protocolo de Quioto (1997) e a Conferência das Partes COP 21 (2015)	33
4.2 A PREOCUPAÇÃO COM LIMITES BIOFÍSICOS NO CONTEXTO ACADÊMICO.	35
4.2.1 Limites planetários	35
4.2.2 Serviços Ecossistêmicos.	36
4.2.3 Economia Ecológica	38
4.2.3.1 Surgimento	38
4.2.3.2 Sustentabilidade Fraca e Sustentabilidade Forte.	39
4.2.3.3 Definição e fundamentos	43
4.2.4 Capital Natural.	46
4.3 A SUSTENTABILIDADE NO CONTEXTO EMPRESARIAL E OS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE	49
4.3.1 O Papel das empresas e a Responsabilidade Social Corporativa (RSC)	49
4.3.2 A Ecoeficiência e o <i>Triple Bottom Line</i> (TBL)	54
4.3.3 A GRI (Global Reporting Initiative)	60
4.3.4 O IIRC e o Relato Integrado.	61
4.3.4.1 Fundamentos	61
4.3.4.2 Histórico do IIRC	66
4.3.4.3 Conceitos e a Estrutura Internacional para Relato Integrado	79
4.3.4.4 O que diferencia o Relato Integrado?	90
5. METODOLOGIA	94

5.1 TIPO DE PESQUISA	94
5.2 MÉTODO DE PESQUISA	94
5.3 ESCOLHA DOS CASOS	102
6. RESULTADOS E DISCUSSÃO ETAPA 1	111
6.1 RESULTADOS DA ETAPA 1	111
6.1.1 Documento: Estrutura Internacional para Relato Integrado.	111
6.1.2 Documento: CAPITALS: Background paper for <IR>.	113
6.2 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA ETAPA 1	115
6.2.1 Documento: Estrutura Internacional para Relato Integrado	115
6.2.2 Documento: CAPITALS: Background paper for <IR>	120
6.2.3 Recomendações de alterações na Estrutura.	126
6.3 CONCLUSÕES DA ETAPA 1;	129
7. RESULTADOS E DISCUSSÃO ETAPA 2	130
7.1 RESULTADOS DA ETAPA 2	131
7.1.1 Síntese da análise dos relatórios	131
7.2 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA ETAPA 2	132
7.2.1 Relatório BRF S.A	133
7.2.1.1 Capital Natural	133
7.2.1.2 Fundamento central: Economia como subsistema do ecossistema	134
7.2.1.3 Fundamento: Impossibilidade de substituição plena do Capital Natural por outros Capitais	136
7.2.1.4 Fundamento: "Pessimismo prudente".	137
7.2.2 Relatório Grupo CCR	138
7.2.2.1 Capital Natural	138
7.2.2.2 Fundamento central: Economia como subsistema do ecossistema	139
7.2.2.3 Fundamento: Impossibilidade de substituição plena do Capital Natural por outros Capitais	139
7.2.2.4 Fundamento: "Pessimismo prudente"	139
7.2.3 AES Tietê	140
7.2.3.1 Capital Natural	140
7.2.3.2 Fundamento central: Economia como subsistema do ecossistema	141
7.2.3.3 Fundamento: Impossibilidade de substituição plena do Capital Natural por outros Capitais	142
7.2.3.4 Fundamento: "Pessimismo prudente"	143
7.2.4 Relatório Votorantim Cimentos	144

7.2.4.1 Capital Natural	144
7.2.4.2 Fundamento central: Economia como subsistema do ecossistema	145
7.2.4.3 Fundamento: Impossibilidade de substituição plena do Capital Natural por outros Capitais	146
7.2.4.4 Fundamento: "Pessimismo prudente"	147
7.2.5 Relatório FIBRIA	148
7.2.5.1 Capital Natural	148
7.2.5.2 Fundamento central: Economia como subsistema do ecossistema	149
7.2.5.3 Fundamento: Impossibilidade de substituição plena do Capital Natural por outros Capitais	150
7.2.5.4 Fundamento: "Pessimismo prudente"	150
7.2.6 Relatório Natura.	151
7.2.6.1 Capital Natural	151
7.2.6.2 Fundamento central: Economia como subsistema do ecossistema	152
7.2.6.3 Fundamento: Impossibilidade de substituição plena do Capital Natural por outros Capitais	153
7.2.6.4 Fundamento: "Pessimismo prudente"	154
7.3 CONCLUSÃO DA ETAPA 2	155
8. RESULTADOS E DISCUSSÃO ETAPA 3	157
8.1 RESULTADOS DA ETAPA 3	157
8.2 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA ETAPA 3	161
8.2.1 Entrevista com a empresa A	161
8.2.1.1 Bloco 1 – Relação com Capital Natural: Fundamentos da Economia Ecológica	162
8.2.1.2 Bloco 2 – Prática de emissão de relatórios	164
8.2.2 Entrevista com a empresa B	165
8.2.2.1 Bloco 1 – Relação com Capital Natural: Fundamentos da economia Ecológica	166
8.2.2.2 Bloco 2 – Prática de emissão de relatórios.	168
8.2.3 Entrevista com a empresa C	170
8.2.3.1 Bloco 1 – Relação com Capital Natural: Fundamentos da economia Ecológica	170
8.2.3.2 Bloco 2 – Prática de emissão de relatórios	174
8.2.4 Entrevista com a empresa D	174
8.2.4.1 Bloco 1 – Relação com Capital Natural: Fundamentos da economia Ecológica	175

8.2.4.2 Bloco 2 – Prática de emissão de relatórios	178
8.2.5 Entrevista com a empresa E	179
8.2.5.1 Bloco 1 – Relação com Capital Natural: Fundamentos da economia Ecológica.	179
8.2.5.2 Bloco 2 – Prática de emissão de relatórios	183
8.2.6 Entrevista com a empresa F	183
8.3 CONCLUSÃO DA ETAPA 3	184
9. TRIANGULAÇÃO DAS ETAPAS 1, 2 e 3	185
10. CONCLUSÃO	192
11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	195
12. ANEXOS	214
12.1 ANEXO A - Roteiro – Entrevista semiestruturada Etapa 3	215

1. INTRODUÇÃO

A revolução industrial, que impulsionou o capitalismo moderno, incrementou as possibilidades de satisfação das demandas materiais e desenvolvimento humano de grande parte da população, porém a um elevado custo ambiental. Se por um lado a humanidade tem ampliado aceleradamente o Capital Produzido¹, os níveis de Capital Natural² têm decrescido rapidamente. (HAWKEN; LOVINS; LOVINS, 2007).

O sistema econômico utiliza os capitais que tem à sua disposição e os transforma em bens, normalmente não incluindo neste processo o valor do Capital Natural. Ao interagir com o ambiente, as atividades industriais extraem recursos naturais (componentes estruturais do Capital Natural) e energia, devolvendo resíduos. Este processo compromete, por um lado, a capacidade do ambiente em fornecer materiais, energia e Serviços Ecossistêmicos (polinização, controle de pragas, ciclagem de nutrientes, formação e conservação de solos, entre outros), bem como a capacidade de absorção/depuração de resíduos. Além disso, a degradação do Capital Natural resultará em limitações na capacidade de sustentar as atividades humanas no futuro, levando ao que Garrido (2011) chama de “Suicídio Ecológico” (ANDRADE; ROMEIRO, 2009a, 2009b; CAVALCANTI, 2004; HAWKEN; LOVINS; LOVINS, 2007).

Desde este ponto de vista, fica evidente a necessidade de o sistema econômico respeitar limites: seja de uso de recursos, seja de absorção de rejeitos, levando em conta a capacidade limitada da tecnologia em promover incremento da Ecoeficiência³ (CAVALCANTI, 2004). No entanto, o sistema econômico não tem pautado suas ações no sentido de observar os limites biofísicos de resiliência dos ecossistemas.

Isto é constatado na publicação *Millenium Ecosystem Assessment*, de 2005, (em português: Avaliação Ecossistêmica do Milênio), onde retrata-se que 60% dos Serviços Ecossistêmicos terrestres estão degradados ou super-explorados (MEA, 2005). Já o IPCC (*Intergovernmental Panel on Climate Change* ou Painel Intergovernamental sobre

¹ Capital Produzido (ou manufaturado): Entendido como máquinas, construções ou produtos (COSTANZA et al., 1997; HAWKEN; LOVINS; LOVINS, 2007).

² Capital Natural: entendido como florestas, minerais, ecossistemas, atmosfera, entre outros bens naturais (COSTANZA et al., 1997; HAWKEN; LOVINS; LOVINS, 2007).

³ A Ecoeficiência no nível da empresa é entendida como a capacidade comercial para manter o negócio competitivo (ou seja, aumentar o valor), reduzindo os requisitos de materiais e energia, minimizando a dispersão de resíduos tóxicos e maximizando o uso sustentável de recursos renováveis (WORLD BUSINESS COUNCIL FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT, 2000). O termo Ecoeficiência é discutido mais adiante de forma mais detalhada.

Mudanças Climáticas, em português), por sua vez, aponta em seu relatório de 2014 que cada uma das três últimas décadas tem sido sucessivamente mais quente na superfície da Terra do que qualquer década anterior, desde 1850 (INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE, 2014).

Neste sentido, a preocupação com o impacto do sistema econômico sobre o Capital Natural tem sido recorrente nos últimos anos (ANDRADE; ROMEIRO, 2009a). Reflexo disto é o surgimento, desde meados do século XX, de respostas da sociedade em diversos níveis: no contexto de governança ambiental global; no âmbito acadêmico e no setor empresarial. Algumas dessas respostas se respaldam na ideia do estabelecimento de limites para a exploração do Capital Natural, como exemplificado a seguir.

No contexto de governança ambiental global, a incorporação da diretriz de limitação das atividades econômicas à capacidade de suporte dos ecossistemas pode ser observada em conferências, convenções e tratados voltados para a governança de temáticas como mudanças climáticas, gestão de recursos hídricos e biodiversidade (RIBEIRO, 2008). Neste sentido, destacam-se o Clube de Roma (1968), a Conferência de Estocolmo (1972), o protocolo de Montreal (1987), o protocolo de Quioto (1997) e a COP 21 (2015), que de maneira gradual evidenciaram uma preocupação com os limites de crescimento econômico e da exploração do Capital Natural. (BURSZTYN; BURSZTYN, 2013; CLUB OF ROME, 2016; HANDL, 2012; HEAL, 2012; RIBEIRO, 2008; UNITED NATIONS, 1997, 2016a, 2016b; WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT, 1987).

Já no âmbito acadêmico, um dos trabalhos mais representativos e influentes foi a publicação *Limits to growth*, de Meadows et al. (1972), sendo um dos primeiros estudos a questionar a viabilidade do crescimento contínuo das atividades econômicas (BURSZTYN; BURSZTYN, 2013; CLUB OF ROME, 2016; MEADOWS et al., 1972). Destacam-se ainda os estudos de Rockström et al. (2009) e Steffen et al. (2015), que sintetizam os avanços científicos acerca dos limites planetários das principais questões ambientais globais face às atividades humanas.

Outro marco importante no âmbito acadêmico é a publicação *The Entropy Law and the Economic Process* de Georgescu-Roegen (1971), que fortaleceu e polarizou as discussões sobre os limites ambientais do crescimento econômico, ao alertar para os aspectos termodinâmicos da degradação do Capital Natural (GEORGESCU-ROEGEN, 1971; KRYSIK, 2006). Inspirada nestas reflexões, a Economia Ecológica se

estabeleceu como campo de estudo, trazendo como principal fundamento a limitação biofísica do Capital Natural em alimentar o contínuo crescimento econômico (CECHIN; VEIGA, 2009; COSTANZA, 1989).

Outros marcos relevantes na discussão acerca dos limites biofísicos do planeta, que influenciaram o campo de estudo das relações entre economia e o ambiente, são os trabalhos de Ehrlich e Ehrlich (1981), Costanza et al. (1997; 2014) e *Millenium ecosystem Assesment* - MEA (2005). A importância destes marcos passa pela criação, estabelecimento e reconhecimento do conceito de Serviços Ecossistêmicos e seu valor para sociedade, conforme é abordado mais adiante (COSTANZA et al. ,1997; COSTANZA et al. 2014; EHRLICH e EHRLICH, 1981; FISHER; TURNER; MORLING, 2009; MEA, 2005).

No entanto, se no contexto da governança ambiental global e no âmbito acadêmico tem-se diversos marcos que incorporam uma diretriz de limitação das atividades econômicas frente à capacidade de suporte dos ecossistemas, no setor empresarial não se observa o mesmo.

Apesar do Clube de Roma (1968) ter sido uma iniciativa de corporações privadas, alertando para a vulnerabilidade do crescimento econômico frente às limitações do Capital Natural (BURSZTYN; BURSZTYN, 2013; CLUB OF ROME, 2016), as décadas seguintes foram marcadas pela predominância de abordagens pautadas na Ecoeficiência (WBSD, 2000) e no *Triple Bottom Line*⁴ (TBL) (ELKINGTON, 1997), não contemplando de forma direta a discussão sobre os limites biofísicos ecossistêmicos (LAMBERTON, 2005). Além disso, essas abordagens predominantes também não estabelecem limites quanto à possibilidade de substituição do Capital Natural por outras formas de capital, como o tecnológico e o humano. A possibilidade de plena substitubilidade entre os componentes ecossistêmicos e os avanços tecnológicos ou trabalho humano configura o que entende-se por sustentabilidade fraca, cuja ênfase é na preservação da somatória dos capitais (BURSZTYN; BURSZTYN, 2013; DALY, 2005; ROMEIRO, 2003; ROMEIRO, 2004; SINISGALLI, 2005). A Economia Ecológica, por outro lado, entende que há limites para a substituição de Capital Natural por outras formas de capital, sendo necessária a manutenção de um estoque constante de Capital Natural, reforçando a ideia de que as atividades econômicas estão circunscritas a um limite máximo de degradação

⁴ A abordagem *Triple Bottom Line* (TBL) é descrita como uma forma de *sustainability accounting*, que tem como objetivo relatar sobre os impactos econômicos, sociais e ambientais de uma organização (ELKINGTON, 1997), conforme é tratado mais adiante.

dos ecossistemas (ALIER, 1998; ADAMS, 2006; COSTANZA; DALY, 1992; DALY, 2005; ROMEIRO, 2004)

Ademais, a divulgação de informações não financeiras tem crescido e se tornado prática comum no contexto empresarial, em resposta às expectativas, pressões e críticas dos *Stakeholders* (BOIRAL, 2013; ERNST & YOUNG, 2015; KLYNVELD PEAT MARWICK GOERDELER, 2015), destacando-se entre estas práticas a *Global Reporting Initiative* (GRI) e o Relato Integrado (RI).

A GRI destaca-se por ser o modelo de relatório não financeiro mais amplamente utilizado e conhecido no mundo (BROWN; JONG; LEVI, 2009; MARIMON et al., 2012) e pioneiro no formato de relatórios baseado na estrutura TBL (ADAMS, 2015). No entanto, ao relatar o desempenho social, ambiental e econômico (GLOBAL REPORTING INITIATIVE, 2002), a GRI não aborda a questão de limites ecossistêmicos explicitamente.

Por sua vez, o Relato Integrado, além de ter o tema sustentabilidade no discurso do IIRC⁵ desde suas origens (FLOWER, 2015), apresenta em sua Estrutura⁶ uma abordagem de capitais que incorpora o Capital Natural, um conceito-chave da Economia Ecológica (EKINS; FOLKE; DE GROOT, 2003a; PELENC; BALLEET, 2015), e chama a atenção para a importância da disponibilidade, qualidade e acessibilidade deste capital (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2013a). Ademais, um de seus documentos-base, denominado *CAPITALS: Background paper for <IR>*⁷, estrutura a abordagem dos capitais e a relação entre estes, assumindo que o Capital Natural é aquele que provê o ambiente sobre o qual os outros capitais se apoiam e se desenvolvem (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2013c), aludindo à ideia de dependência de todos os demais capitais em relação ao Capital Natural, dialogando assim com os fundamentos da Economia Ecológica.

O mesmo documento, ao fornecer as definições que representam o entendimento

⁵ IIRC (International Integrated Reporting Council). Entidade propositora do Relato Integrado (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2013a).

⁶ O termo Estrutura se refere ao documento intitulado “Estrutura Internacional para Relato Integrado” (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2013a).

⁷ O IIRC estabeleceu grupos técnicos de trabalho que exploraram aspectos do Relato Integrado e elaboraram os *Background Papers*. Ao longo deste processo de elaboração, os resultados parciais e intermediários foram utilizados na elaboração de outros documentos que antecederam a Estrutura Internacional para Relato Integrado (lançada em dezembro de 2013), como por exemplo, o “*Prototype Framework*” (de novembro de 2012 e o “*Consultation Draft Of the <IR> Framework*”, de Abril de 2013). Tais documentos (“*Background Papers*”) serviram de base para o *feedback* dos *Stakeholders* em relação ao Documento de Consulta sobre a Estrutura Internacional para Relato Integrado (“*Consultation Draft Of the <IR> Framework*”), lançado em abril de 2013.

do termo Capital Natural, cita referências do periódico *Ecological Economics*⁸, aludindo a autores e abordagens que preconizam o Capital Natural como fator limitante para o desenvolvimento econômico. Além disso, em discursos de sua entidade propositora, o IIRC, são detectados elementos que sugerem aderência da iniciativa aos fundamentos da Economia Ecológica (entre eles, o de que o crescimento econômico deve respeitar limites biofísicos) reforçando a ideia de que o Relato Integrado pode ter um significativo potencial para incorporar as diretrizes da Economia Ecológica na gestão corporativa da sustentabilidade.

Sendo assim, o problema de pesquisa está inserido em um cenário no qual tanto o contexto da governança ambiental global quanto o âmbito acadêmico apresentam diversos marcos que manifestam uma preocupação com os limites biofísicos dos ecossistemas, enquanto no setor empresarial não se observa o mesmo. Sendo as ações de sustentabilidade no âmbito empresarial majoritariamente guiadas por abordagens TBL e de Ecoeficiência⁹ - nas quais não há alusão à consideração de limites biofísicos - a observância (no Relato Integrado) de uma terminologia comum e de abordagens que, de alguma maneira, dialogam com a Economia Ecológica, leva à seguinte pergunta de pesquisa: Seria o Relato Integrado uma iniciativa alinhada com os fundamentos da Economia Ecológica?

Ainda que o RI tenha como objetivo principal explicar aos provedores de capital financeiro a forma de geração de valor, e ainda que não seja um relatório de sustentabilidade propriamente dito, (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2013a, 2013b), a investigação sobre o alinhamento do RI aos fundamentos da Economia Ecológica permitiria esclarecer se seria possível considerá-lo um marco, até o momento inexistente no contexto empresarial, de incorporação dos limites biofísicos do Capital Natural na gestão ambiental corporativa. Neste eventual cenário, o RI poderia ser considerado como um vetor de mudança, com potencial de transformação do paradigma empresarial de gestão vigente, especialmente no tocante à governança

⁸ *Ecological Economics* é o nome do periódico científico criado em 1989, cujo objetivo, segundo Costanza (1989), além de tratar do tema Economia Ecológica é abordar as relações entre ecossistemas e sistemas econômicos, no sentido mais amplo. Ainda de acordo com Costanza (1989), o periódico busca incluir temas como economia ambiental neoclássica e estudos de impacto ecológico como subconjuntos, também incentivando novas maneiras de pensar sobre a relação entre sistemas ecológicos e econômicos (COSTANZA; KING, 1999).

⁹ Na publicação de 2000 do *World Business Council for Sustainable Development* (WBCSD) a definição de Ecoeficiência faz alusão aos limites ecossistêmicos. No entanto, tal alusão foi perdendo relevância nas citações do conceito ao longo do tempo, conforme é tratado mais adiante.

ambiental.

Adotando-se uma análise multimétodo, este estudo divide-se em 3 etapas, onde a primeira corresponde a uma análise de documentos publicados pelo IIRC. A segunda, também documental, analisa os relatórios existentes publicados por empresas brasileiras selecionadas e que adotam as diretrizes do IIRC em seus relatórios. A terceira etapa, realizada por meio de entrevistas semi-estruturadas, analisa os discursos dos gestores das empresas selecionadas. Ao verificar tanto os documentos do IIRC (especialmente a Estrutura Internacional para Relato Integrado), como os Relatórios Integrados publicados pelas empresas, é feita uma busca por elementos que façam alusão, ou que de alguma maneira dialoguem, com os fundamentos da Economia Ecológica, cujos principais fundamentos são a limitação biofísica do Capital Natural ao crescimento econômico e a impossibilidade de substituição plena do Capital Natural por outras formas de capital. As entrevistas complementam e confrontam as evidências documentais presentes nos relatórios de cada empresa, e permitem verificar o discurso dos gestores quanto à adoção das diretrizes do IIRC e aos elementos alinhados com a Economia Ecológica encontrados nos relatórios.

Da triangulação metodológica resulta uma análise detalhada e sob diferentes prismas, que culmina em reflexões sobre as potencialidades do Relato Integrado como vetor de transformação do paradigma de gestão no contexto empresarial. O estudo contribui ainda com a proposição de modificações na Estrutura Internacional para Relato Integrado, no sentido de orientar o alinhamento da iniciativa aos fundamentos da Economia Ecológica, diferenciando-a no que tange à gestão ambiental corporativa.

Além desta seção introdutória, a seguir apresentam-se os objetivos e a justificativa do trabalho seguidos da revisão bibliográfica. Em seguida apresenta-se a metodologia, que é sucedida por três seções de resultados, discussão e conclusões, sendo uma para cada etapa (etapas 1, 2 e 3 da metodologia). Ao final apresenta-se a triangulação dos resultados obtidos em cada uma das 3 etapas e, por fim, são apresentadas as conclusões e as referências bibliográficas.

2. OBJETIVOS DO TRABALHO

2.1 OBJETIVOS GERAIS

Objetivo geral deste trabalho é verificar se o Relato Integrado corresponde a uma iniciativa alinhada aos fundamentos da Economia Ecológica.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1 - Analisar a Estrutura Internacional para Relato Integrado (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2013a) à luz da Economia Ecológica, de maneira a verificar se esta se encontra alinhada com os seus fundamentos;

2 - Verificar se os Relatórios Integrados existentes e disponíveis, das empresas brasileiras selecionadas refletem nas informações relatadas os fundamentos da Economia Ecológica;

3 - Verificar se os fundamentos da Economia Ecológica se encontram refletidos nos discursos dos gestores / responsáveis das empresas que adotam a Estrutura Internacional para Relato Integrado como molde para seus relatórios.

3. JUSTIFICATIVA

Conforme exposto, o problema de pesquisa se situa em um cenário no qual, há algumas décadas, existem diversos marcos associados ao contexto de governança ambiental global e ao âmbito acadêmico, que manifestam preocupação com os limites biofísicos dos ecossistemas. Em contrapartida, neste mesmo cenário, no contexto empresarial não se observa o mesmo, sendo as ações de sustentabilidade deste setor majoritariamente guiadas por abordagens *Triple Bottom Line* (TBL) e de Ecoeficiência, nas quais não há alusão à consideração de limites biofísicos.

Autores como Bocken et al. (2014) e Rambaud e Richard (2015) argumentam que as práticas relacionadas à Ecoeficiência, ao *Triple Bottom Line* (TBL) e à Responsabilidade Social Corporativa (RSC), apesar de importantes e de definirem grande parte da atual agenda de sustentabilidade empresarial, padecem de severas limitações, principalmente no que concerne à proteção do Capital Humano e Natural, e são insuficientes para proporcionar as mudanças necessárias para alcançar a sustentabilidade social e ambiental a longo prazo.

Neste contexto, o surgimento de uma iniciativa que traz consigo terminologias e abordagens que dialogam com fundamentos da Economia Ecológica, como o conceito de Capital Natural e sua importância para o desenvolvimento dos demais capitais, justificaria sua análise do ponto de vista da sustentabilidade e sob a ótica da Economia Ecológica, como é proposto neste trabalho.

Neste sentido, o alinhamento do Relato Integrado aos fundamentos da Economia Ecológica permitiria considerá-lo um marco, até o momento inexistente no contexto empresarial, configurando-o como pioneiro neste setor. Igualmente, a confirmação dos indícios de proximidade com os fundamentos da Economia Ecológica permitiria considerá-lo um vetor de transformação do paradigma empresarial de gestão corporativa vigente e com significativo potencial de contribuição para a governança ambiental, diferenciando-o do *bussiness as usual* no que concerne à contabilidade ambiental e divulgação de informações de sustentabilidade.

Por fim, configurando-se como a construção de uma nova abordagem que está sendo pensada e incorporada pelo mercado, é fundamental saber a que vertente teórica tal iniciativa está associada (Sustentabilidade forte ou Sustentabilidade Fraca) e, conseqüentemente, a quais caminhos pode levar. O alinhamento ou afastamento do Relato

Integrado aos pressupostos da Economia Ecológica pode auxiliar na reflexão sobre a sua contribuição para o cenário atual no que tange à utilização dos Serviços Ecossistêmicos, as atividades humanas e a governança para a sustentabilidade.

4. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A revisão bibliográfica inicialmente aborda os principais marcos relacionados à preocupação com os limites da exploração do meio ambiente frente ao crescimento econômico no contexto da governança ambiental global. Em seguida são abordados os principais marcos no âmbito acadêmico, que manifestam preocupação com os limites da natureza frente às atividades econômicas, destacando-se a Economia Ecológica. Ademais dos fundamentos da Economia Ecológica, também é apresentada uma revisão teórica sobre o conceito de Capital Natural, que está presente tanto no referencial teórico (Economia Ecológica) quanto no RI, sendo portanto fundamental para a análise proposta.

Em seguida é apresentada a incorporação da temática da sustentabilidade no contexto empresarial, enfatizando-se o surgimento e desenvolvimento de relatórios não financeiros. Neste sentido, é apresentada a GRI, por ser o formato de relatório não financeiro mais utilizado pelas empresas. Por sua vez, são destacados o IIRC e o RI (objeto de estudo), detalhando-se sua descrição, histórico e conceitos específicos.

A visão geral da revisão bibliográfica e a relação de seus componentes com o problema de pesquisa está ilustrada na figura 1 a seguir:

Figura 1: Visão geral da Revisão Bibliográfica.

Fonte: Elaboração própria.

4.1 A PREOCUPAÇÃO COM LIMITES BIOFÍSICOS NO CONTEXTO DA GOVERNANÇA AMBIENTAL GLOBAL

No contexto da governança ambiental global, a incorporação da diretriz de limitação das atividades econômicas à capacidade de suporte dos ecossistemas pode ser observada por meio de diversos marcos, como por exemplo: o Clube de Roma (1968), a Conferência de Estocolmo (1972), o protocolo de Montreal (1987), o protocolo de Quioto (1997) e a COP 21 (2015). Tais marcos se destacam por discutir e/ou estabelecer, cada um à sua maneira, limitações às atividades humanas tomando por base a consideração de limites biofísicos e a capacidade de suporte do planeta.

Além disso, quando do debate acerca da relação entre crescimento econômico *versus* conservação do ambiente, não podem deixar de ser abordados outros marcos como o Relatório Brundtland (1987) e a Eco – 92 (1992). Mesmo não advogando pela limitação das atividades econômicas em face dos limites planetários, estes marcos se destacam devido a sua influência neste contexto e pelos seus reflexos institucionais em nível internacional, uma vez que correspondem ao estabelecimento e à ratificação do termo Desenvolvimento Sustentável (BURSZTYN; BURSZTYN, 2013; HANDL, 2012; UNITED NATIONS, 1997).

Sem o objetivo de examinar totalidade das conferências, convenções, tratados, protocolos e outros tipos de eventos e ações realizados ao longo das últimas décadas, é apresentada uma visão panorâmica acerca de tal contexto, destacando-se os marcos que discutiram e/ou estabeleceram limitações ambientais às atividades humanas e outros que, mesmo não contemplando de maneira direta a questão dos limites para exploração do Capital Natural, tiveram significativa importância no debate internacional.

A discussão da temática ambiental, do ponto de vista das relações internacionais, ganha expressão no início do século XX (BURSZTYN; BURSZTYN, 2013; RIBEIRO, 2008). Com exceção do Tratado Antártico¹⁰, assinado em 1959, os primeiros acordos internacionais não alcançaram seus objetivos. Destacando-se por ter sido um tratado onde, pela primeira vez, um ambiente natural foi preservado como resultado de um acordo

¹⁰ No tratado Antártico, os países signatários se comprometem a suspender suas pretensões sobre tal território por período indefinido, permitindo a liberdade de exploração científica do continente, em regime de cooperação internacional, conseguindo pela primeira vez a preservação de uma área do planeta por meio de um acordo internacional (RIBEIRO, 2008).

internacional, o Tratado Antártico não contou com a participação da Organização das Nações Unidas (ONU) (RIBEIRO, 2008).

A ausência da ONU neste importante tratado é reflexo de uma característica peculiar do regime de governança global para o trato da questão ambiental. Diferente de outros escopos de governança global – como a saúde, o comércio e a política econômica – a arquitetura institucional para o trato da questão ambiental carece de clareza e coerência, não havendo nenhuma autoridade supranacional com legitimidade para regular e decidir sobre o tema na escala internacional. Em virtude disto, o cenário existente é o de diversas organizações comprometidas com este objetivo, sem que haja uma hierarquia efetiva entre elas (BURSZTYN; BURSZTYN, 2013).

Ainda assim, a ONU teve importante papel no crescimento da importância da temática ambiental no cenário internacional – desde suas primeiras decisões, como programas de conservação de solos, por exemplo, até as reuniões organizadas pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) (RIBEIRO, 2008). A incorporação de responsabilidades ambientais acabou se estendendo a outras agências da ONU como: a OMI¹¹, o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), a FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura) e a OMC (Organização Mundial do Comércio), além de outras instituições criadas pela Conferência de *Bretton Woods* (1944), em especial o Banco Mundial (BURSZTYN; BURSZTYN, 2013).

Destas agências, no que concerne à emergência da temática ambiental na ONU, têm destaque a FAO e a UNESCO (RIBEIRO, 2008). Tendo sido criada com o intuito de minimizar aspectos capazes de desencadear conflitos entre países, tais como falta de alimentos ou o acesso a recursos naturais, a ONU, visando enfrentar a questão de produção e distribuição de alimentos no mundo, instituiu a FAO em 1945 (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION, 2017; RIBEIRO, 2008). A FAO, ao atuar também sobre a conservação de recursos naturais, especialmente solos tropicais, áreas desmatadas para extração de madeira, agricultura e pesca (BURSZTYN; BURSZTYN, 2013; RIBEIRO, 2008), configura-se como o embrião das discussões ambientais na ONU (RIBEIRO, 2008).

¹¹ OMI - Organização Marítima Internacional (Em inglês IMO – *International Maritime Organization*) é uma agência das Nações Unidas especializada na área de navegação marítima. A sua missão é a cooperação internacional, no tocante à segurança marítima e à prevenção e luta contra a poluição dos mares, resultante da navegação (BURSZTYN; BURSZTYN, 2013).

Além da FAO, a UNESCO também passou a discutir e propor ações relacionadas ao ambiente (RIBEIRO, 2008). Fundada em 1946, foi até a década de 1970 o principal organismo da ONU a abordar a questão ambiental, onde destacam-se especialmente três conferências: a Conferência das Nações Unidas para a Conservação e Utilização de Recursos (1949), a Conferência da Biosfera (1968) e a Conferência sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional (1971) (BURSZTYN; BURSZTYN, 2013; RIBEIRO, 2008; UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION, 2017).

Tais conferências resultaram em importantes programas e convenções em seus respectivos temas (BURSZTYN; BURSZTYN, 2013; RIBEIRO, 2008; UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION, 2017) que, no entanto, não resultaram em significativo e efetivo avanço na estruturação da governança ambiental global (RIBEIRO, 2008). As conferências, convenções e reuniões realizadas não envolveram muitos países, o que não deu visibilidade mundial à temática ambiental. Ademais, os temas abordados, apesar de afetar diretamente a vida humana, não indicavam ainda riscos em uma escala na qual os estudos ambientais das décadas seguintes, de 1980 e 1990, viriam a repercutir mundialmente (RIBEIRO, 2008).

Ainda de acordo com Ribeiro (2008), tais conferências, convenções e reuniões promovidas pela UNESCO, entre outros fatores, configuraram uma base e um contexto favorável para a realização da Conferência sobre Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo em 1972.

4.1.1 A Conferência de Estocolmo (1972)

O primeiro dos marcos aqui abordados corresponde à primeira grande conferência das Nações Unidas sobre questões ambientais internacionais, cuja importância no contexto da governança ambiental global lhe é creditada por corresponder ao primeiro balanço dos efeitos da atividade humana no meio ambiente mundial (HANDL, 2012; UNITED NATIONS, 2016a). A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano de 1972, conhecida como Conferência de Estocolmo, na Suécia, marca um ponto de inflexão no desenvolvimento de políticas ambientais internacionais, aumentando significativamente o interesse mundial pelas questões ambientais e ampliando a

institucionalização da temática ambiental na ONU. Mesmo não abordando a questão de limites biofísicos de maneira direta, as razões para sua realização emergem de um contexto no qual o debate sobre os limites do crescimento econômico e a degradação do planeta era intenso e eminente (BURSZTYN; BURSZTYN, 2013; HANDL, 2012; RIBEIRO, 2008; UNITED NATIONS, 2016a).

O contexto do final da década de 1960 e início de 1970 foi permeado por uma série de críticas que relacionavam os principais problemas ambientais existentes ao crescimento econômico. À época, os problemas ambientais já eram prementes, em decorrência do avanço acelerado do processo de industrialização, sendo a poluição atmosférica e a chuva ácida os que mais inquietavam os países mais desenvolvidos. Além da poluição atmosférica, o controle populacional e limites do crescimento econômico foram outras questões que emergiram à época, influenciando este debate (BURSZTYN; BURSZTYN, 2013; RIBEIRO, 2008).

As discussões na Conferência de Estocolmo foram substancialmente influenciadas pelo Clube de Roma, um grupo de cientistas, economistas e industriais fundado em 1968, dedicado ao debate a respeito dos problemas globais. O Clube de Roma encomendou e publicou o trabalho *Limits to Growth*, de Meadows et al. (1972), que foi um dos primeiros e mais importantes estudos a questionar a viabilidade do crescimento econômico frente aos limites biofísicos do planeta (BURSZTYN; BURSZTYN, 2013; CLUB OF ROME, 2016, RIBEIRO, 2008).

Ademais, fatores como: o aumento da cooperação científica nos anos 1960 (em âmbito internacional e não governamental); a repercussão dos grandes desastres ambientais ocorridos na década anterior e a problemática das chuvas ácidas, também foram importantes motivadores para a realização da Conferência de Estocolmo (BURSZTYN; BURSZTYN, 2013; LE PRESTRE, 2005; RIBEIRO, 2008).

A preocupação com a questão dos limites, tanto do crescimento econômico, quanto da capacidade de suporte dos ecossistemas, foi evidenciada através do embate entre as duas teses que capitanearam as discussões na Conferência de Estocolmo: a do crescimento zero e a desenvolvimentista. A primeira, era favorável a barrar o crescimento econômico industrial e visando a diminuição de poluição e consumo de recursos não renováveis. Tendo como porta-voz países ricos e as ONGs (Organizações Não Governamentais) ambientalistas, manifestava preocupação com a poluição urbano-industrial e a diminuição da qualidade de vida. A segunda tese reivindicava o

“desenvolvimento” trazido pela indústria, refletindo a posição dos países pobres, que desejavam o crescimento econômico a qualquer custo, mesmo com a degradação ambiental (RIBEIRO, 2008; BURSZTYN; BURSZTYN, 2013).

A conferência, que teve como objetivo inicial encontrar soluções técnicas para os problemas de poluição decorrentes da industrialização, do crescimento demográfico e da urbanização (BURSZTYN; BURSZTYN, 2013), terminou por emitir um relatório que defendia a necessidade da continuidade do crescimento econômico, ressaltando-se, porém, uma maior conotação social e um maior controle da degradação ambiental (BURSZTYN; BURSZTYN, 2013; UNITED NATIONS, 1972).

Mesmo apontando a continuidade do desenvolvimento social como caminho para enfrentar os problemas ambientais dos países em desenvolvimento, tal relatório alegava que a conservação ambiental não deveria ser negligenciada, como aconteceu nos países desenvolvidos, onde os estágios iniciais de progresso econômico foram intensivos em degradação ambiental (BURSZTYN; BURSZTYN, 2013; UNITED NATIONS, 1972).

Entre os principais reflexos desta conferência e das discussões nela realizadas, está a indicação da necessidade de criação do PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), que passou a funcionar no ano seguinte, 1973 (RIBEIRO, 2008). Além disso, como reflexo das discussões realizadas no evento, surgiu um ano depois o termo Ecodesenvolvimento, cunhado por Maurice Strong e teorizado sobretudo por Ignacy Sachs, visando caracterizar uma concepção alternativa de política de desenvolvimento e tentando conciliar os diferentes pontos de vista manifestados na Conferência de Estocolmo. Entretanto, a proposta de Ecodesenvolvimento foi progressivamente marginalizada, sendo substituída mais tarde pelo conceito de Desenvolvimento Sustentável (BURSZTYN; BURSZTYN, 2013).

Neste sentido, destaca-se que, ainda que a questão de limites biofísicos ou da capacidade de suporte dos ecossistemas não tenha sido tratada diretamente, a importância da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano em 1972, é notória, tendo em vista seus resultados e reflexos, que influenciaram significativamente o debate no contexto das relações internacionais, abrindo caminho para futuras ações orientadas por uma preocupação com os limites sobre as atividades humanas face aos limites biofísicos do planeta.

4.1.2 O Relatório Brundtland (1987)

O Relatório Brundtland configura-se como um marco importante no contexto internacional por introduzir e popularizar na comunidade internacional o termo Desenvolvimento Sustentável (BURSZTYN; BURSZTYN, 2013; HEAL, 2012; UNITED NATIONS, 2016b). Tal conceito foi cunhado explicitamente para sugerir a possibilidade de alcançar a industrialização e o crescimento econômico sem acarretar prejuízos ao meio ambiente (ADAMS, 2006). Entretanto, este marco não se caracteriza por destacar a questão dos limites biofísicos, muito pelo contrário, aponta o crescimento econômico como caminho para a superação das questões ambientais e de desigualdade (ADAMS, 2006; BURSZTYN; BURSZTYN, 2013).

Neste sentido, é necessário resgatar-se, mesmo que brevemente, o processo que culminou na publicação do relatório. A Assembleia Geral da ONU, em sua resolução 38/161, de 19 de dezembro de 1983, acolheu, entre outras proposições, a criação de uma comissão especial que deveria disponibilizar um relatório sobre o ambiente e a problemática global até o ano 2000, contendo estratégias para o desenvolvimento (UNITED NATIONS, 2016b). Composta por membros políticos de diferentes países e presidida pela então primeira ministra da Noruega Gro Harlem Brundtland, foi nomeada como Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), que teve três objetivos: elaborar um diagnóstico dos problemas ambientais e de desenvolvimento, estabelecendo propostas de ações; propor novas modalidades de cooperação internacional; e incentivar uma atuação mais firme da comunidade internacional (BURSZTYN; BURSZTYN, 2013; HEAL, 2012).

No ano de 1987, a CMMAD finalmente publicou o relatório *Our Common Future* (Nosso Futuro Comum), também conhecido como Relatório Brundtland, constituído de três partes: preocupações comuns, problemas comuns e esforços comuns (BURSZTYN; BURSZTYN, 2013; WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT, 1987).

De acordo com Bursztyn e Bursztyn (2013), o relatório Brundtland propõe uma perspectiva de conciliação entre desenvolvimento e meio ambiente, introduzindo oficialmente na agenda internacional a noção de Desenvolvimento Sustentável. Conforme o parágrafo 27 do documento, o Desenvolvimento Sustentável é abordado da seguinte maneira: “*Humanity has the ability to make development sustainable to ensure that it*

meets the needs of the present without compromising the ability of future generations to meet their own needs” (WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT, 1987, p.24).

Além disso, o parágrafo 30 do mesmo documento acrescenta que:

[...] sustainable development is not a fixed state of harmony, but rather a process of change in which the exploitation of resources, the direction of investments, the orientation of technological development and institutional change are made consistent with future as well as present needs. (WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT, 1987, p.25).

No âmbito internacional, as metas propostas pelo relatório foram: a adoção da estratégia de Desenvolvimento Sustentável pelas organizações de desenvolvimento (órgãos e instituições internacionais de financiamento); proteção de ecossistemas supranacionais, como a Antártica e os oceanos, pela comunidade internacional; banimento das guerras; e implantação de um programa de Desenvolvimento Sustentável pela ONU (BORSZTYN; BORSZTYN, 2013; WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT, 1987).

A preocupação com a extrapolação de limites quanto à utilização de recursos naturais e quanto à emissão de poluentes é abordada de maneira muito incipiente no seguinte trecho de tal documento, também do parágrafo 27:

The concept of sustainable development does imply limits - not absolute limits but limitations imposed by the present state of technology and social organization on environmental resources and by the ability of the biosphere to absorb the effects of human activities. (WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT, 1987, p.24).

O Desenvolvimento Sustentável, portanto, não teria limites ambientais absolutos ao crescimento econômico, mas limitações relativizadas pelo nível atual de desenvolvimento tecnológico, pela organização social dos recursos e pela resiliência da biosfera aos efeitos da atividade humana. Esta relativização confere um papel secundário à capacidade de suporte dos ecossistemas frente ao crescimento econômico.

Sendo considerado vago por diversos autores, o conceito de Desenvolvimento Sustentável incorporou e pretensamente harmonizou duas questões fundamentais e contraditórias: o problema da degradação ambiental que tão comumente acompanha o crescimento econômico, e a necessidade desse crescimento para aliviar a pobreza (ADAMS, 2006).

4.1.3 Protocolo de Montreal (1987)

Dentre os marcos da governança ambiental global que estabeleceram uma limitação de atividades econômicas com base na capacidade de suporte do planeta, visando a manutenção da integridade do ecossistema, destaca-se o Protocolo de Montreal. Assinado em 1987 na cidade de mesmo nome, no Canadá, o Protocolo de Montreal versa sobre a proteção da camada de ozônio estratosférico, configurando-se como um dos primeiros acordos supranacionais visando manutenção da resiliência ambiental (BURSZTYN; BURSZTYN, 2013). Atualmente, o Protocolo de Montreal é o único acordo ambiental multilateral cuja adoção é universal, envolvendo 197 estados que assumiram o compromisso de proteger a camada de ozônio (BRASIL, 2017).

O documento assinado pelos Países Parte entrou em vigor em 01 de janeiro de 1989 e impôs obrigações específicas, em especial a progressiva redução da produção e consumo das Substâncias Destruidoras a Camada de Ozônio (SDOs) até sua total eliminação. Como primeiro acordo ambiental multilateral a reconhecer o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas entre países, no que diz respeito às obrigações de preservação ambiental, tal protocolo destaca-se por impor metas de redução na fabricação e utilização das SDOs (BURSZTYN; BURSZTYN, 2013; BRASIL, 2017), controlando e limitando as atividades econômicas tomando por base um limite biofísico e a capacidade de suporte do planeta, no tocante à camada de ozônio. No entanto, por mais que o Protocolo de Montreal tenha estabelecido limites para um conjunto de atividades econômicas relacionadas às SDOs, cabe destacar que foi bastante aceito em função da existência de substitutos para os SDOs economicamente competitivos. Além disso, tal protocolo contornou a discussão sobre crescimento abordada pelo Clube de Roma (1968) e Conferência de Estocolmo (1972) sem abordá-la diretamente.

4.1.4 Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992)

Se o Relatório Brundtland, em 1987, foi responsável pelo estabelecimento do conceito de Desenvolvimento Sustentável, a Conferência das Nações Unidas para o Meio

Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) correspondeu à ratificação e consagração do conceito (BURSZTYN; BURSZTYN, 2013), sendo a segunda conferência ambiental global, realizada no Rio de Janeiro, Brasil, em 1992 (HANDL, 2012; UNITED NATIONS, 1997).

Da mesma maneira que o Relatório Brundtland, a CNUMAD não se caracteriza por destacar a questão dos limites biofísicos, reforçando a ideia do crescimento econômico como caminho para a superação das questões ambientais e de desigualdade. Além disso, também se configura como um marco importante na governança ambiental global.

O contexto no qual se realizou esta conferência de 1992 foi influenciado por uma série de fatores como: a consolidação de um movimento ambientalista organizado em vários países; os problemas ambientais globais; a repercussão de graves acidentes ambientais; o impasse no diálogo Norte-Sul, bem como a publicação do Relatório Brundtland (BURSZTYN; BURSZTYN, 2013).

Também conhecida como “Cúpula da Terra” ou “Eco - 92”, objetivou ajudar os governos a repensar o desenvolvimento econômico e encontrar formas de frear a destruição de recursos naturais insubstituíveis e a poluição do planeta (UNITED NATIONS, 1997), empenhando-se também em catalisar a cooperação internacional em favor de ações concretas e ambiciosas, com vistas ao crescimento econômico, à melhoria da qualidade de vida e à proteção ambiental (BURSZTYN; BURSZTYN, 2013).

Após dez dias de discussão, teve como principais resultados a aprovação de cinco documentos, sendo três instrumentos não impositivos (a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento; a Agenda 21 e a Declaração de Princípios sobre Florestas) e duas convenções (a Convenção-Quadro sobre as Mudanças Climáticas e a Convenção sobre Diversidade Biológica) (BURSZTYN; BURSZTYN, 2013; RIBEIRO, 2008; UNITED NATIONS, 1997). Refletindo a diversidade dos problemas enfrentados (pobreza, consumo excessivo e o estresse do ambiente), a mensagem do evento foi a de que nada menos que uma transformação das atitudes e comportamentos da sociedade traria as mudanças necessárias (UNITED NATIONS, 1997).

Esta conferência buscou sistematizar e reafirmar as expectativas existentes em termos de política ambiental e enunciar os fundamentos legais e políticos do

desenvolvimento sustentável (HANDL, 2012), podendo assim ser considerada um marco de referência no âmbito da possibilidade de se rever e redefinir o modo de desenvolvimento hegemônico da sociedade industrial (BURSZTYN; BURSZTYN, 2013).

4.1.5 O Protocolo de Quioto (1997) e a Conferência das Partes COP 21 (2015)

Após a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), ocorrida no Rio de Janeiro em 1992, uma série de reuniões foram realizadas visando negociações internacionais sobre mudanças climáticas (RIBEIRO, 2008). Resultante da CNUMAD em 1992, a Convenção-Quadro sobre as Mudanças Climáticas (também conhecida como Convenção das Mudanças Climáticas - CMC), estabeleceu a prática de reuniões anuais por meio das Conferências das Partes (COPs). Com a incumbência de tomar as decisões necessárias para viabilizar a CMC, as COPs podem adotar protocolos, no sentido de complementar a CMC, sendo estes também submetidos à assinatura dos países. Assim sendo, representantes dos países signatários se reúnem anualmente, para discutir nas COPs os avanços na implementação da Convenção de Mudanças Climáticas (BURSZTYN; BURSZTYN, 2013).

Assim, desde 1995 as COPs têm ocorrido anualmente, sendo a primeira realizada em Berlim, Alemanha, e as demais em diversas cidades em todo o mundo. A primeira COP teve como principal objetivo implementar ajustes mais rígidos em relação à emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE) na atmosfera, propondo a constituição de um protocolo para estabelecer objetivos de limitação e de redução dos GEE. (BURSZTYN; BURSZTYN, 2013; RIBEIRO, 2008).

Em 1997 a COP 3 ocorreu no Japão, na cidade de Quioto, onde foi estabelecido o protocolo nomeado como “Protocolo de Quioto”, que estabelece como compromisso das Partes – países emissores de GEE constantes do Anexo I de tal protocolo – de atingir uma meta de redução média de 5,2% de emissões de GEE em relação ao ano de 1990, durante o período de 2008-2012 (BURSZTYN; BURSZTYN, 2013; RIBEIRO, 2008; UNITED NATIONS, 2017a). Neste sentido, destaca-se também a COP 11, realizada em Montreal, no Canadá em 2005, por ter sido o primeiro Encontro das Partes (*Meeting of the Parties*

– MOP) referente ao Protocolo de Quioto, desde a COP 3 em 1997. Mais do que isso, o evento se destacou por: marcar a entrada em vigor do Protocolo de Quioto, por ampliar a vigência do Protocolo para além de sua expiração, no ano 2012, e por negociar cortes mais profundos nas emissões de GEE (BURSZTYN; BURSZTYN, 2013; UNITED NATIONS, 2017b).

Em suma, o Protocolo de Quioto corresponde a um acordo internacional ligado à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, que compromete suas Partes, estabelecendo metas de redução de emissões internacionalmente vinculativas (UNITED NATIONS, 2017a). Neste sentido, a COP 3 (realizada em Quioto, no Japão) e a COP 11 (realizada em Montreal, no Canadá) têm especial destaque principalmente pela sua influência e pelos seus reflexos institucionais em nível internacional, no que diz respeito à discussão sobre limites ambientais ao crescimento econômico e sobre a capacidade de suporte do planeta. No contexto da governança ambiental global, estabelecem limites e obrigações ambientais às atividades econômicas, por meio do estabelecimento de metas de redução de emissão de GEE, tendo como parâmetros a capacidade de suporte do planeta e seus limites biofísicos, no que concerne ao aquecimento global e o efeito estufa.

Além disso, a COP 21, realizada em Paris na França em 2015, é de suma importância, pois concebe o “Acordo de Paris”, que introduz uma nova forma de demandar o comprometimento das Partes (países signatários do acordo), onde estas devem empenhar seus melhores esforços voluntariamente, através de “contribuições determinadas nacionalmente” (em inglês “*Nationally Determined Contributions*” (NDCs)). Para tanto, foram incluídos requisitos para que todas as Partes informem regularmente sobre as suas emissões e sobre os seus esforços de implementação (UNITED NATIONS, 2017c; 2017d).

Com o objetivo central de fortalecer uma resposta global à ameaça das mudanças climáticas, o Acordo de Paris tem como referência a limitação do aumento da temperatura média global em bem menos de 2°C acima dos níveis pré-industriais, esforçando-se para limitar o aumento da temperatura a 1,5°C acima dos níveis pré-industriais (UNITED NATIONS, 2017c; 2017d). Neste sentido é visível o fato de que as proposições do Acordo de Paris aludem aos limites biofísicos do planeta, determinados cientificamente, demandando contribuições nacionais dedicadas à redução das emissões de gases de efeito

estufa nas atividades econômicas.

4.2 A PREOCUPAÇÃO COM LIMITES BIOFÍSICOS NO CONTEXTO ACADÊMICO.

4.2.1 Limites planetários

No âmbito acadêmico, entre os marcos mais representativos está o trabalho *Limits to Growth*, de 1972 que, entre outros resultados, traz uma mensagem de preocupação com a capacidade de suporte do planeta, que ecoa e influencia até hoje no debate internacional sobre problemas ambientais globais (BURSZTYN; BURSZTYN, 2013; CLUB OF ROME, 2016; MEADOWS et al., 1972). Encomendado e publicado pelo Clube de Roma - um grupo de discussão dos problemas globais composto por cientistas, economistas e industriais, fundado em 1968 - evidenciou a importância da problemática envolvendo os limites de crescimento econômico e da exploração do Capital Natural (BURSZTYN; BURSZTYN, 2013; CLUB OF ROME, 2016; MEADOWS et al., 1972).

Baseado na metodologia desenvolvida por Jay Forrester e realizado por uma equipe de pesquisadores do *Massachusetts Institute of Technology* – MIT, sob a supervisão de Dennis Meadows, tal trabalho é considerado um alerta no que diz respeito à exploração do Capital Natural (BURSZTYN; BURSZTYN, 2013; CLUB OF ROME, 2016). Defendendo a necessidade de controle da expansão demográfica e da limitação do crescimento da produção, bem como do combate à poluição e à degradação ambiental, o relatório argumenta que os recursos interligados da terra provavelmente não poderiam suportar as taxas vigentes de crescimento econômico e populacional muito além do ano de 2100, mesmo com o uso de tecnologia avançada (BURSZTYN; BURSZTYN, 2013; CLUB OF ROME, 2016; MEADOWS et al., 1972). Deste modo, *Limits to Growth* (1972) se configura como um dos primeiros estudos a questionar a viabilidade do crescimento econômico contínuo (BURSZTYN; BURSZTYN, 2013; CLUB OF ROME, 2016).

No sentido de alertar para os limites da capacidade do planeta frente à expansão da humanidade, destacam-se também os estudos de Rockström et al. (2009) e Steffen et al. (2015), que desvelam os limites planetários face às atividades humanas, numa abordagem que sintetiza os principais limites biofísicos do ecossistema.

Rockström et al. (2009) sugerem os "limites planetários" que definiriam o “espaço operacional seguro” para a humanidade. Tais limites planetários estão associados aos subsistemas ou processos biofísicos, cujos limiares, caso ultrapassados, poderiam gerar mudanças ambientais irreversíveis. No trabalho nomeado “*A safe operating space for humanity*” os autores apontam nove processos do Sistema Terrestre para os quais seria necessário definir limites: Mudanças Climáticas; Taxa de perda de biodiversidade (terrestre e marinha); Fluxos biogeoquímicos (ciclos de nitrogênio e fósforo); Depleção de ozônio estratosférico; Acidificação dos oceanos; Uso global de água doce; Mudança no uso das terras; Poluição química e Carregamento de aerossol atmosférico (ROCKSTRÖM et al., 2009).

Desde a publicação do trabalho de Rockström et al. (2009), esta abordagem de limites planetários tem sido alvo de intenso debate científico, despertando um significativo interesse e discussões na governança ambiental pública e privada, tendo sido anos mais tarde atualizada por Steffen et al. (2015). No trabalho intitulado “*Planetary boundary: guiding human development on a changing planet*”, Steffen et al. (2015) trazem uma revisão e atualização da abordagem de Rockström et al. (2009), na qual apontam que quatro dos nove processos biofísicos centrais para a manutenção de condições de vida planetária já teriam ultrapassado os limites seguros para a humanidade. São eles: Mudanças climáticas; Mudança no uso das terras; Integridade da Biosfera (especificamente a diversidade genética) e os Fluxos Biogeoquímicos (ciclos de fósforo e nitrogênio), sendo estes dois últimos os que se encontrariam em estado mais crítico (STEFFEN et al., 2015).

4.2.2 Serviços Ecossistêmicos.

Também importante na discussão acerca dos limites de resiliência dos ecossistemas é o surgimento e consolidação do conceito de Serviços Ecossistêmicos, proposto inicialmente por Ehrlich e Ehrlich (1981). O conceito teve anteriormente outras formulações análogas, como “Serviço público do ecossistema Global” e “Serviços da Natureza”, por exemplo (FISHER; TURNER; MORLING, 2009; MOONEY; EHRLICH, 1997).

O conceito de Serviços Ecossistêmicos foi teorizado por diversos autores, que se debruçaram, por exemplo, sobre aspectos como definição e classificação. O conceito de

Serviços Ecossistêmicos se relaciona com o de Funções Ecossistêmicas, na medida em que as Funções Ecossistêmicas correspondem a processos ecológicos e estruturas da natureza que geram os Serviços Ecossistêmicos (DE GROOT; WILSON; BOUMANS, 2002). Neste sentido, de acordo com Daly e Farley (2004) os Serviços Ecossistêmicos seriam as funções ecossistêmicas que possuem valor e utilidade para os humanos, gerados a partir de propriedades emergentes resultantes da interação dos elementos e estruturas em sistemas ecológicos complexos.

Segundo a Avaliação Ecossistêmica do Milênio (MEA, 2005), os Serviços Ecossistêmicos seriam os benefícios provindos dos ecossistemas. Farber, Costanza e Wilson (2002), definem os Serviços Ecossistêmicos como produtos físicos e não-físicos produzidos pela natureza independentemente do seu relacionamento com a espécie humana.

Os Serviços Ecossistêmicos, em última instância, são fluxos de energia, matéria e informação provindos do Capital Natural que, quando associados aos demais tipos de capitais (manufaturado, social e humano) produzem o bem estar humano (ANDRADE; ROMEIRO, 2009a).

No relatório da Avaliação Ecossistêmica do Milênio (MEA, 2005) é proposta uma classificação dos Serviços Ecossistêmicos na qual os serviços são categorizados em: Serviços de Provisão (bens obtidos diretamente dos ecossistemas para a utilização humana); Serviços de Regulação (benefícios obtidos pelos processos de regulação dos processos ecossistêmicos); Serviços Culturais (benefícios não materiais obtidos dos ecossistemas que proporcionam um enriquecimento espiritual, desenvolvimento cognitivo, reflexão, recreação) e Serviços de Suporte (processos necessários para a produção de todos os outros serviços ecossistêmicos).

A relevância do conceito para o reconhecimento da importância do Capital Natural é refletida nos trabalhos de Costanza et al. (1997; 2014) que estimaram valores monetários da ordem de trilhões de dólares para os Serviços Ecossistêmicos do Planeta. Neste sentido, a publicação Avaliação Ecossistêmica do Milênio (MEA, 2005) chama a atenção tanto para a importância da preservação dos Serviços Ecossistêmicos para o bem estar humano, quanto para o alarmante estado de degradação e ameaça em que estes se encontram (MEA, 2005).

Coulson et al. (2015), ao analisar os desafios da concepção de uma estrutura de múltiplos capitais (proposta pelo RI), destacam iniciativas internacionais como TEEB

(*The Economics of Ecosystems and Biodiversity*) e *Natural Capital Coalition* como importantes no posicionamento do termo Capital Natural, enquanto origem primária dos Serviços Ecossistêmicos, na agenda de organizações e formuladores de políticas preocupados com os Serviços Ecossistêmicos numa perspectiva econômica.

4.2.3 Economia Ecológica

4.2.3.1 Surgimento

Em meio à ampla gama de trabalhos que permearam o contexto acadêmico na época (décadas de 1960 e 1970) e que trouxeram críticas à racionalidade produtivista (e consumista) da Economia, a publicação *The Entropy Law and the Economic Process* de Georgescu-Roegen (1971) se destaca por pautar sua argumentação nas leis da física. Como um marco importante no âmbito acadêmico, tal publicação considera questões relativas às leis de conservação de massa e energia, reforçando a ideia de limites físicos à expansão do crescimento econômico e configurando-se como uma importante obra que fez crescer significativamente a análise dos processos econômicos sob a ótica dos limites biofísicos do meio ambiente (GEORGESCU-ROEGEN, 1971; KRYSIK, 2006; CECHIN, 2010).

Para Georgescu-Roegen, a natureza se configura como o único fator limitante do processo econômico. Ou seja, ainda que o sistema econômico não aumente de tamanho, mantendo-se em um mesmo patamar, ele não pode existir indefinidamente, uma vez que o planeta é finito e materialmente fechado. Para o autor, ademais da energia, outros fatores materiais, como minérios por exemplo, são utilizados em larga escala no processo de produção industrial, não sendo realista imaginar a reciclagem total daquilo que foi dissipado (CECHIN; VEIGA, 2005).

Neste sentido, ao alertar para a irreversível degradação do Capital Natural, baseando-se especialmente na segunda lei da termodinâmica - a lei da entropia - tal obra fortaleceu e polarizou as discussões sobre os limites ambientais para o crescimento econômico (KRYSIK, 2006).

Desta polarização, duas correntes teóricas importantes surgiram na Economia. Uma delas, estabelecida como *mainstream*, associada à economia neo-clássica, para a

qual os limites biofísicos não se configuram como um fator limitante para o crescimento econômico. Chega a reconhecer a importância das leis da termodinâmica, mas não as prioriza, podendo estas ser negligenciadas, uma vez que preconiza que as questões ligadas aos limites biofísicos do planeta e escassez de recursos, podem ser enfrentadas por meio do progresso técnico (incremento da Ecoeficiência, por exemplo) ou mesmo pela autorregulação de mercados (onde uma menor oferta de determinado recurso escasso implicaria no aumento de seu preço, culminando na diminuição da demanda por tal recurso e no desenvolvimento e busca por recursos alternativos) (CECHIN; VEIGA, 2009; KRYSIAK, 2006; ROMEIRO, 2004). Esta corrente teórica alega que, ainda que tudo esteja sujeito à entropia, isto não teria importância prática imediata para o modelo econômico (KRYSIAK, 2006; SOLLOW, 1997).

Em contrapartida, a outra corrente teórica, crítica à anterior, alega que tais leis físicas têm importância, excluindo a ideia de modelo de economia fechada, independente da natureza e que possa crescer sem limites (DALY, 1997; KRYSIAK, 2006).

Esta polarização favoreceu o surgimento da Economia Ecológica, cujos principais fundamentos são apresentados a seguir.

4.2.3.2 Sustentabilidade Fraca e Sustentabilidade Forte.

A Economia Ecológica germina em um terreno caracterizado pela polarização da discussão sobre os limites ambientais ao crescimento econômico. Os desdobramentos desta discussão culminaram na crítica à compreensão convencional do Desenvolvimento Sustentável, que deixa em segundo plano os *trade-offs*¹² entre as dimensões ambiental social e econômica, particularmente ao deixar de considerar os limites biofísicos dos ecossistemas de maneira direta e explícita.

As concepções alternativas sobre a sustentabilidade podem ser caracterizadas como sustentabilidade "forte" e "fraca". A sustentabilidade "forte" reconhece os *trade-*

¹² *Trade-off* - Termo econômico para uma situação de escolha conflitante, onde se conquista o uso de um recurso escasso, mas se perde outro (MANKIW, 2005). A partir do *trade-off*, a tomada de decisões exige a comparação entre os custos e benefícios das possibilidades de ação, o que é chamado de Custo de oportunidade, que, por sua vez, corresponde a aquilo que se abre mão quando se obtém um item (MANKIW, 2005). Em outras palavras, corresponde a uma situação econômica que envolve um conflito de escolha, onde a eleição de uma das opções acarreta em perda da qualidade ou aspecto de algo, ao mesmo tempo em que há o ganho de outra qualidade ou aspecto. Em suma, representa o valor associado à melhor alternativa não escolhida. Ao se fazer uma escolha, deixam-se de lado as demais possibilidades, por serem excludentes (CECHIN; VEIGA, 2009).

offs como elementares às relações entre economia, sociedade e ambiente, e assume que a dimensão ambiental ocupa uma posição prioritária em relação à social e à econômica, uma vez que sua degradação além dos limites de resiliência provocaria o colapso da sociedade e da economia. Esta abordagem reconhece a complementaridade entre Capital Natural, Capital Produzido e Capital Humano, e assume que há limites bastante restritos de substituição do Capital Natural pelas outras formas de capital (ALIER, 1998; DALY, 2005; DALY; FARLEY, 2004; ROMEIRO, 2003; ROMEIRO, 2004; SINISGALLI, 2005).

Por outro lado, a sustentabilidade "fraca" entende que as possibilidades de sinergia entre as dimensões ambiental, social e econômica podem ser potencializadas, a ponto de superar os *trade-offs* entre elas. Nesta perspectiva, o objetivo seria preservar a somatória dos capitais, que seriam plenamente intercambiáveis e não hierárquicos na satisfação das necessidades e desejos da humanidade (ADAMS, 2006; ALIER, 1998; BURSZTYN; BURSZTYN, 2013; DALY; FARLEY, 2004; DALY, 2005).

A Sustentabilidade Fraca indica a possibilidade de substituição plena entre o Capital Natural e Capital Produzido: na medida em que a redução do primeiro pode ser compensada pelo aumento do outro. Desta forma, ela defende que os limites impostos pela capacidade de suporte do Capital Natural podem ser superados pelo progresso técnico (DALY, 2005; ROMEIRO, 2003; ROMEIRO, 2004; SINISGALLI, 2005).

O conceito de Sustentabilidade Fraca se refere então ao balanço entre as esferas, econômica, social e ecológica, pressupondo a possibilidade de compatibilização entre a dinâmica das atividades econômicas com a justiça social e o respeito às condições ambientais, de modo a que estas se mantenham no longo prazo (BURSZTYN; BURSZTYN, 2013). Deste modo, a Sustentabilidade Fraca está associada ao modelo tripé da sustentabilidade, cuja uma das formas de representação é a disposição de círculos parcialmente sobrepostos, onde cada um representa as esferas: social, ambiental e econômica, conforme a figura 2 a seguir:

Figura 2: O modelo tripé da sustentabilidade

Fonte: Elaboração própria, adaptado de Bursztyn e Bursztyn (2013).

Outra forma de representação do tripé da sustentabilidade é sob a forma de “pilares” que, de maneira similar, pressupõe a compatibilização do crescimento econômico, da proteção ambiental e do progresso social, conforme a figura 3 a seguir:

Figura 3: Os três pilares do Desenvolvimento Sustentável

Fonte: Elaboração própria, adaptado de Adams (2006).

O entendimento em relação aos limites do Capital Natural, por trás da adoção destes modelos (o tripé ou os pilares da sustentabilidade) é apresentado e discutido mais adiante, ao longo da revisão bibliográfica, quando da análise da abordagem *Triple Bottom Line* (TBL).

Já a Sustentabilidade Forte está baseada na premissa de complementaridade entre Capital Natural e Capital Produzido, desta forma ela defende a necessidade de manutenção de um estoque constante de Capital Natural, pois a sua substituição completa pelo Capital Produzido não é possível (DALY, 2005; ROMEIRO, 2003; ROMEIRO, 2004; SINISGALLI, 2005).

O conceito de sustentabilidade forte tem como fundamento a constatação científica de que qualquer ação humana se dá no âmbito dos limites do Planeta, ou da biosfera, incluindo a vida social em geral e as atividades econômicas em particular (ADAMS, 2006). Para esta corrente, o risco de perdas irreversíveis de Capital Natural é considerado relevante, ou até mesmo catastrófico (ROMEIRO, 2004) e sua representação gráfica pode ser observada na figura 4 a seguir:

Figura 4: O modelo da Sustentabilidade Forte

Fonte: Elaboração própria, adaptado de Bursztyn e Bursztyn (2013).

4.2.3.3 Definição e fundamentos

O campo da Economia Ecológica surge no final da década de 80 a partir da necessidade de se repensar a relação entre sistema econômico e o sistema ecológico e de se estabelecer uma maneira de viver de forma sustentável dentro dos limites do ecossistema global, empenhando-se na busca de soluções transdisciplinares para alguns dos problemas ambientais mais urgentes (COSTANZA e KING, 1999; MÜLLER, 2003; NOOGARD, 1989).

No sentido mais amplo, a Economia Ecológica trata da relação entre os sistemas ecológicos e econômicos, relação esta, que resulta das mais prementes questões ambientais, tais como aquecimento global, chuva ácida, extinção de espécies entre outros (COSTANZA, 1989). Em um contexto onde o sistema econômico se desenvolve ultrapassando o limite dos ecossistemas faz-se importante voltar a atenção para as bases biofísicas dos sistemas ecológicos e econômicos como formas interdependentes e co-evolutivas, compreendendo o sistema econômico como um subsistema do sistema ecológico, sendo este o fundamento central da economia ecológica (ALIER, 2007; CAVALCANTI, 2004; CECHIN; VEIGA, 2009).

Propiciando uma visão sistêmica das relações entre a economia e o meio ambiente (ALIER, 2007), a Economia Ecológica está associada ao conceito de Sustentabilidade Forte, uma vez que assume um caráter complementar entre Capital Natural e Capital Manufaturado (ROMEIRO, 2003). Segundo Romeiro (2004) o que caracteriza esta corrente é a compreensão do sistema econômico como um subsistema de um todo maior (meio ambiente).

Segundo Costanza (1989) a questão fundamental que subjaz a questão ambiental e os posicionamentos da Economia Ecológica é a dicotomia: “Otimismo Tecnológico versus Pessimismo Prudente”. De acordo com o autor, os paradigmas econômicos convencionais estão todos baseados em um pressuposto subjacente que apregoa o crescimento econômico contínuo e ilimitado. Esta concepção, alinhada ao “Otimismo Tecnológico”, entende que os problemas ambientais podem até mesmo serem consideradas questões menores, considerando a possibilidade de serem superadas por meio de inovações tecnológicas e mais crescimento econômico.

Neste sentido, os economistas ecológicos questionam a economia convencional

por esta basear-se em pressupostos que assumem o crescimento econômico contínuo e ilimitado, acarretando impactos ambientais negativos e demanda crescente de recursos (ALIER, 2007; COSTANZA, 1989; DALY, 2005). Para a economia convencional o capital produzido é um substituto suficiente para o Capital Natural, não havendo limites para a substituição entre eles, podendo o Capital Natural ser indefinidamente substituído. Nesta abordagem, é importante a manutenção da soma destes dois capitais, a qual é chamada sustentabilidade fraca (ADAMS, 2006; ALIER, 1998; DALY, 2005; CECHIN; VEIGA, 2005;). Por outro lado, os economistas ecológicos entendem que o Capital Natural e Produzido são complementares e a substituição ocorre em âmbito bastante limitado, devendo ser conservado um montante seguro de Capital Natural. Esta abordagem é chamada de Sustentabilidade Forte (ADAMS, 2006; ALIER, 1998; DALY, 2005). Deste modo, apoiada na Sustentabilidade Forte, a Economia Ecológica reconhece que a possibilidade de substituição de Capital Produzido por Capital Natural é limitada (COSTANZA; DALY, 1992), sendo o risco de perdas irreversíveis de Capital Natural considerado relevante, ou até mesmo catastrófico (ROMEIRO, 2004).

Segundo Sinisgalli (2005), a Economia Ecológica é uma vertente econômica que busca analisar o sistema econômico com base em pressupostos biológicos e físicos. Costanza (1994) a define como uma abordagem transdisciplinar que considera uma gama de inter-relacionamentos entre os sistemas ecológico e econômico. Já Alier (2007) a aponta como propiciadora de uma visão sistêmica das relações entre a economia e o meio ambiente.

No que concerne aos seus fundamentos, destacamos aqui aquele que Cechin e Veiga (2009) consideram como o fundamento central da Economia Ecológica: o de que o sistema econômico existe e opera como um subsistema do sistema ecológico, onde a expansão do crescimento econômico deve obedecer limites biofísicos impostos pelo ecossistema.

Alinhado ao fundamento central da Economia Ecológica, outro dos fundamentos corresponde à incorporação dos parâmetros da segunda lei da termodinâmica, a lei da entropia. Segundo estes parâmetros, os processos transformativos são direcionais e tendem a um estado de entropia mais elevada, que pode ser observada no maior grau de desorganização dos processos e produtos resultantes. Os processos produtivos da economia, altamente organizados, que resultam em produtos e serviços também com alto grau de organização e complexidade, representam movimentos contrários à natureza

entrópica dos processos. O movimento na direção de processos e produtos complexos e organizados, caracterizados por baixa entropia, só viabiliza-se com o aporte energético. Este aporte energético tem origem no aumento de entropia em outros processos, como as funções, processos e ativos ecossistêmicos (CECHIN; VEIGA, 2009).

A própria organização dos ecossistemas depende fundamentalmente do aporte de energia de fonte solar ou geotérmica. O principal processo biótico de redução de entropia nos ecossistemas é a fotossíntese, capaz de converter energia solar em moléculas orgânicas complexas de baixa entropia. Toda a organização dos ecossistemas depende fundamentalmente da liberação da energia química acumulada nesta produção primária de baixa entropia. Sob uma perspectiva geológica, os combustíveis fósseis, que representam os principais vetores do processo de industrialização, representam a acumulação da energia química de processos fotossintéticos ao longo de centenas de milhões de anos.

Desta forma, o aumento de entropia é inexorável, pois reduções de entropia em um processo ocorrem em função da energia liberada por um aumento maior de entropia em outros processos. A Economia Ecológica enfatiza a natureza termodinâmica dos processos econômicos, que alimentam a baixa entropia de seus produtos e processos por meio da apropriação da energia e ativos derivados dos ecossistemas. Além disso, os resíduos de alta entropia gerados pelos processos econômicos vêm ultrapassando a capacidade dos processos ecossistêmicos em reconvertê-los em ativos de baixa entropia. Ademais, para muitos resíduos gerados inexistem nos ecossistemas processos capazes de reciclá-los, independentemente da disponibilidade de energia solar para tanto (CECHIN; VEIGA, 2009; GEORGESCU-ROEGEN, 1971; KRYSIAK, 2006).

Outro dos fundamentos da Economia Ecológica a ser destacado é o da Insostituibilidade do Capital Natural, já exposto anteriormente a partir da argumentação sobre o alinhamento da Economia Ecológica à corrente de Sustentabilidade Forte. Significa o entendimento de que não há possibilidade de substituição plena ou completa de Capital Natural por Capital Produzido, por exemplo, ou outro tipo de capital.

O “Pessimismo Prudente” completa o quadro de fundamentos da Economia Ecológica. Constanza (1989) define como “Pessimismo Prudente”, a postura que antagoniza o “Otimismo tecnológico” predominante nas proposições, discursos e narrativas sobre Desenvolvimento Sustentável. Este fundamento é sinérgico à Insostituibilidade, e reforça a posição cética da Economia Ecológica frente confiança na

inovação tecnológica na superação dos limites ecológicos e naturais. Para Cechin e Veiga (2009), o “otimismo tecnológico” representa uma postura ingênua, que considera que a tecnologia é capaz de permanentemente expandir os limites de exploração do Capital Natural, levando à desconsideração dos limites de eficiência das tecnologias e da singularidade dos serviços prestados pela natureza.

Em suma, para a Economia Ecológica existe uma escala ótima além da qual o aumento físico do subsistema econômico passa a custar mais do que o benefício que pode trazer ao bem estar da humanidade (CECHIN; VEIGA, 2009), e onde deve se considerar os limites biofísicos, a incerteza científica e o princípio da precaução (CAVALCANTI, 2004; COSTANZA, 1994).

4.2.4 Capital Natural.

O "Capital" é definido como o estoque de matéria ou informação disponível em um determinado momento. O uso deste capital possibilita um fluxo de serviços que pode ser empregado na transformação de materiais para aumentar grau de bem-estar da sociedade (DE GROOT et al., 2003). O "estoque de Capital" se constitui de: Capital Manufaturado (Produzido) como máquinas, construções; Capital Humano, referente às características intelectuais, físicas, sociais e culturais da humanidade e Capital Natural, como florestas, minerais, ecossistemas, atmosfera, entre outros bens naturais (COSTANZA et al., 1997; HAWKEN; LOVINS; LOVINS, 2007).

O Capital Natural, por sua vez, é um conceito-chave na Economia Ecológica, desenvolvido de forma pioneira por economistas ecológicos no final da década de 1980 e começo da década de 1990 (EKINS; FOLKE; DE GROOT, 2003a; PELENC e BALLETT, 2015) e refere-se às várias maneiras pelas quais o ambiente produz e suporta a maioria dos aspectos da existência humana (DALY, 1997).

Hawken, Lovins e Lovins (2007) apresentam o Capital Natural como os recursos, sistemas vivos e serviços do ecossistema. Para Costanza e Daly (1992), o Capital Natural pode ser considerado também como o estoque de recursos naturais existentes que geram um fluxo de serviços tangíveis e intangíveis, direta e indiretamente úteis aos seres humanos, conhecido como renda natural. Já De Groot et al. (2003) consideram o Capital Natural como sendo todo o estoque de recursos naturais ou de bens ambientais (solo,

água, atmosfera, ecossistemas, etc.) que forneçam um fluxo de bens ou serviços úteis, agora e no futuro, diferindo da definição anterior ao conferir um caráter temporal ao conceito.

No campo da Economia Ecológica, o Capital Natural é definido como um conjunto de sistemas complexos, constituídos por elementos bióticos e abióticos em coevolução, que interagem para determinar a capacidade de um ecossistema de fornecer direta e / ou indiretamente uma ampla gama de Funções e Serviços Ecossistêmicos para a sociedade humana (PELENC e BALLETT, 2015).

No que concerne aos documentos do IIRC, o entendimento do termo Capital Natural é manifestado no documento *CAPITALS: Background paper for <IR>* e no documento Estrutura Internacional para Relato Integrado (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2013a, 2013c). Neles encontramos a referência ao conceito de Capital Natural, que é um conceito-chave na Economia Ecológica (EKINS; FOLKE; DE GROOT, 2003a), bem como a recorrência de autores e referências associados à Economia Ecológica ao abordar tal conceito.

Como resultado do trabalho de um Grupo de Colaboração Técnica (GCT), estabelecido pela Força Tarefa Técnica do IIRC (*The Technical Task Force of the International Integrated Reporting Council* (IIRC)), foi concebida a publicação *CAPITALS: Background paper for <IR>*, que propõe a articulação dos diversos capitais adotados pelo IIRC, dentre eles, o Capital Natural.

O documento provê uma categorização e descrição dos diversos capitais utilizados até então pelo IIRC (por exemplo, na proposição do protótipo da Estrutura - *Prototype Framework*, um ano antes (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2012e) da publicação da Estrutura para RI em dezembro de 2013).

Além disso, tal documento declara que as informações apresentadas são reflexo da visão coletiva dos participantes do GCT, não necessariamente representando a visão de suas organizações ou do IIRC. No entanto, a categorização e descrição dos capitais, que é apresentada nesse documento, objetiva também contribuir e servir de base para o desenvolvimento da Estrutura para RI (lançada posteriormente, em dezembro do mesmo ano - 2013), além de prover exemplos práticos para os usuários sobre como aplicar o conceito de capitais, conforme ilustra o trecho a seguir:

[...] *Its primary focus is the examination, in Section 4, of the categorization and descriptions of the various capitals used in the Prototype Framework, which will both inform further development of the Framework and provide practical insights to reporters and others on how to apply the capitals concept.*

(INTERNATIONAL INTEGRATED RREPORTING COUNCIL, 2013c, p.2).

Neste sentido, a categorização e descrição dos capitais apresentada no documento *CAPITALS: Background paper for <IR>* foi mantida até a publicação do documento intitulado Estrutura Internacional para Relato Integrado. De modo que o entendimento então apresentado ajudou a construir a Estrutura que hoje orienta as empresas que adotam a prática do Relato Integrado.

Com a finalidade de ajudar as organizações a determinar em que partes do Capital Natural têm maior dependência e impacto, o documento *CAPITALS: Background paper for <IR>* apresenta na sua página 12 um quadro com as seguintes definições para o termo Capital Natural:

[...] The concept of natural capital, often understood as any stock of natural resources or environmental assets that provides a flow of useful goods or services, now and in the future (BRAND, 2009, p.608).

[...] Natural capital is a metaphor to indicate the importance of elements of nature (e.g., minerals, ecosystems and ecosystem processes) to human society. Natural ecosystems are defined by a number of environmental characteristics that in turn determine the ecosystems' capacity to provide goods and services." (EKINS, et al., 2003b, p.169).

[...] Natural capital may thus be defined as any stock of natural resources or environmental assets (such as soil, water, atmosphere, ecosystems) which provide a flow of useful goods or services, now and in the future (DE GROOT, et al., 2003, p.188).

Em seguida o documento apresenta a seguinte sugestão de definição do termo Capital Natural:

[...] Natural capital: All renewable and non-renewable environmental stocks that provide goods and services that support the current and future prosperity of an organization. It includes:

- *air, water, land, forests and minerals*
- *biodiversity and ecosystem health (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2013c. p.15).*

Este trecho, por sua vez, corresponde exatamente à mesma definição apresentada pelo documento Estrutura Internacional para Relato Integrado, demonstrando a manutenção do entendimento sugerido pelo GCT, proposto no documento orientativo, publicado anteriormente à Estrutura para Relato Integrado.

4.3 A SUSTENTABILIDADE NO CONTEXTO EMPRESARIAL E OS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE

Se por um lado há diversos marcos na governança internacional e no âmbito acadêmico que advogam pelo protagonismo dos limites biofísicos da natureza nas estratégias humanas para sustentabilidade, no setor empresarial não se observa o mesmo, especialmente quando observadas as duas principais abordagens que influenciaram o contexto empresarial desde o início da década de 1990: A Ecoeficiência e o *Triple Bottom Line* (TBL).

Sendo a Ecoeficiência uma abordagem que se tornou predominante no que concerne às práticas do setor empresarial direcionadas à sustentabilidade (THE WORLD BUSINESS COUNCIL FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT, 2000) e a abordagem TBL uma importante e cada vez mais utilizada forma de contabilidade socioambiental (RAMBAUD; RICHARD, 2015), o tópico a seguir apresenta o contexto no qual se originaram estas duas abordagens, trazendo desde a discussão sobre o papel e responsabilidade das empresas com a sociedade até a emissão de relatórios não financeiros, passando pelo florescimento da Responsabilidade Social Corporativa (RSC). Além disso, ambas abordagens são detalhadas analisando sua proximidade ou distanciamento com a ideia de limites biofísicos.

4.3.1 O Papel das empresas e a Responsabilidade Social Corporativa (RSC)

Não há claro consenso quanto ao papel das empresas na sociedade¹³, e as diferentes perspectivas têm influenciado na forma de atuação das corporações, transformando suas ações ao longo do tempo.

De acordo com Reinhardt, Stavins e Vietor (2008) e Reinhardt e Stavins (2010), a perspectiva predominante, conhecida como “Teoria do Acionista”, respalda-se no argumento do economista norte americano Milton Friedman que, no quarto parágrafo de seu artigo intitulado “*The Social Responsibility of Business is to Increase its Profits*”, declara:

¹³ A discussão aqui apresentada sobre o papel das empresas na sociedade se restringe à questão de obrigações legais, especialmente ao contexto norte americano, de modo que a discussão sobre o tema se faz mais ampla do que o apresentado.

[...] In a free-enterprise, private-property system, a corporate executive is an employee of the owners of the business. He has direct responsibility to his employers. That responsibility is to conduct the business in accordance with their desires, which generally will be to make as much money as possible while conforming to the basic rules of the society, both those embodied in law and those embodied in ethical custom (FRIEDMAN, 1970).

O excerto deixa clara a ideia de que, os executivos das empresas não têm outra responsabilidade senão prover o máximo de lucro possível para seus acionistas. Como consequência da ampla reprodução de tal pensamento, a maior parte das empresas considera que a criação de um mundo mais sustentável, em nome do bem público, exige o sacrifício de parte dos lucros e do valor gerado ao acionista, o que tem se configurado como uma barreira para a adoção de práticas associadas à sustentabilidade (HART; MILSTEIN, 2004).

Reinhardt, Stavins e Vietor (2008) e Reinhardt e Stavins (2010) apontam uma versão mais sutil da “Teoria do Acionista”, mas ainda alinhada com esta. Trata-se da teoria dos contratos ou o “nexo de contratos”, de Jensen e Meckling (1976), na qual a empresa é tida como um conjunto de contratos legais entre os fornecedores de vários fatores de produção, que concordam em cooperar, objetivando gerar retornos monetários. Nesta relação de contratos, os proprietários da maioria dos fatores de produção-trabalho (terra, direitos de propriedade intelectual, etc.), recebem pagamentos fixos com pouco risco. Por sua vez, os acionistas - fornecedores de capitais - aceitam o risco financeiro residual de fazer negócios, em troca de receber os lucros residuais. De acordo com este contexto, onde os acionistas não possuem valores fixos a receber por contratos, qualquer quantia que seja destinada a outras atividades como “benefício social”, por exemplo, sai diretamente de “seus bolsos”, sendo então, a RSC considerada quase como uma espécie de apropriação indevida (REINHARDT; STAVINS; VIETOR, 2008; REINHARDT; STAVINS, 2010).

Um segundo ponto de vista em relação ao papel das empresas é encontrado no modelo de equipe de produção (*Team-production model*), de Blair e Stout (1999), que vê a empresa como a solução para o problema de risco moral que surge quando os proprietários dos fatores de produção devem fazer investimentos específicos das empresas, mas temem não ser recompensados *ex post* (REINHARDT; STAVINS; VIETOR, 2008; REINHARDT; STAVINS 2010). Para resolver este problema, o conselho de administração age como um “mediador hierárquico” neutro, que aloca lucros residuais para todos os fatores de produção (membros da equipe) de acordo com as suas contribuições relativas, evitando vieses advindos de influências e relações pessoais dos

indivíduos do conselho de administração (BLAIR; STOUT, 1999; CHEFFINS, 2015; REINHARDT; STAVINS; VIETOR, 2008; REINHARDT; STAVINS 2010). Sob este modelo, sacrificar os lucros em nome do interesse social é legal, desde que os lucros sejam atribuídos a um fator de produção.

Reinhardt e Stavins (2010) trazem ainda um terceiro ponto de vista, que corresponde ao modelo chamado por Elhauge (2005) de “discrição operacional”. Tal modelo sustenta que a lei concede aos gerentes corporativos discrição para cumprir as normas sociais e morais, mesmo que isso reduza os lucros dos acionistas, o que blindaria gerentes corporativos que eventualmente optem por sacrificar lucros em nome do interesse público (ELHAUGE 2005; REINHARDT; STAVINS; VIETOR, 2008; REINHARDT; STAVINS, 2010).

Por último, Reinhardt e Stavins (2010) resgatam Sheehy (2005) e Gabaldon, (2006) para apresentar um quarto ponto de vista que corresponde a uma "visão progressista", que entende que empresa está organizada para o benefício da sociedade em geral ou, pelo menos, que os diretores têm responsabilidades fiduciárias que se estendem a uma grande variedade de partes interessadas. Sob este ponto de vista, sacrificar os lucros em nome do interesse público é totalmente legal (REINHARDT; STAVINS; VIETOR, 2008; REINHARDT; STAVINS, 2010).

É importante destacar que as questões relativas ao papel das empresas na sociedade, no que tange ao sacrifício de seus lucros em nome do interesse público, já vêm sendo feitas no âmbito acadêmico desde a década de 1930¹⁴ e que esta discussão gira em torno da legalidade e moralidade do sacrifício de lucros por parte das empresas em nome do interesse público (REINHARDT; STAVINS, 2010). De igual maneira, ressalta-se que o interesse público, neste caso, engloba as esferas social e ambiental (REINHARDT; STAVINS; VIETOR, 2008).

A exposição destes quatro pontos de vista nos permite observar que desde a primeira visão da “Teoria do Acionista” até a “Visão Progressista” houve uma flexibilização em relação ao papel das empresas na sociedade, na qual ampliaram-se as obrigações destas para além de seus acionistas somente.

Esta progressiva mudança de visão tem como pano de fundo um cenário de

¹⁴ De acordo com Reinhardt, Stavins e Vietor (2008) o debate acadêmico sobre a legalidade de sacrificar lucros em nome do interesse público parece ter iniciado em 1932 com os artigos antagônicos de Dodd e Merrick (1932) e Berle (1932), intitulados: ‘*For Whom Are Corporate Managers Trustees?*’ no simpósio: *Harvard Law Review symposium*.

turbulências sociais, econômicas e políticas ocorridas no século XX (CARIDADE, 2012) e onde diversos movimentos em busca de melhores condições de trabalho surgiram nos Estados Unidos e Europa, a partir dos anos 50 (BURSZTYN; BURSHTYN, 2013). Neste cenário, o ideal de desenvolvimento como algo estritamente associado ao crescimento econômico, passa a assumir uma configuração que valoriza a esfera socioeconômica. A partir disto, o desenvolvimento se torna uma expressão indissociável de bem-estar, de democracia e do papel do Estado na redução dos riscos e incertezas (tanto sociais como econômicas) (BURSZTYN; BURSHTYN, 2013). Neste sentido, começa a surgir uma nova proposta de modelo de gestão, questionando o princípio da responsabilidade limitada e do acionista como único “senhor” das empresas privadas (CARIDADE, 2012).

Permeado por este contexto, surge então uma das mais importantes contribuições para a mudança de paradigma em relação ao papel das empresas na sociedade: a “Teoria dos *Stakeholders*”, de Edward Freeman (1984), que apresenta novos pressupostos para a gestão das empresas e questiona as bases da “Teoria do Acionista”, segundo a qual a responsabilidade das empresas se limita à geração de retorno financeiro para os acionistas (CARIDADE, 2012; FREEMAN, 1984; FRIEDMAN, 1970; REINHARDT; STAVINS; VIETOR, 2008; REINHARDT; STAVINS, 2010).

A “Teoria dos *Stakeholders*” de Freeman diz que: para que qualquer negócio tenha sucesso, é imprescindível que ele crie valor para os clientes, fornecedores, empregados, comunidade e financiadores: acionistas, bancos e outros, alegando-se que não se pode considerar nenhuma dessas partes isoladamente. Assim sendo, os diversos interesses devem ser considerados e conciliados (FREEMAN, 2009). A “Teoria dos *Stakeholders*” destaca também a importância que a relação entre os diversos *Stakeholders* tem para a criação de valor da empresa. Deste modo, ao priorizar um grupo de *Stakeholders* (investidores, na imensa maioria dos casos), perde-se o que faz o capitalismo realmente funcionar, ou seja, a interação destes *Stakeholders*, que juntos são capazes de criar algo que nenhum deles poderia criar sozinho (FREEMAN, 2009).

Desde a “Teoria do Acionista” o debate tem continuado, fornecendo campo fértil para o avanço da Responsabilidade Social Corporativa (RSC), que tem recebido considerável atenção pelo público e pela academia, especialmente na área ambiental (REINHARDT; STAVINS; VIETOR, 2008). A contribuição de Freeman foi fundamental para fomentar uma mudança de paradigma no ambiente empresarial e teve significativa influência sobre a gestão das empresas nas últimas décadas do século XX, sendo a pedra

fundamental da motivação para a Responsabilidade Social Corporativa (RSC) ao destacar a importância dos relacionamentos de uma empresa com um amplo conjunto de indivíduos e organizações, além de apenas os acionistas (BARNETT, 2005).

A RSC¹⁵ é frequentemente descrita como qualquer atividade corporativa discricionária que se destina a promover o bem estar social (BARNETT, 2005). O mesmo Barnett (2005) diferencia as ações de RSC, pois estas se distinguem de outros investimentos corporativos, por sua orientação para o bem estar social, ao passo que outros investimentos possuem uma orientação para o melhoramento da relação com *Stakeholders*. Para McWilliams e Siegel (2001) a RSC é definida como ações que aparecem para promover algum bem social, para além dos interesses da empresa, ao passo que Reinhardt, Stavins e Vietor (2008) resgatam uma definição mais sintética, originalmente oferecida por Elhauge (2005), sendo a RSC o sacrifício de lucros em nome do bem estar social.

Por um lado a RSC possui críticos, alinhados com a “Teoria do Acionista” de Friedman (1970), que afirmam que o gasto de recursos limitados com questões sociais diminui significativamente a competitividade de uma empresa por aumentar seus custos. Por outro lado, os defensores da RSC argumentam que, quando se tem uma visão mais esclarecida sobre as empresas, obtém-se legitimidade e vantagem competitiva, podendo concluir-se que a RSC é, de fato, de interesse das empresas (BARNETT, 2005).

Para Barnett (2005), de uma maneira geral, acredita-se que a RSC (por exemplo, a filantropia) aumenta a confiabilidade e legitimidade de uma empresa, fortalecendo as relações com as partes interessadas importantes (por exemplo, aumenta a aprovação por parte da sociedade), o que diminui os custos de transação e assim leva ao ganho financeiro (por exemplo, maior confiança por parte dos órgãos de proteção ambiental e dos direitos humanos). Neste sentido, este mesmo autor lista algumas contribuições acadêmicas que, com diferentes argumentos, são favoráveis à RSC, como: King e Lenox (2000), Fombrun, Gardberg e Barnett (2000) e Porter e Van Der Linde (1995).

Dentre estes, destacamos a influência de Porter e Van der Linde (1995) sobre a mudança de paradigma, no que concerne à visão convencional entre economistas, políticos e gestores de negócios, de que a proteção do meio ambiente (por meio da incorporação da RSC) vem acompanhada de um custo adicional para as empresas que

¹⁵ A discussão sobre a Responsabilidade Social Corporativa aqui apresentada se restringe a uma das vertentes existente, sendo o estudo e a discussão sobre o tema mais amplos do que o apresentado.

pode prejudicar a sua competitividade (AMBEC et al., 2013).

Porter e Van Der Linde (1995), baseando-se principalmente em estudos de caso, argumentam que a poluição é, na maior parte das vezes, um desperdício de recursos e que a redução da poluição pode levar a uma melhoria da produtividade com que os recursos são utilizados. Eles argumentam também que as normas ambientais mais rigorosas e bem elaboradas (em especial instrumentos econômicos, tais como impostos, subsídios ou licenças de emissão *cap-and-trade*) podem configurar-se como um "gatilho" para a inovação, que por sua vez pode compensar os custos decorrentes do cumprimento destas normas. Outros autores endossam este ponto de vista, chamando a atenção para as oportunidades de criação de valor para as empresas (HART; MILSTEIN, 2004) e para a importância da incorporação desta mentalidade para a sobrevivência e competitividade das empresas em longo prazo (NIDUMOLU; PRAHALAD; RANGASWAMI, 2009).

4.3.2 A Ecoeficiência e o *Triple Bottom Line* (TBL)

No contexto da RSC duas abordagens se destacam entre as práticas empresariais: a Ecoeficiência, por configurar-se como um conceito que se tornou predominante no setor empresarial (THE WORLD BUSINESS COUNCIL FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT, 2000) e a *Triple Bottom Line* (TBL), por sua importância e influência na contabilidade socioambiental (RAMBAUD, RICHARD, 2015).

Em 1991 o então Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável (*The Business Council for Sustainable Development* - BCSD), que agora é o WBCSD (*World Business Council for Sustainable Development*), usou pela primeira vez o termo Ecoeficiência, estabelecendo a ligação entre desempenho ambiental e benefícios econômicos. Em seguida, Stephan Schmidheiny e o BCSD disseminaram o conceito em todo o mundo através da publicação intitulada *Changing Course: A global business perspective on development and environment*, em 1992. (SCHMIDHEINY; THE BUSINESS COUNCIL FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT, 1992; WORLD BUSINESS COUNCIL FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT, 2006, 2016).

Esta publicação é o resultado dos preparativos do BCSD para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada em 1992, no Rio de Janeiro, e contou com a contribuição de cerca de cinquenta líderes empresariais de países em desenvolvimento e desenvolvidos (VAN DEN BELT, 1994).

A primeira definição de Ecoeficiência proposta por Schmidheiny, em 1992, e acordada entre os participantes do primeiro *workshop multi-stakeholder* sobre Ecoeficiência, em 1993 (OLIVEIRA; CAMANHO; ZANELLA, 2017; WORLD BUSINESS COUNCIL FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT, 2000), foi a seguinte:

[...] *Eco-efficiency is achieved by the delivery of competitively priced goods and services that satisfy human needs and bring quality of life, while progressively reducing ecological impacts and resource intensity throughout the life-cycle to a level at least in line with the earth's estimated carrying capacity* (WORLD BUSINESS COUNCIL FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT, 2000, p. 9, grifo nosso).

Por sua vez, a *The Organization for Economic Co-operation and Development* - OECD (1998) define Ecoeficiência como “*the efficiency with which ecological resources are used to meet human needs*”. A Agência Ambiental Europeia (*European Environment Agency* - EEA), define a Ecoeficiência como “*a strategy or an approach aimed at decoupling resource use and pollutant release from economic activity*” (EUROPEAN ENVIRONMENT AGENCY, 1999). Já a Comissão Econômica para Ásia e Pacífico (*Economic and Social Commission for Asia and the Pacific* – ESCAP) define Ecoeficiência como: “*a key element for promoting fundamental changes in the way societies produce and consume resources, and thus for measuring progress in green growth*” (ECONOMIC AND SOCIAL COMMISSION FOR ASIA AND THE PACIFIC, 2009).

Segundo a ISO/DIS 14045, intitulada: “Gestão ambiental - Avaliação da Ecoeficiência dos sistemas de produtos - Princípios, requisitos e diretrizes”, a Ecoeficiência é definida da seguinte maneira: “*Eco-efficiency is a quantitative management tool that enables the consideration of life cycle environmental impacts of a product system alongside its product system value to a stakeholder*” (INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION, 2012).

O glossário da Agência de Proteção Ambiental Americana (*United States Environmental Protection Agency* – EPA) não define diretamente o termo Ecoeficiência, mas o termo “análise de Ecoeficiência” como: “*Eco-efficiency Analysis: an assessment aimed at maximizing a production process' economic efficiency while minimizing the impact on the environment*” (UNITED STATES ENVIRONMENTAL PROTECTION AGENCY, 2017).

Segundo Oliveira, Camanho e Zanella (2017) o WBCSD enriqueceu posteriormente o conceito de Schmidheiny e *The Business Council for Sustainable Development* (1992) descrevendo a Ecoeficiência no nível da empresa como uma

capacidade comercial para manter o negócio competitivo (ou seja, aumentar o valor), reduzindo os requisitos de materiais e energia, minimizando a dispersão de resíduos tóxicos e maximizando o uso sustentável de recursos renováveis (WORLD BUSINESS COUNCIL FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT, 2000).

Neste sentido, é possível observar que a definição de Ecoeficiência sofreu variações conforme o passar dos anos e conforme as diversas organizações que fazem uso deste conceito. Destas variações destacamos o desaparecimento da referência aos limites do Capital Natural, presente na primeira definição proposta por Schmidheiny e *The Business Council for Sustainable Development* (1992): “*to a level at least in line with the earth’s estimated carrying capacity*”.

A alusão e preocupação com os limites da capacidade de suporte do planeta não é observada nas definições posteriores de outras instituições. Destas, faz-se importante resgatar a abordagem - destacada por Oliveira, Camanho e Zanella (2007) - do conceito de Ecoeficiência no nível da empresa, proposta anos mais tarde pelo *The World Business Council For Sustainable Development* (2000), onde tampouco se faz alusão à ideia de limites ou capacidade de suporte do ecossistema, enfocando a otimização da utilização de matérias primas, a diminuição da poluição e a preferência por recursos-renováveis.

Além disso, o distanciamento da abordagem da Ecoeficiência em relação à preocupação com limites ecossistêmicos pode ser notada desde sua origem, na própria obra de Schmidheiny e *The Business Council for Sustainable Development* (1992), por exemplo, no trecho a seguir:

[...] The present limits to growth are not so much those imposed by resources, such as oil and other minerals, as argued by the 1972 Club of Rome report The limits to growth. In many cases they arise more from a scarcity of ‘sinks’, or systems that can safely absorb wastes. The atmosphere, many bodies of water, and large areas of soil are reaching their own absorptive limits as regards wastes of all kinds. (SCHMIDHEINY; THE BUSINESS COUNCIL FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT, 1992, p.9).

Segundo tal publicação, os limites ao crescimento não são tanto aqueles impostos por recursos, como argumentado pelo Clube de Roma em 1972 (*Limits to growth*), sendo que surgem mais de uma escassez de "sumidouros", ou sistemas que possam absorver com segurança os resíduos, por exemplo (SCHMIDHEINY; THE BUSINESS COUNCIL FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT, 1992).

Neste sentido, ficam claras a tônica da obra e a narrativa por trás do conceito de Ecoeficiência. Baseando-se tanto na necessidade de reduzir a degradação ambiental como de sobreviver como empresas (VAN DEN BELT, 1994), busca-se transmitir a ideia de

que crescimento econômico e preservação ambiental não são objetivos conflitantes (MOTTA, 1993).

A Ecoeficiência, junto às práticas de RSC definem grande parte da atual agenda de sustentabilidade corporativa (BOCKEN, et al., 2014), além de corresponder a uma das principais diretrizes internacionais de sustentabilidade focadas nos níveis micro e meso das empresas (OLIVEIRA; CAMANHO; ZANELLA, 2017). No entanto, assim como a abordagem *Triple Bottom Line* (TBL), esta mostra-se insuficiente para fornecer as mudanças necessárias para alcançar sustentabilidade social e ambiental a longo prazo (BOCKEN, et al., 2014).

No que diz respeito à abordagem denominada *Triple Bottom Line* (TBL), descrita por Elkington (1999) como uma forma de contabilização de impactos econômicos, sociais e ambientais das organizações, esta tem suas origens na definição de Desenvolvimento Sustentável do Relatório Brundtland de 1987, onde as mazelas sociais estavam diretamente ligadas à degradação ambiental, ao passo que o crescimento econômico era tido como um mecanismo essencial para combater a pobreza (LAMBERTON, 2005; WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT, 1987).

Neste sentido, as críticas à abordagem TBL se relacionam com as críticas ao conceito de Desenvolvimento Sustentável que, ao contemplar uma vasta aliança de adesões à ideia, perdeu precisão quanto à sua definição, sendo esta uma das razões para a ampla aceitação do conceito. A definição do relatório Brundtland é pura, porém inexata, o que permite que diversos atores sociais utilizem o termo para expressar ideias e propostas divergentes (ADAMS, 2006; BURSZTYN; BURSZTYN, 2013).

O entendimento convencional do Desenvolvimento Sustentável se baseia no modelo de três “pilares” que, como já exposto, está associado à chamada Sustentabilidade Fraca, que por sua vez contempla a possibilidade de compensação e substituição entre as três dimensões da sustentabilidade: ambiental, social e econômica, ao passo que para a Sustentabilidade Forte tais compensações e substituições devem ser limitadas, observando-se os limites sociais e ambientais às atividades econômicas (ADAMS, 2006).

Na prática, tal abordagem culmina em decisões, por parte de diversos agentes, tais como governos, empresas e outros atores, que enfatizam a esfera (ou o “pilar”) da economia em detrimento das outras dimensões. Neste sentido, autores alinhados com o conceito de Sustentabilidade Forte criticam o tripé da Sustentabilidade Fraca, com base na alegação de que este acaba se configurando como um sistema de relações assimétricas

entre as três dimensões, com uma inevitável prevalência da esfera econômica. Como consequência, esta seria a maior razão pela qual o meio ambiente continuaria a ser degradado (ADAMS, 2006; BURSZTYN; BURSZTYN, 2013). A figura 5 a seguir ilustra a referida assimetria:

Figura 5: Assimetria resultante da ênfase dada ao aspecto econômico.

Fonte: Elaboração própria, adaptada de Bursztyn e Bursztyn (2013).

Dialogando diretamente com a ideia do tripé da sustentabilidade, a abordagem TBL serve de base para o que Elkington (1999; 1993) descreve como uma forma de *sustainability accounting*, que tem como objetivo relatar sobre os impactos econômicos, sociais e ambientais de uma organização (ELKINGTON, 1997).

Também alvo de críticas, a abordagem TBL é questionada quanto à sua efetividade, no sentido que sofre de severas limitações, principalmente no que concerne à proteção do Capital Humano e Natural. Para alguns autores, apesar de aparentemente promover a sustentabilidade, o modelo TBL revela-se apenas uma extensão do *Business as usual*, que eventualmente favorece e destaca situações sem as reais tensões e conflitos entre a preservação de diferentes tipos de capital (RAMBAUD; RICHARD, 2015). Para Bocken et al. (2014) tal abordagem não é suficiente para atingir as mudanças necessárias para o alcance da sustentabilidade nas esferas social e ambiental a longo prazo.

Neste sentido, assim como no caso da abordagem da Ecoeficiência, também é possível observar um distanciamento em relação à Sustentabilidade Forte, não havendo uma preocupação explícita com limites biofísicos dos ecossistemas ou capacidade de suporte do Capital Natural.

A ideia de três dimensões da sustentabilidade (social, econômica e ambiental) tornou-se o cerne do paradigma predominante em sustentabilidade (ADAMS, 2006), influenciando significativamente a contabilidade ambiental. Esta última tem recebido atenção crescente na literatura contábil acadêmica, desde o início dos anos 1990 (LAMBERTON, 2005), especialmente no contexto da RSC, cuja gestão é voltada aos aspectos econômicos, sociais e ambientais, seguindo a proposição do TBL (MARIMON et al., 2012).

Neste contexto, a divulgação de informações não financeiras tem crescido e se tornado prática comum nas empresas, como uma tentativa de responder às expectativas, pressões e críticas dos *Stakeholders*, que por sua vez demandam ser melhor informados sobre os impactos sociais e ambientais das empresas (BOIRAL, 2013). A influência dos *Stakeholders*, bem como o florescimento da RSC foram importantes para a abertura na comunicação corporativa, devido à influência direta desses dois fatores sobre o desempenho financeiro das empresas (BARNETT, 2005).

As oportunidades de criação de valor (HART; MILSTEIN, 2004) e a importância da incorporação RSC para a sobrevivência e competitividade das empresas em longo prazo (NIDUMOLU; PRAHALAD; RANGASWAMI, 2009) têm sido fatores norteadores das empresas quanto às suas ações e estratégias de comunicação, refletindo-se no surgimento de novos tipos de relatórios e de organizações (GRI, SASB, IIRC, RI, entre outros.¹⁶) preocupadas com a divulgação de informações não-financeiras e

¹⁶ GRI (*Global Reporting Initiative*) é uma organização internacional independente que ajuda empresas, governos e outras organizações a compreender e comunicar o impacto dos negócios em questões críticas de sustentabilidade, como as mudanças climáticas, os direitos humanos, a corrupção e muitos outros (GLOBAL REPORTING INITIATIVE, 2016).

RI (Relato Integrado) é um processo baseado em Pensamento Integrado que resulta em um relatório integrado periódico, publicado por uma organização, sobre a geração de valor ao longo do tempo e as respectivas comunicações sobre aspectos da geração de valor (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2013a).

SASB (*Sustainability Accounting Standards Board*), uma organização criada em 2011, cuja missão é desenvolver e disseminar as normas de contabilidade de sustentabilidade que ajudam as empresas de capital aberto a divulgar seus materiais e informação útil para decisão dos investidores (SUSTAINABILITY ACCOUNTING STANDARDS BOARD, 2016).

IIRC (*International Integrated Reporting Council*), fundado em 2010 é uma coalizão global de reguladores,

direcionadas a um público mais amplo de *Stakeholders*. Ademais, nos últimos anos tem sido observado um significativo aumento no número de empresas que divulgam informações não financeiras (ERNST & YOUNG, 2015; KLYNVELD PEAT MARWICK GOERDELER, 2015).

Algumas versões de relatórios que se baseiam em TBL, tentam usar unidades monetárias para medir o desempenho econômico, social e ambiental, enquanto outras versões, como a *GRI Sustainability Accounting Guidelines*, utilizam uma grande variedade de indicadores para medir o desempenho de uma empresa em direção ao objetivo da sustentabilidade (LAMBERTON, 2005). A GRI, que representa o padrão para relatórios de sustentabilidade mais amplamente utilizado no mundo (BROWN; JONG; LEVI, 2009; MARIMON et al., 2012) é apresentada a seguir.

4.3.3 A GRI (Global Reporting Initiative)

A Global Reporting Initiative (GRI) foi criada em 1997 no âmbito da iniciativa da Coalizão Norte-Americana para Economias Ambientalmente Responsáveis (*North American Coalition for Environmentally Responsible Economies - CERES*) de Boston e do Instituto Tellus. Em 1999, o Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas (UNEP) juntou-se como um parceiro para garantir uma perspectiva internacional à iniciativa (GLOBAL REPORTING INITIATIVE, 2016a).

A GRI é uma organização internacional independente que auxilia as empresas, governos e outras organizações a compreender e comunicar o impacto da empresa sobre questões críticas de sustentabilidade, tais como as alterações climáticas, direitos humanos, corrupção e entre outras (GLOBAL REPORTING INITIATIVE, 2016a). Além disso, a GRI configura-se como um processo internacional, de longo prazo e *multi-stakeholder*, cuja missão é desenvolver e disseminar diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade globalmente aplicáveis. Estas orientações destinam-se ao uso voluntário por organizações e para informar sobre as dimensões econômicas, ambientais e sociais de suas atividades, produtos e serviços (GLOBAL REPORTING INITIATIVE, 2002).

investidores, empresas, formadores de padrão, contabilistas e organizações não governamentais. Juntos, essa coalizão partilha da opinião de que a comunicação sobre a criação de valor deve ser o próximo passo na evolução da comunicação corporativa e, para tal é proponente do RI (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2013a).

Além disso, uma das principais funções da GRI é permitir que os acionistas e outras partes interessadas tomem decisões bem informadas sobre os investimentos e a aquisição de bens e serviços da empresa relatora. Seu objetivo é fornecer orientações para apresentar uma visão mais clara dos impactos ambientais e sociais de uma empresa. Para tal, a GRI sugere indicadores de desempenho que estão diretamente relacionados a cada um dos princípios do Pacto Global, conforme refletido em suas diversas seções de conteúdo: aspectos econômicos, impactos ambientais, práticas trabalhistas, direitos humanos, aspectos sociais e de responsabilidade do produto (GLOBAL REPORTING INITIATIVE, 2016b; MARIMON et al., 2012).

Deste modo, resta evidente o caráter inclusivo do GRI em relação a uma ampla gama de *Stakeholders* interessados em temas de cunho social e ambiental. Tal caráter inclusivo se vê através de seu enfoque sobre informações não financeiras, de maneira a contemplar outras partes interessadas além dos acionistas das empresas.

No entanto, a GRI sofre críticas quanto à sua efetiva contribuição para a sustentabilidade. Gray (2010) argumenta que, apesar de a iniciativa GRI oferecer um meio de produzir uma narrativa que se aproxime de uma noção de sustentabilidade, por meio de uma abordagem TBL, nenhuma tentativa é feita para explicitar relações significativas entre as exigências da sustentabilidade global e as atividades organizacionais.

Sendo a pioneira na abordagem TBL (ADAMS, 2015), sua compatibilidade com a resiliência ambiental é bastante questionável, dada a natureza do TBL, associada a uma diretriz de crescimento econômico contínuo (COSTANZA; DALY, 1992; LAMBERTON, 2005). Não se observa nestes relatórios de sustentabilidade no modelo da GRI um marco ou referencial que represente uma mobilização ou um conjunto de ações que reflita uma preocupação com os limites de exploração dos recursos naturais ou com a capacidade de suporte dos ecossistemas.

4.3.4 O IIRC e o Relato Integrado.

4.3.4.1 Fundamentos

O IIRC tem sua origem associada a outras iniciativas que começaram a pensar alternativas para a governança e divulgação de informações corporativas. A sua jornada

tem início em 1994, com o lançamento do primeiro Código King de princípios de governança corporativa da África do Sul (*South Africa's first King Code of Corporate Governance Principles*), que ficou conhecido como “King I”. Lançado pelo Comitê King (*King Committee*), possui este nome em alusão e reconhecimento ao seu fundador Mervyn King (DUMAY et al., 2016; STEWART, 2010).

Em 2002, por ocasião da Cúpula da Terra (*Earth Summit*) realizada em Joanesburgo, África do Sul, Mervyn King, por meio de seu comitê, motivou-se e viu a necessidade de reescrever o código “King I” (STEWART, 2010), lançando o que ficou conhecido como “King II”. Este segundo documento possui suas bases no modelo da GRI e na abordagem TBL e introduziu o termo “*Integrated Sustainability Reporting*”. Ademais, ao ter sido parcialmente adotado pela bolsa de valores de Nova Iorque e pela Lei Sarbanes-Oxley após o colapso de grandes empresas como Enron e WorldCom, a noção de governança corporativa apregoada pelo “King II” se estabeleceu à época como principal influenciadora no que tange aos princípios de governança corporativa internacional (DUMAY et al., 2016).

No entanto, foi em 2009 que se firmou a proposição do Relatório Integrado, através da publicação do documento intitulado *King Report on Governance for South Africa*, também conhecido como “King III”, que estabelece e recomenda princípios de governança corporativa, além de introduzir o termo “*Integrated Report*” (Relatório Integrado) que corresponderia à integração de informações financeiras e de sustentabilidade em um “Relatório Integrado”, a ser preparado anualmente pelas empresas (DUMAY et al., 2016; PRICE WATERHOUSE COOPERS, 2009). Ademais, traz em seu capítulo 9 o entendimento do termo “*Integrated Reporting*” (Relatório Integrado), correspondendo a uma representação holística e integrada do desempenho de uma organização em termos financeiros e de sustentabilidade (DUMAY et al., 2016).

Tendo significativa influência não somente na África do Sul, mas também no Reino Unido, a publicação de Relatório Integrado, baseado nos princípios do código “King III”, passou a ser obrigatória em março de 2010 para entidades listadas na bolsa de valores de Joanesburgo (*Johannesburg Stock Exchange - JSE*) (DUMAY et al., 2016), o que levou ao estabelecimento do Comitê de Relatórios Integrados da África do Sul (*Integrated Reporting Committee of South Africa*), em Maio de 2010. O objetivo do comitê era elaborar orientações sobre as boas práticas em matéria de Relatórios

Integrados (GLOBAL REPORTING INITIATIVE, 2012), sendo a primeira iniciativa nacional a lançar um documento contendo objetivos e características de um Relatório Integrado (INTERNACIONAL FINANCE CORPORATION, 2012; MACIEL, 2015).

De forma paralela, em uma reunião no Reino Unido, em 2009, envolvendo representantes da GRI, do A4S (*Accounting for Sustainability Project*) e o próprio Mervyn King, discutiu-se como a iniciativa do Relato Integrado (já em processo de maturação, especialmente na África do Sul), o A4S e a GRI poderiam unificar-se (DUMAY et al., 2016).

Em seguida, em 11 de setembro de 2009, Paul Druckman, então Diretor Executivo do A4S, e Ernst Ligteringen, CEO da GRI, convidaram Robert Eccles e Michael Krzus para uma reunião de *feedback* sobre um rascunho do livro “*One Report*” (DUMAY et al., 2016; ECCLES; KRZUS; RIBOT, 2014; ELKINGTON, 2009). Tal reunião, ocorrida no Palácio de *Saint James, Clarence House*, em Londres, 2009, teve fundamental importância, pois foi a primeira vez que duas das principais organizações no campo dos relatórios de sustentabilidade (A4S e a GRI) receberam atores líderes no campo da contabilidade para buscar maneiras de encaminhar a futura integração dos diversos tipos de relatórios que a maior parte das empresas produziam até então (ELKINGTON, 2009).

Em 17 de dezembro de 2009, em uma reunião promovida pelo então príncipe de Gales intitulada *The Prince's Accounting for Sustainability Forum*, o professor Mervyn King, fez observações no sentido de atentar para a necessidade urgente de estabelecer uma estrutura de relatórios conectada e integrada. Na mesma ocasião, Paul Druckman apelou à criação de um Comitê Internacional de Relatórios Integrados e de uma Estrutura de Relatório Integrado globalmente aceita (ECCLES; KRZUS; RIBOT, 2014).

Em decorrência destas discussões, em agosto de 2010 foi anunciada, pelo A4S e pela GRI, a fundação do *International Integrated Reporting Committee*, que passou a ser nominado como *International Integrated Reporting Council* em novembro de 2011 (DUMAY et al., 2016; ECCLES; KRZUS; RIBOT, 2014; INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL 2012b). O IIRC é uma coalizão global de reguladores, investidores, empresas, formadores de padrão, os contabilistas e organizações não governamentais (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2013a), envolvida na promulgação e aperfeiçoamento de sua Estrutura (ECCLES; KRZUS; RIBOT, 2014) e cuja missão é estabelecer o Relato Integrado e o

Pensamento Integrado como principal prática no setor empresarial e como norma nos setores público e privado (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2016b).

Se o IIRC tem sua fundação em 2010, as bases teóricas para o que temos hoje como Relato Integrado também tem origem no mesmo ano. É em 2010 que é lançado nos Estados Unidos o livro “*One Report: Integrated Reporting for a Sustainable Strategy*”, de Robert Eccles e Michael Krzus (DUMAY, 2016; GLOBAL REPORTING INITIATIVE, 2012) e traduzido para o português do Brasil, em 2011, sob o título “Relatório Único: divulgação integrada para uma estratégia sustentável”. No livro os autores introduzem a ideia do Relatório Único e apresentam seu entendimento sobre o conceito de forma mais restrita: como sendo um documento único disponibilizado física ou eletronicamente, visando comunicar a todas as partes que a empresa tem uma visão holística de seus interesses, sejam estes complementares ou antagônicos (ECCLES; KRZUS, 2011); e também sua versão sobre o conceito de forma mais ampla: como sendo uma divulgação de informação financeira e não financeira de uma maneira que se mostre o impacto de uma sobre a outra (DUMAY et al., 2016; ECCLES; KRZUS, 2011).

A obra seria a concretização de uma resposta coordenada internacionalmente para uma crise financeira e ambiental e apregoa a utilização de possibilidades da internet e das ferramentas tecnológicas da web 2.0 para passar do fornecimento de informações unidirecionais a um diálogo comunicativo contínuo entre uma empresa e suas partes interessadas (DUMAY et al., 2016; ECCLES; KRZUS, 2011).

A questão da sustentabilidade é transversal ao longo do livro. Por exemplo, aponta como a prática do Relatório Único pode ser fundamental para um desenvolvimento mais sustentável, ao demonstrar a adoção de uma estratégia sustentável por parte da empresa, baseada em um compromisso com a RSC, contribuindo assim para uma sociedade sustentável, levando em consideração as necessidades de todos os *Stakeholders*, incluindo acionistas (ECCLES; KRZUS, 2011).

Dentre as vantagens proporcionadas pela adoção da prática de um Relatório Único, estariam: o esclarecimento das relações e compromissos da empresa, uma melhoria no processo de tomada de decisão, um aprofundamento do engajamento das empresas com seus *Stakeholders* e, conseqüentemente, a diminuição de seu risco reputacional (ECCLES; KRZUS, 2011).

Neste sentido, a tônica da obra reforça a importância da adoção da prática do Relatório Único, por este configurar-se como uma prática de gestão que proporciona um aumento da eficiência informacional do mercado e uma melhor alocação de recursos entre todos os *Stakeholders*, em direção à criação de uma sociedade mais sustentável (ECCLES; KRZUS, 2011).

Como pode-se perceber, o contexto de surgimento do IIRC e do conceito que temos hoje do Relato Integrado envolveu diversas instituições e eventos (GRI, A4S, *King Committee* e o lançamento do livro “*One Report*”), que participaram de maneira direta ou indireta da fundação do IIRC. Ademais, algumas dessas organizações realizaram e publicaram estudos que contribuíram para o debate que resultou no que hoje é a ideia do Relato Integrado.

Feng (2014) destaca que existem de fato pelo menos três abordagens sobre o Relato Integrado: a do “*King III*”, a do livro de Eccles e Krzus “*One Report*” e a da Estrutura Internacional para Relato Integrado proposta em 2013, muito embora esta última tenha se tornado cada vez mais proeminente desde 2010. Deste modo, o relatório “*King III*” apresenta uma abordagem de governança corporativa na qual Relato Integrado é apenas um aspecto importante, enquanto o livro “*One Report*” enfatiza como as empresas podem tornar-se mais eficientes em relatar informações aos principais *Stakeholders*, não sendo orientada primordialmente pela governança corporativa, assim como o IIRC, que tampouco aborda a questão de governança corporativa diretamente (FENG, 2014).

Neste sentido, Dumay et al. (2016) constataram que há uma falta de compreensão crítica entre os pesquisadores sobre o que é o Relato Integrado e quais seus atributos. Mais do que isso, detectaram que diversas abordagens sobre o tema são claramente diferentes em termos de como definem: o Relato Integrado, Relatório Integrado, seu objetivo, o público-alvo e os meios de relatar. Tweedie (2014 apud DUMAY et al., 2016) enfatiza que é importante distinguir a publicação “*King III*” como sendo essencialmente uma abordagem de governança corporativa, ao passo que o livro “*One Report*” representa um desenvolvimento paralelo, porém não contendo o mesmo conceito de Relato Integrado proposto pela Estrutura do IIRC.

A diferenciação entre estes termos será abordada mais adiante.

4.3.4.2 Histórico do IIRC

Este tópico visa ilustrar os principais marcos e publicações ao longo da história do IIRC desde sua criação em 2010, mostrando também o processo por meio do qual se deu a concepção da Estrutura Internacional para Relato Integrado (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2013a) (lançada em dezembro de 2013), assim como os *Stakeholders* envolvidos neste processo.

O IIRC foi fundado por iniciativa de duas organizações líderes no campo da contabilidade para a sustentabilidade: *Accounting for Sustainability Project* (A4S) e *Global Reporting Initiative* (GRI), em decorrência de um pedido do então Príncipe de Gales (ACCOUNTING FOR SUSTAINABILITY, 2016; FLOWERS, 2015).

Sendo formalmente concebido em 2010, a primeira publicação do IIRC data de setembro de 2011. Intitulada como “*Towards Integrated Reporting: Communicating Value in the 21st Century*”, corresponde a um documento de reflexão (denominado pelo IIRC como *Discussion Paper*), e teve por objetivo estabelecer um consenso global sobre a direção em que os relatórios precisariam evoluir, visando criar uma estrutura para estes que fossem capazes tanto de acomodar a complexidade das informações, como de reunir as diferentes vertentes de relatórios em um todo coerente e de maneira integrada (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COMMITTEE, 2011a).

O referido documento traz como uma de suas principais mensagens a de que, em função das evidentes mudanças no mundo, os relatórios deveriam mudar também. Neste sentido, apresentam-se as propostas iniciais para o desenvolvimento do que seria uma Estrutura Internacional para Relato Integrado (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2013a), bem como uma série de argumentos seguidos de perguntas direcionadas aos *Stakeholders*. O documento convida *Stakeholders* como: organizações relatoras, investidores, decisores políticos, agentes ligados ao estabelecimento de normas ou regulações, entre outros, a colaborar com o IIRC por meio do envio de respostas e sugestões. Para isso, apresenta ao longo do documento uma série de perguntas ligadas a cada uma de suas seções (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COMMITTEE, 2011a).

O documento contém oito seções que apresentam desde argumentos para o estabelecimento de uma nova forma de relatórios, até elementos de conteúdo e princípios orientadores, passando pelos próximos passos a serem dados pelo IIRC de maneira a garantir o desenvolvimento, a criação da Estrutura e a adoção do Relato Integrado. Dentre os próximos passos são mencionadas diversas ações, das quais destacaremos o lançamento do Programa Piloto IIRC (em inglês *IIRC Pilot Programme*), ainda em 2011, e a publicação de uma minuta de exposição (denominada pelo IIRC como *Exposure Draft*) em 2012 (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COMMITTEE, 2011a).

Nesta trajetória do IIRC, desde o lançamento de seu *Paper for Discussion*, em setembro de 2011, um marco importante foi o Programa Piloto IIRC, que foi lançado em um evento de dois dias, em 17 e 18 outubro de 2011, na cidade de Rotterdam, na Holanda, com a intenção de inovar e contribuir para o melhoramento da informação corporativa, bem como objetivando testar e desenvolver a Estrutura Internacional para Relato Integrado. À época contava com uma rede de mais de 40 organizações¹⁷, de diversos setores e indústrias, e com investidores, com os quais eram compartilhados conhecimentos e experiências, marcando o início de uma jornada de três anos com o IIRC onde buscou-se demonstrar liderança mundial nesta abordagem emergente para relatórios corporativos (THE INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COMMITTEE, 2011b).

O Programa Piloto IIRC visava então:

- Incentivar as organizações a inovar em suas práticas de relatórios;
- Informar a evolução futura das práticas de investidores e de comunicação e;
- Permitir a troca de conhecimento e experiências entre os participantes do programa (THE INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COMMITTEE, 2011b).

Com o lançamento do Programa Piloto IIRC grandes empresas de todo o mundo passaram a fazer parte da criação daquilo que viria a ser o Relato Integrado, desempenhando um papel importante no seu desenvolvimento, conforme se observa na

¹⁷À época, em 2011, duas empresas brasileiras compunham o quadro de integrantes do Programa Piloto IIRC: Natura Cosméticos e Via Gutenberg.

declaração de Paul Druker, CEO do IIRC à época: “Estas empresas são agora parte da criação do que a Estrutura para o Relato Integrado deve ser” (THE INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COMMITTEE, 2011b, tradução nossa).

Ademais das empresas, o programa contemplou grupos de investidores e outras partes interessadas, a fim de compreender as perspectivas dos usuários de informação sobre o conteúdo e o formato dos Relatórios Integrados, convidando-os a colaborar com percepções e sugestões que auxiliem na construção da estrutura para o Relato Integrado.

Como parte do Programa Piloto, os membros da comunidade de investidores foram convidados a participar da Rede de Investidores IIRC para ajudar a garantir que a comunicação se desenvolvesse de uma forma que atendesse às suas necessidades, estando estes como o público primário de Relatórios Integrados. A rede de investidores do Programa foi lançada em março de 2012, composta por mais de 20 investidores institucionais globais de 11 países, com os seguintes objetivos específicos:

- Fornecer perspectivas dos investidores sobre as deficiências relativas às informações e necessidades de informação dos relatórios atuais.
- Fornecer críticas construtivas, *feedback* e orientação sobre as inovações e propostas emergentes dos participantes do Programa Piloto IIRC e demais atividades técnicas do IIRC, conforme a estrutura internacional para o Relato Integrado é desenvolvida e testada. (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2012b).

Em junho de 2012 é lançada a devolutiva do primeiro documento de reflexão denominado pelo IIRC como *Discussion Paper* (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2011c), que fora publicado em setembro de 2011. Esta devolutiva é intitulada: *Towards Integrated Reporting: Communicating Value in The 21st Century - Summary Of Responses To The September 2011 Discussion Paper And Next Steps* e, como se pode observar, trata-se de uma continuação da primeira publicação (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2012b).

Esta devolutiva apresenta quatro temas significativos relativos ao desenvolvimento da Estrutura para o Relato Integrado. Tais temas foram identificados a partir da análise de um total de 224 respostas advindas de mais de 30 países, resultantes do *Discussion Paper* de 2011, e são os seguintes:

- Conceitos básicos subjacentes à definição de Relatos Integrados;
- O público-alvo para Relato Integrado;
- A partir de qual perspectiva o conceito de "Valor" deve ser considerado;
- O momento do lançamento da Estrutura para o Relato Integrado (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2012b).

A grande maioria das empresas que respondeu mostrou-se favorável ao desenvolvimento de uma Estrutura Internacional para Relato Integrado. Ainda que estas tenham apontado uma série de desafios para esta tarefa, muitos compartilharam seus pensamentos sobre como desenvolver esta Estrutura. O *feedback* recebido foi considerado, em conjunto com as diversas questões identificadas pelos inquiridos, no desenvolvimento da Estrutura Internacional para Relato Integrado e nas atividades relacionadas pelo IIRC (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2012b).

Visando o desenvolvimento desta Estrutura, partindo deste primeiro *feedback*, o IIRC estabeleceu grupos de trabalho sobre temas técnicos, como: materialidade, usuários e suas necessidades de informação, os capitais, os conceitos de valor, o modelo de negócios e conectividade. Esses grupos de trabalho, além analisar este primeiro *feedback* recebido, a partir das respostas documento de reflexão de setembro de 2011, consideraram iniciativas de outras organizações por meio da interação com os participantes, tanto do Programa Piloto IIRC¹⁸, quanto da Rede de Investidores IIRC (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2012b).

Ainda no ano de 2012, também no mês de junho, configurou-se outro importante marco na trajetória do IIRC. Corresponde à sua participação na Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, realizada no Rio de Janeiro, Brasil e denominada Rio +20. Neste evento, delegações governamentais, bem como a própria ONU, manifestaram seu apoio ao conceito de integração de relatórios corporativos, apoio este que foi incluído no documento final do evento, que contém um conjunto de acordos de alto nível alcançados na reunião intergovernamental (INTERNATIONAL

¹⁸À esta época, em 2012, o Programa Piloto IIRC já contava com mais de 70 empresas de mais de 22 países (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2012b). Somaram-se ao grupo de empresas brasileiras que já integravam o programa (Natura Cosméticos e Via Gutemberg) as empresas AES Brasil e BNDES.

INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2016a).

A seguir, a transcrição do item Nº 47 do documento final “O Futuro que Queremos”, resultante do evento Rio +20:

[...] Reconhecemos que é importante que as empresas comuniquem as informações sobre o impacto ambiental de suas atividades e as encorajamos, especialmente as empresas de capital aberto e as grandes empresas, a considerar a integração das informações sobre a sustentabilidade de suas atividades em seus relatórios periódicos. Encorajamos a indústria, os governos interessados e as partes envolvidas a elaborarem, com o apoio do sistema das Nações Unidas, se for o caso, modelos das melhores práticas, e a facilitarem a publicação das informações sobre o caráter sustentável de suas atividades, fundamentadas nos ensinamentos extraídos das estruturas existentes, e dando atenção especial às necessidades dos países em desenvolvimento, inclusive em matéria de capacitação. (Rio+20, 2012a, p.10).

Apoiado por 196 nações e intitulado "O Futuro que Queremos" o documento final mostra que os governos se comprometeram a tomar medidas para incentivar as empresas a considerar a integração de informações de sustentabilidade para o ciclo de informações, e para incentivar a indústria e partes interessadas relevantes a desenvolver modelos de melhores práticas e facilitar a ação para a integração de relatórios de sustentabilidade, tendo em conta as experiências de estruturas já existentes (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2012a).

Em julho de 2012, um mês após a publicação do *feedback* dos *Stakeholders* em relação ao primeiro documento de consulta lançado em 2011, o IIRC publica o documento intitulado *Draft Outline Released*. Neste documento é formalizada, pela primeira vez, a Estrutura Internacional para Relato integrado. Além disso, deixa-se claro o compromisso em garantir que o desenvolvimento da Estrutura foi tanto conduzido pelo mercado, quanto transparente (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2012d).

Neste sentido, o documento enfatiza que a construção da Estrutura está sendo feita da seguinte maneira:

- Considerando o *feedback* recebido sobre a primeira publicação;
- Envolvendo os participantes do Programa Piloto IIRC, a Rede de Investidores IIRC e outros *Stakeholders*;
- Incluindo pesquisa e trabalho adicionais conduzidos pela secretaria IIRC (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2012d).

O referido documento permite também ao *Stakeholder* entender e se envolver com o processo, além de possibilitar uma forma de que este forneça um *feedback* ao IIRC

quanto ao fato de a estrutura estar sendo desenvolvida de acordo com suas necessidades e expectativas. Ainda de acordo com o documento, o propósito deste esboço é também manter informados os *Stakeholders* envolvidos quanto ao possível formato e conteúdo que o documento final, relativo à Estrutura Internacional para o Relato Integrado, venha a adquirir. (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2012d).

Em setembro de 2012 ocorreu a assinatura do que o IIRC denomina como Primeiro Memorando de Entendimento (MoU, na sigla em inglês de *Memorandum of Understanding*) com a IFAC¹⁹. A assinatura representa o reconhecimento de que ambas instituições compartilham da mesma visão em relação ao futuro dos relatórios corporativos (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2016a).

De acordo com *International Integrated Reporting Council* (2016a), a assinatura deste memorando representa apenas um entre diversos acordos com uma série de organizações-chave, demonstrando um interesse comum entre IIRC, IFAC e outras organizações em melhorar a qualidade e a consistência dos relatórios das empresas globais para oferecer valor aos investidores e à economia em geral. Entre estas organizações estão: CDP (*Carbon Disclosure Project*) e *Climate Disclosure Standards Board*; GRI (*The Global Reporting Initiative*); *The Global Initiative for Sustainability Ratings*; *The IFRS Foundation for International Accountings Standards Boards*; *The Sustainability Accounting Standard Board*; *The United Nations Conference on Trade and Development*; *The World Intellectual Capital Initiative*; *The World Business Council for Sustainable Development*.

Durante esse mesmo mês de setembro de 2012, nos dias 18 e 19, o IIRC promoveu uma conferência em Amsterdã, Holanda, para celebrar o primeiro aniversário do Programa Piloto. Estes dois dias de conferência contaram com a presença de representantes da maior parte das organizações participantes do Programa Piloto e com um número considerável de investidores (ACCOUNTING FOR SUSTAINABILITY, 2012; INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2016a).

¹⁹A IFAC: (*International Federation of Accountants*) é uma organização global para a profissão contábil dedicada a servir o interesse público pelo fortalecimento da profissão e contribuindo para o desenvolvimento de fortes economias internacionais. IFAC é composta por mais de 175 membros e associados em mais de 130 países e jurisdições, o que representa quase 3 milhões de contabilistas na prática pública, educação, serviços governamentais, indústria e comércio (INTERNATIONAL FEDERATION OF ACCOUNTANTS, 2016).

O evento, que contou com a troca de experiências entre os participantes sobre os desafios da implementação do Relato Integrado, teve como uma das principais mensagens a seguinte ideia: “O que é reportado, é gerenciado” (Tradução livre do inglês “*What gets reported, gets managed*”) (ACCOUNTING FOR SUSTAINABILITY, 2012; INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2016a). Neste sentido, outro destaque da conferência faz referência ao que foi chamado de vital papel dos profissionais de contabilidade na tarefa de integrar a sustentabilidade no cerne das decisões estratégicas das empresas. Considerando que o Pensamento Integrado contribui para uma maior sustentabilidade das empresas, advogou-se que isto somente pode ser viabilizado através do Relato Integrado, como uma evolução natural dos relatórios corporativos, bem como através do alcance e motivação dos profissionais de contabilidade em todo o mundo (ACCOUNTING FOR SUSTAINABILITY, 2012). A evidência e importância que é dada na ocasião do evento aos profissionais de contabilidade podem ser observadas na frase de Peter Bakker, presidente do WBCSD à época, que proferiu em seu discurso durante a conferência: “*It is the accountants Who Will save the world*”. Em tradução livre para o Português: “São os contadores que irão salvar o mundo”. (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2016a; ACCOUNTING FOR SUSTAINABILITY, 2012).

A frase permite depreender uma expectativa positiva em relação ao potencial do Relato Integrado no que tange à sua contribuição para com a sustentabilidade do planeta e sua atuação de maneira positiva e relevante na questão ambiental global.

Ainda em setembro de 2012 é lançada a publicação intitulada: “*THE PILOT PROGRAMME 2012 YEARBOOK – Capturing the experiences of global businesses and investors*”. Esta publicação aborda as experiências das empresas do Programa Piloto na tarefa de colocar em prática a publicação de Relatórios Integrados, bem como as oportunidades e desafios percebidos ao longo do primeiro ano do Programa Piloto (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2012c, 2016a).

Neste documento é reforçada a missão do IIRC, que se descreve como a de criar uma estrutura para o Relato Integrado que seja globalmente aceita, que por sua vez induza as organizações a fornecer informações relevantes sobre sua estratégia, governança, desempenho e perspectivas em um formato claro, conciso e comparável. Igualmente, nesta mesma publicação, se anuncia para o primeiro semestre do ano seguinte (2013) a

publicação de um *Consultation Draft*, que corresponde a um documento para consulta dos diversos *Stakeholders* envolvidos na iniciativa quanto ao desenvolvimento da estrutura internacional para o Relato Integrado (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2012c, 2016a).

Neste documento destaca-se também que o Programa Piloto foi estendido para um terceiro ano, o de 2014, de maneira a permitir que os participantes lancem uma versão de teste '1.0' da Estrutura Internacional para Relato Integrado em seus relatórios (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2012c). Outro destaque da publicação refere-se ao foco e influência da preparação da Estrutura, que reside nas necessidades de informação dos investidores, sendo este seu principal foco, com destaque para a participação ativa destes no processo (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2012c).

No mês de Novembro de 2012 ocorre o lançamento do documento intitulado “*Prototype Framework*”, que corresponde a um Protótipo da Estrutura Internacional para o Relato Integrado e marcou um passo significativo em direção à publicação da Estrutura Internacional para o Relato Integrado, que se daria em dezembro de 2013 (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2016a).

Este protótipo corresponde a um documento de trabalho cuja divulgação visou informar os interessados nos progressos do desenvolvimento de tal Estrutura, logo após a divulgação do esboço intitulado *Draft Outline Released* em julho de 2012 (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2012e). O documento foi concebido através dos esforços paralelos e uma série de colaborações, como força tarefa de técnicos do IIRC e sua secretaria, levando em consideração o *feedback* recebido no primeiro Documento de Discussão 2011. De igual maneira, participantes de Grupos de Trabalho e do Programa-Piloto do IIRC foram consultados sobre um esboço anterior deste protótipo (*Draft Outline Released*, de julho de 2012) (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2012d). O Protótipo da Estrutura Internacional para o Relato Integrado apresenta algumas repetições e inconsistências na terminologia e conceitos o que se explica pelo fato de que seja um documento de trabalho em elaboração até então (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2012e).

Em dezembro de 2012, é promovida uma mesa redonda organizada pelo IIRC com a participação da agência de comunicação corporativa *Black Sun*, na qual a rede de

investidores do IIRC mostra seu apoio à iniciativa. Do evento ficou evidente a ideia de que, segundo a rede de investidores, um melhor diálogo entre conselhos de empresas e seus investidores pode levar a relatórios de maior qualidade e a um mercado de capitais mais bem informado (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2016a).

Em fevereiro de 2013 é dado um importante passo no fortalecimento regional do IR através da criação da Rede Brasileira para o Relato Integrado, denominada pelo IIRC como *Brazilian <IR> Network* (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2016a).

À época, o Brasil figurava entre os três principais países em termos do número de empresas participantes do Programa Piloto IIRC. Das 106 empresas piloto o Brasil até então possuía 12, o mesmo que os Países Baixos e Reino Unido (GUERRA, 2014). Ainda de acordo com Guerra (2014), isto representara um fator muito significativo, comparando-se estes países em termos de PIB e mercado de capitais, dando ao Brasil uma posição de liderança neste cenário.

Esta rede brasileira foi viabilizada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e trouxe consigo mais de 200 participantes representando cerca de 90 organizações. Isto inclui o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), a Associação Brasileira das Companhias Abertas (ABRASCA), Associação Brasileira de Relação com Investidores (IBRI), Associação Nacional dos executivos de Finanças (ANEFAC), Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), entre outros. Estavam entre as atividades desta rede brasileira: i) uma resposta conjunta à versão preliminar da Estrutura Internacional para o Relato Integrado; ii) a formação de um grupo de investidores que incluem bancos de investimento e fundos de pensões e iii) o reporte de *benchmarking* das empresas sobre o Relato Integrado. (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2016a).

Em março de 2013, ocorre o lançamento dos chamados *Background Papers* do Relato Integrado, que abrem caminho para o estabelecimento da Estrutura Internacional para Relato Integrado (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2016a). Inicialmente lançaram-se três de cinco documentos no total, sendo estes primeiros relativos aos temas: Modelos de negócios, Capitais e Materialidade. Estes três documentos lidam com a forma como as empresas articulam seu modelo de negócio, usam ou afetam os seis capitais e em como aplicar o conceito de materialidade

(INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2016a).

Os dois documentos restantes da série foram lançados no mês de julho de 2013, e versavam sobre Criação de valor e Conectividade, focando na forma de comunicação das empresas em relação à sua forma de criação de Valor no curto, médio e longo prazo e sobre a conectividade das informações necessárias para fornecer um panorama sobre a estratégia, governança, e prospecções da empresa (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2016a).

O IIRC estabeleceu grupos técnicos de colaboração (GTC) que exploraram aspectos do Relato Integrado e elaboraram os *Background Papers*. Ao longo deste processo de elaboração, os resultados parciais e intermediários foram utilizados na elaboração de outros documentos que foram lançados anteriormente, como por exemplo, o “*Prototype Framework*”, lançado em Novembro de 2012 e o “*Consultation Draft of the <IR> Framework*”, que foi lançado em abril de 2013.

O IIRC deixa claro que o conteúdo dos *Background Papers* reflete as opiniões coletivas dos participantes do GTC, não necessariamente os de suas organizações ou do IIRC. Tendo sido preparados usando o conhecimento coletivo de uma pequena equipe formada por profissionais, acadêmicos e funcionários do IIRC, e contando com a contribuição inestimável de um pequeno grupo diretivo com ampla base de conhecimento, tais documentos (“*Background Papers*”) serviram de base para o *feedback* dos *Stakeholders* em relação ao Documento de Consulta sobre a Estrutura Internacional para Relato Integrado (“*Consultation Draft Of the <IR> Framework*”), lançado em abril de 2013.

O documento “*Consultation Draft of the <IR> Framework*” corresponde a um projeto de consulta aos *Stakeholders* sobre a Estrutura Internacional para Relato Integrado que, por sua vez, se encontrava então em processo de elaboração. Entre os dias 16 de abril e 15 de julho de 2013, o IIRC realizou um engajamento com diversos *Stakeholders*, que totalizou três meses de duração. O período de consulta foi lançado em eventos em 10 dos maiores mercados de capitais do mundo em 16 de abril de 2013, sendo em seguida realizada extensa consulta com organizações em todo o mundo, que por sua vez enviaram devolutivas ao IIRC contendo avaliações e comentários sobre o documento. Estas devolutivas totalizaram mais de 350 e tiveram papel fundamental como subsídio para o término da proposta da Estrutura a ser apresentada em dezembro daquele ano (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2016a).

Em junho de 2013 é realizada a terceira conferência do Programa Piloto do IIRC, na cidade de Frankfurt, na Alemanha. Onde cerca de 150 participantes do programa piloto trocaram experiências sobre a aplicação do Relato Integrado em suas respectivas organizações e tiveram a oportunidade de aprender mutuamente sobre o processo de implementação do Relato Integrado (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2016a).

Cinco meses depois, em novembro, é publicado o documento intitulado: “*IIRC Pilot Programme Yearbook 2013: Business and Investors explore the sustainability perspective of Integrated Reporting*”, que detalha a jornada de empresas e investidores em seu trabalho em direção à prática dos Relatórios Integrados e descreve como as empresas estão conectando departamentos e desenvolvendo suas estratégias para a criação de valor em longo prazo (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2016a).

Em dezembro de 2013 é lançada a Estrutura Internacional para Relato Integrado, após um extenso processo de consulta e testes por parte de empresas e investidores, incluindo as 140 empresas e investidores de 26 países que participaram do Programa Piloto IIRC. Esta Estrutura configura-se como uma ferramenta crucial para adoção do Relato Integrado por parte das empresas em todo o mundo e tem como um de seus objetivos acelerar o processo de adoção do Relato Integrado (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2016a).

A Estrutura Internacional para Relato Integrado tem a finalidade de estabelecer princípios orientadores e elementos de conteúdo que regem o conteúdo geral de um Relato Integrado e explicar os conceitos fundamentais que os sustentam (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2016a, 2013a).

Após a publicação da Estrutura Internacional para Relato Integrado, o período posterior foi de expansão e divulgação dos princípios do Relato Integrado, de maneira a promover sua adoção mundialmente.

Neste sentido, destacam-se a ampliação da rede de influência do IIRC por meio da associação de países como Singapura e Índia no ano de 2014, tornando-se estes países focais na disseminação dos princípios do Relato Integrado em suas regiões (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2016a).

Em novembro de 2014 realizou-se a 4ª conferência do Programa Piloto do IIRC, na qual a tônica do encontro foi uma mudança de passo, deixando para trás uma fase de

testes e entrando em uma fase de cujo objetivo é a adoção generalizada do Relato Integrado, nomeada pelo próprio IIRC como *Mainstream Adoption* (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2016a).

Data deste mesmo mês a publicação do documento: “*Strategy: The Breakthrough Phase 2014–17*”, na qual o IIRC declara sua nova missão, visão e objetivos nesta nova fase de ampliação de disseminação dos princípios do Relato Integrado. Estabelece-se como *Missão*: Estabelecer Relatos Integrados e Pensamento Integrado dentro prática corrente das empresas como uma norma nos setores público e privado; e como *Visão*: alinhar a alocação de capital e comportamento empresarial para objetivos mais amplos da estabilidade financeira e do desenvolvimento sustentável em todo o ciclo de Relatos Integrados e Pensamento Integrado. Como objetivo para esta nova fase, o IIRC propõe-se a alcançar uma mudança significativa para a rápida adoção da Estrutura Internacional para Relato Integrado (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2016a, 2014a). Neste documento são mencionados temas estratégicos e a forma de abordá-los. Também são citados países e setores estratégicos para a disseminação da prática, além dos desafios e riscos inerentes a esta empreitada. Ao final listam-se os resultados esperados e as possíveis maneiras de mensuração dos resultados obtidos (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2014a).

Neste caminho do Relato Integrado em direção ao *mainstream* o IIRC anuncia a sua nova rede de negócios, denominada como: “*New <IR> Business Network*”. Lançada durante a 4ª conferência em 2014, em Madri, Espanha, visa liderar a implementação do Relato Integrado em diferentes mercados e setores e garantir a relevância para o mercado dos Relatos e do Pensamento Integrado (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2016a).

No entanto, durante o ano de 2014, emerge com força o tema da credibilidade global e da confiança nos Relatos Integrados. Neste sentido, O IIRC iniciou um debate sobre a confiança e credibilidade em relação Relato Integrado, com um foco particular sobre o papel das auditorias independentes. Em Julho deste mesmo ano são lançados dois documentos: “*Assurance on <IR>: an introduction to the discussion*” e “*Assurance on <IR>: na exploration of issues*”, que geraram um debate sobre o papel da auditoria sobre o Relato Integrado. Ambos os documentos, lançados conjuntamente, discutem questões tais como: i) a natureza da auditoria e como diferentes mecanismos contribuem para a credibilidade e confiança; ii) questões metodológicas para lidar, por exemplo, com

informações orientada para o futuro, com a narrativa suave e com a completude de um relatório; e iii) materialidade, o limite de relatórios e conectividade para fins de auditoria (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2016a, 2015).

A exemplo do primeiro documento, *Discussion Paper*, lançado em 2011, os documentos lançados em julho de 2014, que versam sobre o papel de auditorias independentes sobre o Relato Integrado, também tem caráter consultivo e propõem questões aos *Stakeholders*, solicitando a estes uma devolutiva, bem como estabelecendo um prazo para tal, neste caso, 1 de dezembro do mesmo ano.

Desta devolutiva resulta a publicação lançada em meados de 2015, intitulada: “*Assurance on <IR>: Overview of feedback and call to action*”, onde se destaca que, devido ao fato de que o Relato Integrado é relativamente novo e ainda em evolução, as auditorias sobre estes terão que evoluir concomitantemente com a prática deste tipo de comunicação. Destaca-se também que o IIRC não se vê como um normatizador para a auditoria dos Relatos Integrados, mas reconhece o importante papel da auditoria para reforçar a credibilidade e a confiança, que é vital para a disseminação e fortalecimento do Relato Integrado como *mainstream* (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2015, 2016a). Neste sentido, o IIRC estabeleceu que os trabalhos sobre auditoria no Relato Integrado sejam liderados pelo IAASB²⁰ (comitê responsável pelas normas internacionais de auditoria), que estabeleceu um grupo formal de trabalho em auditoria no Relato Integrado (COMISSÃO BRASILEIRA DE ACOMPANHAMENTO DO RELATO INTEGRADO, 2015).

Fica claro nesta publicação que o IIRC depara-se com um novo desafio, o da auditoria. O IIRC considera a auditoria de Relatos Integrados como uma “Jornada” que se encontra apenas no início, em comparação com as centenas de anos ao longo dos quais as auditorias de demonstrações financeiras têm evoluído. Por esta razão mobiliza-se e envolve os *Stakeholders* na tarefa de identificação e proposição de soluções para os desafios relativos à auditoria dos Relatos Integrados (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2016a, 2015).

Desde o lançamento da Estrutura Internacional para Relato Integrado em

²⁰IAASB (*International Auditing and Assurance Standards Board*) é um órgão normalizador independente que serve o interesse público, definindo padrões internacionais de alta qualidade para auditoria, controle de qualidade, avaliação e facilitando a convergência das normas nacionais e internacionais (INTERNATIONAL AUDITING AND ASSURANCE STANDARDS BOARD, 2016).

dezembro de 2013, o IIRC centrou esforços em acelerar o processo de adoção do Relato Integrado, declarando, em 2017, que considera seriamente a possibilidade reestruturar suas estratégias para ampliação da adoção da iniciativa (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2017).

Visando alcançar este objetivo, é lançado em março de 2017 uma consulta formal para ouvir os participantes do mercado e aprender com suas experiências com Relatórios Integrados. O *feedback* destas consultas culminou num conjunto de informações que se configura como o guia mais atualizado para a implementação global de Relatórios Integrados, mostrando seus sucessos e desafios, apresentado no documento publicado em outubro de 2017 intitulado: “*International <IR> Framework Implementation Feedback: Summary report*” (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2017).

O documento aponta que há claramente uma escolha a ser feita entre: dar tempo suficiente para que as empresas implementem a Estrutura sem realizar mudanças ou, implementar mudanças na Estrutura atualizando-a com base nas experiências obtidas até o momento. As sugestões de revisão da Estrutura advindas deste processo de consulta não geraram preocupação a ponto de justificar mudanças imediatas. No entanto, o IIRC admitiu que considerará tais sugestões mais adiante, juntamente com outros comentários e concomitantemente à implementação das ações propostas em tal documento (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2017). Ademais, o IIRC concluiu como parte das deliberações sobre este processo, que, caso ocorra um processo formal de revisão da Estrutura, não será antes de 2019 (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2017).

4.3.4.3 Conceitos e a Estrutura Internacional para Relato Integrado

Surgido da necessidade do estabelecimento de uma estrutura de relatórios conectada e integrada, O IIRC (*International Integrated Reporting Council*) é uma coalizão global de reguladores, investidores, empresas, formadores de padrão, os contabilistas e organizações não governamentais (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2013a). Tendo como missão estabelecer o Relato Integrado e o Pensamento Integrado como principal prática no setor empresarial e como norma nos setores público e privado, sua visão é alinhar a alocação de capital e comportamento

corporativo para metas mais amplas de estabilidade financeira, com o desenvolvimento sustentável através do ciclo de geração de Relatórios e Pensamento Integrados (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2016b).

O IIRC destaca que sua visão de longo prazo é a de um mundo em que o Pensamento Integrado esteja enraizado nas principais práticas comerciais dos setores público e privado, onde o Relato Integrado como padrão para relatos corporativos funcione como um meio para o atingimento deste cenário. Ainda de acordo com o IIRC, o ciclo de pensamento e Relato Integrado leva à alocação eficiente e produtiva de capital, colaborando para a estabilidade financeira e para a sustentabilidade (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2013a).

Partilhando da opinião de que a comunicação sobre a criação de valor deve ser o próximo passo na evolução da comunicação corporativa, o IIRC desenvolveu um documento que ficou conhecido como Estrutura Internacional para Relato Integrado (em inglês: *The International <IR> Framework*). Publicada em Dezembro de 2013, esta Estrutura é de suma importância, pois visa atender a necessidade de comunicação sobre a criação de valor, apontada pelo IIRC, e estabelecer os alicerces para o futuro estabelecimento da prática do Relato Integrado (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2013a).

De acordo com o IIRC, o objetivo da Estrutura é estabelecer os Princípios Básicos e Elementos de Conteúdo que guiam o conteúdo geral de um Relatório Integrado, e explicar os conceitos fundamentais que os sustentam (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2013a).

Como se pode observar, os parágrafos anteriores, contêm os termos Relato Integrado, Relatório Integrado e Pensamento Integrado ao descrever a visão e missão do IIRC e os objetivos da Estrutura. A considerar a importância do esclarecimento conceitual neste campo e a ocorrência de divergências conceituais entre alguns estudos realizados sobre o tema, conforme destacado por Dumay et al. (2016), a seguir são apresentadas as definições dos principais termos que têm sido citados até aqui, de maneira a facilitar a compreensão do leitor e estabelecer os conceitos com base nos quais é desenvolvida a análise deste trabalho. Destacam-se as definições constantes na Estrutura, que, dentre as abordagens existentes, corresponde à mais proeminente neste campo de estudo (FENG, 2014).

No que concerne ao conceito de Relato Integrado, Dumay et al. (2016) trazem uma revisão estruturada da literatura sobre o tema, segundo a qual, para o relatório “King III”, o Relato Integrado significa uma apresentação holística e integrada da performance da empresa, em termos financeiros e de sustentabilidade (DUMAY et al., 2016; INSTITUTE OF DIRECTORS OF SOUTH AFRICA, 2009).

Eccles e Krzus (2010), ao abordarem o termo em seu livro “*One Report*”, alegam que o Relato Integrado estabelece a essência do Relatório Único como o Relato Integrado das informações financeiras e não financeiras (DUMAY et al., 2016).

Por sua vez, no âmbito do IIRC, existem dois entendimentos diferentes, sendo um anterior à publicação da Estrutura em 2013, e que está presente no primeiro documento lançado pelo IIRC, intitulado: *Towards Integrated Reporting. Communicating Value in the 21st Century*, 2011. Segundo este documento:

[...] Integrated Reporting brings together material information about an organization's strategy, governance, performance and prospects in a way that reflects the commercial, social and environmental context within which it operates. It provides a clear and concise representation of how an organization demonstrates stewardship and how it creates and sustains value. (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COMMITTEE, 2011a, p.2).

E outro posterior, que corresponde ao entendimento apresentado na Estrutura Internacional para Relato Integrado. De acordo com o glossário da Estrutura, proposta em dezembro de 2013, Relato Integrado corresponde a:

[...] A process founded on integrated thinking that results in a periodic integrated report by an organization about value creation overtime and related communications regarding aspects of value creation. (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2013a, p.33).

Como pode se observar, o conceito de Relato Integrado apresentado em 2013 pela Estrutura envolve também os conceitos de Pensamento Integrado (*Integrated Thinking*) e de Relatório Integrado (*Integrated Report*). A seguir são apresentados tais conceitos de acordo com a referida Estrutura.

O Pensamento Integrado é, de acordo com a Estrutura:

[...] The active consideration by an organization of the relationships between its various operating and functional units and the capitals that the organization uses or affects. Integrated thinking leads to integrated decision making and actions that consider the creation. (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2013a, p.33).

Ou seja, a atenção dada por uma organização aos relacionamentos entre suas

diversas unidades operacionais e funcionais, bem como os capitais utilizados ou afetados pela Organização, levando à tomada de decisão integrada e ações que levam em conta a geração de valor em curto, médio e longo prazo.

Já o conceito de Relatório Integrado é tido de acordo com a Estrutura como:

[...] A concise communication about how an organization's strategy, governance, performance and prospects, in the context of its external environment, lead to the creation of value in the short, medium and long term.
(INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2013a p.33).

Ou seja, um relatório conciso sobre como a estratégia, a governança, o desempenho e as perspectivas de uma organização, no âmbito de seu ambiente externo, levam à geração de valor em curto, médio e longo prazo.

Isto posto, resta evidente que o Relatório Integrado corresponde a um documento conciso (físico ou digital). O Relato Integrado corresponde a um processo baseado em Pensamento Integrado, que por sua vez resulta em um Relatório Integrado. E, finalmente, o Pensamento Integrado corresponde a uma postura por parte da empresa na qual a relação de suas unidades com os capitais de que depende ou impacta é levada em consideração quando da tomada de decisão.

Estes conceitos são trazidos pelo documento intitulado “*The International <IR> Framework*” (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2013a), publicado em língua inglesa pelo IIRC em dezembro de 2013 e traduzido para a língua portuguesa pela FEBRABAN (Federação Brasileira de Bancos) em março de 2014, sob o título de Estrutura Internacional para Relato Integrado (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2014b), sendo reproduzida com a anuência do IIRC.

Conforme apresentado anteriormente, a publicação desta Estrutura é resultado de um trabalho iniciado anos antes, quando em 2011 o IIRC tinha como objetivo formar um consenso global sobre a direção em que a elaboração de relatórios precisaria evoluir, criando para isso um Estrutura Internacional para a elaboração de relatórios que orientasse as empresas (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COMMITTEE, 2011a).

A Estrutura Internacional para Relato Integrado fornece orientação com base em princípios para empresas e outras organizações que desejam elaborar um Relatório Integrado (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2013a).

Visando encontrar um equilíbrio adequado entre flexibilidade e prescrição, e que ao mesmo tempo reconheça a grande variedade de circunstâncias individuais de diferentes organizações, a Estrutura para RI utiliza uma abordagem baseada em princípios. Neste sentido, não impõe indicadores de desempenho específicos, métodos de mensuração ou divulgação de assuntos individuais, mas inclui um pequeno número de exigências a serem aplicadas antes que um Relatório Integrado possa ser considerado em conformidade com a Estrutura (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2013a).

A Estrutura detalha os Conceitos Fundamentais, Elementos de Conteúdo e os Princípios Básicos. Os Conceitos Fundamentais que, segundo a Estrutura, sustentam e reforçam as exigências e as orientações (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2013a), são três:

- Geração de valor para a organização e para outros;

O valor gerado por uma organização ao longo do tempo se manifesta por meio de acréscimos, decréscimos ou transformações de capitais causados por atividades e produtos. Este valor possui dois aspectos inter-relacionados, podendo ser gerado ou para a própria organização, o que permite retornos financeiros aos provedores de capital financeiro, ou para outros *Stakeholders* (ou seja, partes interessadas e a sociedade em geral) (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2013a).

- Os Capitais;

Outro conceito fundamental introduzido pela Estrutura, e que é algo inerente ao Relato Integrado, é a abordagem de Capitais. Segundo a Estrutura, todas as organizações dependem de diversas formas de capital para seu sucesso. Neste sentido, é proposta a seguinte categorização de capitais: Capital Financeiro, Manufaturado, Intelectual, Humano, Social e de Relacionamento e Natural (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2013a).

Os capitais são definidos como repositórios de valor que aumentam, diminuem ou se transformam por meio de atividades e produtos da organização (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2013a) e estão associados ao conceito fundamental anterior (Geração de Valor para a organização e outros), na medida em que a Estrutura entende que a geração de valor reside em uma lógica de estoque e fluxo de capitais.

Isto por que a geração de valor pode envolver a diminuição do valor armazenado em alguns capitais, o que resultaria em um decréscimo líquido no estoque geral de capitais. Ou seja, a geração de valor se pautaria no efeito líquido sobre os capitais, sendo um acréscimo ou decréscimo (ou nenhum destes, quando o valor é preservado) (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2013a).

Em relação ao papel do conceito de Capitais na Estrutura, o documento destaca que não há obrigatoriedade de adoção das categorias de capitais propostas quando da emissão de um Relatório Integrado, e nem que tal relatório tenha que necessariamente ser organizado na lógica dos seis tipos de capitais. No entanto, argumenta que as principais razões para incluir os capitais são para que sirvam como parte da sustentação teórica do conceito da geração de valor e que sirvam como diretriz para assegurar que as organizações levem em conta todas as formas de capital utilizadas ou afetadas por elas (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2013a).

- Processo de Geração de Valor.

O processo de Geração de Valor numa organização ao longo do tempo, e seus componentes, são ilustrados na figura 6 a seguir:

Figura 6: O processo de geração de valor

Fonte: (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2013a).

Por sua vez, os componentes do processo de geração de valor ilustrados na figura 6 correspondem aos Elementos de Conteúdo, que se configuram como exigências para a elaboração de um Relatório Integrado.

De acordo com a Estrutura, os oito Elementos de Conteúdo de um Relatório Integrado são os seguintes:

Ambiente externo: inclui as condições econômicas, mudanças tecnológicas, temas da sociedade e desafios ambientais, caracterizando o contexto no qual a organização atua. Em suma, seria a resposta à seguinte pergunta: O que a organização faz e sob quais circunstâncias ela atua? (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2013a).

Governança: os responsáveis pela governança são responsáveis por criar uma estrutura adequada de supervisão para alicerçar a capacidade da organização de gerar valor. Em suma, seria a resposta à seguinte pergunta: Como a estrutura de governança da organização sustenta sua capacidade de gerar valor em curto, médio e longo prazo? (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2013a).

Modelo de negócios: utiliza diversos capitais como inputs e, por meio de suas atividades empresariais, os converte em resultados dos processos (produtos, serviços, subprodutos e resíduos). As atividades e os produtos da organização levam a impactos em termos de efeitos sobre os capitais. A capacidade do modelo de negócios de se adaptar às mudanças (por exemplo, na disponibilidade, qualidade e acessibilidade dos *inputs*) pode afetar a viabilidade da organização em prazos mais longos. Em suma, seria a resposta à seguinte pergunta: Qual é o modelo de negócios de organização? (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2013a).

Riscos e as oportunidades: o monitoramento e a análise contínuos do ambiente externo, no contexto da missão e da visão da organização, identificam os riscos e as oportunidades relevantes à organização, sua estratégia e seu modelo de negócios. Em suma, seria a resposta à seguinte pergunta: quais são os riscos e oportunidades específicos que afetam a capacidade da organização de gerar valor em curto, médio e longo prazo, e como a organização lida com eles? (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2013a).

Estratégia e Alocação de Recursos: A estratégia da organização identifica como ela pretende minimizar ou gerenciar os riscos e maximizar as oportunidades. Estabelece os objetivos estratégicos e as estratégias para alcançá-los, que são implementadas através de planos de alocação de recursos. Em suma, seria a resposta à seguinte pergunta: para

onde a organização deseja ir e como ela pretende chegar lá? (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2013a).

Desempenho: Uma organização precisa de informações sobre seu desempenho, o que envolve o estabelecimento de sistemas de mensuração e monitoramento para prover informações para a tomada de decisões. Em suma seria a resposta à seguinte pergunta: até que ponto a organização já alcançou seus objetivos estratégicos para o período e quais são os impactos sobre os capitais? (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2013a).

Perspectiva: O processo de geração de valor não é estático; revisões frequentes de cada componente do processo de geração de valor e suas interações com outros componentes, bem como o foco na perspectiva da organização, levam à revisão e refinamento da melhoria de todo o processo. Em suma seria a resposta à seguinte pergunta: quais são os desafios e as incertezas que a organização provavelmente enfrentará ao perseguir sua estratégia e quais são as potenciais implicações para seu modelo de negócios e seu desempenho futuro? (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2013a).

O oitavo Elemento de Conteúdo é a *Base para apresentação*: corresponde à materialidade do relatório e o processo utilizado para definir os temas materiais que compõem o seu conteúdo. Em suma seria a resposta à seguinte pergunta: Como a organização determina os temas a serem incluídos no relatório integrado e como estes temas são quantificados ou avaliados? (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2013a).

Além disso, a Estrutura apresenta também os Princípios Básicos que devem guiar todo o conteúdo de um Relatório Integrado, sendo estes os seguintes:

Foco estratégico e orientação para o futuro: Um relatório integrado deve oferecer uma visão da estratégia da organização e como esta se relaciona com a capacidade da organização de gerar valor no curto, médio e longo prazos, bem como com o uso que faz dos capitais e seus impactos sobre eles (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2013a).

Conectividade da informação: Um relatório integrado deve mostrar uma imagem holística da combinação, do inter-relacionamento e das dependências entre os fatores que

afetam a capacidade da organização de gerar valor ao longo do tempo (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2013a).

Relações com partes interessadas: Um relatório integrado deve prover uma visão da natureza e da qualidade das relações que a organização mantém com suas principais partes interessadas, incluindo como e até que ponto a organização entende, leva em conta e responde aos seus legítimos interesses e necessidades (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2013a).

Materialidade: Um relatório integrado deve divulgar informações sobre assuntos que afetam, de maneira significativa, a capacidade de uma organização de gerar valor em curto, médio e longo prazo (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2013a).

Concisão: Um relatório integrado deve ser conciso (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2013a).

Confiabilidade e completude: Um relatório integrado deve abranger todos os assuntos relevantes, tanto positivos quanto negativos, de maneira equilibrada e isento de erros materiais (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2013a).

Coerência e comparabilidade: As informações em um relatório integrado devem ser apresentadas: i) em bases coerentes ao longo do tempo; e ii) de maneira a permitir uma comparação com outras organizações na medida em que seja material para a capacidade da própria organização de gerar valor ao longo do tempo (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2013a).

Estes princípios básicos sustentam a preparação de um Relatório Integrado, informando o conteúdo do relatório e a maneira pela qual a informação é apresentada (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2013a).

Além de propor os Conceitos Fundamentais, Elementos de Conteúdo e os Princípios Básicos, a Estrutura apresenta a definição do termo Relato Integrado. De acordo com a Estrutura:

[...] Integrated Reporting <IR> promotes a more cohesive and efficient approach to corporate reporting and aims to improve the quality of information available to providers of financial capital to enable a more efficient and productive allocation of capital. (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2013a, p.4).

Desta maneira o IIRC, propõe uma Estrutura através da qual seja divulgada uma avaliação da capacidade de uma organização para criar valor no curto, médio e longo prazos. A capacidade de criar valor no curto, médio e longo prazo depende do entendimento da conectividade entre seu modelo de negócios e uma ampla variedade de fatores internos e externos. O modelo de negócios de uma organização é o veículo pelo qual ela cria valor e esse valor está incorporado aos capitais que ele usa e afeta (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2013a).

A capacidade de uma organização de gerar valor para si mesma permite um retorno financeiro aos provedores de capital financeiro. Isto está relacionado ao valor gerado por uma organização para as partes interessadas e para a sociedade como um todo, por meio de uma ampla gama de atividades, interações e relacionamentos. Quando estes forem relevantes à capacidade de uma organização de gerar valor para si mesma, devem ser incluídos no Relatório Integrado (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2013a).

Neste sentido, um Relatório Integrado visa explicar como uma organização interage com o ambiente externo e com os capitais, para gerar valor no curto, médio e longo prazos. Por sua vez, os recursos e os relacionamentos utilizados e afetados por uma organização são denominados, coletivamente, como capitais (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2013a).

Ainda de acordo com a Estrutura, o uso e efeitos de uma organização sobre os capitais, bem como a capacidade de criar valor, são fundamentais para a determinação da estratégia e para tomada de decisão, e por esta razão, a declaração deste tipo de informação, por meio do processo de Relato Integrado é fundamental para os *Stakeholders* (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2013a).

Segundo Adams (2014), as características do Relato Integrado como: i) sua ênfase no pensamento a longo prazo e ii) estímulo de um pensamento mais amplo sobre a ideia de valor no processo de criação de valor e no modelo de negócio, lhe conferem potencial de mudar o pensamento dos atores corporativos para alinhar melhor as noções de maximização do lucro com o bem-estar da sociedade e conservação do ambiente.

Os Relatórios Integrados são mais propensos a se concentrar na conectividade entre vários capitais ou na relevância estratégica dos capitais para a criação de valor,

diferente de relatórios de sustentabilidade, que seriam mais propensos a divulgar muitas informações que não seriam materiais para o processo de criação de valor (ADAMS, 2014).

Vale destacar que as principais diferenças entre um Relatório Integrado e um Relatório de Sustentabilidade, particularmente no contexto dos capitais, estão no público-alvo e no objetivo. Os Relatórios de Sustentabilidade visam um público-alvo mais amplo do que o de um Relatório Integrado, que se concentra principalmente em fornecedores de capital financeiro. Além disso, enquanto um Relatório de Sustentabilidade enfoca os impactos no ambiente, na sociedade e na economia, um Relatório Integrado aborda os efeitos dos capitais sobre a criação de valor ao longo do tempo (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2013c).

No que concerne à crítica ao Relato Integrado em relação à sustentabilidade, esta não tem sido unânime. Por um lado, há autores que creditam às características do Relato Integrado um potencial de mudar o pensamento dos atores corporativos para alinhar melhor as noções de maximização do lucro com o bem-estar da sociedade e do ambiente, tornando visível o valor da gestão da sustentabilidade (ADAMS, 2015; ADAMS, 2014; PAULUSZEK, 2013). Outros, apresentam resultados que advogam em prol de suas virtudes, estando estas diretamente associadas ao grau de divulgação das informações governança e sustentabilidade das empresas (BERNARDI; STARK, 2016), e há ainda os que destacam como o Relato Integrado poderia contribuir com os esforços para mitigação das externalidades negativas geradas pelas empresas, em direção a uma sociedade melhor (ECCLES; SPIESSHOFER, 2015).

Por outro lado, autores como Brown e Dillard (2014) alegam que o Relato Integrado oferece uma abordagem ideologicamente fechada que é mais propensa a reforçar ideias predominantes ao invés de incentivar a reflexão crítica. Rowbottom e Locke (2013) chamam a atenção para o possível conflito de interesses devido ao grande número de atores envolvidos no seu processo de surgimento e institucionalização, enquanto outros autores destacam, além das potencialidades, os riscos do Relato Integrado para a sustentabilidade (TWEEDIE; MARTINOV-BENNIE, 2015). Também com críticas negativas no tocante à sustentabilidade, Stacchezzini, Melloni e Lai (2016) apresentam resultados que sugerem conclusões pessimistas sobre a capacidade do Relato Integrado incentivar o gerenciamento integrativo da sustentabilidade corporativa. Além disso, o distanciamento do Relato Integrado em relação à sustentabilidade é também

associado ao seu enfoque, que recai muito mais sobre a geração de valor e menos sobre processos e estratégias sustentáveis que a organização adota (MACIEL, 2015), uma vez que privilegia elementos de sustentabilidade que estão alinhados com os princípios subjacentes do capitalismo (THOMSON, 2014), mostrando-se mais alinhado à “Teoria do Acionista” do que à “Teoria do *Stakeholder*” (FLOWER, 2015).

4.3.4.4 O que diferencia o Relato Integrado?

Se por um lado há diversos marcos no contexto da governança ambiental global e no âmbito acadêmico que advogam pela consideração de limites biofísicos da natureza, no setor empresarial não se observa o mesmo. Conforme já apresentado, as abordagens *Triple Bottom Line* (TBL) e da Ecoeficiência, as mais representativas no contexto empresarial, não manifestam explicitamente uma preocupação com limites ecossistêmicos.

Em relação aos relatórios de informações não financeiras utilizados atualmente, o modelo da GRI, a despeito de ser o mais amplamente utilizado e conhecido no mundo (BROWN; JONG; LEVI, 2009; MARIMON et al., 2012), desenvolvendo e disseminando diretrizes para relatórios de sustentabilidade, é baseado na abordagem TBL, não dialogando com a ideia de limites ecossistêmicos. Por sua vez, o RI se diferencia por algumas características que sugerem aderência a alguns fundamentos da Economia Ecológica, que aludem a uma preocupação com limites planetários.

É de conhecimento geral que o Relato Integrado (RI) não é um relatório de sustentabilidade propriamente dito e que sua tônica é diferente da dos relatórios de sustentabilidade, não se propondo a contemplar a temática da sustentabilidade de forma prioritária (ADAMS, 2014; INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2013c) e tendo como objetivo principal explicar aos provedores de capital financeiro a forma de geração de valor (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2013a).

No entanto, o RI apresenta uma abordagem inovadora de capitais, que tem como uma de suas propostas, chamar a atenção das organizações para considerarem todas as formas de capital utilizadas ou afetadas por elas. Além disso, ao focar no processo de geração de valor, chama a atenção para a gestão adequada destes capitais visando a manutenção da acessibilidade, qualidade e disponibilidade dos diversos Capitais do qual

a organização faz uso, entre eles, o Capital Natural (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2013a).

Neste sentido, o destaque para a importância da disponibilidade, qualidade e acessibilidade do Capital Natural é um elemento que diferencia o RI em relação às outras abordagens. Além disso, ao incorporar o conceito de Capital Natural, que é um conceito-chave na Economia Ecológica (EKINS; FOLKE; DE GROOT, 2003a; PELENC; BALLET, 2015) o RI dá mostra de proximidade com uma abordagem preocupada com limites biofísicos.

Ademais, o RI considera o Capital Natural como base para os demais capitais, conforme ilustra a figura do documento intitulado *Background Paper – CAPITALS* (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2013c):

Figura 7: Diagrama que ilustra as seis categorias de capitais identificadas pelo IIRC.

Fonte: (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2013c, p.3).

De acordo com o documento, o Capital Natural é o que provê o ambiente sobre o qual os outros capitais se apoiam e se desenvolvem (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2013c). A representação do Capital Natural englobando os demais capitais e provendo um ambiente sobre o qual os demais capitais se apoiam e se desenvolvem, faz alusão a uma ideia de dependência de todos os demais capitais em relação ao Capital Natural. Além disso, a representação gráfica do Capital Natural envolvendo os demais capitais dialoga com o fundamento da Economia Ecológica de que

o sistema econômico representa um subsistema do sistema ecológico, e onde há limites biofísicos para o seu crescimento. Neste sentido, evidencia-se uma importância maior dada ao Capital Natural em relação aos demais capitais, pois dele dependeria a existência dos demais e, conseqüentemente a geração de valor de uma organização.

Ademais, o mesmo documento, cujas informações são uma das referências que auxiliaram na estruturação do que hoje é o Relato Integrado, ao detalhar o entendimento sobre conceito Capital Natural apresenta três definições principais sobre o termo. As três definições apresentadas de forma destacada correspondem a referências do periódico *Ecological Economics*²¹. A associação de um dos Conceitos Fundamentais do Relato Integrado (Capitais – Capital Natural) às definições vinculadas a autores do campo de estudo da Economia Ecológica configura-se como mais um elemento que indica um diálogo desta iniciativa com a Economia Ecológica.

No que concerne aos limites de exploração e a disponibilidade do Capital Natural, o IIRC deixa clara sua posição em relação este tema, no documento intitulado “Rio +20 Policy”, de junho de 2012:

There is a clear interdependence between the six forms of capital used by companies to create and preserve value. These capitals are natural, financial, human, intellectual, manufactured and social. We are focusing specifically in this paper on the contribution natural and social capital make to creating and preserving value [...] resources such as carbon and water are being used at an unsustainable rate. Taken together with rapid population growth, this represents a significant risk to businesses, society and economic stability. These economic, social and environmental risks are not being measured or managed by the majority of companies globally. (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2012a. p.2, grifo nosso).

O trecho destaca que os recursos naturais estão sendo utilizados a taxas insustentáveis, representando riscos econômicos, sociais e ambientais que não estão sendo medidos ou geridos pela maioria das empresas em nível mundial. Ao argumentar que recursos naturais estão sendo utilizados a taxas insustentáveis, sugere uma faceta preocupada como limites biofísicos, alinhada com alguns dos fundamentos da Economia Ecológica. Além disso, o mesmo documento destaca a importância da adoção do Relato

²¹ *Ecological Economics* é o nome da revista científica criada em 1989, cujo objetivo, além de tratar do tema Economia Ecológica, segundo Costanza (1989) é abordar as relações entre ecossistemas e sistemas econômicos, no sentido mais amplo. Ainda de acordo com Costanza (1989), o periódico busca incluir temas como economia ambiental neoclássica e estudos de impacto ecológico como subconjuntos, também incentivando novas maneiras de pensar sobre os *links* entre sistemas ecológicos e econômicos (COSTANZA; KING, 1999).

Integrado como fundamental no enfrentamento desta questão (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2012a).

Assim sendo, o Relato Integrado se diferencia no contexto empresarial por apresentar terminologias e abordagens comuns às da Economia Ecológica e, o que permite vislumbrar a possibilidade de que este se configure como uma iniciativa pioneira para incorporação da sustentabilidade forte na governança corporativa.

5. METODOLOGIA

5.1 TIPO DE PESQUISA

A pesquisa realizada tem enfoque qualitativo e é do tipo exploratória. O enfoque qualitativo utiliza-se da coleta de dados sem medição numérica (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2006) e é adequado quando se pretende descobrir ou entender a complexidade e a interação de elementos relacionados ao objeto de estudo (MARTINS; TEÓPHILO, 2009). Neste sentido, as análises documentais e as entrevistas realizadas permitem enquadrar a pesquisa como qualitativa.

Por sua vez, o que permite enquadrar esta pesquisa como exploratória é o recente surgimento do Relato Integrado e o fato de que o estudo acadêmico sobre tema é ainda incipiente, apresentando-se fragmentado, em estágio inicial (DUMAY et al., 2016; PEREGO; KENNEDY; WHITEMAN, 2016), sendo as publicações disponíveis sobre o tema majoritariamente relativas aos antecedentes de sua adoção, baseando-se em Teoria Institucional principalmente (MARIA DRAGU; TUDOR, 2013; PEREGO; KENNEDY; WHITEMAN, 2016; ROWBOTTOM; LOCKE, 2013). Por conseguinte, as publicações sobre este tema analisando o viés da sustentabilidade são incipientes, não havendo uma análise do tema à luz da Economia Ecológica. Deste modo, a pesquisa se configura como exploratória pois, de acordo Sampieri, Collado e Lucio (2006), este tipo de pesquisa se realiza quando se deseja pesquisar sobre temas ou objetos com base em novas perspectivas e ampliando os estudos já existentes.

5.2 MÉTODO DE PESQUISA

O Método de pesquisa utilizado baseou-se na estratégia multimétodo ou triangulação metodológica. Esta se refere ao uso de múltiplos métodos para obter dados mais completos e detalhados possíveis sobre um mesmo objeto de estudo ou fenômeno

(AZEVEDO et al., 2013). Segundo Martins e Teóphilo (2009) a convergência de resultados advindos de distintas fontes ou métodos confere mais confiabilidade ao estudo.

Dos diversos tipos de triangulação apresentados pela literatura, a que é utilizada neste estudo engloba elementos de dois tipos de triangulação existentes: a triangulação metodológica, que compreende abordagens metodológicas diferentes para a condução de uma mesma pesquisa e a triangulação de fontes de dados, que triangula os resultados de diferentes fontes (MARTINS; TEÓPHILO, 2009). Neste sentido, destaca-se que objeto alvo de análise deste estudo é o Relato Integrado e que os diversos documentos (Estrutura e Relatórios Integrados), bem como os resultados das entrevistas, configuram-se como fontes de dados, que subsidiam a análise do objeto de estudo.

A combinação de diferentes métodos é importante, pois permite compreender melhor os diferentes aspectos de uma realidade e evitar as restrições de uma metodologia única (AZEVEDO et al., 2013). Neste sentido, Perego, Kennedy e Whiteman (2016), recomendam que estudos futuros em relação ao Relato Integrado façam um maior uso de documentos e de observações por múltiplos métodos de triangulação de evidências. Tal forma mais rica de investigação permitiria uma compreensão mais robusta de processos que moldam o campo de conhecimento sobre o Relato Integrado (PEREGO; KENNEDY; WHITEMAN, 2016).

Assim, neste trabalho a análise a se baseia em **3 etapas**, conforme ilustrado e descrito a seguir:

Figura 8: Método de pesquisa: Triangulação metodológica e de fontes de dados - Análise Multimétodo.

Fonte: Elaboração Própria.

- 1) A primeira etapa corresponde à análise documental na qual são analisados: a Estrutura Internacional para Relato Integrado (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2013a) e o documento intitulado “*CAPITALS: Background paper for <IR>*” (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2013c), ambos à luz da Economia Ecológica.

A razão para a análise de outro documento além da Estrutura se deu porque esta configura-se como um documento de diretrizes amplas e generalistas. De acordo com o próprio documento, o propósito da Estrutura Internacional para Relato Integrado é estabelecer princípios básicos e elementos de conteúdo que guiem o conteúdo geral de um Relatório Integrado, e expliquem os conceitos fundamentais que os sustentam (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2013a). Por este motivo, e para aprofundar a análise, recorreu-se ao documento nominado pelo IIRC como “*CAPITALS: Background paper for <IR>*”, lançado em março de 2013 e que explora de maneira mais detalhada os conceitos de capitais adotados pelo IIRC. De acordo com INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL (2016a), o lançamento dos chamados *Background Papers* do Relato Integrado

serviu de base para o estabelecimento da Estrutura Internacional para Relato Integrado, sendo o foco deste *Background paper* específico sobre capitais, explorar a aplicação do conceito de capitais para o Relato Integrado. O seu objetivo primário é analisar a categorização e descrição dos vários capitais usados na Estrutura, de maneira a fornecer informações sobre como aplicar o conceito de capitais (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2013c). Desta maneira, a análise do documento “*CAPITALS: Background paper for <IR>*” - de forma complementar à análise da Estrutura Internacional para Relato Integrado – configura-se como essencial para entender a forma como o Capital Natural é abordado, tornando a análise mais robusta.

O objetivo nesta etapa é verificar se ambos documentos apresentam uma abordagem alinhada com os fundamentos da Economia Ecológica. Nesta etapa tem-se:

Fonte de dados: Dois documentos: Estrutura Internacional para o Relato Integrado e o documento nominado “*CAPITALS: Background paper for <IR>*”.

Referenciais de análise:

- *O fundamento central da Economia Ecológica*, de que o sistema econômico seja um subsistema do sistema ecológico (CECHIN; VEIGA, 2009),
- Outros dois fundamentos da Economia Ecológica: i) “Insubstituibilidade”, que preconiza a impossibilidade de substituição plena do Capital Natural por outros tipos de Capital (CECHIN; VEIGA, 2009; COSTANZA, 1989) e ii) o “Ceticismo da Razão” (CECHIN; VEIGA, 2009) também chamado por Costanza (1989) de “Pessimismo prudente” que corresponde a uma crítica ao chamado “Otimismo tecnológico” na qual a Ecoeficiência é considerada insuficiente para a proteção plena do Capital Natural.

Método: Na análise documental foram consideradas todas as menções ao termo Capital Natural na Estrutura. Nos momentos em que foi mencionado tal termo, buscaram-se elementos textuais (ou gráficos) que fizessem alusão aos fundamentos da Economia Ecológica adotados como referencial de análise. Ainda em relação à Estrutura, verificou-se qual o entendimento acerca deste termo no tocante aos objetivos, público alvo e princípios orientadores

(Materialidade) expostos no documento.

Em relação ao documento “*CAPITALS: Background paper for <IR>*”, foi analisada a forma como este aborda o termo Capital Natural, não se restringindo às menções ao termo. Isto por que, por se tratar de um documento que aborda especificamente o conceito de capitais e o Capital Natural, buscou-se analisar o entendimento em relação ao Capital Natural, de forma geral, à luz dos fundamentos adotados como referencial de análise.

- 2) A segunda etapa também corresponde a uma análise documental, na qual foram analisados os relatórios existentes publicados pelas empresas brasileiras selecionadas. Esta etapa estabelece o escopo da análise, uma vez que se restringe o universo de análise a empresas nacionais.

O objetivo nesta etapa é verificar se os relatórios existentes e disponíveis, elaborados de acordo com as diretrizes do IIRC apresentam elementos característicos da Economia Ecológica. Neste sentido, foi analisada a forma como é abordado o Capital Natural e se esta abordagem está alinhada com os fundamentos da Economia Ecológica. Nesta etapa tem-se:

Fonte de dados: Doze documentos, correspondentes aos relatórios existentes e disponíveis, de 2014 e 2015, de cada uma das 6 empresas brasileiras selecionadas.

Referenciais de análise:

- O fundamento central da Economia Ecológica;
- Fundamento: “Insubstituibilidade” e;
- Fundamento: “Ceticismo da razão” ou “Pessimismo prudente”.

Ademais, buscou-se verificar se a empresa considera o Capital Natural importante para seu modelo de negócio.

O quadro 1 abaixo sintetiza os fundamentos e critérios adotados na análise dos relatórios:

		Fundamentos da Economia Ecológica		
	Capital Natural é considerado importante para o modelo de negócio?	Economia como subsistema do ecossistema (Fundamento central).	Impossibilidade de substituição plena do Capital Natural por outros Capitais.	"Pessimismo Prudente".
FORMA DE VERIFICAÇÃO	Presença na matriz de materialidade ou na descrição do modelo de negócio.	Alusão ou referência ao estabelecimento de limites para exploração ou à consideração de limites biofísicos, quando se refere ao Capital Natural.	Alusão ou referência à impossibilidade de substituição plena de Capital Natural por outras formas de Capital, quando da descrição dos processos produtivos e da estratégia de alocação de recursos.	Alusão ou referência à insuficiência da Ecoeficiência para a proteção do Capital Natural.

Quadro 1: Fundamentos e critérios adotados na análise dos relatórios.

Fonte: Elaboração própria.

Método: Neste procedimento a proximidade ou alusão ao fundamento central da Economia Ecológica é verificada por meio de elementos textuais (ou gráficos) que evidenciem uma preocupação com a capacidade de suporte ou ao estabelecimento de limites para exploração.

Em um segundo momento, a proximidade com o fundamento “Insubstituibilidade” é verificada pela análise de elementos textuais (ou gráficos) que façam alusão ou referência à impossibilidade de substituição plena de Capital Natural por outras formas de Capital, especialmente em dois contextos: quando da descrição dos processos produtivos (Modelo de negócio) e da Estratégia de alocação de recursos.

Por sua vez, a proximidade com o fundamento “Pessimismo prudente” é verificada considerando elementos textuais (ou gráficos) que façam alusão ou referência à insuficiência da Ecoeficiência para a proteção plena do Capital Natural.

É importante deixar claro que a análise desta etapa não almeja identificar o posicionamento ou entendimento da empresa quanto à possibilidade ou impossibilidade de substituição de Capital Natural por outros tipos de capital, nem sobre “otimismo tecnológico”. O objetivo desta etapa é verificar se há elementos textuais (ou gráficos) que façam alusão ou referência a algum dos três fundamentos aqui utilizados como referência. Assim sendo, quando constatada a falta de tais elementos textuais (ou gráficos) a conclusão

(preliminar) será a ausência de alusão ou referência a estes fundamentos da Economia Ecológica. Inferências acerca do posicionamento da empresa quanto a estes temas são confrontadas, na Etapa 3, aos resultados das entrevistas.

Por exemplo: quando um relatório não se refere diretamente à questão de substituição do Capital Natural, não é possível analisar o posicionamento da empresa quanto a este tema, uma vez que as informações disponíveis no relatório não permitem depreender se o entendimento da empresa quanto à possibilidade ou impossibilidade de substituição de Capital Natural está ou não alinhada com este fundamento da Economia Ecológica.

Por este motivo, procede-se com a Etapa 3, na qual são feitas entrevistas com os gestores e/ou responsáveis pela elaboração dos relatórios analisados. Na etapa 3 é verificado também se tais fundamentos da Economia Ecológica estão presentes nos discursos dos gestores.

- 3) A terceira etapa foi realizada por meio de entrevistas semi-estruturadas direcionadas aos gestores e/ou responsáveis pelas informações relativas à sustentabilidade, constantes nos relatórios analisados. Nesta etapa tem-se:

Fonte de dados: Respostas de tais gestores e/ou responsáveis entrevistados.

Referencial de análise: os três fundamentos da Economia Ecológica que também foram mencionados na Etapa 2: o *fundamento central da Economia Ecológica*; o “Pessimismo prudente” e o da “Insubstituibilidade”.

Método: Para esta etapa foi elaborado um roteiro de perguntas com questões abertas por meio do qual se realizaram entrevistas semi-estruturadas. A entrevista corresponde a uma técnica de pesquisa para coleta de informações, dados ou evidências, visando entender e compreender o significado que entrevistados atribuem a determinadas questões e situações (MARCONI; LAKATOS, 2008; MARTINS; TEÓFILO, 2009).

No que concerne ao tipo de entrevista, diz-se da entrevista estruturada, aquela que é orientada por um questionário previamente definido e que por sua vez é aplicado a todos os entrevistados. Já uma entrevista não estruturada corresponde a uma conversação livre, com ao menos dois participantes e com pouca atenção a um roteiro prévio de perguntas (BLAXTER; HUGHES;

TIGHT, 1996; MARCONI; LAKATOS, 2008; MARTINS; TEÓPHILO, 2009).

O tipo de entrevista aqui utilizado, a semi-estruturada, é a que, segundo Martins e Teóphilo (2009), é conduzida com o uso de um roteiro, mas com liberdade para o acréscimo de novas questões pelo entrevistador. As entrevistas deste tipo são consideradas apropriadas para casos em que o objetivo da entrevista é obter um entendimento acerca do “universo” do entrevistado ou quando o tema dos questionamentos venha a ser confidencial, fazendo-se necessária uma conversa individualizada (EASTERBY-SMITH; THORPE; LOWE, 1991).

Disponível no ANEXO A, o roteiro de perguntas foi elaborado com base nos mesmos três fundamentos da Economia Ecológica que foram tomados como base para análise nas etapas 1 e 2, e contém as perguntas padrão, divididas em dois blocos, que objetivam i) depreender o entendimento do entrevistado e a percepção do entrevistado com relação aos alinhamento das atividades da empresa com os fundamentos da Economia Ecológica adotados nesta análise (Bloco 1) e ii) obter informações relativas à prática de emissão de relatórios, tais como: fatores motivadores, expectativas e consequências relacionadas à adoção das diretrizes do IIRC em seus relatos (Bloco 2).

Para checar a presença ou entendimento do fundamento central da Economia Ecológica foram feitas perguntas baseadas nos princípios de i) estabelecimento de limites biofísicos e ii) consideração da capacidade de suporte dos ecossistemas. Em relação ao fundamento “Insubstituibilidade” foi feito um questionamento visando identificar o entendimento do entrevistado a seu respeito. Quando aplicável (quando detectada alusão a este fundamento na Etapa 2) foi esclarecido o posicionamento da empresa quanto a este fundamento, por meio da percepção do entrevistado. Por sua vez, para o fundamento “Pessimismo prudente”, foram feitas perguntas relativas a ações de Ecoeficiência, uma vez que tal fundamento corresponde a uma crítica ao “otimismo tecnológico”, onde a Ecoeficiência seria insuficiente para evitar a extrapolação dos limites biofísicos.

Para casos em que não foi possível realizar a entrevista em sua totalidade (havendo restrição a um dos blocos de perguntas do roteiro, por alguma razão

particular do entrevistado, por exemplo), foi dado enfoque ao esclarecimento dos pontos relevantes identificados na Etapa 2 (quando aplicável, ou seja, quando detectados elementos alusivos a algum fundamento da Economia Ecológica quando da análise dos relatórios da respectiva empresa), visando a confirmação ou refutação das evidências identificadas. Assim sendo, a ocorrência deste tipo de limitação não comprometeu os resultados do trabalho, pois ainda foi possível verificar se os elementos detectados na Etapa 2 eram realmente pautados em limites biofísicos do ecossistema ou na capacidade de suporte.

Ademais, para as empresas que apresentaram elementos alusivos aos fundamentos da Economia Ecológica na Etapa 2, foram feitas pequenas adaptações no roteiro de perguntas que correspondem ao detalhamento e aprofundamento dos pontos identificados na etapa anterior, visando esclarecer as ações e o entendimento da empresa em relação a tais pontos, por meio da percepção do entrevistado.

Os resultados desta etapa 3 foram confrontados com os resultados das etapas 1 e 2.

Em todas as etapas buscou-se elementos da Economia Ecológica de maneira analisar a aderência da iniciativa do Relato Integrado e da Estrutura Internacional para Relato Integrado aos seus fundamentos.

Após a conclusão das três etapas foi feita a triangulação das etapas, comparando-se as conclusões de cada uma, analisando de que maneira se relacionam.

5.3 ESCOLHA DOS CASOS

A procedimento de escolha se aplica às etapas 2 e 3, uma vez que a análise da etapa 1 recai sobre apenas dois documentos, sendo o seu principal objeto de análise a Estrutura Internacional para o Relato Integrado, conforme visto anteriormente.

Para as etapas 2 e 3 são escolhidas empresas de acordo com processo de seleção no qual estabeleceram-se critérios de inclusão e exclusão, conforme ilustrado na figura 9

abaixo e descrito a seguir:

Figura 9: Universo amostral e processo de seleção.

Fonte: Elaboração própria

- 1) O primeiro passo da seleção foi realizar o mapeamento de empresas brasileiras que possuíssem Relatórios Integrados ou que estivessem de alguma maneira ligadas ao IIRC e/ou seu Programa Piloto. Nesta etapa tem-se:

Critério: i) Adoção da prática de divulgação de informações utilizando como referência a Estrutura Internacional para Relato Integrado; ii) estar, de alguma maneira, ligada ao IIRC e/ou ao seu Programa Piloto.

Fonte: As bases de informação utilizadas para selecionar empresas de acordo com os critérios citados acima foram: i) Site [iirc.org](http://www.iirc.org)²² que apresenta uma lista de organizações cujos relatórios fazem referência ao IIRC ou à Estrutura Internacional para o Relato Integrado, ou que sejam influenciados por esta estrutura através da participação nas redes existentes para o Relato Integrado (<IR> Networks); ii) Consultou-se quais as empresas participantes do Programa Piloto por meio das publicações do IIRC (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2012c, 2013b); iii) De maneira a complementar a verificação e evitar eventuais inconsistências, consultou-se o

²²www.iirc.org - <IR> examples database. Disponível em:
<http://examples.integratedreporting.org/reporters?start=Aepage=1>

site da Comissão Brasileira de acompanhamento do Relato Integrado²³, verificando os *cases* e publicações ali disponibilizados.

Nestas três fontes de informação foram selecionadas todas as empresas brasileiras encontradas, resultando em um universo de 16 empresas, que seguem listadas a seguir junto de seu respectivo setor: BRF Brasil (Alimentos e bebidas); Grupo CCR (Transportes e logística); CPFL Energia (Energia elétrica); Duratex S.A. (Material de construção e decoração); Fibria (Papel e celulose); Itaú Unibanco Holding As (Setor Financeiro); Light (Energia elétrica); Natura (Farmacêutica e cosméticos); Votorantim (Material de construção e decoração / Metalurgia e Mineração); BNDES (Setor financeiro); AES Brasil (Energia elétrica); Petrobrás (Petróleo e gás); Unilever (Farmacêutica e cosméticos); Vale (Metalurgia e mineração); Grupo Segurador Banco do Brasil e Mapfre (Setor financeiro); Via Gutemberg (Consultoria).

- 2) O segundo passo da seleção foi analisar os relatórios das 16 empresas mapeadas no passo anterior, verificando a sua aderência à Estrutura Internacional para Relato Integrado. Considerando que o objetivo deste segundo passo é selecionar relatórios que contemplem minimamente o formato da Estrutura, configurando-se como um Relatório Integrado, o critério utilizado foi o seguinte:

Critério: Foi considerada a menção ao IIRC (item referente às recomendações para usar o modelo, sobre a aplicação da Estrutura. Corresponde ao parágrafo 1.17 da Estrutura), onde o relatório analisado afirme ser um relatório integrado. Isto por considerar-se imprescindível que o relatório analisado corresponda a um Relatório Integrado ou que ao menos faça menção ou referência ao IIRC ou à Estrutura.

A ausência de menção ou referência ao IIRC ou à Estrutura, implica na exclusão da empresa nesta etapa da seleção.

Este critério foi adotado pois há casos em que, ainda que uma organização seja signatária do Programa Piloto, seus relatórios não necessariamente se encontram sob as diretrizes do IIRC, estando em alguns casos no formato

²³ www.relatointegradobrasil.com.br – Cases. Disponível em: http://www.relatointegradobrasil.com.br/conteudo_pt.asp?idioma=0econta=28etipo=57436. e em Publicações acadêmicas, disponível em: http://www.relatointegradobrasil.com.br/conteudo_pt.asp?idioma=0etipo=58060esubmenu=4eimg=58060econta=28

GRI.

Fonte: Foram consultados os relatórios disponibilizados publicamente por cada uma das 16 organizações mencionadas na etapa anterior, em suas versões mais recentes (anos de 2014 e 2015) disponíveis durante a elaboração deste estudo.

Nesta etapa, 5 empresas foram excluídas restando 11, que são: BRF Brasil (Alimentos e bebidas); Grupo CCR (Transportes e logística); CPFL Energia (Energia elétrica); Duratex S.A. (Material de construção e decoração); Fibria (Papel e celulose); Itaú Unibanco Holding As (Setor Financeiro); Light (Energia elétrica); Natura (Farmacêutica e cosméticos); Votorantim (Material de construção e decoração / Metalurgia e Mineração); BNDES (Setor financeiro) e AES Brasil (Energia elétrica).

O quadro 2 a seguir ilustra a análise descrita:

Organizações cujos relatórios declaram-se aderentes aos Princípios do IIRC e à Estrutura					
Organizações	Ano do relatório	Aplicação da Estrutura / diretrizes do IIRC no relatório	Organizações	Ano do relatório	Aplicação da Estrutura / diretrizes do IIRC no relatório
BRF Brasil	2015	Sim	Votorantim	2015	Sim
	2014	Sim		2014	Sim
Grupo CCR	2015	Sim	BNDES	2015	Sim
	2014	Sim		2014	Sim
CPFL Energia	2015	Sim	AES Brasil	2015	Sim
	2014	Sim		2014	Sim
Duratex S.A.	2015	Sim	Petrobrás	2015	Não
	2014	Sim		2014	Não
Fibria	2015	Sim	Unilever	2015	Não
	2014	Sim		2014	Não
Itaú Unibanco Holding As	2015	Sim	Vale	2015	Não
	2014	Sim		2014	Não
Light	2015	Sim	Grupo Segurador Banco do Brasil e Mapfre	2015	Não
	2014	Sim		2014	Não
Natura	2015	Sim	Via Gutemberg	2015	Não
	2014	Sim		2014	Não

Quadro 2: Síntese do resultado da análise de aderência dos relatórios às diretrizes do IIRC.

Fonte: Elaboração própria.

As organizações destacadas em vermelho foram desconsideradas na seleção por apresentarem seus relatórios nos formatos GRI essencialmente, não sendo observadas menções ou declarações de aderência aos princípios do IIRC ou à Estrutura. No caso da organização Petrobras, esta consta entre as empresas associadas ao Programa Piloto, de acordo com documento informativo do IIRC (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2013b). No entanto, não apresenta seu relatório conforme os

moldes da Estrutura, seguindo o padrão GRI – G4. Em contrapartida, em seu relatório de 2015 declara estar planejando-se para incorporar as diretrizes do IIRC para os próximos ciclos.

O grupo segurador Banco do Brasil e Mapfre e a consultoria Via Gutemberg também constam como participantes do Programa Piloto. No entanto, seus relatórios em 2015 ainda não se apresentam como requerido pela Estrutura. Para o caso da Via Gutemberg não foi possível localizar seus relatórios em seu site e no caso do grupo segurador este ainda encontra-se, em 2015, sob as diretrizes GRI.

Já as empresas selecionadas declaram-se aderentes aos princípios do IIRC, apresentando elementos da Estrutura. Em maior e menor grau as empresas têm seus relatórios aderentes aos princípios de um Relatório Integrado. Em sua maior parte as empresas apresentam os indicadores GRI-G4, mostrando elementos da Estrutura (como modelo de negócio, capitais e gestão de riscos) de forma simultânea no mesmo relatório.

Neste sentido, destaca-se que 2015 é o segundo ano de implementação do Relatório Integrado após o lançamento da Estrutura em dezembro de 2013. Em função disto, é natural que os relatórios disponíveis apresentem uma estrutura híbrida, algo inerente a uma fase inicial.

- 3) Uma vez que o referencial teórico de análise (Economia Ecológica) tem como um dos principais pilares a questão dos limites biofísico dos ecossistemas, o terceiro passo foi analisar as empresas quanto à sua tipologia, considerando o setor ao qual pertencem. O objetivo desta etapa é selecionar as empresas cujos impactos ao meio ambiente sejam os mais significativos. Nesta etapa tem-se:

Critério: Lista positiva da Resolução CONAMA Nº 237, de 19 de dezembro de 1997, que lista os empreendimentos e atividades sujeitos a licenciamento ambiental (BRASIL, 1997).

Fonte: Legislação ambiental em vigor e disponível publicamente.

Nesta etapa, 2 empresas foram excluídas: Itaú Unibanco Holding As (Setor Financeiro) e BNDES (Setor financeiro), restando 9, que são: BRF Brasil (Alimentos e bebidas); Grupo CCR (Transportes e logística); CPFL Energia (Energia elétrica); Duratex S.A. (Material de construção e decoração); Fibria (Papel e celulose); Light (Energia

elétrica); Natura (Farmacêutica e cosméticos); Votorantim (Material de construção e decoração / Metalurgia e Mineração); e AES Brasil (Energia elétrica).

- 4) O quarto passo para selecionar o grupo amostral levou em consideração o estudo de Steffen et al. (2015) que aponta para quatro dos nove processos biofísicos centrais para a manutenção de condições de vida planetária, cujos limites de exploração ou sobrecarga já foram ultrapassados. São estes: mudanças climáticas; mudança no uso da terra; integridade da Biosfera (especificamente a diversidade genética) e os Fluxos Biogeoquímicos (ciclos de fósforo e nitrogênio), sendo estes dois últimos os que se encontram em estado mais crítico. Ademais levou-se em conta os setores, de maneira que a seleção se mostre heterogênea, contemplando um maior número de tipologias.

Deste modo, as tipologias das nove empresas selecionadas na etapa anterior foram analisadas quanto à relação de suas atividades com algum dos quatro processos biofísicos destacados por Steffen et al. (2015).

Critério: Os quatro processos biofísicos destacados por Steffen et al. (2015): mudanças climáticas; perda da integridade da biosfera; mudança no uso da terra; e fluxos biogeoquímicos (fósforo e nitrogênio) e a tipologia das empresas.

Fonte: Os processos biofísicos mais impactados estão disponíveis no estudo de Steffen et al. (2015) e a tipologia e atividades das 7 empresas estão disponíveis em seus materiais de divulgação, como os respectivos sites e relatórios.

Nesta etapa, o universo de empresas selecionadas até o momento compreende 3 empresas do setor de energia elétrica, 1 do setor de alimentos e bebidas, 1 do setor de logística e transporte, 2 do setor de materiais de construção e decoração (sendo uma delas do setor de Mineração, materiais de construção e metalurgia), 1 do setor de papel e celulose e 1 do setor de farmacêutica e cosméticos.

Desde o ponto de vista da relação de suas atividades com algum dos 4 processos biofísicos apontados por Steffen et al. (2015), todas apresentam relação, conforme sintetizado no quadro 3 a seguir:

Organização	Setor	Atividades principais	Processos Biofísicos
BRF Brasil	Alimentos e bebidas	O setor de produção de bebidas e alimentos envolve o cultivo de grandes áreas, por parte de sua cadeia de fornecedores, o que culmina em: impactos sobre o uso da terra, por sua vez depleção de áreas verdes e impactos sobre fluxos biogeoquímicos, dada a utilização de fertilizantes para produção de sua matéria prima.	Mudanças climáticas; Fluxos biogeoquímicos; Mudança no uso da terra; Perda da integridade da Biosfera.
Grupo CCR	Transportes e logística	Concessionária de rodovias, e portos. Impactos relativos à supressão de áreas (obras de rodovias) e impacto sobre a biodiversidade por supressão de hábitat e atropelamento animais decorrente da operação e expansão das suas atividades.	Perda da integridade da biosfera; Mudança no uso da terra.
CPFL Energia	Energia elétrica	Produção, distribuição e comercialização de energia elétrica, possuindo hidrelétricas, o que culmina supressão de áreas, perda de biodiversidade, suas atividades se relacionam com mudanças climáticas (matriz energética) e mudanças no uso da terra.	Mudanças climáticas; Perda da integridade da biosfera; Mudança no uso da terra.
LIGHT	Energia elétrica	Produção, distribuição e comercialização de energia elétrica, possuindo hidrelétricas, o que culmina supressão de áreas, perda de biodiversidade, suas atividades se relacionam com mudanças climáticas (matriz energética) e mudanças no uso da terra.	Mudanças climáticas; Perda da integridade da biosfera; Mudança no uso da terra.
AES Brasil	Energia elétrica	Produção, distribuição e comercialização de energia elétrica, possuindo hidrelétricas, o que culmina supressão de áreas, perda de biodiversidade, suas atividades se relacionam com mudanças climáticas (matriz energética) e mudanças no uso da terra.	Mudanças climáticas; Perda da integridade da biosfera; Mudança no uso da terra.
Duratex S.A.	Material de construção e decoração	Além das atividades industriais possui áreas de cultivo de eucalipto, atividade relacionada com a perda da integridade da biosfera, mudança no uso da terra e, por conseguinte, mudanças climáticas. Não obstante, a adubação dos plantios acarretaria alterações relativas aos fluxos biogeoquímicos.	Mudanças climáticas; Perda da integridade da biosfera; Mudança no uso da terra; Fluxos biogeoquímicos.
Votorantim	Material de construção e decoração / Metalurgia e Mineração	Dentre suas atividades possui áreas de cultivo de eucalipto (por parte de uma de suas empresas - FIBRIA), atividade relacionada com a perda da integridade da biosfera, mudança no uso da terra, mudanças climáticas e a adubação dos plantios acarretaria alterações relativas aos fluxos biogeoquímicos. Não obstante, as atividades de mineração e metalurgia culminam em intenso consumo de energia, exploração de recursos naturais, estando suas atividades relacionadas também à mudanças climáticas e mudanças no uso da terra.	Mudanças climáticas; Perda da integridade da biosfera; Mudança no uso da terra; Fluxos biogeoquímicos.
Fibria	Papel e celulose	Atua nas áreas de pesquisa, plantio, colheita, produção, transporte e comercialização de celulose, do que depreende-se que um dos seus principais impactos esteja relacionado às formas de uso do solo, decorrente do plantio, associando-se a isto impactos sobre a biodiversidade, em função das áreas requeridas. Não obstante, a adubação dos plantios acarretaria alterações relativas aos fluxos biogeoquímicos.	Mudanças climáticas; Perda da integridade da biosfera; Mudança no uso da terra; Fluxos biogeoquímicos.
Natura	Farmacêutica e cosméticos	Tendo a maioria dos ingredientes de seus produtos de origem vegetal (83%) e 12,2% dos insumos vindo da biodiversidade pan-amazônica (em valor de vendas), considera-se o impacto sobre a biodiversidade como uma das principais características de sua tipologia.	Perda da integridade da biosfera; Mudança no uso da terra.

Quadro 3: Síntese da relação das principais atividades das organizações com os 4 processos biofísicos apontados por Steffen et al. (2015)

Fonte: Elaboração própria.

Uma vez que todas apresentaram relação, optou-se por não excluir nenhuma com base neste critério, pelo menos inicialmente. Deste modo, visando analisar empresas com perfis distintos, escolheu-se uma empresa de cada setor. No entanto, ao adotar este critério faz-se necessário escolher uma entre as três empresas do setor de energia elétrica. O critério escolhido foi o de maior capacidade instalada de produção de energia hidrelétrica. Este critério deu-se pelo impacto decorrente desta atividade especialmente no que concerne à mudança de uso da terra, perda da integridade da biosfera e mudanças climáticas, devido às extensas áreas inundadas, supressão de habitats naturais, e mudanças significativas no que diz respeito ao uso do solo. Considerando isto, a empresa selecionada foi a AES Brasil, que detém a maior capacidade instalada e possui, somente em uma de suas empresas (AES Tietê) 9 usinas hidrelétricas e 3 pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), localizadas no Estado de São Paulo, que juntas, somam 2.658 MW²⁴ de capacidade instalada, superando as outras duas empresas neste quesito.

Para o caso da empresa AES Brasil (Energia elétrica), esta corresponde a um grupo de empresas sendo duas de geração de energia – AES Tietê e AES Uruguaiana - duas de distribuição de energia – AES Eletropaulo e AES Sul — e uma empresa de serviços – AES Serviços. Uma vez que cada uma dessas empresas possui seu próprio relatório anual, a partir deste momento, substituiremos a análise do relatório da empresa AES Brasil pela análise da empresa AES Tietê, devido à sua tipologia, conforme mencionado anteriormente.

Após isto, o número de empresas a serem analisadas se reduz a 7, sendo elas: BRF Brasil (Alimentos e bebidas); Grupo CCR (Transportes e logística); AES Tietê (Energia elétrica); Duratex S.A. (Material de construção e decoração); Votorantim (Material de construção e decoração / Metalurgia e Mineração); Fibria (Papel e celulose) e Natura (Farmacêutica e cosméticos).

Este novo grupo, por sua vez, apresenta duas empresas cujos setores, ainda que diferentes, coincidem em partes, que são a Duratex S.A e Votorantim. Entre estas duas empresas optou-se pela empresa Votorantim (Material de construção e decoração / Metalurgia e Mineração), pelas seguintes razões: seu tamanho e atuação são

²⁴Informações retiradas do site da empresa AES Brasil, disponíveis em: <http://www.aesbrasil.com.br/ogrupos/conteudo/aesnobrasil>. Acessado em 01/04/2016.

significativamente maiores a julgar tanto pelos setores quanto pelos indicadores financeiros. A Votorantim é um holding com diversas empresas dentre as quais destaca-se a Votorantim Cimentos que, desde o ponto de vista econômico, ocupa a 39^a posição no ranking das VALOR 1000²⁵ de 2015, enquanto a empresa Duratex S.A. ocupa a 134^a posição. Assim sendo, a opção pela empresa Votorantim Cimentos se dá pela sua maior magnitude e representatividade econômica no setor, em comparação com as demais empresas do grupo Votorantim que ocupavam posições mais baixas no ranking Valor 1000.

Deste modo, a quarta e última etapa de seleção termina escolhendo 6 empresas, de 6 setores diferentes, cuja tipologia resulta em atividades potencialmente impactantes ao meio ambiente (de acordo com a lista positiva da Resolução CONAMA N° 237 de dezembro de 1997) e cujas atividades também apresentam relação com os processos biofísicos mais sensivelmente ameaçados, de acordo com os estudos de Rockström et al. (2008) e Steffen et al. (2015).

São as 6 empresas selecionadas: BRF Brasil (Alimentos e bebidas); Grupo CCR (Transportes e logística); AES Tietê (Energia elétrica); Votorantim Cimentos (Material de construção e decoração); Fibria (Papel e celulose) e Natura (Farmacêutica e cosméticos).

²⁵VALOR 1000: Publicação anual promovida pelo jornal Valor Econômico que traz estudo baseado em critérios contábeis e financeiros chancelados pela equipe do Centro de Estudos em Finanças (GVces) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e apresenta o ranking das 1000 maiores empresas do ano, por setor de atuação (VALOR ECONÔMICO, 2015).

6. RESULTADOS E DISCUSSÃO ETAPA 1

6.1 RESULTADOS DA ETAPA 1

A seguir apresentam-se os resultados da primeira etapa, onde foram analisados dois documentos: a Estrutura Internacional para Relato Integrado (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2013a) e o documento nominado pelo IIRC como “*CAPITALS: Background paper for <IR>*” (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2013c), este último lançado em março de 2013 e que explora de maneira mais detalhada os conceitos de capitais adotados pelo IIRC.

6.1.1 Documento: Estrutura Internacional para Relato Integrado.

A análise se ateve a como a Estrutura se refere ao termo Capital Natural, verificando se há alusão ao fundamento central da Economia Ecológica, de que o sistema econômico seja um subsistema do sistema ecológico, bem como aos outros dois fundamentos tomados como referência: o da “Insubstituibilidade” e o do “Pessimismo prudente”.

Visando compreender melhor a abordagem do termo Capital Natural pela Estrutura, também foram analisados o objetivo principal, público alvo e princípios orientadores (Materialidade). O resultado está sintetizado nos quadros 4 e 5 abaixo:

Documento analisado	Número	Menções ao termo "Capital Natural"	Localização no documento	Aderência aos fundamentos da Economia Ecológica
Estrutura Internacional para Relato Integrado.	1	"They are categorized in this Framework as financial, manufactured, intellectual, human, social and relationship, and natural capital , although organizations preparing an integrated report are not required to adopt this categorization or to structure their report along the lines of the capitals."	Página 4	N/A
	2	"Many activities cause increases, decreases or transformations that are far more complex than the above example and involve a broader mix of capitals or of components within a capital (e.g., the use of water to grow crops that are fed to farm animals, all of which are components of natural capital)".	Página 11	NÃO
	3	" Natural capital – All renewable and nonrenewable environmental resources and processes that provide goods or services that support the past, current or future prosperity of an organization. It includes: air, water, land, minerals and forests, biodiversity and eco-system health"	Página 12	N/A

Quadro 4: Menções ao termo Capital Natural ao longo do documento Estrutura Internacional para Relato Integrado.

Fonte: Elaboração própria.

A primeira e a terceira menções ao termo estão em um contexto de exemplificação ou descrição, não permitindo uma análise sob a perspectiva dos fundamentos da Economia Ecológica o que justifica a presença do termo N/A (Não se Aplica) no quadro 4. Análise é aplicável somente à segunda menção do termo, assim, discute-se a seguir a aderência aos fundamentos da Economia Ecológica com base no contexto de estoque e fluxo de capitais no qual está inserido.

De modo geral a abordagem do termo Capital Natural presente na Estrutura Internacional para Relato Integrado não se aproxima dos fundamentos da Economia Ecológica. Dito de outro modo, da maneira e no contexto como estão apresentadas na Estrutura, a menções ao termo não fazem alusão ou referência à capacidade de suporte ou ao estabelecimento de limites biofísicos para a exploração do Capital Natural. A discussão acerca deste resultado é apresentada no tópico seguinte.

Ademais, foram analisados também o principal objetivo, o público alvo e princípios orientadores (Materialidade), para os quais tampouco se observou relação ou proximidade com fundamentos da Economia Ecológica, conforme pode ser observado no quadro 5 a seguir:

Documento analisado	Pontos analisados	Detalhe	Localização no documento	Aderência aos fundamentos da Economia Ecológica
Estrutura Internacional para Relato Integrado.	Objetivo principal	“The primary purpose of an integrated report is to explain to providers of financial capital how na organization creates value over time”	Página 4	N/A
	Público Alvo			N/A
	Princípios orientadores: Materialidade.	<p>“An integrated report should disclose information about matters that substantively affect the organization’s ability to create value over the short, medium and long term”</p> <p>“The ability of an organization to create value for itself enables financial returns to the providers of financial capital. This is interrelated with the value the organization creates for stakeholders and society at large through a wide range of activities, interactions and relationships. When these are material to the organization's ability to create value for itself, they are included in the integrated report.”</p> <p>“Material/materiality: A matter is material if it could substantively affect the organization’s ability to create value in the short, medium or long term.”</p>	Páginas 4, 5 e 33	NÃO

Quadro 5: Síntese da abordagem do termo Capital Natural no documento Estrutura Internacional para Relato Integrado (objetivo principal, público alvo e princípios orientadores (Materialidade)).

Fonte: Elaboração própria.

O objetivo principal explicita o público alvo, referindo-se ao processo de criação de valor, mas não menciona o termo Capital Natural. Por esta razão, não foi possível realizar uma análise sob a perspectiva dos fundamentos da Economia Ecológica em relação a estes dois pontos, o que justifica a presença do termo N/A (Não se Aplica) no quadro 5 acima. Entretanto, a análise sobre a aderência dos princípios orientadores (Materialidade) aos fundamentos da Economia Ecológica é apresentada de forma detalhada mais adiante no tópico de discussão dos resultados da Etapa 1.

6.1.2 Documento: **CAPITALS: Background paper for <IR>.**

As únicas abordagens em relação ao Capital Natural, que **se aproximam** dos fundamentos da Economia Ecológica, estão no documento *CAPITALS: Background papers for <IR>*, que explora e detalha o conceito dos capitais adotados na Estrutura. No

entanto, se em alguns momentos a abordagem do Capital Natural se aproxima destes fundamentos da Economia Ecológica, em outros momentos ela se afasta, conforme se observa no quadro 6 a seguir:

Documento analisado	Número	Abordagem em relação ao Capital Natural	Localização no documento	Aderência aos fundamentos da Economia Ecológica
CAPITALS: Background paper for <IR>.	1	Descrição do diagrama de capitais: "<IR> takes a broader view by also considering intellectual, social and relationship, and human capitals (all of which are linked to the activities of humans) and natural capital (which provides the environment in which the other capitals sit)"	Página 3	SIM
	2	"The extent to which organizations, collectively or individually, are building up or running down the various capitals can have an important effect on the availability, quality and affordability of those capitals, particularly with respect to capitals that are in limited supply and are non-renewable"	Página 4	SIM
	3	"Disclosures about the capitals should therefore include the factors that affect the availability, quality and affordability of relevant capitals and the organization's expectations of its ability to produce flows from them to meet future demand"	Página 4	SIM
	4	"Consideration of the availability, quality and affordability of the capitals is included in the Content Element Organizational overview and operating context"	Página 5	SIM
	5	"Opportunities and risks relating to the continued availability, quality and affordability of relevant capitals are included in the Content Element Opportunities and risks"	Página 5	NÃO
	6	"Indicates that both current and future organizational prosperity fundamentally depend on natural capital, which is essential to the provision of goods and services"	Página 15	SIM
	7	"Whether or not the capitals an organization uses or affects are owned by that organization, their availability, quality and affordability can affect the long term viability of an organization's business model and, therefore, its ability to create value over time. This is particularly the case with respect to capitals that are in limited supply and are non-renewable"	Página 1	SIM
	8	"For <IR>, an organization's impact on various capitals is ordinarily material only if it: - significantly affects the availability, quality and affordability of capitals upon which the organization depends - affects stakeholders' perceptions of the organization in such a way that it has a significant business consequence (e.g., strengthens/weakens customer demand, or affects the organization's licence to operate) - has some other strategic relevance"	Página 18	NÃO

Quadro 6: Síntese da abordagem do termo Capital Natural no documento *Capitals: Background papers for <IR>*.

Fonte: Elaboração própria.

A divergência pode ser observada no quadro 6 acima pela variação na aderência em relação aos fundamentos da Economia Ecológica. Além disso, é detalhada adiante no tópico dedicado à discussão dos resultados da Etapa 1, que traz a análise de cada um dos pontos levantados.

6.2 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA ETAPA 1

6.2.1 Documento: Estrutura Internacional para Relato Integrado

O termo Capital Natural é mencionado somente 3 vezes ao longo da Estrutura Internacional para Relato Integrado, sendo a primeira menção feita na página 4, onde é somente apresentado como um dos conceitos fundamentais, entre os demais capitais, sendo somente citado:

They are categorized in this Framework as financial, manufactured, intellectual, human, social and relationship, and natural capital, although organizations preparing an integrated report are not required to adopt this categorization or to structure their report along the lines of the capitals.
(INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2013a, p.4)

E a terceira menção do termo Capital Natural se dá no parágrafo 2.15, na página 12, onde se define e se exemplifica como a seguir:

Natural capital – All renewable and nonrenewable environmental resources and processes that provide goods or services that support the past, current or future prosperity of an organization. It includes: air, water, land, minerals and forests, biodiversity and eco-system health (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2013a, p.12).

Nestes casos, tal como se apresentam, as abordagens do termo estão em um contexto de exemplificação ou descrição, não sendo possível analisar a forma como a Estrutura está considerando o Capital Natural, no que concerne aos preceitos da Economia Ecológica anteriormente apresentados.

No entanto, quando da segunda menção ao termo Capital Natural, presente no parágrafo 2.13, na página 11, discorre-se sobre estoque e fluxo de capitais da seguinte maneira:

Many activities cause increases, decreases or transformations that are far more complex than the above example and involve a broader mix of capitals or of components within a capital (e.g., the use of water to grow crops that are fed to farm animals, all of which are components of natural capital). (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2013a, p.11).

O termo é aí citado de maneira a exemplificar formas mais complexas de aumento, diminuição ou transformação de Capitais (alterações no estoque e fluxo), envolvendo um conjunto mais amplo de capitais ou mesmo de componentes dentro de um capital. Exemplo: O uso de água para cultivar lavouras que alimenta o gado, todos componentes do Capital Natural (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2013a).

Este excerto, tal como se apresenta, mostra-se insuficiente para analisar a forma como a Estrutura está considerando o Capital Natural, no que concerne aos fundamentos da Economia Ecológica. Assim sendo, de modo a verificar de que forma o termo Capital Natural é contemplado no que concerne à capacidade de suporte ou ao estabelecimento de limites para utilização do Capital Natural, faz-se necessário considerar o contexto no qual o termo foi citado, que no caso é o de estoque e fluxo de Capitais.

Segundo a Estrutura, todas as organizações dependem de diversas formas de capital para seu sucesso, uma vez que o valor gerado ao longo do tempo se manifesta por meio do aumento, diminuição ou transformação destes, decorrente de suas atividades e produtos (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2013a). Ainda discorrendo sobre o papel dos capitais na geração de valor, o documento alega que uma diminuição do valor armazenado em alguns capitais resulta em um decréscimo *líquido* no estoque geral de capitais, cenário este também abrangido pelo termo “geração de valor”, que corresponderia a uma situação na qual o valor gerado é reduzido (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2013a).

Além disso, quando consideramos o que é dito sobre estoque e fluxo de capitais, tem-se o trecho a seguir no parágrafo 2.12: *“The overall stock of capitals is not fixed over time. There is a constant flow between and within the capitals as they are increased, decreased or transformed”*. (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2013a, p.11).

Nota-se que, ao considerar “estoque geral de capitais”, bem como a possibilidade de fluxo “entre os capitais”, a Estrutura contempla a possibilidade de que capitais possam ser substituídos, em nome da preservação ou aumento do estoque destes, o que

corresponderia à manutenção ou aumento do valor²⁶ da organização. Ao contemplar esta possibilidade de substituição entre e dentro dos capitais, em nenhum momento é mencionada ou se faz alusão aos limites biofísicos ou à capacidade de suporte do ecossistema.

Neste sentido, observa-se uma incongruência com um dos fundamentos da Economia Ecológica, o da “Insubstituibilidade”, segundo o qual há a necessidade de manutenção de um estoque constante de Capital Natural, pois a sua substituição completa pelo capital produzido não é possível, sendo a relação entre estes dois tipos de capitais caracterizada pela complementaridade (DALY, 2005; ROMEIRO, 2003; ROMEIRO, 2004; SINISGALLI, 2005). Ainda segundo a Economia Ecológica, o risco de perdas irreversíveis de Capital Natural é considerado relevante, ou até mesmo catastrófico (ROMEIRO, 2004).

Destaca-se que, quando da menção do termo Capital Natural em um contexto no qual os capitais são considerados em uma lógica de estoque e fluxo, como “repositórios de valor” e onde é contemplada a possibilidade de substituição entre diferentes tipos de capitais, não se observa nenhum tipo de alusão ou preocupação com capacidade de suporte ou limites biofísicos para utilização do Capital Natural do qual a organização depende.

Neste sentido, resgata-se a crítica de Flower (2015), segundo o qual a ideia básica de um relatório integrado de uma organização é indicar como esta cria valor, por meio de suas atividades, medindo-se o aumento e a diminuição do valor dos capitais. O autor observa também que, em seu documento de proposição do Relato Integrado, o IIRC adota uma abordagem de balanço patrimonial (*Balance Sheet*) para avaliação da performance, ou seja, o desempenho da organização é medido como o crescimento líquido de seus ativos, sendo a definição desses ativos muito mais ampla do que a utilizada nos balanços convencionais, na medida em que abrange todos os recursos de que a sociedade depende para a prosperidade.

O elemento textual da Estrutura, destacado anteriormente, apresenta uma

²⁶ A Estrutura Internacional para Relato Integrado define os capitais como repositórios de valor que aumentam, diminuem ou se transformam por meio de atividades e produtos da organização (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2013a, p.11).

abordagem baseada em “estoque geral de capitais”, bem como a possibilidade de fluxo “entre os capitais”, sem aludir à capacidade de suporte ou ao estabelecimento de limites para exploração do Capital Natural, estando distante dos fundamentos da Economia Ecológica.

Além disso, foram analisados também o principal objetivo da Estrutura, seu público alvo e sua orientação quanto ao conteúdo dos relatórios (Materialidade).

Quanto ao objetivo principal de um Relatório Integrado, este é o de explicar aos provedores de capital financeiro como uma organização gera valor ao longo do tempo, de onde depreende-se claramente qual o público alvo: “*The primary purpose of an integrated report is to explain to providers of financial capital how an organization creates value over time*” (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2013a, p.4).

Não se aplicou o processo de análise sob a perspectiva dos fundamentos da Economia Ecológica, pois, ao referir-se apenas ao público alvo e ao processo de criação de valor, o excerto, tal como se apresenta, não oferece elementos que permitam analisar a abordagem em relação ao Capital Natural. Ou seja, a declaração de que o público alvo são os provedores de capital financeiro e de que a Estrutura esteja orientada para explicar o processo de geração de valor, não é suficiente para analisar ou mesmo inferir uma proximidade ou distanciamento em relação aos fundamentos da Economia Ecológica.

No entanto, a abordagem da Estrutura em relação ao Capital Natural foi verificada também por meio da análise dos princípios orientadores quanto ao conteúdo dos relatórios (Materialidade). A abordagem do Capital Natural no âmbito das diretrizes que orientam a seleção e divulgação dos temas tidos como mais importantes, reflete a importância dada pela Estrutura a este capital. Em outras palavras, a forma como o Capital Natural é contemplado no tocante aos critérios adotados para a escolha dos temas mais importantes a serem incluídos em um relatório (Materialidade), é então tomada como base para analisar sua proximidade ou distanciamento em relação aos fundamentos da Economia Ecológica.

No que concerne à orientação da Estrutura quanto ao conteúdo, remetemo-nos a um dos princípios básicos preconizados pela Estrutura, a Materialidade. De acordo com este princípio básico: “*An integrated report should disclose information about matters that substantively affect the organization’s ability to create value over the short, medium*

and long term” (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2013a, p.5, grifo nosso).

O destaque dado no excerto para a palavra “*substantively*”, evidencia que as informações e assuntos a serem divulgados são balizados por um juízo de valor que determina o que é ou não significativo. Sobre o critério adotado para determinar o que é significativo e deve ser incluído em um relatório, a Estrutura afirma o seguinte:

The ability of an organization to create value for itself enables financial returns to the providers of financial capital. This is interrelated with the value the organization creates for Stakeholders and society at large through a wide range of activities, interactions and relationships. When these are material to the organization's ability to create value for itself, they are included in the integrated report. (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2013a, p.4).

Além disso, em seu glossário, a Estrutura define o que é material ou a materialidade da seguinte forma: “*Material/materiality: A matter is material if it could substantively affect the organization's ability to create value in the short, medium or long term.*” (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2013a, p.33).

Nos três trechos notam-se condicionantes que servem para determinar o que é material e, conseqüentemente o que deve ser informado em um Relatório Integrado. Nos excertos das páginas 4 e 5, as palavras “*when*” e “*substantively*” restringem as situações de inclusão à relevância para a capacidade de uma organização de gerar valor. No excerto da página 33, a palavra “*if*” também restringe e condiciona a inclusão de temas à possibilidade de afetar de maneira substancial a capacidade de uma organização de gerar valor. Neste sentido, nota-se que os critérios que norteiam a determinação dos temas materiais a serem incluídos em um Relatório Integrado pautam-se apenas na geração de valor, estando o Capital Natural eventualmente presente, somente em casos nos quais afete de forma significativa a capacidade de geração de valor. Ademais, o Capital Natural sequer é mencionado e nem mesmo é feito nenhum tipo de referência a limites biofísicos ou à capacidade de suporte dos ecossistemas, no que concerne à garantia da disponibilidade, acessibilidade e qualidade do Capital Natural, este último, considerado pelo INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL (2013c), fundamental para o desenvolvimento dos demais capitais.

Em suma, as diretrizes relativas ao conteúdo (materialidade, público alvo e foco na geração de valor), somadas a uma abordagem que contempla a possibilidade de

substituição entre diferentes tipos de capitais, bem como a ideia de “estoque geral de capitais”, oferecem a possibilidade de que variações importantes sobre a disponibilidade, qualidade e acessibilidade de alguns capitais (entre eles o Capital Natural) sequer sejam divulgadas nos relatórios. Isto porque, uma vez que a Estrutura apregoa que deve-se divulgar somente temas e capitais materiais para a geração de valor, uma organização pode utilizar-se dessa prerrogativa para desconsiderar, ignorar ou mesmo deixar de informar eventuais extrapolações da capacidade de suporte ou de limites biofísicos do Capital Natural, utilizado ou impactado, em seu processo de geração de valor. Isto pode ocorrer quando o elemento de Capital Natural seja menos relevante em termos financeiros ou mesmo quando, apesar de ter sua capacidade de suporte ultrapassada, apresente baixo custo percebido de substituição por outro elemento de Capital Natural ou construído.

Além disso, observa-se que a preocupação com a geração de valor é muito superior à preocupação com a qualidade do ecossistema, também no que concerne ao objetivo principal e público alvo da Estrutura. Estes pontos da Estrutura evidenciam uma abordagem centrada na geração de valor e direcionada a provedores de capital financeiro, onde tampouco se observou referência à capacidade de suporte ou limites biofísicos do Capital Natural utilizado ou impactado pelas organizações. Deste modo, a consideração e divulgação de temas associados ao Capital Natural fica condicionada ao juízo feito pelas organizações relatoras e pelos investidores acerca da sua importância e influência sobre o modelo de negócio e a geração de valor no curto, médio e longo prazo.

6.2.2 Documento: CAPITALS: Background paper for <IR>

De acordo com este documento, o termo “Capitais” se refere amplamente a qualquer estoque de valor que uma organização pode usar na produção de bens e serviços. Ao fornecer um panorama sobre os capitais, é apresentada uma das formas de retratar os capitais a figura 7 (*vide tópico 4.3.4.4 - O que diferencia o Relato Integrado?*) que ilustra Capital Natural como estruturante para as outras cinco categorias de capital. Esta figura corresponde ao diagrama de capitais, referido na linha 1 do quadro 6.

O IIRC adota uma visão ampla dos capitais onde, de acordo com a figura 7, os capitais financeiro e manufaturado são os que as organizações mais costumam dar ênfase. Os capitais intelectual, social e de relacionamento e humano seriam os capitais ligados às

atividades de pessoas, ao passo que o Capital Natural é o que provê o ambiente sobre o qual os outros capitais se apoiam (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2013c).

Neste sentido, nota-se um entendimento de que o Capital Natural possui uma importância estruturante em relação aos demais capitais. De acordo com a figura 7 o Capital Natural engloba os demais capitais e, conforme o texto, este provê um ambiente sobre o qual os demais capitais se apoiam e se desenvolvem. Disto depreende-se uma ideia de dependência de todos os demais capitais em relação ao Capital Natural.

Além disso, a representação gráfica do Capital Natural envolvendo os demais capitais dialoga com a ideia proposta pela Economia Ecológica de que o sistema econômico seja um subsistema do sistema ecológico e onde há limites biofísicos para o seu crescimento. A representação gráfica da figura 7 mostra o sistema econômico e social (por meio dos capitais: financeiro; social e de relacionamento; manufaturado, humano e intelectual) como um subsistema do sistema ecológico (Capital Natural) estando o desenvolvimento e existência de todos os demais capitais condicionados e limitados pelo Capital Natural.

Sendo a geração de valor de uma organização diretamente dependente dos capitais, fica evidente que o documento, ao menos neste trecho, evidencia uma importância maior do Capital Natural em relação aos demais capitais, pois dele dependeria a existência dos demais capitais e, conseqüentemente a geração de valor de uma organização.

Esta análise da abordagem do termo Capital Natural, tal como se apresenta nesse trecho do documento, mostra que o entendimento do termo por parte do IIRC apresenta proximidade com os fundamentos da Economia Ecológica. Ainda que não haja citações diretas à capacidade de suporte ou limites biofísicos, a forma como o termo é apresentado evidencia uma importância diferenciada do Capital Natural em relação aos demais capitais, uma vez que dá a entender que estes dependem dele para sua existência. Tendo o Capital Natural, utilizado ou impactado pelas organizações, grande importância para a geração de valor (principal foco do Relato Integrado), passaria a ser fundamental a preocupação com os limites biofísicos ou a capacidade de suporte do ecossistema, de modo a manter os estoques disponíveis de Capital Natural.

A linha 2 do quadro 6 destaca um trecho que aborda a manutenção dos estoques de capitais. O mesmo documento apresenta (em seu subtópico 3D da página 4, intitulado: “*Availability, quality and affordability of the capitals*”) considerações sobre a disponibilidade, qualidade e acesso, dando destaque ao Capital Natural. No parágrafo 3.7 afirma-se que:

The extent to which organizations, collectively or individually, are building up or running down the various capitals can have an important effect on the availability, quality and affordability of those capitals, particularly with respect to capitals that are in limited supply and are non-renewable (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2013c, p.4)

Neste sentido, observa-se que, a medida em que as organizações aumentam ou diminuem os diversos capitais pode ter efeitos importantes sobre a disponibilidade, qualidade e acessibilidade desses capitais, particularmente no que diz respeito aos capitais cuja oferta é limitada ou sejam não-renováveis. Neste ponto nota-se novamente um destaque para com o Capital Natural em relação aos demais (especialmente quando se mencionam capitais não-renováveis). Além disso, se observa uma preocupação com a disponibilidade, qualidade e acessibilidade deste.

Comparando com os fundamentos da Economia Ecológica adotados nesta análise, nota-se, neste trecho do documento, que por sua vez corresponde à segunda linha do quadro 6, que a abordagem dos capitais, tal como se apresenta, faz alusão à capacidade de suporte e ao estabelecimento de limites biofísicos para a exploração do Capital Natural (quando destaca a importância de se manter a disponibilidade, qualidade e acessibilidade, particularmente para os casos daqueles cuja oferta seja limitada e que não sejam renováveis), mostrando assim proximidade com a ideia de estabelecimento de limites biofísicos e capacidade de suporte do Capital Natural.

Logo em seguida, no mesmo parágrafo 3.7, o documento alega que divulgações acerca dos capitais deveriam, portanto, incluir fatores que afetem a disponibilidade, qualidade e acessibilidade dos capitais relevantes e as expectativas da organização em relação a sua habilidade para produzir produtos a partir destes, de maneira a suprir demandas futuras, como a seguir:

Disclosures about the capitals should therefore include the factors that affect the availability, quality and affordability of relevant capitals and the organization's expectations of its ability to produce flows from them to meet future demand. (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2013c, p.4)

Neste trecho, correspondente à terceira linha do quadro 6, observa-se uma aproximação em relação aos fundamentos da Economia Ecológica, uma vez que entende que os fluxos têm que ser preservados para atender demandas futuras.

Mais adiante, no parágrafo 4.4, que trata da forma de divulgação dos capitais através dos elementos de conteúdo, em alguns momentos, como por exemplo no que diz respeito ao elemento de conteúdo “visão geral organizacional e ambiente externo”, o documento sugere que sejam feitas considerações em relação à disponibilidade, qualidade e acessibilidade dos capitais: “*Consideration of the availability, quality and affordability of the capitals is included in the Content Element Organizational overview and operating context*” (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2013c, p.5). Por esta razão, é assinalado no quadro 6, em sua quarta linha, a detecção de alinhamento aos fundamentos da Economia Ecológica, uma vez que manifesta-se a preocupação com qualidade, acessibilidade e disponibilidade dos capitais, incluindo aí o Capital Natural.

No entanto, no mesmo parágrafo 4.4, no que tange ao elemento de conteúdo “riscos e oportunidades”, correspondente à quinta linha do quadro 6, sugere-se que sejam feitas considerações relativas aos capitais relevantes para o modelo de negócio: “*Opportunities and risks relating to the continued availability, quality and affordability of relevant capitals are included in the Content Element Opportunities and risks*” (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2013c, p.5, grifo nosso).

Logo, no parágrafo 4.4 há uma abordagem relativa ao Capital Natural que ora mostra proximidade, ora mostra distanciamento em relação à preocupação com limites biofísicos e a capacidade de suporte dos ecossistemas. Ao citar o termo “*relevant capitals*” como norteador para a inclusão de riscos e oportunidades nos relatórios termina por submeter o conteúdo do relatório a um juízo de valor relacionado ao que é relevante para a geração de valor da empresa e não ao que seja relevante para a preservação do Capital Natural, por exemplo. Por esta razão, a quinta linha do quadro 6 é assinalada como não aderente aos fundamentos da economia ecológica.

Ao apresentar um sumário com a categorização e descrição dos capitais, o documento, ao descrever o Capital Natural em seu tópico 4D, na página 15, apresenta a seguinte nota: “[...] *indicates that both current and future organizational prosperity fundamentally depend on natural capital, which is essential to the provision of goods and services*” (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2013c, p.15).

Este excerto, correspondente à sexta linha do quadro 6, ressalta a importância do Capital Natural, destacando novamente sua importância e dependência dos demais capitais em relação a ele. Analisando esta abordagem em relação ao termo Capital Natural frente aos fundamentos da Economia Ecológica, nota-se alusão à disponibilidade, qualidade e acessibilidade, bem como proximidade com a ideia de estabelecimento de limites biofísicos e capacidade suporte dos ecossistemas. Ademais de estar explícita a alegação de que a prosperidade da empresa depende fundamentalmente do Capital Natural. Por esta razão a sexta linha do quadro 6 é assinalada como aderente aos fundamentos da Economia Ecológica.

Por sua vez, no parágrafo 1.4, da página 1, há um reconhecimento e destaque da importância do Capital Natural em relação aos demais capitais. Nesse parágrafo, alega-se que, independente do fato de os capitais utilizados ou impactados serem ou não de propriedade da organização, sua disponibilidade, qualidade e acessibilidade podem afetar a viabilidade do modelo de negócio de uma organização a longo prazo e, portanto, sua capacidade em criar valor ao longo do tempo (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2013c). Em seguida, no mesmo parágrafo, o documento destaca que é o caso particularmente de capitais de oferta limitada e os não renováveis (referência ao Capital Natural), como se observa a seguir:

Whether or not the capitals an organization uses or affects are owned by that organization, their availability, quality and affordability can affect the long term viability of an organization's business model and, therefore, its ability to create value over time. This is particularly the case with respect to capitals that are in limited supply and are non-renewable. (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2013c, p.1).

Neste excerto do documento, correspondente à linha 7 do quadro 6, chama-se a atenção novamente para o Capital Natural e sua importância para a o Modelo de negócio, no que concerne à disponibilidade, qualidade e acessibilidade. A referência ao Capital Natural é denotada pela referência aos capitais de disponibilidade limitada ou não-renováveis. Neste sentido, detecta-se uma abordagem que dialoga com fundamentos da Economia Ecológica ao aludir a uma preocupação com limites de exploração do Capital Natural, sendo, por esse motivo, assinalado no quadro 6 como aderente a tais fundamentos.

Em contrapartida, no parágrafo 5.13, na página 18, o documento destaca que os impactos sobre os capitais são materiais somente se afetam significativamente a

disponibilidade, qualidade e acessibilidade aos capitais de que depende a organização:

For <IR>, an organization's impact on various capitals is ordinarily material only if it:

Significantly affects the availability, quality and affordability of capitals upon which the organization depends;

Affects Stakeholders' perceptions of the organization in such a way that it has a significant business consequence (e.g., strengthens/weakens customer demand, or affects the organization's licence to operate);

Has some other strategic relevance. (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2013c, p.18, grifo nosso).

Neste trecho, correspondente à linha 8 do quadro 6, as palavras “*Significantly*” e a expressão “*upon which the organization depends*” mostram dois pontos em que o enfoque no Capital Natural é diminuído. A palavra “*Significantly*” implica um juízo de valor pautado na capacidade de geração de valor, onde não se faz alusão à capacidade de suporte ou a limites biofísicos para exploração do Capital Natural. A segunda expressão restringe a atenção e enfoque somente aos capitais dos quais a organização dependa para a geração de valor, fornecendo para a organização relatora uma prerrogativa que lhe permite omitir, ignorar ou desconsiderar eventuais impactos importantes sobre o Capital Natural desconsiderando a capacidade de suporte ou limites biofísicos para sua exploração.

Considerando as abordagens e contextualizações ao longo de toda a análise do documento intitulado *CAPITALS: Background paper for <IR>*, é possível detectar uma ambiguidade, conforme representado no quadro 6, uma vez que ora observa-se uma aproximação, ora um afastamento dos fundamentos da Economia Ecológica. Esta ambiguidade levaria a crer que haveria uma contradição por parte do IIRC, no que concerne ao entendimento do Capital Natural. No entanto, não seria adequado supor uma possível contradição, uma vez que a tônica do Relato Integrado é diferente da dos relatórios de sustentabilidade, não se propondo a contemplar a temática da sustentabilidade de forma prioritária (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2013c), não sendo o principal objetivo do IIRC e da Estrutura discutir esta questão.

Porém, acredita-se que a dupla possibilidade de entendimento do termo Capital Natural apresentada para o caso do documento *CAPITALS: Background paper for <IR>*, possibilita e potencializa a discussão e as críticas sobre o Relato Integrado em relação à temática ambiental, fornecendo terreno fértil para questionamentos.

Diversas destas críticas destacam o afastamento do Relato Integrado em relação à sustentabilidade e as eventuais consequências deste afastamento, passando pelos seus fatores motivadores. Algumas destas críticas, sob várias formas, são observadas em diversos estudos como os de Flower (2015), Brown e Dillard (2014), Tweedie e Martinov-Bennie (2015), Stacchezzini, Melloni e Lai (2016), Maciel (2015) e Thomson (2014), entre outros. De modo que esta percepção converge com outras análises que questionam a contribuição do Relato Integrado no que tange à questão ambiental.

Por exemplo, Flower (2015) argumenta que o IIRC abandonou a *sustainability accounting* em sua Estrutura ao incorporar o conceito de valor como “valor para os investidores” ao invés de “valor para a sociedade”. Tweedie e Martinov-Bennie (2015), entre outros resultados, apontam que o Relato Integrado distancia os relatórios não financeiros dos objetivos de sustentabilidade, uma vez que privilegia os interesses do capital financeiro (investidores) e enfraquece a qualidade de informação para outros *Stakeholders*. Rowbottom e Locke (2013) analisam o advento do IIRC e do Relato Integrado como fenômenos socialmente construídos e emergentes na interseção de diversas redes de ação, ao passo que, para Brown e Dillard (2014), o Relato Integrado continua a ser uma abordagem ideologicamente fechada, que é mais propensa a reforçar as práticas comuns e predominantes do que incentivar a reflexão crítica sobre o “*business as usual*”. Reforçando esta ideia, Flower (2015) alega que o Relato Integrado terá pouco poder de transformação sobre as práticas vigentes de relatórios não financeiros, ao passo que Maciel (2015) e Tweedie e Martinov-Bennie (2015), chamam a atenção para o risco de possível retrocesso nos relatórios, em função do distanciamento do Relato Integrado em relação à sustentabilidade.

6.2.3 Sugestões de possíveis alterações na Estrutura.

Uma alteração possível na Estrutura seria no sentido de que o IIRC adote um posicionamento menos ambíguo quanto ao seu entendimento e abordagem em relação ao Capital Natural, onde tal posicionamento fosse refletido de forma clara na Estrutura, que por sua vez se configura como principal documento de referência para adoção do Relato Integrado pelas organizações.

O problema central reside na divergência de abordagens apresentadas. Conforme

visto, se por um lado a Estrutura tem um entendimento distante dos fundamentos da Economia Ecológica, por outro lado, o documento de apoio apresenta em diversos momentos abordagens bastante próximas de tais fundamentos.

A adoção de um posicionamento único poderia resultar tanto de uma revisão do documento de apoio, eliminando os trechos e representações gráficas nos quais se detecta proximidade com tais fundamentos da Economia Ecológica, como de uma revisão na Estrutura, na qual se apresentem novos elementos textuais e/ou gráficos que, quando abordem o termo Capital Natural, evidenciem uma preocupação com a capacidade de suporte ou que façam alusão ao estabelecimento e respeito de limites biofísicos para sua exploração.

No caso de uma revisão da Estrutura, acredita-se que uma alteração possível poderia ser aplicada no princípio básico da Materialidade, onde questões relativas ao Capital Natural deveriam ser consideradas, geridas e divulgadas, independentemente de sua influência (significativa ou não) sobre o modelo de negócio e geração de valor da organização. Deste modo o Capital Natural passaria a ser um tema fixo na matriz de temas materiais a serem divulgados, uma vez que parte-se do princípio de que este é fundamental para a existência dos demais capitais, sendo a gestão e manutenção deste essencial para o Modelo de negócio e para a sociedade como um todo.

Para isto, considerar o conceito de fronteiras do relatório é essencial, uma vez que, de acordo com a Estrutura, este é fundamental para a determinação da Materialidade.

Neste sentido, resgata-se o modo como a estrutura define fronteiras do relatório em seu glossário: *“Reporting boundary: The boundary within which matters are considered relevant for inclusion in an organization’s integrated report”* (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2013a, p. 33).

Além disso, no parágrafo 3.30, que trata da materialidade, afirma-se que a determinação de fronteiras para um Relatório Integrado é regido por dois aspectos:

Key to the materiality determination process is the concept of the reporting boundary. Determining the boundary for an integrated report has two aspects:

- *The financial reporting entity (i.e., the boundary used for financial reporting purposes)*
- *Risks, opportunities and outcomes attributable to or associated with other entities/Stakeholders beyond the financial reporting entity that have a significant effect on the ability of the financial reporting entity to create value.*

(INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2013a, p. 19).

Nota-se no excerto acima que a determinação da materialidade é regida pelo conceito de fronteiras do relatório, que por sua vez é direcionado pelo viés financeiro e pelos impactos significativos sobre a geração de valor.

Neste sentido, acredita-se que a alteração do parágrafo 3.30 da Estrutura de modo a que se acrescente um terceiro aspecto para determinação de fronteiras do relatório (e consequentemente da Materialidade) seja de grande valia. Este terceiro aspecto corresponderia ao Capital Natural, sugerindo que a organização inclua nos relatórios informações relativas a este capital, independentemente de seu nível percebido de influência sobre o modelo de negócio e geração de valor da organização. Desta maneira o Capital Natural passaria a ser um tema fixo na matriz de temas materiais a serem divulgados, cabendo à organização reportar os riscos e estratégias para manutenção, não somente dos elementos do Capital Natural dos quais depende imediatamente, como também de aspectos do Capital Natural essenciais para a integridade do Planeta e, consequentemente para a prosperidade dos demais capitais.

Neste sentido, seria importante que as organizações procedessem com: mapeamento de limites biofísicos ou capacidade de suporte dos ecossistemas nos quais têm suas operações; hierarquização dos aspectos e impactos ambientais, com base em riscos de escassez, não somente dos recursos que utilizam, mas também dos que impactam (estes últimos muitas vezes são menosprezados, uma vez que não são insumos para o processo produtivo, não configurando riscos imediatos para a criação de valor).

O estabelecimento da gestão do Capital Natural como tema fixo na matriz de materialidade, independentemente de sua contribuição percebida para o processo de geração de valor, se justificaria pela relação de dependência dos demais capitais em relação a este, uma vez que, de acordo com o documento *Background paper* o Capital Natural é o que provê o ambiente sobre o qual os outros capitais se apoiam (INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL, 2013c). Deste modo, a gestão e manutenção do Capital Natural é essencial não somente para o modelo de negócio, mas para a sociedade como um todo.

A ideia da revisão do princípio básico da Materialidade para o Relato Integrado é a de evitar que eventuais sobrecargas da capacidade de suporte ou dos limites biofísicos

dos ecossistemas ocorram, comprometendo de forma irreversível os repositórios de Capital Natural e trazendo sérias consequências para a economia, a sociedade e ao meio ambiente. Deste modo o Relato Integrado apresentaria uma abordagem preocupada com os limites biofísicos do Capital Natural.

6.3 CONCLUSÕES DA ETAPA 1;

Com base na análise realizada, não foram detectados elementos, no documento Estrutura Internacional para Relato Integrado, que convergissem com os fundamentos adotados como referencial de análise. Assim sendo, conclui-se que na Estrutura observa-se uma forma de entendimento acerca do termo Capital Natural distante dos fundamentos da Economia Ecológica, de maneira que não se observa alusão ou consideração aos limites biofísicos dos ecossistemas como fator limitante para as atividades econômicas.

Em contrapartida, o documento *CAPITALS: Background paper for <IR>* permite depreender duas abordagens diferentes em relação ao Capital Natural, em momentos alinhado com os fundamentos da Economia Ecológica, em outros momentos não alinhado. Deste modo, conclui-se que tal documento apresenta duas abordagens em relação ao Capital Natural no que concerne à preocupação com limites biofísicos e a capacidade de suporte dos ecossistemas.

Destaca-se a ausência de um posicionamento único detectada nos documentos analisados, pode configurar-se como um fator que possibilita e potencializa a discussão e as críticas sobre o Relato Integrado em relação à temática ambiental.

A adoção de um posicionamento único seria importante para a iniciativa do Relato Integrado, no que concerne ao seu potencial de contribuição para a governança em sustentabilidade e sua diferenciação no setor empresarial. Especialmente se este novo posicionamento for alinhado com os fundamentos da Economia Ecológica.

Para tal, seria fundamental uma revisão da Estrutura Internacional para Relato Integrado, no que diz respeito aos seus princípios orientadores para os elementos de conteúdo (Materialidade). Estudos de Bernardi e Stark (2016) sugerem que uma mudança no enfoque de um relatório contemplando os interesses de outros *Stakeholders* para além dos investidores e acionistas, não impactariam na utilidade da informação utilizada por

estes, o que endossa a revisão da Estrutura aqui proposta, que vai no sentido de incluir a temática do Capital Natural entre os aspectos que determinam a Materialidade, mudando o seu enfoque que até então recai predominantemente sobre investidores e provedores de capital financeiro.

7. RESULTADOS E DISCUSSÃO ETAPA 2

7.1 RESULTADOS DA ETAPA 2

7.1.1 Síntese da análise dos relatórios

De maneira geral, todas as empresas dão a entender que o Capital Natural é importante para seu modelo de negócio, apresentando a variável ambiental tanto na matriz de materialidade, quanto na descrição de suas atividades.

A seguir estão sintetizados no quadro 7 os resultados da etapa 2:

Relatórios	Capital Natural considerado importante para o modelo de negócio?	Fundamentos da Economia Ecológica		
		Economia como subsistema do ecossistema (Fundamento central).	Impossibilidade de substituição plena do Capital Natural por outros Capitais.	"Pessimism o prudente".
BRF 2015	SIM	Presente	Ausente	Ausente
BRF 2014	SIM	Ausente	Ausente	Ausente
Grupo CCR 2015	SIM	Ausente	Ausente	Ausente
Grupo CCR 2014	SIM	Ausente	Ausente	Ausente
AES Tietê 2015	SIM	Presente	Ausente	Ausente
AES Tietê 2014	SIM	Ausente	Ausente	Ausente
Votorantim Cimentos 2015	SIM	Presente	Ausente	Ausente
Votorantim Cimentos 2014	SIM	Presente	Ausente	Ausente
FIBRIA 2015	SIM	Ausente	Ausente	Ausente
FIBRIA 2014	SIM	Ausente	Ausente	Ausente
Natura 2015	SIM	Presente	Presente	Ausente
Natura 2014	SIM	Presente	Presente	Ausente

Quadro 7: Síntese dos resultados da Etapa 2.

Fonte: Elaboração Própria

No que concerne aos fundamentos da Economia Ecológica, foram detectados elementos textuais para apenas dois dos três fundamentos adotados como referencial de análise: A economia como subsistema do ecossistema (O fundamento central) e a impossibilidade de substituição plena do Capital Natural por outros tipos de Capital (Insustituibilidade).

Em relação ao fundamento central da Economia Ecológica, quatro empresas apresentaram elementos textuais que fazem referência à ideia de que a Economia existe como subsistema do ecossistema. Os elementos textuais observados fazem alusão, em alguns momentos, a limites biofísicos, em outros momentos, à capacidade de suporte. Destas quatro empresas, destacam-se a Natura e Votorantim Cimentos, para as quais se

observaram tais elementos textuais tanto no relatório de 2014, quanto no de 2015, ao passo que no caso das outras duas empresas (AES Tietê e BRF), tais elementos foram observados somente no relatório de 2015.

Por sua vez, quanto ao fundamento da Impossibilidade de substituição plena do Capital Natural por outros tipos de Capital, foram detectados elementos textuais que fizessem referência a tal fundamento somente para a empresa Natura, tanto no relatório de 2014, quanto no de 2015. Conforme se observa no quadro 7, as demais empresas não apresentaram elementos textuais que fizessem referência a este fundamento.

Os elementos textuais associados ao fundamento central da Economia Ecológica fazem referência a estudos de capacidade hídrica para verificação da capacidade de suporte dos ecossistemas; à consideração de limites biofísicos relativos à emissão de GEE, à manutenção da floresta em pé, conforme detalhado no tópico a seguir, referente à discussão dos resultados da Etapa 2.

7.2 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA ETAPA 2

Para análise dos relatórios levou-se em conta a abordagem do Capital Natural verificando-se a importância dada a este no processo de geração de valor, bem como o alinhamento desta abordagem com o fundamento central da Economia Ecológica, o fundamento da “Insubstituibilidade” e o do “Ceticismo da Razão” (CECHIN; VEIGA, 2009), também chamado por Costanza (1989) de “Pessimismo prudente”.

A importância dada ao Capital Natural para o processo produtivo foi verificada por meio da constatação de sua presença nas matrizes de materialidade e/ou na descrição do modelo de negócio para geração de valor.

O alinhamento da abordagem do Capital Natural com o fundamento central da Economia Ecológica foi verificado buscando-se elementos que fizessem alusão ao estabelecimento de limites biofísicos e à consideração da capacidade de suporte dos ecossistemas.

Por sua vez, o fundamento da Insubstituibilidade, que corresponde ao entendimento de que não há a possibilidade de substituição plena de Capital Natural por

Capital Produzido, ou outro tipo de capital, foi verificado considerando elementos textuais (ou gráficos) que fizessem referência à impossibilidade de substituição completa do Capital Natural por outros Capitais. Este olhar foi direcionado à descrição dos processos produtivos (Modelo de negócio) e à estratégia de alocação de recursos de cada relatório examinando-se como o Capital Natural é abordado nestes contextos.

O fundamento denominado “Ceticismo da razão” ou “Pessimismo prudente” consiste em uma crítica ao “otimismo tecnológico”. Este último considera que a tecnologia é capaz de prover qualquer substituição que seja necessária levando à desconsideração dos limites biofísicos das tecnologias e da singularidade dos serviços prestados pela natureza (CECHIN; VEIGA, 2009; COSTANZA, 1989). Este fundamento foi verificado considerando elementos textuais (ou gráficos) que fizessem alusão ou referência à insuficiência da Ecoeficiência para a proteção plena do Capital Natural. Ao longo da análise adotaremos a nomenclatura “Pessimismo prudente” de Costanza (1989) quando nos referirmos a este fundamento.

A seguir são discutidos os resultados das análises:

7.2.1 Relatório BRF S.A

7.2.1.1 Capital Natural

De maneira a verificar a importância dada ao Capital Natural para o processo produtivo buscaram-se na matriz de materialidade e na descrição do modelo de negócio para geração de valor a referência a este tema.

A referência ao Capital Natural no relatório de 2015 se verificou no modelo de negócio, quando da menção do termo “Cadeia Sustentável”, que consiste no estabelecimento de critérios de sustentabilidade na avaliação e no desenvolvimento de parcerias e em relações de ganho mútuo com integrados, fornecedores, clientes e demais parceiros de negócio.

No que concerne à materialidade no relatório de 2015, o tema está presente através de um dos componentes de seu modelo de negócio, denominado “Cadeia Sustentável”. Esta transversalidade se dá por que dentre os temas materiais listados está a “Cadeia Sustentável”, que por sua vez está também associada ao Modelo de negócio da empresa.

A aplicação e estabelecimento de critérios de sustentabilidade na avaliação e no desenvolvimento de parcerias com fornecedores, clientes e demais parceiros de negócio demonstra, ainda que de forma indireta, uma preocupação com questões relacionadas ao meio ambiente, incluindo o Capital Natural.

No que concerne ao relatório do ano de 2014, o Capital Natural tampouco aparece diretamente citado na matriz de materialidade, no entanto, os termos Gestão ambiental, meio ambiente e sustentável aparecem em diversos dos temas elencados. Em relação ao modelo de negócio, também apresenta a “Cadeia Sustentável” como um de seus componentes.

Neste sentido, a constatação de elementos textuais (e gráficos) relativos ao Capital Natural, tanto na matriz de materialidade quanto no tópico relativo ao “Modelo de negócio”, dá a entender que a empresa considera o Capital Natural relevante para sua geração de valor.

7.2.1.2 Fundamento central: Economia como subsistema do ecossistema

Tomando-se como referência os seguintes princípios: i) estabelecimento de limites biofísicos e ii) consideração da capacidade de suporte dos ecossistemas, destacamos os estudos iniciados em 2015 pela organização para avaliar o risco hídrico nos locais onde possuem operações, a fim de entender os seus impactos específicos e de outros atores nas regiões e, assim, diminuir a exposição a riscos de abastecimento local. A declaração de tal iniciativa no relatório se configura como uma evidência que permite depreender uma preocupação da organização com a capacidade de suporte do meio ambiente, uma vez que busca entender os impactos de sua operação, e outros atores da região, sobre o recurso.

Destaca-se então que, quanto à “Estratégia para alocação de recursos” e “Perspectivas de cenários futuros”, o relatório da organização apresenta elementos textuais que descrevem uma série de ações da empresa no sentido de estudar seus impactos sobre os recursos hídricos, de maneira a não superar sua capacidade de suporte e, conseqüentemente, evitar a escassez do recurso, conforme o trecho a seguir:

Matéria-prima essencial para os nossos negócios, a água está presente desde a produção de grãos e insumos até a cadeia agropecuária, passando pelos processos fabris. Por isso, estamos cientes de que seu uso na indústria pode influenciar a disponibilidade do recurso no meio ambiente; além disso, sua escassez ou falta absoluta representa um risco crítico para as atividades industriais da Companhia.

Para mitigar tais riscos, iniciamos em 2015 o desenvolvimento de uma metodologia de avaliação de risco hídrico nos locais onde possuímos operações, a fim de entender os impactos específicos da empresa e outros atores nas regiões e, assim, diminuir a exposição a riscos de abastecimento local. Em 2015, a metodologia foi aplicada de forma piloto em cinco unidades da Companhia. (BRF, 2015, p.55).

Neste sentido, foi sim verificada alusão ou referência ao estabelecimento de limites para exploração ou à consideração de limites biofísicos, quando se refere ao Capital Natural.

Além disso, a utilização de recursos hídricos, também é destacada como fundamental para o funcionamento de suas plantas industriais (especialmente para atividades de lavagem), sendo contemplada ao longo do relatório com destaque. Em contrapartida, não se observa o mesmo enfoque (ou estudos de capacidade de suporte) para outros temas como Mudança Climática, Impacto sobre Biodiversidade, Fluxos biogeoquímicos e Mudanças no uso do solo. Em outras palavras, não se mencionam estudos que almejem identificar limites biofísicos ou verificar a capacidade de suporte, no tocante a estes temas, tal como é observado para os recursos hídricos. Temas como Mudança climática, impacto sobre biodiversidade, fluxos biogeoquímicos e mudanças no uso do solo são citados como críticos por Steffens et al. (2015) para a manutenção dos processos que mantêm a vida na Terra e, por sua vez, também são impactados pela tipologia da organização.

Neste sentido, abre-se a possibilidade para questionamentos em relação aos fatores motivadores para as ações direcionadas à investigação de limites biofísicos e à capacidade de suporte do ecossistema para extração de recursos hídricos. Dito de outro modo, é possível que medidas visando o atendimento de limites de extração de água correspondam ao cumprimento de legislações, de condicionantes de licença ou de normas corporativas. Outra possibilidade é que medidas dessa natureza sejam adotadas visando a melhoria na eficiência dos processos produtivos e redução de custos, possibilidade esta baseada na presença de informações desta natureza no índice remissivo GRI e entre as informações de desempenho do relatório.

Uma vez que tal abordagem recai somente (até o presente momento) sobre os

recursos hídricos, cabe sanar a dúvida em relação aos fatores motivadores para a adoção de ações direcionadas à investigação de limites biofísicos e à capacidade de suporte do ecossistema. Seria em função da internalização do fundamento central da Economia Ecológica, por meio do entendimento de que o ecossistema impõe limites às atividades e ao crescimento econômico? Ou seria por que este é um recurso fundamental em suas plantas industriais e estratégico do ponto de vista econômico? O esclarecimento desta e de outras questões é realizado na Etapa 3, onde se pretende entrevistar os gestores/responsáveis pelas informações de sustentabilidade disponibilizadas nos relatórios.

7.2.1.3 Fundamento: Impossibilidade de substituição plena do Capital Natural por outros Capitais

Para esta etapa, debruçou-se principalmente sobre a descrição dos processos produtivos (Modelo de negócio) e da Estratégia de alocação de recursos.

Nos relatórios de 2014 e 2015, no tópico Modelo de negócio, a única menção à sustentabilidade e ao Capital Natural se dá por meio de um dos componentes de seu modelo de negócio, denominado “Cadeia Sustentável”, que se caracteriza pelo estabelecimento de critérios de sustentabilidade na avaliação e no desenvolvimento de parcerias e em relações de ganho mútuo com integrados, fornecedores, clientes e demais parceiros de negócio.

Da maneira como se apresenta o modelo de negócio, não se observam elementos textuais (ou gráficos) que aludem à impossibilidade de substituição de Capital Natural por outras formas de Capital.

Em relação ao tópico referente à “Estratégia de alocação de recursos”, o relatório de 2015 apresenta exemplos de como tendências futuras do consumo e questões ambientais globais podem influenciar sua estratégia. Pautada em cenários futuros de risco hídrico e de crescente demanda por alimentos, alega estar ciente de que o uso de recursos hídricos na indústria pode influenciar a disponibilidade do recurso no meio ambiente; além disso, sua escassez ou falta absoluta representa um risco crítico para as atividades industriais da Companhia. Deste modo, tampouco faz alusão, ao menos de maneira direta, à impossibilidade de substituição plena de Capital Natural por outras formas de Capital.

7.2.1.4 Fundamento: "Pessimismo prudente".

Este fundamento foi verificado considerando elementos textuais (ou gráficos) que fizessem referência a ações direcionadas à Ecoeficiência. Neste sentido, no relatório de 2015 apresenta-se a Ecoeficiência como um dos 4 macro temas que são trabalhados de forma transversal ao longo da cadeia. Além disso, apresenta também como um dos temas materiais revisados a “Ecoeficiência nas operações”, sendo os principais públicos afetados ou envolvidos: Produtores integrados; Fornecedores logísticos; Fornecedores de grãos; Colaboradores e Sociedade.

No que tange às ações, a empresa tem desenvolvido projetos de eficiência energética, tema bastante destacado também no relatório de 2014, e a inovação tecnológica nas instalações agropecuárias como resposta aos riscos decorrentes das mudanças climáticas, além de realizar o financiamento de projetos sustentáveis na área de eficiência energética.

O Programa de Excelência Energética da BRF faz a gestão da eficiência energética, tendo como meta conseguir uma redução global do consumo de energia por meio de melhorias em fábricas, centros de distribuição e operações agropecuárias das unidades do Brasil e do exterior. Durante 2015, grandes projetos de eficiência energética foram implantados nas plantas, o que reduziu o consumo de energia consideravelmente. Os projetos foram focados, principalmente, em melhorias dos sistemas de refrigeração e reaproveitamento térmico de fontes desperdiçadas. Visando à qualificação dos colaboradores, também foram feitos dois *workshops* corporativos sobre o tema de eficiência energética, além de encontros regionais sobre o tema. Um exemplo foi o investimento de R\$ 7,6 milhões – valor que representa 45% do total necessário para o projeto – em três grandes projetos focados em eficiência energética em três importantes unidades da BRF, Uberlândia (MG), Toledo (PR) e Chapecó (SC). O principal objetivo foi a redução do consumo de energia para resfriamento, por meio da aplicação de automações, instalação de equipamentos mais eficientes, reaproveitamento térmico e otimização de processos.

Da maneira como se apresentam as ações de Ecoeficiência no texto, não se observam elementos textuais (ou gráficos) que façam alusão ou referência à insuficiência

da Ecoeficiência para a proteção plena do Capital Natural.

7.2.2 Relatório Grupo CCR

7.2.2.1 Capital Natural

De maneira a verificar a importância dada ao Capital Natural para o processo de geração de valor, foi analisada a matriz de materialidade e a descrição do modelo de negócio para geração de valor, onde verificou-se a presença deste tema nestes trechos do relatório.

Os temas materiais apresentados nos relatórios de 2014 e 2015 são fruto de um estudo e processo iniciado em 2013, de modo que tais temas coincidem em ambos relatórios. Neste sentido, observando-se os 7 temas considerados materiais pela organização, nota-se significativa presença do Capital Natural, estando entre estes temas: Água, Energia, Resíduos e Emissões de Gases de efeito estufa (GEE).

A presença majoritária dos temas ligados ao Capital Natural se dá pelos critérios adotados ao longo do processo de determinação da materialidade, no qual, em sua primeira etapa, ocorre a análise dos quatro princípios de sustentabilidade propostos pelo *The Natural Step* e dos setores de infraestrutura e mobilidade urbana, nos quais a empresa está inserida. Ademais, na terceira etapa deste processo as diretrizes de valor para sustentabilidade da empresa são utilizadas como um dos filtros para a determinação dos temas.

No que concerne ao modelo de negócio, os relatórios de 2014 e 2015 descrevem a forma de geração e intercâmbio de valor ao longo dos seis capitais. No que concerne ao Capital Natural sua importância para o modelo é reconhecida, sendo descritas nos relatórios as iniciativas desenvolvidas e focadas na redução da geração de resíduos nas obras e do consumo de água e energia, além do monitoramento de emissões de GEE.

Neste sentido, a constatação de elementos textuais (e gráficos) relativos ao Capital Natural, tanto na matriz de materialidade quanto no tópico relativo ao “Modelo de negócio”, dá a entender que a empresa sim considera o Capital Natural relevante para sua geração de valor.

7.2.2.2 Fundamento central: Economia como subsistema do ecossistema

Tomando-se como referência os seguintes princípios: i) estabelecimento de limites biofísicos e ii) consideração da capacidade de suporte dos ecossistemas, destaca-se que não foi verificada alusão ou referência a tais princípios nos relatórios 2014 e 2015. Quando se refere ao Capital Natural, as informações são associadas às ações voltadas para a redução de resíduos, do consumo de recursos e para a gestão dos GEE.

7.2.2.3 Fundamento: Impossibilidade de substituição plena do Capital Natural por outros Capitais

Para esta etapa, debruçou-se principalmente sobre a descrição dos processos produtivos (Modelo de negócio) e da Estratégia de alocação de recursos.

A abordagem do Capital Natural no tópico Modelo de negócios destaca iniciativas desenvolvidas e focadas na redução da geração de resíduos nas obras e do consumo de água e energia, além do monitoramento de emissões de gases. Da maneira como se apresenta o Modelo de Negócio, não se observam elementos textuais (ou gráficos) que aludem à impossibilidade de substituição plena de Capital Natural por outras formas de Capital.

No que concerne à Estratégia para Alocação de Recursos, dentro de seu Plano Estratégico para a Expansão dos Negócios são estabelecidos 9 OGDs (Objetivos Gerais e Diretrizes), com base nas potencialidades, nas externalidades e de acordo com seu planejamento. Dentre tais objetivos, apenas 1 deles é relativo ao Capital Natural: Consolidar a sustentabilidade como diferencial da proteção e da criação de valor do negócio. Ao descrever tal estratégia, tampouco se pôde verificar alusão à impossibilidade de substituição plena de Capital Natural por outras formas de Capital.

7.2.2.4 Fundamento: "Pessimismo prudente"

Este fundamento foi verificado considerando elementos textuais (ou gráficos) que fizessem referência às ações direcionadas à Ecoeficiência. Neste sentido, nos relatórios de 2015 e 2014, faz-se menção à eficiência energética no contexto da descrição das ações de sustentabilidade. Também se cita-se a eficiência quando mencionada a água como um dos temas materiais para a organização.

Da maneira como se apresentam as ações de Ecoeficiência no texto, não se observam elementos textuais (ou gráficos) que façam alusão ou referência à insuficiência da Ecoeficiência para a proteção plena do Capital Natural.

7.2.3 AES Tietê

7.2.3.1 Capital Natural

De maneira a verificar a importância dada ao Capital Natural para o processo de geração de valor, foi analisada a matriz de materialidade e a descrição do modelo de negócio para geração de valor, onde verificou-se a presença deste tema nestes trechos do relatório.

Em, ambos relatórios (2014 e 2015) os aspectos materiais foram determinados considerando a relevância para o público de relacionamento e para a empresa. Deste modo, listam-se 13 temas tidos como materiais, dentre os quais: Condições climáticas e hidrológicas; Uso dos reservatórios e de recursos hídricos e Energias renováveis.

A presença de temas relacionados ao Capital Natural se explica pela presença da sustentabilidade como critério de escolha ao longo de algumas das etapas do processo de determinação da materialidade. Por exemplo, na etapa 1 deste processo é levado em conta o contexto da sustentabilidade para a AES Tietê no ano, a partir da análise de aspectos que repercutiram na imprensa durante o período coberto pelo relatório.

Quando da descrição de seu Modelo de criação de valor, a empresa cita o Capital Natural descrevendo os insumos utilizados (Água; Biodiversidade dos reservatórios e do Entorno; Recursos renováveis e não renováveis para a geração de energia elétrica) e a forma como impacta positivamente sobre este Capital Natural (Preservação da

biodiversidade dos reservatórios e do entorno; Mitigações na emissão de CO² e eficiência no uso de água e energia).

Neste sentido, a constatação de elementos textuais (e gráficos) relativos ao Capital Natural, tanto na matriz de materialidade quanto no tópico relativo ao “Modelo de negócio”, dá a entender que a empresa considera o Capital Natural relevante para sua geração de valor.

7.2.3.2 Fundamento central: Economia como subsistema do ecossistema

O risco hidrológico é muito importante para as atividades da AES Tietê e dele surgem respostas por parte da empresa visando resguardar-se quanto a este risco. Neste sentido, a empresa divulga em seu relatório a ampliação do portfólio de geração energia, culminando no investimento e ampliação da geração solar e eólica.

Sendo o nível dos reservatórios algo fundamental para a geração de energia, a empresa declara nos relatórios de 2014 e 2015 que possui uma sistemática de monitoramento e gestão dos seus reservatórios. Ademais, no que concerne à biodiversidade, implementa ações que fazem parte de seus projetos de pesquisa e desenvolvimento (PeD) ligados ao monitoramento de biodiversidade (fauna), por meio de indicadores.

Tomando-se como referência os seguintes princípios: i) estabelecimento de limites biofísicos e ii) consideração da capacidade de suporte dos ecossistemas, destaca-se o posicionamento da empresa frente aos acordos estabelecidos na COP 21. Conhecida como Conferência Climática de Paris, reuniu 195 países dos quais 185 apresentaram suas promessas de compromissos climáticos. O relatório destaca a relevância e urgência desta questão ao informar ao leitor que estudos apontam que essas promessas são insuficientes para limitar o aquecimento global em 2° C, sendo que, no melhor cenário, a elevação seria de 3° C, ou seja, o dobro do limite proposto no Acordo de Paris: 1,5° C. Neste sentido o Brasil se comprometeu a reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 37% abaixo dos níveis de 2005, até 2025, além de sinalizar medidas adicionais, como o alcance de 10% de ganhos de eficiência no setor elétrico até 2030.

De acordo com o relatório 2015, a AES Brasil (e por conseguinte, a AES Tietê):

Colabora ativamente para que o país vá além das metas propostas, por apresentar um perfil de geração de energia predominantemente renovável e manter seus programas de eficiência energética oferecendo orientações e alternativas para evitar o desperdício de energia elétrica. (AES Tietê, 2015, p.63).

Isto posto, temos que no relatório de sustentabilidade da empresa é mencionado um limite estabelecido pela comunidade acadêmica (2° C) e uma meta nacional baseada em tal limite (37% menos emissões - abaixo dos níveis de 2005, até 2025 - e 10% mais eficiência energética - até 2030). Além disso, à tal meta nacional se associam ações da empresa, citando-se programas já existentes e o perfil da empresa. Assim sendo, conclui-se que, no que concerne ao fundamento central da Economia Ecológica, sim foram verificados elementos textuais que fazem alusão ou referência a limites biofísicos e à capacidade de suporte do ecossistema.

No entanto, ainda que tenha sido verificada alusão e referência ao estabelecimento de limites para exploração, por meio da consideração de limites biofísicos (limite de 2 C° da COP 21 e as metas nacionais descritas no parágrafo anterior), não é possível somente a partir da análise documental depreender se as ações da empresa são motivadas e pautadas por tais limites ou se se configuram como um fator de conformidade com as metas nacionais estabelecidas.

O questionamento a respeito da motivação das ações da empresa, associadas às metas e limites estabelecidos, é aprofundado na Etapa 3, onde foram entrevistadas os gestores/responsáveis pelas informações de sustentabilidade disponibilizadas nos relatórios.

7.2.3.3 Fundamento: Impossibilidade de substituição plena do Capital Natural por outros Capitais

Para esta etapa, debruçou-se principalmente sobre a descrição dos processos produtivos (Modelo de negócio) e da Estratégia de alocação de recursos.

Sobre a estratégia para alocação de recursos, em seu relatório de 2015 a empresa apresenta um tópico chamado “Estratégia e governança”, dentro do qual descreve o modelo de negócio, a estratégia da empresa e a governança. Ao tratar da estratégia no contexto da sustentabilidade o relatório conduz o leitor para a Política de Sustentabilidade

da AES Brasil, revisada em 2015, que reflete a nova estratégia das empresas do grupo.

Em tal documento, é descrita a forma como se pretende atingir eficiência no uso dos recursos e a disciplina na execução de suas ações, focando na prevenção e controle de poluição e danos ambientais; na utilização eficiente dos recursos naturais e no cumprimento das obrigações legais ambientais, não se observando referência a eventual substituição de/entre capitais.

No que concerne ao Modelo de Negócio, a empresa se refere a este como Modelo de Criação de Valor, no qual tampouco se observa referência à substituição de Capital Natural por outros tipos de capitais.

Além disso, ao longo do relatório se aborda a importância da diversificação da matriz energética por meio da utilização de outras fontes (termelétrica/solar/eólica). No entanto, estas formas de geração de energia também dependem/utilizam Capital Natural, não correspondendo a uma substituição entre diferentes tipos de capital. Deste modo, da maneira como se apresentam o Modelo de criação de valor e a Estratégia para alocação de recursos, não se observam elementos textuais (ou gráficos) que aludem à impossibilidade de substituição plena de Capital Natural por outras formas de Capital.

7.2.3.4 Fundamento: "Pessimismo prudente"

Este fundamento foi verificado considerando elementos textuais (ou gráficos) que fizessem referência às ações direcionadas à Ecoeficiência. Neste sentido, o relatório de 2014 apresenta tópicos direcionados à eficiência de recursos energéticos e à eficiência de recursos Naturais, enquanto o relatório de 2015 apresenta um tópico dedicado à Ecoeficiência.

Para a AES Tietê, usar recursos energéticos de forma eficiente é combater perdas de energia elétrica decorrentes de motivos técnicos, comerciais ou consumo inadequado, concentrando esforços no planejamento e desenvolvimento de atividades que tornem o desempenho de seus ativos mais eficiente, por meio de processos e tecnologias que proporcionem o melhor aproveitamento desses recursos na geração. Além da energia elétrica os combustíveis utilizados na frota de veículos também são alvo de atenção.

No que concerne à eficiência na utilização dos recursos naturais, abordam-se ações relativas à reutilização e reciclagem, consumo de água e redução de emissões de GEEs, além do sistema de gestão ambiental implementado na empresa.

Já no relatório de 2015, em seu tópico intitulado Ecoeficiência, também são abordadas as mesmas questões relativas aos recursos energéticos e aos demais elementos inerentes ao sistema de gestão ambiental da empresa como: resíduos, consumo de água entre outros aspectos ambientais.

Assim sendo, da maneira como se apresentam as ações de Ecoeficiência no texto, não se observam elementos textuais (ou gráficos) que façam alusão ou referência à insuficiência da Ecoeficiência para a proteção plena do Capital Natural.

7.2.4 Relatório Votorantim Cimentos

7.2.4.1 Capital Natural

De maneira a verificar a importância dada ao Capital Natural para o processo de geração de valor, foi analisada a matriz de materialidade e a descrição do modelo de negócio para geração de valor, verificando-se a presença deste tema nestes trechos do relatório.

O processo de materialidade da Votorantim Cimentos é determinado a cada dois anos. O relatório de 2014 traz um processo de materialidade construído entre 2013 e 2014 e tem entre seus temas materiais relacionados ao Capital Natural: Emissões de CO₂; Eficiência energética; Fontes alternativas de energia e combustíveis alternativos; Emissões atmosféricas – (particulados, NO_x e SO_x); Gestão e reutilização de resíduos da construção civil e logística reversa do saco de cimento; Consumo de água e Preservação da biodiversidade. No relatório de 2015 os temas materiais foram revisitados a partir de *inputs* advindos de uma série de ações de relacionamento envolvendo empregados, clientes e demais públicos, onde foram destacados 5 temas, sendo um deles correspondente ao Capital Natural: Gestão e reutilização de resíduos da construção civil e logística reversa do saco de cimento. Em suma os temas materiais mantiveram-se, dando-se destaque a alguns com base nas consultas feitas aos *Stakeholders*.

Em relação ao Modelo de negócio, ao descrevê-lo no relatório de 2014, ainda que

não seja mencionado o termo Capital Natural, são considerados os recursos naturais, como *inputs* do processo, e os impactos ambientais das ações da empresa.

Já no relatório de 2015, ao descrever o modelo de negócio é feita menção à sustentabilidade e aos recursos naturais quando abordadas a proposta de valor²⁷ e os principais recursos utilizados. Além disso, também são considerados os impactos ambientais decorrentes das ações da empresa.

Assim sendo, a constatação de elementos textuais (e gráficos) relativos ao Capital Natural, tanto na matriz de materialidade quanto no tópico relativo ao “Modelo de negócio”, dá a entender que a empresa considera o Capital Natural relevante para sua geração de valor.

7.2.4.2 Fundamento central: Economia como subsistema do ecossistema

Tomando-se como referência os seguintes princípios: i) estabelecimento de limites biofísicos e ii) consideração da capacidade de suporte dos ecossistemas, estes não são observados explicitamente nos relatórios de 2014 e 2015. As ações direcionadas à sustentabilidade se relacionam principalmente às ações de Ecoeficiência (redução de emissões e otimização na utilização de recursos) e à biodiversidade. Além disso, dentre as medidas adotadas para a gestão de água está a Proteção dos recursos hídricos, que consiste em “[...] garantir a proteção dos corpos hídricos e das áreas de nascente, assim como das áreas de recarga do lençol freático.” (VOTORANTIM CIMENTOS, 2015, p.85). Esta medida é aplicada pelo Projeto Pró-Nascentes nas unidades em áreas de *stress* hídrico e conta com a colaboração da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, no âmbito da Cooperação Técnica Reserva da Biosfera da Mata Atlântica – Votorantim Cimentos e Sociedade Brasileira de Espeleologia. De igual maneira, no relatório de 2014, a mesma parceria - que tem como objetivo o desenvolvimento de práticas socioambientais que contribuam para a proteção de cavernas e da Mata Atlântica - é citada quando abordadas ações direcionadas à preservação da biodiversidade.

Neste sentido, vê-se um indício de preocupação com a capacidade de suporte do

²⁷ Segundo o Relatório Integrado Votorantim 2015, a proposta de valor é o fator que faz que um cliente escolha entre uma empresa e outra (VOTORANTIM CIMENTOS, 2015).

ecossistema. Ações visando a garantia da proteção de corpos hídricos e de áreas de recarga, bem como a proteção de áreas cársticas (de ocorrência de cavernas), dialogam com fundamentos da Economia Ecológica, que consideram os limites biofísicos do ecossistema como limitantes às atividades econômicas.

Deste modo, da leitura dos relatórios de 2014 e 2015, destaca-se que, ainda que não de forma explícita, sim foi verificada alusão ou referência ao fundamento central da Economia Ecológica, que preconiza a ideia de que o ecossistema apresenta limites biofísicos que devem ser respeitados pelas atividades econômicas.

Além disso, esta impressão, bem como mais detalhes acerca das medidas descritas a este respeito nos relatórios, foi confrontada aos resultados da entrevista realizada na Etapa 3.

7.2.4.3 Fundamento: Impossibilidade de substituição plena do Capital Natural por outros Capitais

Para esta etapa, debruçou-se principalmente sobre a descrição dos processos produtivos (Modelo de negócio) e da Estratégia de alocação de recursos.

No relatório de 2014, dentre os investimentos ambientais apresentados, são apontadas pesquisas de novos aditivos que possam ser usados em substituição ao clínquer (fundamental para a produção de cimento e resultante da descarbonatação do calcário), mantendo os padrões de qualidade do cimento, além da substituição de combustíveis fósseis por combustíveis alternativos e biomassa. Por sua vez, quando apresentado o Modelo de negócios e a Estratégia da empresa não há alusão, ao menos de forma direta, à possibilidade de substituição entre diferentes tipos de capitais.

No relatório de 2015, dentre as metas para até 2020, consta o aumento da substituição de combustíveis fósseis. Além disso, como parte da estratégia de geração de valor é anunciada a criação de uma nova unidade de negócios: AFR – *Alternative Fuels and Raw Materials* (combustíveis e matérias-primas alternativas), com o objetivo de implementar, a partir de 2016, um modelo de negócios para viabilizar e acelerar o uso de combustíveis alternativos, aproximando geradores de resíduos industriais, prefeituras,

fontes geradoras de biomassa e outros materiais que podem ser aproveitados como fonte de energia, substituindo combustíveis fósseis na produção de cimento. Esta nova unidade de negócios é também considerada como um dos temas prioritários na estratégia de inovação da empresa, junto a outros temas como: Eficiência energética; Materiais cimentícios (adições) e Emissões de CO₂, tendo como tema transversal a sustentabilidade.

Em suma, da maneira como se apresentam, nos relatórios 2014 e 2015, o Modelo de negócios e a Estratégia para alocação de recursos, não se observam elementos textuais (ou gráficos) que aludem à impossibilidade de substituição plena de Capital Natural por outras formas de Capital.

No entanto, das medidas relatadas nos relatórios, é possível depreender uma intenção de substituição de Capital Natural, também por Capital Natural (combustíveis fósseis por combustíveis renováveis, por exemplo). Para os casos de utilização de resíduos industriais ou outros materiais que possam ser usados como fonte de energia, é possível depreender que seja um caso de substituição de Capital Natural por outros tipos de Capital (Manufaturado, por exemplo). Além disso, os esforços e investimentos em pesquisa visando a Ecoeficiência dos processos permitiria depreender, por sua vez, a possibilidade de diminuição na utilização do Capital Natural em função de um aumento nos investimentos em Capital Intelectual, por exemplo.

No entanto, nenhuma destas possíveis leituras está explícita nos relatórios. Novamente, reitera-se que não foram observados elementos textuais (ou gráficos) que aludem à impossibilidade de substituição plena de Capital Natural por outras formas de Capital. Isto por que a substituição entre Capitais não é tratada diretamente nestes termos.

Por esta razão, embora a análise dos relatórios não tenha detectado elementos alusivos a este fundamento da Economia Ecológica, o entendimento acerca da possibilidade de substituição plena do Capital Natural por outros tipos de capital é verificado mais detalhadamente na Etapa 3 por meio de entrevista.

7.2.4.4 Fundamento: "Pessimismo prudente"

Este fundamento foi verificado considerando elementos textuais (ou gráficos) que fizessem referência a ações direcionadas à Ecoeficiência. Neste sentido, os relatórios de

2015 e de 2014 trazem a Ecoeficiência como um componente de um de seus quatro pilares estratégicos: Práticas sustentáveis, onde se afirma: “Promovemos a ecoeficiência buscando desenvolver produtos e processos inovadores”. (VOTORANTIN CIMENTOS, 2014, p.5).

Presente entre o conjunto de metas para até 2020, a *Ecoeficiência e Inovação* constam entre os compromissos da empresa, trazendo consigo uma série de metas. Ademais, em 2015, a adoção do conceito de Ecoeficiência passou a direcionar a captura de oportunidades para a geração de valor em toda a cadeia de valor, numa perspectiva de longo prazo. Deste modo, a Ecoeficiência está presente nas ações voltadas para os recursos hídricos, energia, cadeia de suprimentos e emissões, sendo muito presente ao longo dos relatórios.

Além disso, as referências à Ecoeficiência dizem respeito à redução de impactos e redução de utilização de recursos, ou seja, à otimização da produção, produzindo mais e consumindo menos, de forma mais eficiente.

Assim sendo, da maneira como se apresentam as ações de Ecoeficiência no texto, não se observam elementos textuais (ou gráficos) que façam alusão ou referência à insuficiência da Ecoeficiência para a proteção plena do Capital Natural. Igualmente, o entendimento em relação a este fundamento é verificado por meio de entrevista na etapa 3.

7.2.5 Relatório FIBRIA

7.2.5.1 Capital Natural

De maneira a verificar a importância dada ao Capital Natural para o processo de geração de valor, foi analisada a matriz de materialidade e a descrição do modelo de negócio para geração de valor, verificando-se a presença deste tema nestes trechos do relatório.

No que concerne aos temas considerados materiais, ambos relatórios (2014 e 2015) apresentam uma mesma lista de 10 temas dentre os quais destacamos: Gestão socioambiental da cadeia de fornecedores; Manejo florestal: biodiversidade e uso do solo e Uso da água. No relatório de 2015 foram acrescentados 2 temas, considerados importantes

para a empresa: Mudanças climáticas e Resíduos.

Já em relação ao Modelo de negócio, este é descrito no relatório 2014, através dos tópicos “Cadeia de Valor” e “Nossas Operações”. Em relação à “Cadeia de Valor”, alega-se que a empresa baseia-se em indicadores que abrangem o uso responsável de recursos naturais, na utilização de seus insumos, passando pelo plantio, colheita, transporte, produção e vendas de seus produtos. Já em relação às “Nossas Operações”, a empresa destaca entre seus objetivos: Proteger e enriquecer os recursos naturais e aumentar a ecoeficiência. Neste mesmo tópico, a empresa destaca a importância dos Serviços Ecossistêmicos para o manejo florestal (fundamental para o processo produtivo), além de destacar ações direcionadas à conservação da biodiversidade e do solo.

Já no relatório 2015, no tópico “Nosso Negócio”, descrevem-se as atividades da empresa, onde observa-se a referência ao Capital Natural quando da abordagem da produção de mudas, plantio e colheita das toras de madeira.

Neste sentido, a constatação de elementos textuais (e gráficos) relativos ao Capital Natural, tanto na matriz de materialidade quanto no tópico relativo ao “Modelo de negócio”, dá a entender que a empresa considera o Capital Natural relevante para sua geração de valor.

7.2.5.2 Fundamento central: Economia como subsistema do ecossistema

Tomando-se como referência os seguintes princípios: i) estabelecimento de limites biofísicos e ii) consideração da capacidade de suporte dos ecossistemas, ainda que a empresa reconheça a importância dos Serviços Ecossistêmicos, especialmente para o manejo Florestal, destaca-se que não foi verificada alusão ou referência a tais princípios nos relatórios 2014 e 2015. De maneira geral a referência ao Capital Natural se dá quando da descrição das ações de preservação de áreas protegidas (vegetação) e de ações de redução/ reaproveitamento de materiais e resíduos, bem como outras medidas ligadas à eficiência na utilização dos recursos.

7.2.5.3 Fundamento: Impossibilidade de substituição plena do Capital Natural por outros Capitais

Para esta etapa, debruçou-se principalmente sobre a descrição dos processos produtivos (Modelo de negócio) e da Estratégia de alocação de recursos.

Neste sentido, destacamos a estratégia da empresa no que concerne às ações inovadoras que visam conferir à empresa um diferencial competitivo no mercado, agregando valor para o negócio. Dentre as atividades laboratoriais e investimentos em alta tecnologia, destaca-se, por exemplo: o Sistema Integrado de Recomendação Adubacional (SIRA); o melhoramento genético e a biotecnologia aplicados ao manejo florestal; análise preditiva e *Big data* e o desenvolvimento e utilização de compostos clonais.

Tais iniciativas não são descritas no relatório como um conjunto de ações que correspondam à valorização dos Capitais Intelectual e Manufaturado, uma vez que não são sequer citados tais termos quando da descrição destas iniciativas. Como dito, são listadas de maneira a ilustrar a sua estratégia para alcançar um diferencial competitivo e agregar valor para seu negócio. Assim sendo, não se observou menção à possibilidade ou impossibilidade de substituição entre diferentes capitais, ainda que haja um destaque significativo para o investimento tecnológico visando a eficiência e a melhoria do manejo florestal.

Deste modo, quando da leitura do relatório, não se observam elementos textuais (ou gráficos) que aludem à impossibilidade de substituição plena de Capital Natural por outras formas de Capital, estando assim tal fundamento ausente no relatório, conforme esta leitura.

7.2.5.4 Fundamento: "Pessimismo prudente"

Este fundamento foi verificado considerando elementos textuais (ou gráficos) que fizessem referência a ações direcionadas à Ecoeficiência.

Nos relatórios de 2014 e 2015 o termo Ecoeficiência é transversal a diversos

outros temas, sendo citado como meta de longo prazo em tópicos como Estratégia e como objetivo na descrição das operações, por exemplo. Também se recorre ao termo quando da descrição de programas da empresa como “Floresta do Futuro” e na descrição do desempenho ambiental (indicadores ambientais). O relatório 2014 traz um glossário no qual define a ecoeficiência como:

[...] fornecimento de bens (ou serviços) a preços competitivos que satisfaçam as necessidades humanas e tragam qualidade de vida, com a redução progressiva do impacto ambiental e do consumo de recursos na fabricação, no transporte e na comercialização desses bens (ou serviços). (FIBRIA, 2014, p.141).

Assim sendo, da maneira como se apresentam as ações de Ecoeficiência no texto, não se observam elementos textuais (ou gráficos) que façam alusão ou referência à insuficiência da Ecoeficiência para a proteção plena do Capital Natural. Igualmente, o entendimento em relação a este fundamento é verificado por meio de entrevista na etapa 3.

7.2.6 Relatório Natura.

7.2.6.1 Capital Natural

De maneira a verificar a importância dada ao Capital Natural para o processo de geração de valor, foi analisada a matriz de materialidade e a descrição do modelo de negócio para geração de valor, verificando-se a presença deste tema nestes trechos do relatório.

Fruto de um processo realizado de avaliação de materialidade em 2014, os relatórios de 2014 e 2015 trazem 6 temas prioritários, sendo os temas permeados pela temática do Capital Natural os seguintes: Resíduos, Água, Valorização da Sociobiodiversidade e Mudanças climáticas. Revelando de forma similar a importância do Capital Natural para seu negócio, o relatório 2015 aborda alguns temas da Visão de Sustentabilidade 2050, que por sua vez coincidem com os temas considerados materiais.

No que concerne ao Modelo de negócio, o Capital Natural está presente tanto entre

os insumos, onde 83% são de origem vegetal, sendo 12,2% provenientes da Amazônia, quanto no contexto de fornecedores, onde destaca-se a temática da sociobiodiversidade.

Neste sentido, a constatação de elementos textuais (e gráficos) relativos ao Capital Natural, tanto na matriz de materialidade quanto no tópico relativo ao “Modelo de negócio”, dá a entender que a empresa considera o Capital Natural relevante para sua geração de valor.

7.2.6.2 Fundamento central: Economia como subsistema do ecossistema

Tomando-se como referência os seguintes princípios: i) estabelecimento de limites biofísicos e ii) consideração da capacidade de suporte dos ecossistemas, destaca-se a consideração e importância dada ao Capital Natural nos seus negócios, ao longo de toda a cadeia de valor. Exemplo disto é a valoração das externalidades (positivas e negativas) decorrentes de suas atividades visando a manutenção desse Capital Natural.

Visando contabilizar, em termos financeiros, os efeitos do negócio e suas consequências finais para a sociedade, a empresa realiza a valoração de aspectos ligados a emissões de GEE, água, resíduos e uso e ocupação do solo por meio da prática EP&L, na sigla em inglês (*Environmental Profit and Loss Accounting*). De acordo com a empresa, um dos destaques positivos da prática EP&L recai sobre os ativos da biodiversidade usados nos produtos, pois incentivam as práticas de manejo sustentável e a conservação de florestas. Por meio da conservação das florestas também são preservados Serviços Ecossistêmicos como a regulação do clima, por exemplo – por meio do controle da poluição atmosférica e da manutenção do equilíbrio hídrico.

Um exemplo disto é a avaliação do impacto dos ativos da biodiversidade no uso e ocupação do solo, cujos indicadores são compostos por informações como a riqueza de espécies e a cobertura vegetal existentes antes do início do cultivo das matérias-primas adquiridas pela Natura. Do ponto de vista da preservação florestal os resultados são promissores, pois trata-se de uma forma de produção que incentiva a manutenção da floresta em pé. O relatório também evidencia um posicionamento da empresa favorável à manutenção e conservação do Capital Natural por meio do lema “Manter a floresta em

pé é um bom negócio”, conforme se observa no trecho a seguir:

Manter a floresta em pé é um bom negócio. Ao comprar os frutos para a produção cosmética, a Natura abre a oportunidade para reverter o ciclo predatório da espécie, gerando renda a partir de um produto florestal não madeireiro. Os ribeirinhos são orientados a colher só 50% dos frutos. A outra parte cai nas águas e é levada pelo rio para germinar. (NATURA, 2015, p.31).

De acordo com o depoimento de Luciana Villa Nova, gerente de Sustentabilidade da Natura:

Quando passamos a comprar insumos como frutos e castanhas, geramos valor econômico para as comunidades locais e incentivamos a manutenção da floresta em pé. (NATURA, 2015, p.35).

Outro trecho do relatório que evidencia uma preocupação com os limites de exploração do Capital Natural é o seguinte:

Há mais de 15 anos, adquirimos ativos vegetais de comunidades na região amazônica. Essa parceria envolve aproximadamente 2 mil famílias e busca desenvolver cadeias produtivas sustentáveis, em uma economia de floresta em pé – em que as árvores valem mais vivas do que derrubadas. (NATURA, 2015, p.36).

Assim sendo, considera-se que as ações direcionadas à preservação da floresta em pé estão associadas ao fundamento central da Economia Ecológica (de que o ecossistema é um fator limitante para as atividades econômicas). Em virtude disto, destaca-se que sim foi verificada alusão ou referência a este fundamento da Economia Ecológica nos relatórios 2014 e 2015, por meio da consideração da capacidade de suporte dos ecossistemas, demonstrada através das ações voltadas para a conservação dos ativos de biodiversidade (Capital Natural).

7.2.6.3 Fundamento: Impossibilidade de substituição plena do Capital Natural por outros Capitais

Para esta etapa, debruçou-se principalmente sobre a descrição dos processos produtivos (Modelo de negócio) e da Estratégia de alocação de recursos.

Da maneira como se apresentam os tópicos referentes ao “Modelo de negócio” e a “Estratégia”, não se observam elementos textuais (ou gráficos) que aludem à impossibilidade de substituição plena de Capital Natural por outras formas de Capital. No entanto, no tópico intitulado “A medida da sustentabilidade” são descritos processos e

ações de mapeamento e divulgação das externalidades ambientais ao longo de da cadeia de valor. Neste sentido, conforme descrito no tópico anterior desta análise, evidencia-se ao longo do relatório uma preocupação por parte da empresa com a conservação do Capital Natural, no sentido de que está preza por sua exploração de forma controlada e valoriza o lema da “floresta em pé”. Outro trecho do relatório que mostra isso está a seguir:

Ao mapear e divulgar as externalidades ambientais ao longo de sua cadeia de valor, a Natura dá um grande passo em direção à construção do novo capitalismo. O uso de ativos da biodiversidade em nossos produtos incentiva a conservação de florestas e as práticas de manejo sustentável. (NATURA, 2015, p. 34).

De igual maneira que no tópico anterior, observa-se uma preocupação com a manutenção da floresta em pé, o que por sua vez configura a manutenção de boa parte de suas matérias primas. Deste modo, tem-se um contexto no qual a natureza limita as atividades da empresa, de modo que se observa um interesse em manter a capacidade de suporte visando a perenidade do recurso do qual as atividades da empresa dependem.

Assim sendo, considera-se que as ações direcionadas à preservação da floresta estão associadas e ao fundamento da impossibilidade de substituição plena do Capital Natural por outro tipo de Capital. Por este motivo, conclui-se que foi constatada ao longo do relatório alusão à impossibilidade de substituição de Capital Natural por outros tipos de capital.

7.2.6.4 Fundamento: "Pessimismo prudente"

Este fundamento foi verificado considerando elementos textuais (ou gráficos) que fizessem referência a ações direcionadas à Ecoeficiência

No relatório de 2014 a Ecoeficiência se refere à reutilização, redução e reciclagem de materiais. Um exemplo são as embalagens, como refis, que reduzem os impactos ambientais. O relatório 2015 destaca como um de seus desafios o desempenho negativo dos indicadores de Ecoeficiência, em função da redução da escala de produção. Além disso, ao tratar da visão de sustentabilidade 2050, são descritas as ambições e compromissos 2020, onde são listadas uma série de ações que visam a redução de impactos ambientais e melhor eficiência na utilização de recursos naturais.

Assim sendo, da maneira como se apresenta o tema Ecoeficiência no texto, não se observam elementos textuais (ou gráficos) que façam alusão ou referência à insuficiência da Ecoeficiência para a proteção plena do Capital Natural.

Em outras palavras, de acordo com o posicionamento observado demonstra-se uma preocupação com a manutenção da floresta em pé, que por sua vez configura a manutenção de boa parte de suas matérias primas. Desta forma, observa-se um contexto no qual a natureza (o ecossistema) limita as atividades da empresa, de modo que se observa um interesse em manter a capacidade de suporte visando a perenidade do recurso do qual depende. No sentido de investigar em maiores detalhes tais ações procede-se com entrevista na Etapa 3.

7.3 CONCLUSÃO DA ETAPA 2

As referências aos fundamentos da Economia Ecológica, encontrados na análise dos relatórios publicados pelas empresas, não foram detectadas de maneira direta. Ademais, nenhuma das empresas manifesta de maneira explícita compromisso ou aderência à Economia Ecológica, de modo que em nenhum momento se detecta o termo Economia Ecológica. Tal constatação já é esperada, considerando que a Economia Ecológica configura-se como um campo do conhecimento dentro da economia do meio ambiente, cujos desdobramentos são refletidos e discutidos majoritariamente no meio acadêmico.

No entanto, foram observados elementos textuais associados tanto ao fundamento central da Economia Ecológica (de que o sistema econômico é um subsistema do ecossistema) quanto à impossibilidade de substituição plena do Capital Natural por outros tipos de capital.

No que concerne ao fundamento central da Economia Ecológica, foram encontrados elementos textuais alusivos aos limites biofísicos e à capacidade de suporte, para quatro das seis empresas analisadas. Já em relação à impossibilidade de substituição plena do Capital Natural por outros tipos de capital, somente uma das empresas apresentou elementos textuais associados a este fundamento.

Em relação ao Fundamento central da Economia Ecológica, as ações detectadas

são relativas a Estudos hídricos direcionados ao conhecimento da capacidade de suporte; ao estabelecimento de limites emissão, por meio da consideração de limites biofísicos (limite de 2 °C da COP 21 e as metas nacionais) para emissão de GEE; à consideração de características naturais (áreas cársticas) quando da atuação sobre o meio ambiente e à preocupação com a manutenção da floresta em pé.

No que concerne à Impossibilidade de substituição plena do Capital Natural por outros tipos de capital a ação detectada é relativa à manutenção da floresta em pé pela dependência de um modelo de negócio em relação às matérias primas nativas, somente ali encontradas.

Em suma, poucos elementos caros aos fundamentos da Economia Ecológica foram encontrados nos relatórios analisados, conforme se pode observar no quadro 7. De uma maneira geral, tal cenário mostra que majoritariamente há uma ausência de elementos desta natureza nos relatórios.

Neste sentido, conclui-se preliminarmente que a adoção das diretrizes do IIRC, por meio da prática do Relato Integrado, não se reflete na presença de elementos textuais (ou gráficos) que aludem à ideia de que o ecossistema representa limites ao sistema econômico, nos relatórios. Apesar da abordagem de Capitais e do conceito de Capital Natural que acompanha o processo do Relato Integrado, foram observadas nos relatórios poucas ações associadas à preocupação com limites biofísicos ou com a capacidade de suporte do meio ambiente (Fundamento central) e, em menor número, ações alinhadas com a ideia de impossibilidade de substituição plena do Capital Natural por outros tipos de Capital.

Ainda que quatro de seis empresas tenham apresentado elementos alusivos ao fundamento central da Economia Ecológica e uma delas tenha apresentado elementos alusivos ao fundamento da “Insubstituibilidade”, entendeu-se que poderia ser verificada a confirmação das evidências observadas na análise da Etapa 2, por meio das entrevistas na Etapa 3.

8. RESULTADOS E DISCUSSÃO ETAPA 3

8.1 RESULTADOS DA ETAPA 3

Foram realizadas entrevistas com 5 das 6 empresas selecionadas (uma das empresas não concedeu entrevista) e a apresentação dos resultados segue a estrutura do roteiro de perguntas utilizado (ANEXO A), dividindo-se em dois blocos. Inicialmente são apresentados os resultados relativos à relação da empresa com o Capital Natural e em seguida os resultados relativos à prática de emissão de relatórios.

Por uma questão de confidencialidade, os resultados desta etapa são apresentados de forma diferente das etapas anteriores. A ordem das empresas será modificada aleatoriamente para evitar associação com o ordenamento da Etapa 2. Os nomes das empresas, bem como o nome dos entrevistados foram omitidos, declarando-se somente data e local da entrevista e o cargo dos entrevistados. Assim sendo, as seis empresas foram nomeadas por letras de A até F. O quadro 8 a seguir sintetiza os resultados da Etapa 3, no que se refere às perguntas do Bloco 1 do roteiro, relativas aos Fundamentos da Economia Ecológica. O ordenamento das empresas é diferente do apresentado nas etapas anteriores.

		Fundamentos da Economia Ecológica		
		Economia como subsistema do ecossistema (Fundamento central).	Impossibilidade de substituição plena do Capital Natural por outros Capitais.	"Pessimismo Prudente".
Entrevista Empresa A	Em relação às ações da empresa*	Ausente	Ausente	Ausente
	No entendimento do entrevistado	Presente	Presente	Presente
Entrevista Empresa B**	Em relação às ações da empresa	Presente***	N/A	N/A
	No entendimento do entrevistado	N/A	N/A	N/A
Entrevista Empresa C	Em relação às ações da empresa	Presente	Presente	Presente
	No entendimento do entrevistado	Presente	Presente	Presente
Entrevista Empresa D	Em relação às ações da empresa	Presente	Presente	Presente
	No entendimento do entrevistado	Presente	Presente	Presente
Entrevista Empresa E	Em relação às ações da empresa	Presente	Presente	Presente
	No entendimento do entrevistado	Presente	Presente	Presente
Entrevista Empresa F****	Em relação às ações da empresa	N/A	N/A	N/A
	No entendimento do entrevistado	N/A	N/A	N/A
* Representa a percepção do entrevistado com relação ao alinhamento das ações da empresa com os fundamentos da Economia Ecológica				
** A entrevista se restringiu à pergunta do Bloco 2, relativas à prática de emissão de relatórios. Por este motivo, não foi possível depreender o entendimento do entrevistado acerca de cada um dos fundamentos. Não obstante, foi possível arguir acerca das ações identificadas como aderentes ao fundamento central da Economia Ecológica na Etapa 2.				
*** Dos três pontos do relatório que aludem ao fundamento central da Economia Ecológica (levantados na Etapa 2), somente dois tiveram sua associação aos princípios de i) estabelecimento de limites biofísicos e ii) consideração da capacidade de suporte dos ecossistemas, confirmada por meio da entrevista, sendo que o terceiro ponto não teve sua relação com tais princípios confirmada.				
**** A empresa F não concedeu entrevista.				

Quadro 8: Síntese dos resultados referentes ao bloco 1 do roteiro de entrevistas - Fundamentos da Economia Ecológica.

Fonte: Elaboração própria.

A presença dos fundamentos da Economia Ecológica no entendimento dos entrevistados (com exceção da empresa “B”, que não respondeu às perguntas do Bloco 1 do roteiro – Anexo A – e da empresa “F”, que não concedeu entrevista) se observa em todos os casos, conforme observado no quadro acima.

No mesmo quadro se observa que, de acordo com a percepção do entrevistado com relação ao alinhamento das ações da empresa com os fundamentos da Economia Ecológica, uma das empresas, a empresa “A”, não incorpora uma gestão do Capital Natural preocupada com os limites biofísicos ou com a capacidade de suporte do ecossistema. Neste mesmo quesito, as demais empresas (“B”, “C”, “D” e “E”) demonstraram, por meio da entrevista, alinhamento com os fundamentos da Economia Ecológica abordados no roteiro de entrevista, ao menos de acordo com a percepção dos entrevistados em relação às ações da empresa.

Uma das empresas esclareceu que um dos pontos, detectados na Etapa 2 como aderente ao fundamento central da Economia Ecológica, não correspondia à impressão obtida na leitura do relatório, conforme detalhado a seguir na discussão dos resultados desta etapa.

Nos casos das quatro empresas em que se confirmaram pontos aderentes aos fundamentos da Economia Ecológica, houve a preocupação de verificar a relação entre tais ações e a adoção das diretrizes do Relato Integrado. Esta verificação não pode ser observada no roteiro de perguntas (Anexo A) pois corresponde a uma adaptação feita caso a caso e aplicável somente em caso de confirmação de ações alinhadas com a Economia Ecológica (detectadas na Etapa 2) ou menção ao longo da entrevista.

Em suma, de acordo com as entrevistas, a maior parte das empresas (quatro das cinco empresas entrevistadas) tem internalizadas as preocupações com limites biofísicos inerentes aos fundamentos da Economia Ecológica (Quadro 8). No entanto, durante as entrevistas, depreendeu-se que o alinhamento das ações da empresa com fundamentos da Economia Ecológica (que resultariam de uma preocupação com limites biofísicos), não está relacionado com a adoção das diretrizes do Relato Integrado.

Sobre o conhecimento do termo Economia Ecológica por parte dos entrevistados, somente 4 responderam a este questionamento (uma empresa não concedeu entrevista e outra respondeu somente às perguntas do Bloco 2), sendo dois manifestando conhecimento acerca do tema e os demais alegando desconhecer o termo.

Por sua vez, o quadro 9 a seguir sintetiza os resultados da Etapa 3, no que se refere às perguntas do Bloco 2 do roteiro de perguntas, sobre a prática de emissão dos relatórios. O ordenamento das empresas também é diferente do apresentado nas etapas anteriores e o mesmo do quadro 8:

Empresa entrevistada	Prática de emissão de relatórios		
	Fatores motivadores para adoção do Relato Integrado	Forma de divulgação	Diferença quanto ao <i>feedback</i> dos <i>Stakeholders</i>
Empresa A	Demanda de investidores	Relatório híbrido (GRI + Relatório Integrado)	Não respondido*.
Empresa B	Congruência entre aspirações da empresa e as diretrizes do Relato Integrado	Relatório híbrido (GRI + Relatório Integrado)	Positiva
Empresa C	Congruência entre aspirações da empresa e as diretrizes do Relato Integrado	Relatórios separados: GRI e Relatório Integrado	Neutra
Empresa D	Congruência entre aspirações da empresa e as diretrizes do Relato Integrado	Relatórios separados: GRI e Relatório Integrado	Positiva
Empresa E	Congruência entre aspirações da empresa e as diretrizes do Relato Integrado	Relatório híbrido (GRI + Relatório Integrado)	Não respondido*.
Empresa F**	N/A	N/A	N/A
* O entrevistado não pôde responder a este questionamento. A pergunta foi encaminhada a outros setores, que, por sua vez, tampouco responderam.			
** A empresa F não concedeu entrevista.			

Quadro 9: Síntese dos resultados referentes ao bloco 2 do roteiro de entrevista - Prática de emissão de relatórios.

Fonte: Elaboração própria.

A adoção das diretrizes do Relato Integrado se deu em quatro dos cinco casos por uma vocação ou um direcionamento da empresa ao Pensamento Integrado. Somente em um dos casos alegou-se que a adoção se deu por pressão de investidores.

Três das cinco empresas entrevistadas adotam um relatório “híbrido”, contendo indicadores GRI e elementos de conteúdo inerentes a um Relatório Integrado (seguindo a Estrutura Internacional para Relato Integrado). As demais apresentam relatórios

separados (Relatório Integrado e relatório contendo indicadores GRI).

Sobre a adoção de um Relatório Integrado único e conciso as empresas não pretendem aderir a essa prática. Os relatórios publicados até então são em sua maior parte uma forma híbrida (GRI + Relato Integrado) contendo tanto indicadores GRI quanto elementos de conteúdo do Relato Integrado. As razões para a manutenção desta prática são os altos custos para publicação de dois relatórios (um GRI e um Relatório Integrado). Ademais, a presença dos indicadores GRI lhes confere comparabilidade mais precisa com seus pares. As motivações e perspectivas futuras quanto à forma de divulgação de informação são contempladas caso a caso no tópico a seguir que discute os resultados das entrevistas.

Sobre diferenças quanto ao *feedback* dos *Stakeholders* (especialmente provedores de capital financeiros e investidores) após a adoção das diretrizes do Relato Integrado, somente 3 das 5 empresas entrevistadas responderam, sendo que duas apontaram uma diferença positiva e uma não detectou diferença. Os detalhes em relação a estas diferenças de *feedback* são abordados caso a caso no tópico a seguir que discute os resultados das entrevistas.

8.2 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA ETAPA 3

A seguir são detalhados e discutidos os resultados das entrevistas:

8.2.1 Entrevista com a empresa A

Data da entrevista: 24/02/2017.

Horário: 15h30.

Local: Sede da Empresa / presencial.

Cargo do entrevistado: Analista de sustentabilidade – Coordenação de relatórios.

8.2.1.1 Bloco 1 – Relação com Capital Natural: Fundamentos da Economia Ecológica

No que concerne ao Fundamento central da Economia Ecológica (de que o sistema econômico seja um subsistema do sistema Ecológico, havendo assim limites biofísicos para a expansão e crescimento das atividades econômicas), foi possível depreender que o gestor entrevistado sim possui o entendimento de que o Capital Natural representa um fator limitante para o crescimento e o desenvolvimento das atividades econômicas, que se observa na seguinte declaração: “Sim, para mim é um fator limitante”.

Por sua vez, de acordo com o entrevistado, as ações da empresa refletem uma postura um pouco distante deste entendimento, uma vez que a empresa restringe suas ações majoritariamente ao cumprimento de legislação ambiental e/ou de condicionantes de contrato ou licença. De acordo com o entrevistado: “A empresa ‘A’ não enxerga isso da maneira que deveria. Fica muito limitada no consumo direto de água, de energia, sem realmente ir além”. Ainda que realize gestão sobre indicadores de meio ambiente, tais como consumo de água, energia, geração de resíduos, entre outros, tal gestão não se estende plenamente aos impactos indiretos de suas atividades, ligadas a terceiros, por exemplo.

Tal distanciamento da empresa em relação ao fundamento central se vê refletido também na ausência de um mapeamento dos riscos associados aos recursos naturais utilizados pela empresa, resultado da ausência de uma área de gestão de riscos ambientais. De acordo com o entrevistado: “A empresa ‘A’ não faz levantamento de riscos ambientais [...] faz uma gestão de riscos, mas não traz aspectos: legal, reputacional”.

A empresa realiza gestão de riscos, no entanto, seu enfoque é na regularização de obras estando o aspecto ambiental ligado às obrigações legais e contratuais. De modo que um mapeamento dos recursos naturais utilizados/impactados pela empresa, bem como um mapeamento dos riscos (de provisão, legais ou reputacionais) associados a este recurso, não é realizado. A empresa não possui uma área de gestão de riscos ambientais, ainda que possua uma política de meio ambiente que direcione suas atividades. Na prática, não é implementada uma gestão com uma abordagem sobre os Recursos Naturais do ponto de vista da dependência do negócio em relação a estes.

Por consequência disto, a empresa não faz gestão considerando limites e riscos biofísicos dos ecossistemas onde atua. Isto por desconhecimento de tais limites em virtude da ausência de mapeamentos desta natureza. Neste sentido a empresa tem iniciado movimentos nesta direção ao iniciar estudos relacionados aos Serviços Ecossistêmicos. De acordo com o entrevistado: “Iniciamos este ano um trabalho junto à FGV (Fundação Getúlio Vargas) sobre Serviços Ecossistêmicos. Vamos começar a falar sobre isso”. O que mostra que a abordagem ainda se encontra numa fase inicial.

No que concerne ainda ao mapeamento de fatores relacionados à esfera ambiental, a empresa possui uma ferramenta de mapeamento de aspectos e impactos ambientais em suas unidades de operação, mas que não tem como enfoque o diagnóstico e gestão dos recursos dos quais depende.

O entrevistado julga importante reportar no relatório a vulnerabilidade da empresa em relação ao Capital Natural (sobre como a empresa é ameaçada ou depende da disponibilidade e qualidade dos Serviços Ecossistêmicos e dos recursos). No entanto, a empresa não reporta este tipo de risco. São abordados no relatório alguns tipos de riscos: vulnerabilidade econômica e política, por exemplo, mas não sobre o contexto ambiental. Isto por que o direcionamento do conteúdo é significativamente influenciado pelo *feedback* dos investidores, sendo o conteúdo diretamente associado a uma demanda dos investidores. De acordo com o entrevistado:

Funciona muito sob demanda. Aquilo que o investidor quer ver, nós tentamos trazer para o relatório [...] após a publicação dos relatórios temos muitos *calls* com alguns fundos de investimento. Os *feedbacks* são importantes para inserirmos o que eles estão querendo ver [...] são *inputs* para a matriz de materialidade.

Assim sendo, os riscos reportados são aqueles julgados relevantes ou demandados pelos investidores.

No que concerne ao fundamento central, depreende-se que este está presente no entendimento do entrevistado, ao passo que não se observa claramente nas ações da empresa “A”.

Em relação aos Fundamentos “Insubstituibilidade” e “Pessimismo prudente” o entrevistado demonstrou um posicionamento convergente com a Economia Ecológica, alegando acreditar na impossibilidade de substituição plena do Capital Natural por outros tipos de Capital (humano ou construído), bem como mostrando-se cético em relação à

ecoeffiência ser suficiente para enfrentar a questão do esgotamento dos limites biofísicos. Nas palavras do entrevistado: “Eu acredito que não é possível substituir Capital Natural por outros tipos de Capital”.

Por outro lado, no que concerne à percepção do entrevistado em relação ao alinhamento das ações da empresa com os fundamentos da Economia Ecológica, foi revelado que esta possui áreas voltadas para pesquisa e desenvolvimento que tentam incorporar a Ecoeficiência na concepção dos projetos, ademais de ações direcionadas à eficiência energética. No entanto, boa parte destas ações voltadas à Ecoeficiência são adotadas no contexto individual de cada unidade de operação, pautando em uma análise custo – benefício. Ou seja, comparam-se o tempo de *payback* do investimento ao tempo restante de concessão. Se o tempo de concessão é inferior ao tempo de retorno do investimento, costuma-se optar por não realizar as ações de Ecoeficiência. Cada unidade de operação avalia a viabilidade econômica da implantação de ações de Ecoeficiência (especialmente eficiência energética), de modo que não ocupa um papel primordial estratégico da empresa, sendo pautado por análises custo-benefício em cada unidade de operação. O entrevistado ilustra a lógica de raciocínio da seguinte forma:

Temos duas áreas voltadas para tecnologia e desenvolvimento que tentam incorporar a Ecoeficiência na concepção dos projetos [...] A decisão é da unidade. Ela exige um estudo e avalia de acordo com o tempo de concessão. Tem concessão que tem mais 2 ou 3 anos e investimentos que levam 5 ou 6 anos para se pagar. Então eu vou investir em tecnologia cara, sendo que eu não vou estar mais. Vem outra licitação e alguém toma meu lugar.

De maneira geral, o entrevistado em sua visão particular mostra-se aderente aos fundamentos da Economia Ecológica (“Insustentabilidade” e “Pessimismo prudente”). O entrevistado alegou não conhecer o termo Economia Ecológica de forma plena, tendo apenas ouvido falar a respeito. Em contrapartida, pôde-se depreender na entrevista que a empresa não se mostra aderente a estes fundamentos, uma vez que os fatores motivadores para suas ações não se pautam em estudos de capacidade de suporte ou limites biofísicos, mas sim a estudos de custo-benefício.

8.2.1.2 Bloco 2 – Prática de emissão de relatórios

A resposta para o principal fator motivador para a adoção das diretrizes do IIRC foi direta. De acordo com o entrevistado, deu-se por: “Demanda de investidores”.

Até o ano de 2015 a empresa, diferente das outras empresas aqui analisadas, apresentava os relatórios de sustentabilidade e o integrado em duas publicações separadas. No entanto, a partir do relatório 2016 opta por publicar ambos relatórios em um único documento. De acordo com o entrevistado esta junção se dá por questões de ordem prática, por uma questão de redução de custos e para facilitar leitura por parte dos *Stakeholders*. Ademais, de acordo com o entrevistado: “Trazer uma referência global que você consiga comparar depois com as outras empresas é importante”.

As publicações eram feitas até então de forma separada (relatório de sustentabilidade – GRI e Relatório Integrado), devido à incongruência de prazos para a emissão de relatórios auditados, tais como demonstrações financeiras, por exemplo.

Via de regra os dados para o relatório de sustentabilidade – GRI ficavam disponíveis após o prazo para a publicação de outros relatórios auditados, geralmente alguns meses depois, quando as informações de sustentabilidade estavam finalmente disponíveis para serem auditadas. De acordo com o entrevistado:

Temporalmente é sempre bom publicar o relatório de sustentabilidade junto com as Demonstrações Financeiras (DFs) que ocorrem no primeiro trimestre, no entanto não se conseguia fechar os indicadores GRI na mesma data. Por isso se publicava o GRI depois. Então se publicava o relatório anual, o Relatório Integrado (contendo as diretrizes IIRC) junto com a DF e o GRI alguns meses depois, por conta das informações. Não tinha evidências suficientes. Por isso que inicialmente a gente trabalhou separado.

De acordo com o entrevistado, a empresa não pretende abrir mão do formato GRI em seus relatórios de sustentabilidade.

Em relação à diferença no *feedback* dos investidores antes e depois da adoção do IIRC, não foi possível obter esta resposta, pois o entrevistado iniciou suas atividades na empresa após a adoção da prática do Relato Integrado. Este questionamento foi encaminhado para a área de Relação com Investidores, porém não houve resposta.

8.2.2 Entrevista com a empresa B

Data da entrevista: 24/03/2017.

Horário: 14h00.

Local: Entrevista via telefone.

Cargo do entrevistado: Especialista em sustentabilidade.

8.2.2.1 Bloco 1 – Relação com Capital Natural: Fundamentos da economia Ecológica

Não foi possível obter as respostas das perguntas Bloco 1 do roteiro, relacionadas aos três fundamentos da Economia Ecológica utilizados aqui como base de análise. Assim sendo, somente as perguntas do Bloco 2, relativas à prática de emissão de relatórios, foram respondidas diretamente. A justificativa para a restrição foi a alegação de que as respostas para as perguntas do Bloco 1 exigiam alinhamento entre diversas áreas da empresa, não sendo possível obter respostas diretas para tais perguntas.

No entanto, ainda que não tenha sido possível aplicar todo o roteiro de perguntas do Bloco 1 de maneira direta, os pontos destacados na Etapa 2, relativos aos trechos do relatório que faziam alusão ao fundamento central da Economia Ecológica foram elucidados na entrevista por telefone, conforme se apresenta a seguir.

Na etapa 2 foram levantados 3 pontos do relatório de sustentabilidade que de alguma maneira se relacionam com o fundamento central da Economia Ecológica: i) a ampliação do portfólio de geração de energia em função do risco hidrológico, ii) o programa de monitoramento e conservação de fauna e iii) a associação de ações da empresa (programa de ecoeficiência energética e o perfil de geração predominantemente renovável) às metas nacionais de redução de emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE) em 37% abaixo dos níveis de 2005, em 2025, e de alcance de 10% de ganhos de eficiência no setor elétrico até 2030. Estes três pontos são retomados brevemente e analisados a seguir.

Sobre a ampliação do portfólio de geração de energia o questionamento foi direcionado à forma de percepção do risco hidrológico, que se configura como um dos principais motivadores desta ação. Em outras palavras: Seria o risco hidrológico percebido, assumido e considerado por meio de estudos do ecossistema que considerem a capacidade de suporte? Ou seria em função do reconhecimento tácito da importância desta questão para as atividades da empresa?

Neste sentido, nos foi esclarecido ao longo da entrevista por telefone que o risco

hidrológico é medido por monitoramento hidrometeorológico, no qual há estudos e projeções que provêm uma dimensão desse risco e balizam as ações e planejamento da empresa “B”. Desta forma, depreende-se que tais ações, em alguma medida, consideram limites biofísicos e capacidade de suporte do ecossistema.

Sobre o programa de monitoramento e conservação de fauna, é declarado no relatório da empresa “B” que este é feito com base nas espécies ameaçadas de extinção em listas internacionais e nacionais (na esfera federal e estadual), além de espécies ecologicamente sensíveis, endêmicas, raras, migratórias e indicadores de biodiversidade. Os referenciais de biodiversidade pautados nas espécies oficialmente ameaçadas podem ser associados à capacidade de suporte do ecossistema e ao limite biofísico, uma vez que mostra preocupação com as espécies mais ecologicamente sensíveis.

Ademais, outros projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) visando à conservação da fauna terrestre envolvem tanto o desenvolvimento de indicador de biodiversidade a partir de biomassa vegetal, por meio da relação entre o reflorestamento implantado pela empresa B e os benefícios para a fauna existente no entorno dos reservatórios, quanto o desenvolvimento de metodologia para o equilíbrio ecológico de corredores florestais no entorno de reservatórios, através de indicadores biológicos não convencionais, para o aprimoramento do equilíbrio ecológico dos reflorestamentos nos reservatórios. De maneira similar ao programa de monitoramento e conservação de fauna, ambos projetos se pautam de alguma maneira em limites e capacidade de suporte do ecossistema.

Neste sentido, foi-nos confirmado o entendimento acerca destas ações sobre a biodiversidade. Ademais, foi esclarecido ao longo da entrevista por telefone que estas ações direcionadas à biodiversidade são feitas desde antes da adoção da prática do Relato Integrado, sendo feitas muitas vezes de forma compulsória, em virtude de obrigações de ordem legal ou advindas do processo de licenciamento.

Por outro lado, no que tange à associação de ações da empresa (programa de ecoeficiência energética e o perfil de geração predominantemente renovável) às metas nacionais de redução de emissão de GEE e de aprimoramento de eficiência energética, nos foi esclarecido que tais ações não são necessariamente pautadas, motivadas ou balizadas por estas metas ou limites estabelecidos nacional e internacionalmente. A associação é reflexo da congruência entre as metas nacionais citadas, os programas de

eficiência energética e as características e atividades realizadas pela empresa. Neste sentido, a referência e associação a metas nacionais deste tipo, bem como a eventos como a COP 21, são utilizadas no intuito de reforçar a ideia de que as ações da empresa caminham na mesma direção dos compromissos assumidos internacionalmente e que por sua vez visam a melhoria das condições ambientais. Diferente dos dois primeiros casos apresentados, a associação (detectada na Etapa 2) de ações da empresa a limites biofísicos de emissão de GEE estabelecidos internacionalmente e a metas nacionais baseadas em tais limites, não significa que as ações citadas se pautem de alguma maneira em limites e capacidade de suporte do ecossistema.

Em suma, no que concerne à relação da empresa com o Capital Natural, dos três pontos do relatório, levantados na Etapa 2, que aludem ao fundamento central da Economia Ecológica, dois deles tiveram sua associação aos princípios de i) estabelecimento de limites biofísicos e ii) consideração da capacidade de suporte dos ecossistemas, confirmada por meio da entrevista. Os pontos se referem: à ampliação do portfólio de geração de energia em função do risco hidrológico e ao programa de monitoramento e conservação de fauna.

O terceiro ponto, cuja alusão aos princípios do fundamento central não foi confirmada, se refere à associação de ações da empresa (programa de ecoeficiência energética e o perfil de geração predominantemente renovável) às metas nacionais de redução de emissão de GEE e de aprimoramento de eficiência energética. Foi confirmado que a associação feita no relatório não se pauta nos limites ecossistêmicos estabelecidos internacionalmente, correspondendo a uma congruência entre fatores, que por sua vez é utilizada para reforçar e apoiar o direcionamento das ações tomadas pela empresa.

No entanto, é importante destacar que, ainda que tenham sido observadas e confirmadas algumas iniciativas alinhadas com fundamentos da Economia Ecológica, a entrevista identificou que tais iniciativas não têm relação com a incorporação das diretrizes do Relato Integrado, não sendo este o fator motivador para a consideração dos limites ecossistêmicos.

8.2.2.2 Bloco 2 – Prática de emissão de relatórios.

Sobre as razões que motivaram a adoção das diretrizes do IIRC, estas se deram em um contexto de congruência entre aspirações e ações da empresa B e os princípios propostos pelo IIRC por meio do Relato Integrado.

De acordo com o entrevistado a empresa “B” já manifestava interesse e agia em direção a integrar a sustentabilidade à estratégia da empresa. Internamente realizou trabalhos sobre integração entre as áreas, visando a preparação para integração. E outras palavras, a questão do Pensamento Integrado já vinha sendo trabalhada pela empresa. Além disso, o movimento de surgimento do IIRC e os eventos por ele promovidos em direção à estruturação do Relato Integrado traziam elementos que advogavam em prol do Pensamento Integrado.

Neste contexto, em função deste alinhamento, a Empresa B aderiu ao Programa Piloto (2012), pois viu na iniciativa pioneira proposta pelo IIRC uma oportunidade de fortalecer a cultura do Pensamento Integrado. Dito de outro modo, a razão para a adoção das diretrizes do IIRC em seus relatórios foi o alinhamento entre a proposta do Relato Integrado e um novo ciclo de planejamento da empresa que começava a se estruturar à mesma época.

Sobre as possibilidades de substituição do relatório de sustentabilidade por um modelo único de relatório, nos moldes do Relato Integrado, a empresa “B” não pretende realizar tal substituição. A ideia é manter, pelo menos a curto e médio prazo um relatório trazendo tanto os elementos do Relato Integrado, quanto do padrão GRI. Isto por que, segundo o entrevistado, a manutenção do GRI confere e garante um padrão mínimo de comparabilidade entre os relatórios de diferentes empresas. Além disso, os relatórios financeiros e de sustentabilidade da empresa são lidos por diferentes *Stakeholders* e, portanto, os documentos separados podem ser melhor direcionados a interesses específicos.

Em relação a mudanças no *feedback*, por parte dos investidores, acionistas ou provedores de capital financeiro e outros *Stakeholders*, após adotar os elementos de conteúdo do Relato Integrado, o entrevistado mencionou que houve um retorno positivo por parte dos investidores, recebendo elogios quanto à transparência melhoria na qualidade das informações.

8.2.3 Entrevista com a empresa C

Data da entrevista: 30/03/2017.

Horário: 15h00.

Local: Sede da Empresa.

Cargo do entrevistado: Gerente de sustentabilidade.

8.2.3.1 Bloco 1 – Relação com Capital Natural: Fundamentos da economia Ecológica

No que concerne ao Fundamento central da Economia Ecológica (de que o sistema econômico seja um subsistema do sistema Ecológico, havendo assim limites biofísicos para a expansão e crescimento das atividades econômicas), de acordo com o gestor entrevistado o Capital Natural sim representa um fator limitante para o crescimento e o desenvolvimento das atividades econômicas. O mesmo exemplificou este ponto de vista por meio da descrição de ações da empresa, que seguem este paradigma.

Segundo o entrevistado o Capital Natural representa um direcionador para que a empresa adeque seu modelo de negócio à sustentabilidade:

[...] ele representa na verdade um direcionador, dado que obviamente ele é um recurso escasso, para a empresa adequar o seu modelo de negócio para que seja um modelo de negócio sustentável.

Alinhadas com a missão da empresa, que associa beleza, prazer e sustentabilidade, ao mesmo tempo, estão ações como: valoração de externalidades, fechamento de cadeia de ciclos (circuitos fechados de água, por exemplo) visando pressionar o menos possível o ecossistema.

Dentre os principais recursos naturais utilizados e impactados pela empresa, foram destacados água, recursos vegetais, resíduos. A água é considerada o ponto sensível nesse sentido no que concerne aos recursos naturais impactados:

A parte de água é o nosso calcanhar de Aquiles, em função de que nós vendemos produtos para higiene pessoal, grande parte do portfólio demandando de água a ser consumida durante o banho. O banho tem um caráter

funcional, mas tem um caráter também de bem estar [...].

A demanda de água é uma questão bastante crítica, pois o portfólio de produtos é bastante dependente do consumo de água. Neste sentido, o impacto dos produtos sobre a questão hídrica se estende para além do consumo direto dos produtos quando considerados os efluentes gerados e a ausência de estações de tratamento de efluentes em muitos municípios. Mesmo para os casos em que existem estações de tratamento, a presença dos produtos diluídos na água, mesmo que não tóxicos, impacta de alguma forma o processo de tratamento interferindo assim na disponibilidade hídrica.

A dependência dos recursos vegetais, no que tange à biodiversidade, é muito significativa e está ligada a uma escolha de “vegetalização” das formulas, que se reflete na estratégia da empresa, por ser renovável, mais natural e menos sintética. No entanto, tais recursos estão sujeitos a riscos hídricos (caso o regime de chuvas se modifique, há um problema hídrico que interfere neste tipo de recurso) e de disponibilidade, pois diversos ativos da biodiversidade que são utilizados precisam de manejo (o extrativismo realizado tem de respeitar os ciclos de reprodução natural, de modo a respeitar a reprodução não somente da espécie, como de toda a rede ecológica afetada). Neste sentido, de acordo com o entrevistado: “a gente tem alguns estudos que fazemos para saber qual o limite que tenho que avançar sem comprometer esse ecossistema”.

Ainda em relação aos riscos relacionados aos ativos de biodiversidade, outros riscos apontados pelo entrevistado foram o desmatamento e consumo de energia (no caso da matriz energética brasileira, predominantemente hidrelétrica, que envolve grandes áreas de alagamento, que por sua vez implicam em menos áreas florestadas).

O tema de resíduos foi citado como uma grande preocupação no que concerne aos impactos gerados pela empresa. Os impactos estariam associados à demanda de matéria prima para produção das embalagens e à destinação final destas como resíduos no meio ambiente. Neste sentido, há uma preocupação tanto no que diz respeito a incentivar o consumidor a fazer reciclagem, quanto na incorporação de materiais recicláveis nas embalagens para fomentar cadeias de reciclagem.

Quando questionado se a empresa faz gestão considerando limites biofísicos dos ecossistemas onde atua, o entrevistado citou a área de Bioagricultura, que faz gestão nas cadeias de insumos junto às comunidades extrativistas e ribeirinhas, onde é realizada uma série de estudos visando melhores técnicas de manejo, melhores técnicas para aumentar

produtividade, visando manter a integridade física da planta e a integridade da cadeia para alimentar do ecossistema.

Ao ser questionado sobre como é garantido o cumprimento da orientação aos ribeirinhos, relativa à extração de 50% dos frutos, o entrevistado esclareceu da seguinte maneira: uma área na empresa chamada GRAS (Gerência de Relacionamento e Abastecimento da Sociobiodiversidade) desenvolve uma série de métricas e faz o acompanhamento junto às cooperativas e cooperados e associados para ter a certeza de que as normas estão sendo seguidas. Além disso, foi estabelecida uma parceria com a UEBT (União Ética de Comércio da Biodiversidade) que auxilia nas áreas de condições trabalhistas, da organização das associações cooperativas e também toda a parte de manejo.

No que concerne à importância da divulgação das vulnerabilidades e impactos sobre o Capital Natural, há o entendimento de que sim é importante, sendo o relatório anual um dos veículos de comunicação com *Stakeholders* e até com consumidores, frisando tanto o compromisso e a transparência da empresa.

Em suma, no que diz respeito ao Fundamento central da Economia Ecológica, foi possível detectar a presença deste entendimento tanto por parte do entrevistado quanto por parte de ações empreendidas pela empresa.

No que concerne ao fundamento relacionado à impossibilidade de substituição plena do Capital Natural por outros tipos de capital, foi mencionada a dificuldade do estabelecimento de métricas para mensuração do Capital Natural. Diferente de outras métricas já bem estabelecidas, como o protocolo de Gases de Efeito Estufa (GEE), por exemplo, as métricas para outros elementos de Capital Natural ainda estão em uma fase inicial, não havendo um protocolo global estabelecido. Em termos gerais o entrevistado entende que isso dependa dos avanços nas métricas de valoração, acreditando ser necessário partir do Capital Natural, porém envolvendo a esfera social, resultando em uma análise integrada.

Deste modo, depreende-se que o entrevistado, tendo em vista as ferramentas disponíveis no momento, não considera plausível a substituição plena de Capital Natural por outros tipos de Capital, em virtude das dificuldades de mensuração do Capital Natural.

Em relação à Ecoeficiência, de acordo com o entrevistado, esta não seria suficiente

para enfrentar ou resolver a questão da extrapolação dos limites biofísicos: “Não. Precisamos de dois conceitos: Ecoeficiência e ecoefetividade. Sem os dois não vamos conseguir.” Nesse sentido é importante que as ações de Ecoeficiência propostas se atentem para todos seus impactos de forma mais ampla, desde sua fabricação até seu descarte. O entrevistado exemplifica da seguinte maneira: “A gente às vezes pega alguns fornecedores que trazem novas tecnologias, mas questionamos: depois da vida útil disto, o que o consumidor faz com isso?”

Em relação ao papel da Ecoeficiência na estratégia da empresa, o entrevistado resgata dois pontos de vista: a eficiência /produtividade, onde há de ser fazer mais com menos, em virtude de um mercado cada vez mais competitivo e a Produtividade/impacto ambiental. No segundo caso, o entrevistado exemplifica da seguinte maneira:

No relatório de 2011, a gente criou um programa chamado: Menos Carbono, Mais Produtividade. Como é que eu poderia alinhar a redução de emissões de carbono, mas ao mesmo tempo ganhos de custos financeiros? [...] Alguns exemplos quando se faz otimização, vide embalagens de refil, que custam menos para nós e nos dão menos emissão de carbono.

Outro exemplo é o advento de produtos concentrados e produtos tamanho família, que trazem em si uma Ecoeficiência ligada à redução de utilização de materiais.

Neste sentido, depreende-se que tanto o entrevistado, quanto a empresa (por meio de suas ações) demonstram um entendimento da Ecoeficiência que vai além do paradigma “produzir mais consumindo e impactando menos”. A preocupação com a insuficiência desta para o enfrentamento da questão da extrapolação dos limites biofísicos se observa na preocupação com os impactos para além de suas atividades diretas, contemplando o destino final de resíduos e o consumo de água e tratamento de efluentes associados a seus produtos, por exemplo.

Em relação ao termo Economia Ecológica, o entrevistado apresentou conhecimento acerca do termo, descrevendo-a e associando-a aos limites planetários.

De maneira geral, o entrevistado em sua visão particular mostra-se aderente aos fundamentos da Economia Ecológica, conhecendo o termo Economia Ecológica e demonstrando conhecimento em relação ao seu fundamento central. Além disso, a empresa se mostra aderente aos fundamentos da Economia Ecológica, uma vez que os fatores motivadores para suas ações se pautam nos limites biofísicos e na capacidade de suporte dos ecossistemas. Por sua vez, esta motivação não se correlaciona com a adoção

da prática do Relato Integrado, sendo sim resultante da cultura da empresa que tem a sustentabilidade imbuída em sua estratégia já há alguns anos.

8.2.3.2 Bloco 2 – Prática de emissão de relatórios

De acordo com o entrevistado, o entendimento de que deve haver uma gestão integrada na empresa foi o principal fator motivador para a adoção das diretrizes do IIRC em seus relatórios.

Ao ter uma gestão integrada dos resultados do *Triple Bottom Line*, a empresa deveria ter a mesma robustez que se tem para os demonstrativos financeiros, sobretudo numa empresa de capital aberto, para os indicadores ambientais e sociais. E este movimento (IIRC e Relato Integrado) surgiu e dissemos: É isso o que a gente quer.

A divulgação dos relatórios (Integrado e GRI) de forma separada se dá pelo entendimento de que o GRI possui muitos indicadores e muito específicos. De modo que optou-se por reportá-los de forma separada para que os *Stakeholders* que tenham interesse nas informações mais profundadas recorram ao caderno de indicadores GRI, diferente de outros públicos que tenham interesse em um relatório mais simples.

No que concerne ao *feedback* por parte de investidores, acionistas ou provedores de capital financeiro ou outros *Stakeholders*, quase não notaram diferença após a adoção das diretrizes do Relato Integrado.

8.2.4 Entrevista com a empresa D

Data da entrevista: 17/04/2017.

Horário: 15h00.

Local: Sede da Empresa.

Cargo do entrevistado: Analista de sustentabilidade.

8.2.4.1 Bloco 1 – Relação com Capital Natural: Fundamentos da economia Ecológica

No que concerne ao Fundamento central da Economia Ecológica (de que o sistema econômico seja um subsistema do sistema Ecológico, havendo assim limites biofísicos para a expansão e crescimento das atividades econômicas), de acordo com o entrevistado o Capital Natural sim representa um fator limitante para o crescimento. Mais do que isso, o Capital Natural é tanto *input* do processo produtivo, como fator influenciador deste *input*, como ilustrado a seguir: “As condições climáticas, elas vão afetar a qualidade e disponibilidade da madeira, por chuva, temperatura.”

Neste sentido, a empresa responde a esses fatores limitantes com soluções inovadoras. Por exemplo, respondendo com Capital Intelectual, Humano e Manufaturado (por meio de pesquisa e tecnologia) às instabilidades climáticas, visando aumentar a resiliência do seu modelo de negócio. Ao mesmo tempo reconhece-se que o crescimento e desenvolvimento das atividades econômicas não são necessariamente sustentáveis no longo prazo, muito embora no curto e médio prazo se responda às limitações biofísicas com ações de Ecoeficiência, que reduzem os níveis de consumo dos *inputs* de Capital Natural.

Em relação aos principais recursos de que depende a empresa e os riscos associados, destacam-se o risco hídrico e o risco reputacional. A água pela sua contribuição na etapa florestal do processo produtivo (crescimento vegetal) e também na etapa industrial (produção de celulose), muito importante para o modelo de negócio. Já o risco reputacional ocorre muito em função do uso concorrente do Capital Natural por parte de outros atores (atividades socioeconômicas do entorno), e por impactos na paisagem: Segundo o entrevistado: “É uma questão de paisagem. É um impacto relativo ao que o vizinho precisa usar também”. O risco reputacional está associado também ao entendimento existente, como senso comum, de que a espécie cultivada impacta negativamente o meio ambiente. Neste sentido, esse risco reputacional é mitigado por diálogo com *Stakeholders* e com eficiência na gestão, de modo a diminuir os impactos sobre os recursos utilizados.

Sobre a gestão ser conduzida considerando limites biofísicos do ecossistema onde atua, alega-se que são feitos diversos estudos de impacto ambiental e social. Por exemplo,

sobre capacidade de captação de água, quando se fazem os planejamentos de curto, médio e longo prazo. De acordo com o entrevistado: “como nossos principais insumos dependem completamente das questões ambientais, climáticas, temos uma série de estudos que olham a capacidade de impacto não só ambiental, mas social também”.

No que concerne à divulgação da vulnerabilidade e dos riscos associados ao Capital Natural, reconhece-se que a empresa tem relativa dificuldade em reportar temas para além dos relacionados às mudanças climáticas. Dada à amplitude geográfica das atividades da empresa, existem muitos tipos de impactos que variam regionalmente. No entanto, terminam por reportar os impactos, riscos e vulnerabilidade de maneira mais ampla, divulgando no relatório os temas materiais. De acordo como o entrevistado: “Nosso negócio está espalhado, mais ou menos um milhão de hectares de área, então a gente tem dificuldade de trazer, por região, os principais impactos. A gente acaba fazendo isso (reporte dos impactos) de maneira mais macro”.

Neste sentido, manifesta-se uma preocupação com em relação à divulgação das vulnerabilidades ambientais e com a conectividade para outros temas. Para o tema Mudanças climáticas e água, por exemplo, ficam mais claros os riscos e vulnerabilidades para o negócio. Comunicar tais aspectos para outros temas configura-se como um desafio.

Depreende-se que na visão do entrevistado o Capital Natural sim representa um fator limitante para o crescimento. Em relação à percepção do entrevistado com relação ao alinhamento das ações da empresa com os fundamentos da Economia Ecológica, com base em suas respostas, depreende-se o mesmo entendimento, em função das pesquisas e investimento em tecnologia e também pelo reconhecimento de que “o crescimento e desenvolvimento das atividades econômicas não são necessariamente sustentáveis no longo prazo”.

Ao longo da entrevista, evidenciou-se que as ações da empresa alinhadas com uma preocupação com limites biofísicos, não se correlacionam diretamente com a adoção da prática do Relato Integrado, sendo sim resultantes de um movimento envolvendo diversos atores e instituições que contribuem para uma postura mais engajada com estas questões. A mesma ideia é retomada no bloco 2 quando é abordada a questão do *feedback* dos investidores e sua relação com a adoção das diretrizes do relato Integrado.

No que diz respeito à impossibilidade de substituição plena do Capital Natural por

outras formas de capital, para o entrevistado, não é possível a substituição total, por exemplo, de fatores como água e solo. Além disso, o mesmo abordou esta questão no tocante à sua percepção em relação às ações da empresa, explanando sobre como a Ecoeficiência e o investimento e soluções inovadoras são uma resposta, à imposição de limites biofísicos do Capital Natural, permitindo menor uso de recursos, colaborando para o não atingimento de tais limites.

Ou seja, ainda que a questão sobre a impossibilidade de substituição plena de Capital Natural por outros tipos de capital tenha sido direcionada somente ao entrevistado, suas considerações sobre este tópico no tocante à empresa e a forma como foi colocada a resposta, permitem depreender que a empresa adota ações de inovação e Ecoeficiência visando evitar atingir ou ultrapassar os limites biofísicos dos ecossistemas, mostrando um entendimento de que a substituição plena de Capital Natural por outros tipos de Capital não é viável. Nas palavras do entrevistado:

[...] Voltando à questão da substituição, acho que é a inovação que consegue dar um salto para além da questão da Ecoeficiência. A Ecoeficiência seria algo mais incremental, são pequenos passos para a redução do seu impacto. Mas uma inovação transformadora em que você não precise mais de algum insumo, você está mudando o patamar (de consumo), de modo que consegue enfrentar melhor a questão da não ultrapassagem dos limites planetários.

Ou seja, as ações de Ecoeficiência têm como uma das razões para serem adotadas a preocupação com a manutenção do Capital Natural do qual a empresa depende, em função do entendimento de que não é possível a substituição plena ou total deste.

Sobre a crença de que a Ecoeficiência seja suficiente para enfrentar/resolver a questão ambiental (relativa ao crescimento econômico versus limites ecossistêmicos) o entrevistado alega que: “A Ecoeficiência somente não resolveria isso. É uma questão de padrão de consumo”. Ou seja, ademais do emprego da Ecoeficiência é necessária mudança nos padrões de consumo. Dito de outro modo:

[...] Ecoeficiência é reduzir o seu impacto ao mesmo tempo que você produz, e produz cada vez mais. Se você produz cada vez mais, você pode reduzir seus impactos relativos, mas a tendência é que os impactos absolutos aumentem.

No que tange à estratégia da empresa, a Ecoeficiência faz parte, sob a ótica de redução de custos, criação de oportunidades e de imagem. Mais do que isso, é uma forma de manter-se coerente com o que a empresa se propõe a fazer, no sentido de adotar uma postura alinhada com a sustentabilidade. O entrevistado ressalta que: “A estratégia da empresa não é com base única e exclusivamente na ecoeficiência. A ecoeficiência é uma

das ferramentas que a gente tem”.

Neste sentido, pode-se depreender que a empresa não possui o entendimento de que a Ecoeficiência seria suficiente para enfrentar a questão de a economia ultrapassar os limites biofísicos do ecossistema, uma vez que esta não centra suas ações de sustentabilidade somente na Ecoeficiência, sendo esta uma entre outras ferramentas adotadas para uma gestão direcionada para a sustentabilidade.

Em relação ao conhecimento acerca do termo Economia Ecológica, o entrevistado alegou apenas ter ouvido falar.

8.2.4.2 Bloco 2 – Prática de emissão de relatórios

O principal fator motivador para a adoção das diretrizes do IIRC foi a congruência e aderência entre a cultura da empresa e ideia de Pensamento Integrado proposta pelo IIRC. Nas palavras do entrevistado:

O conceito de um relatório que integrasse mais informações, não necessariamente um documento integrado, um documento que fosse mais abrangente, fez muito sentido para a gente. E tomamos a decisão de entrar junto com a área financeira, obviamente com a liderança da empresa, e teve muito apoio e muita aceitação.

Em relação à forma de divulgação de maneira separada (relatório GRI em outro documento separadamente), a empresa opta por publicações diferentes para públicos diferentes. De acordo com o entrevistado: “Entregar algo que seja ‘tudo para todos’ é algo impossível”.

A empresa tem começado cada vez mais a integrar informações “de um lado para outro”. O entrevistado explica que: “O nosso relatório de sustentabilidade tem cada vez mais informações econômico-financeiras e de governança. Mas o nosso relatório financeiro também tem cada vez mais informações de sustentabilidade”.

Deste modo, foi revelado que a empresa não tem intenções de adotar a prática de relatório único, mas sim trazer um pouco de outros tipos de informação para diferentes públicos nas plataformas que cada um deles está acostumado. Acredita-se esta é a melhor maneira de comunicar e engajar.

Em relação a diferenças no feedback por parte dos investidores após a adoção das

diretrizes do IIRC, de acordo com o entrevistado, sim houve mudança. No entanto esta mudança não é creditada totalmente à adoção das diretrizes do IIRC. A mudança estaria mais ligada a uma tendência dos investidores de Capital Financeiro, ligada também a um movimento que desde alguns anos vem demandando informações de risco socioambiental e sustentabilidade. O entrevistado explica da seguinte maneira:

Eu não colocaria a responsabilidade só no IIRC. A própria GRI, com o G4, já abrangeu mais. É óbvio que o GRI e IIRC tem uma parcela de responsabilidade, mas são ecossistemas que estão sendo influenciados por um movimento que está acontecendo e que vai se fortalecer cada vez mais. E essas ferramentas, como RI e GRI, elas tendem a responder melhor a esse público. Acho que há uma correlação, mas não sei se há uma correlação causal.

8.2.5 Entrevista com a empresa E

Data da entrevista: 30/05/2017.

Horário: 11h00.

Local: Sede da Empresa.

Cargo do entrevistado: Consultor de sustentabilidade.

8.2.5.1 Bloco 1 – Relação com Capital Natural: Fundamentos da economia Ecológica.

No que concerne ao Fundamento central da Economia Ecológica (de que o sistema econômico seja um subsistema do sistema Ecológico, havendo assim limites biofísicos para a expansão e crescimento das atividades econômicas), de acordo com o entrevistado o Capital Natural sim representa um fator limitante para o crescimento, caso não seja devidamente manejado. Nas palavras do mesmo: “Ele pode representar um fator limitante se você não souber trabalhar com ele”.

No que concerne à percepção do entrevistado com relação ao alinhamento das ações da empresa com os fundamentos da Economia Ecológica, o mesmo alega que a

empresa, por estar inserida em um contexto no qual depende direta e significativamente de recursos naturais, reconhece a sua dependência em relação ao Capital Natural e, por conseguinte, e em relação às ações direcionadas à preservação deste.

Boa parte dos ativos da empresa correspondem a terras com direitos minerários. Além disso, o Capital Natural configura-se como um fator limitante não somente pela dependência da mineração, mas também pelas emissões resultantes do processo produtivo. O entrevistado ilustra a relevância das emissões de CO₂ da seguinte maneira: “Estudos falam que 5% das emissões de CO₂ antropogênico global é proveniente da indústria de cimento”, sendo que a grande parte deste CO₂ não é proveniente da queima de combustíveis, mas do processo de descarbonatação do calcário, este último a matéria prima do processo. Desta descarbonatação resulta o clínquer que é o agente ativo do cimento.

Neste sentido, destacam-se ações direcionadas à redução do consumo de energia e ao reaproveitamento de materiais, como o co-processamento (utilização de resíduos, biomassa, ou outros combustíveis alternativos para utilização nos fornos), bem como pesquisas visando otimizar o fator clínquer/cimento²⁸ nos produtos.

No que diz respeito à percepção do entrevistado em relação à relação da empresa com o Capital Natural, depreendeu-se na entrevista que esta é significativamente dependente do Capital Natural, sendo este um fator limitante. No entanto, ao mesmo tempo que é um fator limitante é também um ativo que impulsiona e viabiliza as suas atividades. De acordo com o entrevistado: “se a gente souber trabalhar, ele (o Capital Natural) pode ser tanto um impulsionador, como um limitante”.

Em relação aos principais recursos de que depende a empresa e os riscos associados, destacam-se como principais insumos o minério e o combustível para os fornos. Em relação aos impactos, estão aqueles inerentes à mineração, especialmente os impactos sobre a paisagem, biodiversidade e, em menor grau, sobre recursos hídricos. No que concerne aos riscos, destacam-se os relacionados ao desenvolvimento de comunidades locais, onde a empresa se instala, para os quais se estabelecem programas visando prevenir questões associadas ao trabalho infantil, escravo, etc.

²⁸ O fator clínquer/cimento descreve a razão entre o consumo total de clínquer e a produção total de cimento ou produtos cimentícios (VOTORANTIM, 2015. P. 47).

Sobre a gestão ser conduzida considerando limites biofísicos do ecossistema onde atua, o entrevistado citou um mapeamento, realizado em 2015, das áreas de atuação da empresa localizadas em áreas de *stress* hídrico, além do projeto *Roadmap* de água, que propõe seis passos para controlar o consumo de água, especialmente em áreas de *stress* hídrico.

Ainda sobre a consideração de limites ambientais para gestão, tocou-se no tema da exploração das áreas de ocorrência de calcário, onde atua a empresa, que por sua vez coincidem com os locais de maior propensão à ocorrência de cavernas. Em função disto, criou-se uma cooperação técnica entre empresa e outras entidades que atuam em prol da conservação do meio ambiente, que trabalha visando a preservação tanto da mata atlântica quanto das estruturas espeleológicas. Quando estão em questão áreas de alta relevância ecológica (seja pela biodiversidade ou pela ocorrência de cavernas) a empresa consulta abertamente os membros de tais entidades para decidir sobre a forma de atuação em tais locais. Segundo o entrevistado:

Nas áreas em que a gente encontra cavernas ou nas áreas com grande relevância da biodiversidade, a gente tem uma conversa, bem transparente, com estas entidades e, muitas vezes, na maioria das vezes a gente simplesmente abre mão de alguns direitos minerários para fazer a preservação desses locais.

Além disso, como fruto desta parceria, foi lançado o guia de boas práticas ambientais em áreas cársticas, em 2015.

No que concerne à divulgação da vulnerabilidade e dos riscos associados ao Capital Natural, de acordo com o entrevistado, considera-se sim importante, de modo que o relatório abre este tipo de informações aos *Stakeholders*.

No que diz respeito à possibilidade de substituição plena do Capital Natural por outras formas de capital, para o entrevistado, não é possível realizar uma substituição total do Capital Natural. Além disso, ainda que a pergunta tenha sido endereçada somente ao entrevistado, o mesmo abordou esta questão no tocante à empresa, expondo sua percepção em relação ao alinhamento das ações desta a este fundamento da Economia Ecológica, ressaltando que esta tem investido muito não só na substituição de combustíveis e matérias primas, como também no reaproveitamento de resíduos industriais. Segundo o entrevistado:

[...] com nossa pesquisa e desenvolvimento a gente consegue aumentar a porcentagem da inserção desses resíduos dentro no nosso produto final, sem

alterar a qualidade. É um investimento em Capital Intelectual e Capital Humano que permite que cada vez mais se possa substituir, evitando a utilização do Capital Natural.

Neste sentido, confirma-se uma das impressões obtidas na Etapa 2, segundo a qual os esforços e investimentos em pesquisa, visando a Ecoeficiência dos processos, possibilitam a diminuição na utilização do Capital Natural, em função de um aumento nos investimentos em outros tipos de capital, como Capital Intelectual, por exemplo. Assim sendo, ações visando evitar a utilização de Capital Natural permitem depreender um alinhamento com a ideia da impossibilidade de substituição plena do Capital Natural por outras formas de capital.

Sobre a crença de que a Ecoeficiência seja suficiente para enfrentar/resolver a questão ambiental (relativa ao crescimento econômico *versus* limites ecossistêmicos), segundo o entrevistado, esta pode ajudar a não ultrapassar os limites biofísicos do ecossistema, sendo que ainda nos encontramos em um estágio inicial, tendo um potencial muito grande para colaborar neste sentido. Nas palavras do entrevistado: “Estamos muito no começo. As análises de Ecoeficiência podem ajudar muito em um futuro próximo”.

No que tange à estratégia da empresa, a Ecoeficiência é muito importante, dada a intensa interface das atividades da empresa como Capital Natural. Segundo o entrevistado:

Está inerente na estratégia da empresa, principalmente nos últimos anos, tendo como papel preparar para o futuro, tendo em vista a noção dos impactos e o quanto será exigido da gente, num futuro próximo, sobre impactar cada vez menos pela produção de cimento”.

Neste sentido, tanto em relação à percepção do entrevistado em relação às ações da empresa, quanto desde o ponto de vista do entrevistado, a Ecoeficiência tem um papel de auxiliar em uma jornada em direção à sustentabilidade, não sendo ela, pelo menos no presente momento, protagonista deste cenário, uma vez que se aponta para sua potencial e significativa colaboração em cenários futuros, principalmente.

Em relação ao termo Economia Ecológica, o entrevistado alegou nunca ter ouvido falar.

Sobre as ações alinhadas com a preocupação com os limites biofísicos do ecossistema detectadas na Etapa 2 e sobre as quais se conversou durante a entrevista estas não apresentam correlação com a adoção das diretrizes do Relato Integrado em seus relatórios, sendo tais ações anteriores a esta adoção.

8.2.5.2 Bloco 2 – Prática de emissão de relatórios

O principal fator motivador para a adoção das diretrizes do IIRC foi intenção de inserir a sustentabilidade de forma mais horizontal e orgânica na empresa. Nas palavras do entrevistado: “Pelo relatório é possível identificar os gaps, olhar para dentro e mudar a estratégia.”

De acordo com o entrevistado o fato do Relato Integrado apresentar os relatórios financeiro e de sustentabilidade “fundidos” de maneira orgânica, o que ajuda a empresa no sentido de ter a sustentabilidade inserida de forma transversal em diversas áreas da empresa. Em suas palavras: “[...] usamos para olhar pra dentro e cada vez mais ter a sustentabilidade mais incorporada e de uma forma horizontal, cruzando todas as áreas da empresa”.

Em relação à forma de divulgação a empresa não pretende relatar de forma separada (um relatório de sustentabilidade GRI e um relatório integrado conforme as diretrizes do IIRC), mostrando-se disposta a manter a forma de divulgação atual que corresponde a um relatório híbrido contendo indicadores GRI e elementos do Relato Integrado. Esta escolha se dá por uma questão de custo e de tempo que seriam maiores no caso da necessidade de preparação de dois documentos diferentes.

No que concerne a diferenças no *feedback* por parte de investidores e outros *Stakeholders*, o entrevistado não pode responder a esta questão por ter se incorporado à empresa após a adoção da prática do Relato Integrado. A pergunta foi encaminhada a outros setores da empresa, porém não se obteve resposta.

8.2.6 Entrevista com a empresa F

A empresa F não concedeu entrevista.

8.3 CONCLUSÃO DA ETAPA 3

Das empresas entrevistadas (considerando a percepção do entrevistado em relação às ações da empresa) apenas a empresa “A” não apresentou alinhamento em de suas atividades com fundamentos da Economia Ecológica, (quadro 8), o que por sua vez coincide com o fato de que tenha sido a única que teve como fator motivador para a adoção da prática do Relato Integrado a pressão de investidores (quadro 9). Por conseguinte, todas as demais empresas apresentaram alinhamento entre as suas atividades e os fundamentos em questão (de acordo com a percepção do entrevistado em relação às atividades da empresa).

Os discursos dos gestores permitiram elucidar a relação entre o alinhamento das ações corporativas aos fundamentos da Economia Ecológica (evidenciadas nos relatórios na Etapa 2 e confirmadas por meio das entrevistas nesta etapa) e também compreender melhor o processo de adoção do Relato Integrado e suas perspectivas na governança das empresas. Apesar de um dos elementos alinhados com a Economia Ecológica identificado nos relatórios das empresas Etapa 2 não ter resultado de uma preocupação com limites biofísicos, conforme discutido no caso da empresa “B”, os outros elementos alinhados com a Economia Ecológica encontrados nos relatórios sim resultaram, em alguma medida, de uma preocupação com limites biofísicos, de acordo com os entrevistados.

Porém de acordo com as entrevistas, estes casos não estão relacionados com a adoção das diretrizes do Relato Integrado, sendo associados a outros fatores motivadores tais como: Estratégia de alocação de recursos da empresa, política de sustentabilidade ou gestão de riscos, fatores estes resultantes e ligados à governança das empresas, que por sua vez tem, de acordo com os entrevistados, a sustentabilidade como um de seus norteadores ou pilares.

Em relação ao Bloco 2 do roteiro de perguntas, que diz respeito à prática de emissão de relatórios, conclui-se que os relatórios publicados até então são em sua maior parte uma forma híbrida (GRI e Relato Integrado) contendo tanto indicadores GRI quanto elementos de conteúdo do Relato Integrado. De acordo com os entrevistados, a razão para a manutenção desta prática seria o alto custo para publicação e auditoria de dois relatórios separados (um GRI e um Relatório Integrado).

9. TRIANGULAÇÃO DAS ETAPAS 1, 2 e 3

A seguir é apresentada uma síntese das principais conclusões de cada etapa, representada pela figura a seguir:

Figura 10: Principais conclusões de cada etapa e processo de triangulação.

Fonte: Elaboração própria.

As setas enumeradas de 1 até 3, conforme ilustrado na figura 10 acima, representam o procedimento utilizado para comparar as conclusões das etapas visando responder à pergunta de pesquisa.

A seta 1 corresponde à comparação dos resultados e conclusões da Etapa 1 com os da Etapa 2. Ambas etapas correspondem a análises documentais, diferindo quanto aos documentos analisados, mas coincidindo quanto ao referencial de análise: nos dois casos foram analisados elementos textuais (ou gráficos) que fizessem alusão aos fundamentos da Economia Ecológica.

Das conclusões destas duas etapas foi possível depreender que, ainda que o documento intitulado “*Capitals: Background Paper for <IR>*” apresente elementos alinhados com alguns fundamentos da Economia Ecológica, a ausência deste alinhamento no outro documento analisado, a Estrutura Internacional para Relato Integrado, se reflete em poucos elementos dessa natureza nos relatórios publicados pelas empresas e

elaborados sob diretrizes do IIRC.

Neste sentido destaca-se que, ainda que a Estrutura não mostre-se alinhada com fundamentos da Economia Ecológica, esta chama a atenção para a disponibilidade e gestão do Capital Natural em diversos momentos, como por exemplo, quando discorre acerca do elemento de conteúdo “Perspectiva” e acerca do princípio básico “Foco estratégico e orientação para o futuro”, ao destacar a importância da qualidade, acessibilidade e disponibilidade dos Capitais mais relevantes para a geração de valor da empresa. As orientações gerais para a divulgação sobre os capitais, também destacam os fatores que afetem a sua qualidade, acessibilidade e disponibilidade. No tocante ao “Processo de criação de valor”, a Estrutura também destaca a importância da qualidade, acessibilidade e da disponibilidade dos capitais para a adaptação do “Modelo de negócio” a eventuais mudanças.

No entanto, conforme observado na Etapa 1, em nenhum ponto da Estrutura, apesar de destacada a questão da disponibilidade dos capitais, é abordada ou aludida a ideia da consideração de limites biofísicos ou da capacidade de suporte dos ecossistemas.

Assim sendo, a preocupação com a disponibilidade do Capital Natural (do qual os demais capitais dependem para a geração de valor), preconizada pela iniciativa do Relato Integrado, não se reflete nas práticas empresariais declaradas nos relatórios publicados e analisados.

Acredita-se que esta escassez de elementos caros aos fundamentos da Economia Ecológica nos relatórios publicados e analisados (resultados Etapa 2), seja consequência do não alinhamento da Estrutura Internacional para Relato Integrado em relação com os fundamentos da Economia Ecológica (Resultado Etapa1). Por sua vez, este não alinhamento acarreta uma diminuição ou distanciamento da preocupação com a acessibilidade, qualidade e, especialmente, a disponibilidade do Capital Natural, preconizada pela iniciativa do Relato Integrado.

A seta 2 corresponde à comparação dos resultados e conclusões da Etapa 2 com os da Etapa 3, sendo a Etapa 2 correspondente à análise documental e a Etapa 3 as entrevistas semiestruturadas. Diferindo quanto às fontes de informação, a Etapa 2 fundamentou-se nos relatórios publicados pelas empresas selecionadas, ao passo que na Etapa 3 foram analisadas as repostas dos entrevistados. Em ambas etapas foram adotados

como critério de análise os fundamentos da Economia Ecológica.

Uma das razões para a realização da Etapa 3 foi confirmar ou refutar as impressões obtidas quando da análise dos relatórios na Etapa 2. Neste sentido, se apresenta o quadro 10 a seguir, que sintetiza resultados da Etapa 2 e da Etapa 3.

			Fundamentos da Economia Ecológica		
		Capital Natural considerado importante para o modelo de negócio?*	Economia como subsistema do ecossistema (Fundamento central).	Impossibilidade de substituição plena do Capital Natural por outros Capitais.	"Pessimismo prudente".
Empresa A	Etapa 2: Relatório 2015	SIM	Ausente	Ausente	Ausente
	Etapa 2: Relatório 2014	SIM	Ausente	Ausente	Ausente
	Etapa 3: Em relação às ações da empresa	N/A	Ausente	Ausente	Ausente
	Etapa 3: No entendimento do entrevistado	N/A	Presente	Presente	Presente
Empresa B**	Etapa 2: Relatório 2015	SIM	Presente	Ausente	Ausente
	Etapa 2: Relatório 2014	SIM	Ausente	Ausente	Ausente
	Etapa 3: Em relação às ações da empresa	N/A	Presente***	Ausente	Ausente
	Etapa 3: No entendimento do entrevistado	N/A	N/A	N/A	N/A
Empresa C	Etapa 2: Relatório 2015	SIM	Presente	Presente	Ausente
	Etapa 2: Relatório 2014	SIM	Presente	Presente	Ausente
	Etapa 3: Em relação às ações da empresa	N/A	Presente	Presente	Presente
	Etapa 3: No entendimento do entrevistado	N/A	Presente	Presente	Presente
Empresa D	Etapa 2: Relatório 2015	SIM	Ausente	Ausente	Ausente
	Etapa 2: Relatório 2014	SIM	Ausente	Ausente	Ausente
	Etapa 3: Em relação às ações da empresa	N/A	Presente	Presente	Presente
	Etapa 3: No entendimento do entrevistado	N/A	Presente	Presente	Presente
Empresa E	Etapa 2: Relatório 2015	SIM	Presente	Ausente	Ausente
	Etapa 2: Relatório 2014	SIM	Presente	Ausente	Ausente
	Etapa 3: Em relação às ações da empresa	N/A	Presente	Presente	Presente
	Etapa 3: No entendimento do entrevistado	N/A	Presente	Presente	Presente
Empresa F****	Etapa 2: Relatório 2015	SIM	Presente	Ausente	Ausente
	Etapa 2: Relatório 2014	SIM	Ausente	Ausente	Ausente
	Etapa 3: Em relação às ações da empresa	N/A	N/A	N/A	N/A
	Etapa 3: No entendimento do entrevistado	N/A	N/A	N/A	N/A
*Esta pergunta foi feita somente na Etapa 2					
** A entrevista se restringiu às perguntas do Bloco 2, relativas à prática de emissão de relatórios. Por este motivo, não foi possível depreender o entendimento do entrevistado acerca de cada um dos fundamentos. Não obstante, foi possível arguir acerca das ações identificadas, na Etapa 2, como aderentes ao fundamento central da Economia Ecológica.					
*** Dos três pontos do relatório que aludem ao fundamento central da Economia Ecológica (levantados na Etapa 2), somente dois tiveram sua associação aos princípios de i) estabelecimento de limites biofísicos e ii) consideração da capacidade de suporte dos ecossistemas, confirmada por meio da entrevista, sendo que o terceiro ponto não teve sua relação com tais princípios confirmada.					
**** A empresa F não concedeu entrevista.					

Quadro 10: Síntese das etapas 2 e 3. Fonte: Elaboração própria.

Do quadro 10 acima é possível depreender que as empresas que apresentaram elementos alusivos aos fundamentos da Economia Ecológica tanto nos relatórios, quanto nas respostas dos entrevistados (seja quanto ao entendimento do entrevistado individualmente, quanto com relação à sua percepção sobre o alinhamento das ações da empresa com os fundamentos da Economia Ecológica) foram as empresas: “B”, “C” e “E”. Das empresas restantes, a empresa “D” apresentou elementos na resposta do entrevistado (seja quanto ao entendimento do entrevistado individualmente, quanto com relação à sua percepção sobre o alinhamento das ações da empresa com os fundamentos da Economia Ecológica), mas não nos relatórios, ao passo que a empresa “A” apresentou elementos alusivos aos fundamentos da Economia Ecológica somente no entendimento do entrevistado, individualmente.

De um modo geral, nas entrevistas se observa um maior número de elementos alusivos aos fundamentos da Economia Ecológica do que na análise documental dos relatórios das empresas.

O fato das entrevistas refletirem maior alinhamento das ações da empresa com os fundamentos da Economia Ecológica (segundo a percepção dos entrevistados) pode resultar de uma dissonância no entendimento dos entrevistados sobre os fundamentos. Assim, é possível que nem sempre as ações declaradas pelo entrevistado como pautadas em limites biofísicos, assim o sejam de fato.

Além disso, a declaração de alinhamento com este fundamento pode corresponder a uma associação conveniente ou coincidente. Por exemplo, Caridade (2012), em seu estudo detectou que as práticas de sustentabilidade das empresas então pesquisadas, apesar de terem sido formalmente motivadas por uma noção de minimização das externalidades que estas impunham à sociedade, tiveram como principal motivação declarada pelos gestores a ideia de maximização do valor da empresa e da riqueza dos acionistas. Tais práticas de sustentabilidade foram condicionadas e submetidas à uma lógica que fizesse sentido do ponto de vista dos gestores. Da mesma maneira, os discursos dos gestores entrevistados neste estudo estão sujeitos à sua interpretação, aos seus conhecimentos prévios, suas preferências e seus anseios sobre os fenômenos analisados.

Assim, se por um lado a triangulação de fontes permitiu que impressões sobre os documentos fossem confirmadas a partir dos discursos dos gestores, por outro lado também indica que parte importante destes discursos não foi claramente incorporada nos

documentos oficiais das organizações estudadas. Esta dissonância entre o conteúdo dos documentos e o discurso dos gestores fica ainda mais evidente nos casos em que, mesmo não havendo evidências nos Relatórios Integrados da empresa, o gestor apontou alinhamento das ações corporativas com os fundamentos da Economia Ecológica. Evidentemente as entrevistas semiestruturadas estão sujeitas à modulação do discurso do entrevistado na medida que ele pondere as eventuais vantagens e desvantagens que sua fala possa lhe trazer. Novamente, este eventual viés pode ser controlado, uma vez que o processo de triangulação confronta os discursos orais com o conteúdo dos relatórios corporativos. Assim, é preciso tomar com cautela as declarações de alinhamento das ações aos fundamentos da Economia Ecológica captadas nos discursos dos entrevistados, sendo necessário avaliar se estes posicionamentos se concretizam de fato nos relatórios corporativos futuros.

Visando responder à pergunta de pesquisa, buscou-se verificar na Etapa 3 (entrevista) se as evidências e impressões de alinhamento com fundamentos da Economia Ecológica detectadas na Etapa 2 (análise documental) estariam relacionadas de alguma maneira com a adoção da prática do Relato Integrado e das diretrizes do IIRC.

Neste sentido, constatou-se que não há relação de tais evidências e impressões com a adoção das diretrizes do Relato Integrado, sendo outros os fatores motivadores por trás das ações em questão. A adoção da prática do Relato Integrado por parte destas empresas estaria associada ao esforço de incorporação do Pensamento Integrado (conforme observado nos resultados da Etapa 3, quadro 9), estando descolada da ideia de consideração de limites biofísicos, o que reforça o distanciamento da iniciativa do Relato Integrado dos fundamentos da Economia Ecológica, mesmo esta tendo como pressuposto das atividades a base no Capital Natural.

A seta 3, por sua vez, corresponde à comparação dos resultados e conclusões da Etapa 1 com os da Etapa 3. Neste sentido, a constatação por meio das entrevistas (Etapa 3), de que as ações empresariais, que de alguma maneira estejam pautadas em limites biofísicos, não se correlacionam com a adoção da prática do Relato Integrado, dialoga diretamente com a constatação da Etapa 1 de que a Estrutura internacional para Relato Integrado não incorpora os fundamentos da Economia Ecológica identificados no documento precursor *CAPITALS: Background paper for <IR>*.

Um alinhamento da Estrutura Internacional para Relato Integrado em relação aos

fundamentos da Economia Ecológica poderia configurar-se como um potencializador destas práticas pautadas e/ou preocupadas com limites biofísicos e, conseqüentemente, colaborar com a manutenção ou aumento da disponibilidade do Capital Natural.

10. CONCLUSÃO

Retomando o objetivo geral do trabalho, que foi o de verificar se o Relato Integrado corresponde a uma iniciativa alinhada com os fundamentos da Economia Ecológica, concluiu-se que este **não** se apresenta alinhado com tais fundamentos.

No que diz respeito aos objetivos específicos do trabalho, o primeiro deles corresponde à análise do documento referente à Estrutura Internacional para Relato Integrado à luz da Economia Ecológica, de maneira a verificar se esta se encontra alinhada com os seus fundamentos. Neste sentido, concluiu-se que o referido documento **não** apresenta elementos textuais (ou gráficos) que aludem aos fundamentos da Economia Ecológica adotados como referencial nesta análise, tampouco estando alinhado com tais fundamentos.

No entanto, destacam-se a ambiguidade e a ausência de um posicionamento único detectados entre os dois documentos analisados na Etapa 1. Apesar do não alinhamento do documento Estrutura Internacional para Relato Integrado com os fundamentos da Economia Ecológica, a presença de elementos caros a tais fundamentos, e alinhados com a Sustentabilidade Forte, em um dos documentos base do IIRC (intitulado *CAPITALS: Background paper for <IR>*), oferece terreno fértil para críticas e questionamentos à iniciativa do Relato Integrado quanto à sua contribuição para a governança de sustentabilidade.

Uma forma de resposta a tais questionamentos e críticas passaria pela adoção de um posicionamento único por parte do IIRC quanto ao seu entendimento e abordagem em relação ao Capital Natural, onde tal posicionamento fosse refletido de forma clara na Estrutura.

Por sua vez, em relação ao segundo objetivo específico, que corresponde à verificação dos Relatórios Integrados existentes e disponíveis (selecionados e analisados neste trabalho) quanto à presença de fundamentos da Economia Ecológica nas informações neles relatadas, foram detectados poucos elementos alusivos aos fundamentos da Economia Ecológica nos relatórios analisados. Com base nisto, conclui-se que, de modo geral, os relatórios analisados **não** apresentam elementos que reflitam uma atuação das empresas pautada em uma preocupação com limites biofísicos dos

ecossistemas. Além disso, nos casos em que esta preocupação foi detectada, a mesma não estava relacionada de nenhuma forma com a adoção da prática do Relato Integrado. Em outras palavras, a adoção da prática do Relato Integrado não possui relação direta com os elementos alusivos à Economia Ecológica, detectados nos relatórios ou nas entrevistas.

Já em relação ao terceiro objetivo específico, que foi o de verificar se os fundamentos da Economia Ecológica se encontram refletidos nas respostas dos gestores / responsáveis, das empresas que adotam a Estrutura do Relato Integrado como modelo para seus relatórios, a maior parte dos entrevistados concorda com a ideia de que o Capital Natural seja um fator limitante para o processo econômico. No entanto, nem sempre a presença deste entendimento por parte dos entrevistados (individualmente) coincidiu com a percepção do entrevistado em relação ao alinhamento das ações da empresa com os fundamentos da Economia Ecológica. Em um dos cinco casos (Empresa “A” – Etapa 3) houve esta divergência. Neste sentido, destaca-se que os resultados das entrevistas relativos ao fator motivacional para a adoção do Relato Integrado indicaram que este atende a uma demanda de investidores e de empresas por um Pensamento Integrado, atento a riscos e à geração de valor.

Em suma, no que diz respeito à sustentabilidade, o Relato integrado não se mostra diferenciado, como dava sinais em seu início. O entendimento do Capital Natural como base para desenvolvimento dos demais Capitais, a preocupação com sua disponibilidade, bem como a ênfase na sustentabilidade, observadas nos documentos e discursos iniciais, não se veem concretizadas nem na Estrutura, nem nos relatórios publicados (ao menos no contexto brasileiro). Nos casos em que foram encontrados elementos nos relatórios ou nas ações das empresas (durante as entrevistas) alinhados com os fundamentos da Economia Ecológica, estes não possuíam relação com a adoção da prática de Relato Integrado, de modo que não são reflexo ou influência das suas diretrizes.

O Relato Integrado configura-se como uma iniciativa que inicialmente possuía significativo potencial de mudança na governança de sustentabilidade (devido aos elementos diferenciadores que apresentava em seus primórdios), porém, não se estabeleceu como um marco inovador, até então inexistente no setor empresarial. Nota-se um recuo no que diz respeito a uma inicial hierarquização dos capitais, onde o Capital Natural teria um peso mais significativo (servindo de base para o desenvolvimento dos demais capitais). Conforme constatado, as publicações seguintes (como a Estrutura de

2013) já não apresentam elementos alusivos aos fundamentos da Economia Ecológica sem abordar a questão dos limites biofísicos do Capital Natural.

Assim sendo, constata-se que o Relato Integrado tem impactado de maneira pouco significativa sobre a abordagem da sustentabilidade e do Capital Natural nos relatórios, o que coincide com as críticas de outros autores, que apontam que o Relato Integrado influenciaria muito pouco as práticas vigentes, correspondendo a um fortalecimento das práticas predominantes, também conhecidas como *bussiness as usual*.

Neste sentido, as possíveis mudanças estruturais propostas podem contribuir para um redirecionamento do Relato Integrado, diferenciando-o em relação às práticas vigentes e posicionando-o como um marco no setor empresarial.

As possibilidades de modificação na Estrutura incidiriam o sobre princípio básico da Materialidade, onde questões relativas ao Capital Natural deveriam ser consideradas, geridas e divulgadas, independentemente da percepção de sua influência sobre o Modelo de negócio e geração de valor da organização. Deste modo, o Capital Natural passaria a ser um tema fixo na matriz de temas materiais a serem divulgados, uma vez que parte-se do princípio de que, de acordo com International Integrated Reporting Council (2013c), este é fundamental para a existência dos demais capitais, sendo então sua gestão e manutenção essencial de fato para o Modelo de negócio e para a sociedade como um todo.

A relevância da sugestão de modificação residiria em dois pontos. Primeiro, ao enfrentar um risco relativo ao possível retrocesso nos relatórios, abordados por diversos autores na literatura. O enfoque sobre a criação de valor em detrimento de temas de interesse de outros *Stakeholders*, pode culminar no enfraquecimento da qualidade de informação para outros públicos - que não acionistas e investidores - por meio, por exemplo, de uma menor divulgação de indicadores de sustentabilidade. Uma vez que a Estrutura prioriza a divulgação de temas e capitais que sejam materiais para a geração de valor somente, uma organização pode utilizar-se dessa prerrogativa para desconsiderar, ignorar ou mesmo deixar de informar eventuais extrapolações da capacidade de suporte ou de limites biofísicos do Capital Natural (no caso em que este Capital Natural não seja considerado significativo em seu processo de geração de valor). Isto poderia causar eventuais sobrecargas da capacidade de suporte dos ecossistemas, comprometendo de forma irreversível os repositórios de Capital Natural e trazendo sérias consequências para a economia e ao meio ambiente.

Segundo, a sugestão de modificação proposta diferenciaria a iniciativa do Relato Integrado das demais abordagens predominantes no contexto empresarial (a da Ecoeficiência e a abordagem TBL, que não abordam a questão de limites biofísicos ou capacidade de suporte do ecossistema), diferenciando-o das práticas *business as usual*, tornando-a um marco na prática de governança para sustentabilidade, acompanhando assim o mesmo movimento de preocupação com limites biofísicos observado no contexto de governança ambiental global e no âmbito acadêmico.

Enfim, considerando os elementos presentes nos documentos e discursos iniciais, bem como o alinhamento destes com fundamentos da Economia Ecológica, acredita-se que o Relato Integrado possui potencial para tornar-se um instrumento de "transição" para uma futura Economia Ecológica (que considera primordialmente limites biofísicos e a capacidade de suporte do meio ambiente, para o desenvolvimento das atividades econômicas), especialmente se adotar em seu documento de referência (Estrutura Internacional para Relato Integrado) um posicionamento em relação à abordagem do Capital Natural que reconsidere a posição de destaque deste em relação aos demais capitais.

11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACCOUNTING FOR SUSTAINABILITY - A4S. **The First Year of the Integrated Reporting Journey – a blog by A4S’ Head of the International Network.** 2012. Disponível em: <http://www.accountingforsustainability.org/community/dialogues/the->

[first-year-of-the-integrated-reporting-journey-a-blog-by-a4s-head-of-the-international-network/](#). Acessado em 20/02/2016.

_____. **Establishment of the International Integrated Reporting Council**. 2016. Disponível em: <http://www.accountingforsustainability.org/integrated-reporting>. Acessado em: 28/03/2016.

ADAMS, W. **The Future of Sustainability: Re-thinking Environment and Development in the Twenty-first Century**. INTERNATIONAL UNION FOR CONSERVATION OF NATURE - IUCN. 2006. Disponível em: http://cmsdata.iucn.org/downloads/iucn_future_of_sustainability.pdf. Acessado em 27/12/2016.

ADAMS, C. The International Integrated Reporting Council: A call to action. **Critical Perspectives on Accounting**, v.27, p.23 – 28, 2014.

_____. **Six Capitals v The Triple Bottom Line**. Integrated Reporting. News. 2015. Disponível em: <http://integratedreporting.org/news/six-capitals-v-the-triple-bottom-line/>. Acessado em: 20/03/2016.

AES Tietê. **Relatório de Sustentabilidade 2014**. Disponível em: <http://ri.aestiete.com.br/show.aspx?idMateria=iKr5eUxqNQw3SvssaxSFKQ==>. Acessado em: 09/02/2016.

_____. **Relatório de Sustentabilidade 2015**. Disponível em: <http://relatorios2015.aesbrasilsustentabilidade.com.br/tiete/>. Acessado em: 09/02/2016.

ALIER, J. **Curso de economia ecológica**. Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente Oficina Regional para América Latina y el Caribe. México, 1998.

_____. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. São Paulo: Contexto, 2007.

AMBEC, S.; COHEN, M.; ELGIE, S.; LANOIE, P. The Porter Hypothesis at 20: Can Environmental Regulation Enhance Innovation and Competitiveness? **Review of Environmental Economics and Policy**, v.0, p. 1–22, 2013.

ANDRADE, D.; ROMEIRO A. **Serviços ecossistêmicos e sua importância para o sistema econômico e o bem estar humano**. Texto p/ Discussão 155. IE/UNICAMP, 2009a.

_____. **Capital natural, serviços ecossistêmicos e sistema econômico: rumo a uma “Economia dos Ecossistemas”**. Texto p/ Discussão 159. IE/UNICAMP, 2009b.

AZEVEDO, C.; OLIVEIRA, L.; GONZALES, R.; ABDALLA, M. **Estratégia de Triangulação: Objetivos, Possibilidades, Limitações e Proximidades com o Pragmatismo**. In: IV Encontro de ensino e pesquisa em administração e contabilidade. Brasília / DF, 3 a 5 de novembro, 2013.

BARNETT, M. Stakeholder Influence Capacity and the Variability of Financial Returns to Corporate Social Responsibility. **Academy of Management Review**, outubro, 2005. Special Topic Forum on “Corporations as social change agents”.

BERLE, A. For whom corporate managers are trustees: A note. **Harvard Law Review**, v.45, n.8, p. 1365–72. 1932.

BERNARDI, C.; STARK, A. Environmental, social and governance disclosure, integrated reporting, and the accuracy of analyst forecasts. **The British Accounting Review**, p. 1 – 16, 2016. No Prelo. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.bar.2016.10.001>.

BLAIR, M.; STOUT, L. A. A. Team Production Theory of Corporate Law. **Virginia Law Review**, v.85, 1999.

BLAXTER, L.; HUGHES, C.; TIGHT, M. **How to research**. Buckingham – Philadelphia: Open University Press. 1996.

BOCKEN, N.; SHORT, S.; RANA, P.; EVANS, S. A literature and practice review to develop sustainable business model archetypes. **Journal of Cleaner Production**, v.65, p. 42-56, 2014.

BOIRAL O. Sustainability reports as simulacra? A counter-account of A and A+ GRI reports. **Accounting, Auditing and Accountability Journal**, Vol. 26 pp. 1036 – 1071, 2013.

BRAND, F. Critical natural capital revisited: Ecological resilience and sustainable development. **Ecological Economics**, v.68, n.3, p. 605-612. 2009.

BRASIL. Presidência da República. Ministério do Meio Ambiente. RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997. Dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental. Publicada no **Diário Oficial da União nº 247, de 22 de dezembro de 1997**. Seção 1, páginas 30841-30843. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res97/res23797.html>. Acessado em: 01/04/2016.

_____. Presidência da República. Ministério do Meio Ambiente. **Convenção de Viena e Protocolo de Montreal**. Brasília, 2017. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/clima/protecao-da-camada-de-ozonio/convencao-de-viena-e-protocolo-de-montreal>. Acessado em 20/03/2017.

BRF. **Relatório Anual e de Sustentabilidade 2014**. Disponível em: http://ri.brf-global.com/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=52159&conta=28. Acessado em: 09/02/2017.

_____. **Relatório Anual 2015**. Disponível em: http://ri.brf-global.com/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=52159&conta=28. Acessado em: 09/02/2017.

BROWN, H. S.; JONG, M.; LEVY, D. Building institutions based on information disclosure: lessons from GRI's sustainability reporting. **Journal of Cleaner Production**, v.17, p. 571–580. 2009.

BROWN, J.; DILLARD, J. Integrated Reporting: on the need for broadening out and opening up. **Accounting, Auditing and Accountability Journal**, v.27, n.7, p. 1120-1156. 2014.

BURSZTYN, M. A.; BURSZTYN, M. **Fundamentos de Política e Gestão Ambiental: Caminhos para a sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Garamond. 2013. 663p.

CARIDADE, Annelise Vendramini. **Estratégias corporativas para a sustentabilidade: Estudos de casos múltiplos**. 2012. 179p. Tese (Doutorado). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, São Paulo, 2012.

CAVALCANTI, C. Uma tentativa de caracterização da Economia Ecológica. **Ambiente e Sociedade**, v.7, n.1. 2004

CCR. **Relatório Anual e de Sustentabilidade 2014**. Disponível em: http://ri.ccr.com.br/grupoccr/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=47173&conta=28
Acessado em: 09/02/2016

_____. **Relatório Anual e de Sustentabilidade 2015**. Disponível em: http://ri.ccr.com.br/grupoccr/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=47173&conta=28
Acessado em: 09/02/2016.

CECHIN, A.; VEIGA, J. O fundamento central da Economia Ecológica (2009) in: MAY, Peter (org) **Economia do meio ambiente: teoria e prática**, 2ª ed, RJ: Elsevier/Campus, 2010. p. 33-48.

CECHIN A. **A natureza como limite da economia: a contribuição de Georgescu-Roegen**. São Paulo: Edusp/Senac. 2010.

CHEFFINS, B. The Team Production Model as a Paradigm, v.38, **Seattle University Law Review**, p. 397-432, 2015.

CLUB OF ROME. **About us: History**. 2016. Disponível em: <https://www.clubofrome.org/about-us/history/>. Acessado em 04/03/2016.

COMISSÃO BRASILEIRA DE ACOMPANHAMENTO DO RELATO INTEGRADO - CBARI. **<IR> no palco em Davos**. Boletim do IIRC - Edição de Janeiro/15. 2015. Disponível em: http://www.relatointegradobrasil.com.br/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=55221&conta=28&id=211028. Acessado em: 15/03/2016.

COSTANZA, R. What is Ecological Economics? **Ecological Economics**, v.1, p.1–7. 1989.

COSTANZA, R.; DALY, H. Natural capital and sustainable development. **Conservation Biology**, v.1, p. 37–46. 1992.

COSTANZA, R. Economia Ecológica: uma agenda de pesquisa. In: MAY, P. SERÔA

DA MOTTA, R. **Valorando a Natureza**. Rio de Janeiro: Editora Campus, p. 111-114, 1994.

COSTANZA, R.; D'ARGE, R.; DE GROOT, R.; FARBERK, S.; GRASSO, M.; ANNON, B.; LIMBURG, K.; NAEEM, S.; O'NEILL, R.; PARUELO, J.; RASKIN, R.; SUTTON, P.; VAN DEN BELT, M. The value of the world's ecosystem services and natural capital. **Nature**, v.387. 1997.

COSTANZA, R.; KING, J. The first decade of Ecological Economics. **Ecological Economics**, v.28, p. 1–9. 1999.

COSTANZA, R.; DE GROOT, R.; SUTTON, P.; PLOEG, S.; ANDERSON S.; KUBISZEWSKI I.; FARBER S.; TURNER R. Changes in the global value of ecosystem services. **Global Environmental Change**, v. 26, p. 152–158, 2014.

COULSON, A.; ADAMS, C.; NUGENT, M.; HAYNES, K. Exploring metaphors of capitals and the framing of multiple capitals: challenges and opportunities for <IR>, **Sustainability Accounting, Management and Policy Journal**, v. 6, Issue: 3, pp. 290-314, 2015.

DALY, H. Georgescu-Roegen versus Solow/Stiglitz. **Ecological Economics**, v. 22, p. 261– 267, 1997.

DALY, H.; FARLEY, J. **Economia Ecológica: princípios e aplicações**. Lisboa: Instituto Piaget, 2004.

DALY, H. Economics in a full world. **Scientific America**, setembro, p. 100-107, 2005.

DE GROOT, R.; WILSON, M.; BOUMANS, R. A typology for the classification, description and valuation of ecosystem functions, goods and services. **Ecological Economics**, v. 41, p. 393–408, 2002.

DE GROOT, R.; VAN DER PERK, J.; CHIESURA, A.; VLIET, A. Importance and threat as determining factors for criticality of natural capital. **Ecological Economics**, v. 44, n.2-3, p. 187-204, 2003.

DODD, E.; MERRICK Jr. For whom are corporate managers trustees? **Harvard Law Review**, v.45, n.7, p. 1145–63, 1932.

DUMAY, J.; BERNARDI, C.; GUTHRIE, J.; DEMARTINI, P. Integrated reporting: A structured literature review. **Accounting Forum**, 2016. No Prelo. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.accfor.2016.06.001>.

EASTERBY –SMITH, M.; THORPE, R.; LOWE, A. **Management Research: An Introduction**. Great Britain: Sage Publications. 1991.

ECCLES, R.; KRZUS, M.; RIBOT, S. **The Integrated Reporting Movement: Meaning, Momentum, Motives, and Materiality**. Ames: John Wiley e Sons - Workiva. 2014.

ECCLES, R.; KRZUS, M. **Relatório único: divulgação integrada para uma estratégia sustentável**. São Paulo: Saint Paul Editora, 2011.

ECCLES, R.; SPIESSHOFER B. **Integrated Reporting for a Re-Imagined Capitalism**. Harvard Business School Working Paper, No. 16-032, September 2015. Disponível em: <http://nrs.harvard.edu/urn-3:HUL.InstRepos:22824053> . Acessado em: 25/05/2016.

ECONOMIC AND SOCIAL COMMISSION FOR ASIA AND THE PACIFIC – ESCAP. **Eco-efficiency Indicators: Measuring Resource-use Efficiency and the Impact of Economic Activities on the Environment**. United Nations Publication. Thailand. 2009.

EHRlich, P.; EHRlich, A. **Extinction: the causes and consequences of the disappearance of species**. NewYork: Random House. 1981.

EKINS, P.; FOLKE, C.; DE GROOT, R. Identifying critical natural capital. Editorial. **Ecological Economics**, v.44, p. 159-163, 2003a.

EKINS, P.; SIMON S.; DEUTSCH L.; FOLKE, C.; DE GROOT, R. Framework for the practical application of the concepts of critical natural capital and strong sustainability. Analysis. **Ecological Economics**. v.44, p. 165-185, 2003b.

ELHAUGE, E. Corporate Managers Operational Discretion to Sacrifice Corporate Profits in the Public Interest. In HAY, B. STAVINS, R. VIETOR, B. (org.). **Environmental Protection and the Social Responsibility of Firms**. Washington, DC: Resources for the Future. 2005.

ELKINGTON, J. Coming clean: The rise and rise of the corporate environmental report. **Business Strategy and the Environment**, v.2, n.2, p.42–44. 1993.

_____. Triple bottom-line reporting: Looking for balance. **Australian CPA**, p. 19–21. 1999.

_____. **Cannibals withforks: The Triple Bottom Line of 21st century business**. Oxford: Capstone Publishing. 1997.

_____. **The holy grail of integrated reporting**. 2009. Disponível em: <http://sustainability.com/our-work/insights/the-holy-grail-of-integrated-reporting/>. Acessado em 15/02/2017.

EUROPEAN ENVIRONMENT AGENCY - EEA. **Making sustainability accountable: Eco-efficiency, resource productivity and innovation**. Denmark. 1999. Disponível em: file:///C:/Users/PABLO/Downloads/topic_11_1999.pdf. Acessado em 12/03/2017.

ERNST & YOUNG - EY. **Tomorrow's Investment Rules 2.0: Emerging risk and stranded assets have investors looking for more from nonfinancial reporting**. 2015.

FARBER, S.; COSTANZA, R.; WILSON, M. Economic and ecological concepts of valuing ecosystem services. **Ecological Economics**, v.41, p. 375-392, 2002.

FENG, T. **Revealing integrated thinking through integrated reporting – An exploratory study within an Australian context** (unpublished Masters thesis). Department of Accounting and Corporate Governance Faculty of Business and Economics. Macquarie University Sydney, Australia: Macquarie. Disponível em: [University.http://hdl.handle.net/1959.14/1184375](http://hdl.handle.net/1959.14/1184375), Acessado em: 12/04/2017.

FIBRIA. **Relatório 2014: Novo olhar para o futuro**. Disponível em: <http://www.fibria.com.br/r2014/>. Acesso em: 09/02/2016.

_____. **Relatório 2015**. Disponível em:

<http://www.fibria.com.br/r2015/downloads.html>. Acesso em: 09/02/2016.

FISHER, B.; TURNER, K.; MORLING, P. Defining and classifying ecosystem services for decision making. **Ecological Economics**, v. 68, p. 643 – 653, 2009.

FLOWER, J. The International Integrated Reporting Council: A story of failure. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 27, p.1 – 17, 2015.

FOMBRUN, C.; GARDBERG, M.; BARNETT, M. Opportunity platforms and safety nets: Corporate citizenship and reputational risk. **Business and Society Review**, v.105, p. 85-106, 2000.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION - FAO. **About us**. 2017. Disponível em: <http://www.fao.org/about/es/> . Acessado em: 21/01/2017.

FREEMAN, E. **Strategic Management: A Stakeholder Approach**. Boston: Pitman. 1984.

_____. **What is Stakeholder Theory?** Institute for Corporate Ethics. 2009. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bIRUaLcvPe8>. Acesso em: 16 jun. 2016.

FRÍAS-ACEITUNO, J.; RODRÍGUEZ-ARIZA, L.; GARCÍA-SÁNCHEZ, I. Is integrated reporting determined by a country's legal system? an exploratory study. **Journal of Cleaner Production**, v.44. p. 45-55, 2013.

FRIEDMAN, M. The Social Responsibility of Business is to Increase its Profits. **The New York Times Magazine**, 13 Setembro, 1970.

GABALDON, T. Like a Fish Needs a Bicycle: Public Corporations and Their Shareholders. **Maryland Law Review**, v.65, p. 538, 2006.

GARRIDO, F. La Ética Ecológica. Revista **Andaluz de Ciencias Sociales**, v,10, p. 13-19, 2011.

GEORGESCU-ROEGEN, N. **The Entropy Law and the Economic Process**. Harvard University Press, Cambridge, Massachusetts, 1971.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE - GRI. **Sustainability reporting guidelines**. Boston. 2002.

_____. **Monthly report October to December 2011**. 2012. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/SiteCollectionDocuments/Integrated-reporting-monthly-report-October-to-December-2011.pdf>. Acessado em: 12/02/2017.

_____. **GRI's STORY**. 2016a. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/information/about-gri/gri-history/Pages/GRI's%20history.aspx>. Acessado em: 21/06/2016.

_____. **ABOUT GRI**, 2016b. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/Information/about-gri/Pages/default.aspx>. Acessado em: 21/06/2016.

GRAY, R. Is accounting for sustainability actually accounting for sustainability...and how would we know? An exploration of narratives of organisations and the planet. **Accounting, Organizations and Society**, v.35, p. 47 – 62, 2010. Issue 1.

GUERRA, S. **Integrated Reporting In Brazil**. IIRC - The International Integrated Reporting Council. 2014. Disponível em: <http://integratedreporting.org/news/integrated-reporting-in-brazil/>. Acessado em: 19/02/2016.

HANDL G. **Declaration of the United Nations conference on the human environment (Stockholm declaration), 1972 and the Rio declaration on environment and development, 1992**. United Nations Audiovisual Library of International Law. 2012. Disponível em: http://legal.un.org/avl/pdf/ha/dunche/dunche_e.pdf. Acessado em 25/05/2016.

HAWKEN, P.; LOVINS, A.; LOVINS, H. **Capitalismo Natural: Criando a próxima revolução industrial**. São Paulo: Cultrix, 2007.

HART, S.; MILSTEIN, M. Criando Valor Sustentável. **Revista de Administração de Empresas – RAE Executivo**, v.3, n.7, p. 65-79, 2004.

HEAL, G. Reflections - Defining and Measuring Sustainability. **Review of Environmental Economics and Policy**, v.6, p. 147–163, 2012.

INSTITUTE OF DIRECTORS OF SOUTH AFRICA - IDSA. **King report on governance for South Africa**. Pretoria: Institute of Directors of South Africa. 2009.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE – IPCC. **WGII AR5 Summary for Policymakers. Climate Change 2014: Impacts, Adaptation, and Vulnerability**. 2014. Disponível em: <http://www.ipcc.ch/report/ar5/syr/>. Acessado em: 12/08/2015.

INTERNATIONAL AUDITING AND ASSURANCE STANDARDS BOARD - IAASB. **About IAASB**. 2016. Disponível em: <https://www.iaasb.org/about-iaasb>. Acessado em: 2/4/2016.

INTERNATIONAL FEDERATION OF ACCOUNTANTS - IFAC. **About IFAC**. 2016. Disponível em: <http://www.ifac.org/about-ifac>. Acessado em: 20/03/2016

INTERNATIONAL FINANCE CORPORATION – IFC. **Integrated Reporting: lessons from the South African experience**. 2012. Disponível em: http://www.ifc.org/wps/wcm/connect/8ac461804aef2f5f84f0b5b94e6f4d75/PSO_25_IntegrReporting.pdf?MOD=AJPERES. Acessado em: 12/02/2016.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION - ISO. **ISO/DIS 14045: Environmental management -- Eco-efficiency assessment of product systems -Principles, requirements and guidelines**. 2012.

JENSEN, M.; MECKLING, W. Theory of the Firm: Managerial Behavior, Agency Costs and Ownership Structure, **Journal of Financial Economics**, v.3, n.4, p. 305–60, 1976.

KING, A.; LENOX. M. Industry self-regulation without sanctions: The chemical industry's Responsible Care program. **Academy of Management Journal**, v.43, n.4, p. 698-716. 2000.

KLYNVELD PEAT MARWICK GOERDELER – KPMG. **Toward better business reporting: Integrated reporting and value creation**. National University of Singapore, Department of accounting. Singapore, 2015.

KRYSIAK, F. Entropy, limits to growth, and the prospects for weak sustainability. **Ecological Economics**, v. 58, p. 182–191, 2006.

LAMBERTON, G. Sustainability accounting: a brief history and conceptual Framework. **Accounting Forum**, v.29, p.7–26, 2005.

LE PRESTRE, P. **Protection de l'environnement et relations internationales: les défis de l'écopolitique mondiale**. Paris: Armand Colin. 2005.

MACIEL, Paula Álvares. **Relato integrado: análise da evolução da estrutura conceitual e sua aplicação nos relatórios das empresas no Brasil**. 2015. 173 f.. Dissertação (Mestrado em Ciência Contábeis) - FACC, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

MANKIW, G. **Introdução à economia**. São Paulo: Pioneira Thomson Cengage Learning, 2005.

MARCONI, M.; LAKATOS, E. **Fundamentos de metodologia científica**. 6ª Edição, São Paulo: Atlas, 2008.

MARIA GRADU, I.; TUDORA, F. The Integrated Reporting Initiative from an Institutional Perspective: Emergent Factors. **Procedia - Social and Behavioral Sciences**, v. 92, p. 275 – 279, 2013.

MARIMON F.; ALONSO-ALMEIDA, M.; RODRÍGUEZ, M.; CORTEZ ALEJANDRO, K. The worldwide diffusion of the global reporting initiative: what is the point? **Journal of Cleaner Production**, v.33. p.132 – 144, 2012.

MARTINS, G.; TEÓFILO C. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2ª Edição, São Paulo: Atlas, 2009.

MCWILLIAMS, A.; SIEGEL, D. Corporate social responsibility: A theory of the firm perspective. **Academy of Management Review**, v.26, n.1, p. 117-127, 2001.

MEA - MILLENNIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT: **Ecosystems and Human Well-being: Synthesis**. Washington, DC: Island Press, 2005.

MEADOWS, D. H.; MEADOWS, D. L.; RANDRES J.; BEHRENS III W. **The Limits to growth: a report for the Club of Rome's project on the predicament of mankind**. New York: Universe Books, 1972.

MOONEY, H.; EHRLICH, P. Ecosystem services: a fragmentary history. In: Daily, G.C. (Org.), **Nature's Services**. Washington DC: Island Press, p. 11–19, 1997.

MOTTA, R. Changing Course: A global business perspective on development and environment. Resenha bibliográfica. **Pesquisa e Planejamento Econômico. IPEA**. Rio de Janeiro, v. 23. n.1, p. 183 – 189, 1993.

MÜLLER, A. A flower in full blossom? Ecological Economics at the crossroads between normal and post-normal science. **Ecological Economics**, v.45, p. 19-27, 2003.

NATURA. **Relatório Anual 2014**. Disponível em: <http://natu.infoinvest.com.br/ptb/5302/RA%20Natura%202014.pdf> . Acessado em: 09/02/2017.

_____. **Relatório Anual 2015**. Disponível em: http://natu.infoinvest.com.br/ptb/5674/AF_NaturaFO2015_baixa.pdf . Acessado em: 09/02/2017.

NIDUMOLU, R.; PRAHALAD, C.; RANGASWAMI, M. Why sustainability is now the key driver of innovation. **Harvard Business Review**, setembro 2009.

NOOGARD, R. The case for methodological pluralism. **Ecological Economics**, v. 1, p.37–57, 1989.

OLIVEIRA, R.; CAMANHO, A.; ZANELLA A. Expanded eco-efficiency assessment of large mining firms. **Journal of Cleaner Production**, v.142, p. 2364-2373, 2017.

PAULUSZEK, J. **Is the sustainability reaching a tipping point?** Global Alliance for Public Relations and Communication Management. Executive Perspective, 2013. Disponível em: <https://blogs.thomsonreuters.com/sustainability/2013/09/23/integrated-reporting-sustainability-tipping-point/>. Acessado em: 03/03/2015.

PELENC, J.; BELLET, J. Strong sustainability, critical natural capital and the capability approach. **Ecological Economics**, v.112, p. 36-44, 2015.

PEREGO, P.; KENNEDY, S.; WHITEMAN, G. A lot of icing but little cake? Taking integrated reporting forward. **Journal of Cleaner Production**, 2016. No Prelo. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.jclepro.2016.01.106>.

PORTER, M.; VAN DER LINDE, C. Green and competitive: Ending the stalemate. **Harvard Business Review**, setembro-Outubro, p. 121-134, 1995.

PRICE WATERHOUSE COOPERS – PWC. **Steering Point. King III at a glance**. Corporate Governance series. September 2009. Disponível em: <https://www.saica.co.za/Portals/0/documents/PWC%20SteeringPoint%20KingIII.pdf>. Acessado em: 22/03/2017.

RAMBAUD, A.; RICHARD J. The “Triple Depreciation Line” instead of the “Triple Bottom Line”: Towards a genuine integrated reporting. **Critical Perspective on Accounting**, 2015. No Prelo. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.cpa.2015.01.012>. Acessado em: 03/03/2016.

REINHARDT, F. L.; STAVINS, N. R.; VIETOR, R. H. Corporate social responsibility through an economic lens. **Oxford Review of Environmental Economics and Policy**, v.2, p. 219–239, 2008. Issue 2.

REINHARDT, F. L.; STAVINS, N. R. Corporate social responsibility, business strategy, and the environment. **Oxford Review of Economic Policy**, v.26, n.2, p.164–181, 2010.

RIBEIRO W. **A ordem Ambiental Internacional**. 1ª Reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

RIO+20 - Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20). **O Futuro que queremos**. 2012.

ROCKSTRÖM, J.; STEFFEN, W.; NOONE, K.; PERSSON, Å.; CHAPIN, F.; LAMBIN, E.; LENTON, M.; SCHEFFERM.; FOLKE C.; SCHELLNHUBER, H.; NYKVIST, D.; DE WIT, C.; HUGHES, T.; VAN DER LEEUW, S.; RODHE, H.; SÖRLIN, S.; SNYDER, P.; COSTANZA R.; SVEDINU.; FALKENMARK M.; KARLBERG L.; CORELL R.; FABRY V.; HANSEN J.; WALKER B.; LIVERMAN D.; RICHARDSON K.; CRUTZEN P.; FOLEY J. Safe operating space for humanity. **Nature**, v.461, p. 472 – 475, 2009.

ROMEIRO, A. R. Economia ou Economia Política da Sustentabilidade? In: May, P. et

al.. **Economia do Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2003.

_____. **Avaliação e contabilização de impactos ambientais**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

ROWBOTTOM, N.; LOCKE, J. The emergence of <IR>. In: Seventh Asia Pacific interdisciplinary research in accounting conference. 2013, Kobe, 26-28 July.

SAMPIERI, R.; COLLADO, C.; LUCIO P. **Metodologia de Pesquisa**. 3ª Edição, São Paulo: McGrall-Hill, 2006.

SCHMIDHEINY; THE BUSINESS COUNCIL FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT – BCSD. **Changing Course: A global business perspective on development and environment: Stephan Schmidheiny with the Business Council for Sustainable Development**. Massachusetts Institute of Technology Press, Boston, MA, 1992.

SHEEHY, B. The Reluctant Stakeholder: Theoretical Problems in the Shareholder-Stakeholder Debate, **University of Miami Business Law Review**, v.14 (Fall/Winter), 193. 2005.

SINISGALLI, Paulo Antonio Almeida. Valoração dos danos ambientais de hidrelétricas: estudos de caso. 2005. Campinas: UNICAMP, 2005, 226p. Tese (Doutorado). Instituto de Economia da UNICAMP, Campinas, 2005.

SOLOW, R. Georgescu-Roegen versus Solow/Stiglitz. **Ecological Economics**, v.22, p. 267–268, 1997.

STACCHEZZINI, R.; MELLONI, G.; LAI A. Sustainability management and reporting: the role of integrated reporting for communicating corporate sustainability management. **Journal of Cleaner Production**, v.136, p. 102 – 110, 2016.

STEFFEN, W.; RICHARDSON, K.; ROCKSTRÖM, J.; CORNELL, S. FETZER, I.; BENNETT, E.; BIGGS, R.; CARPENTER, S.; DE VRIES, W.; DE WIT, C.; FOLKE, C.; GERTEN, D.; HEINKE, J.; MACE, G.; PERSSON, L.; RAMANATHAN, V.; REYERS, B.; SÖRLIN, S. Planetary boundaries: Guiding human development on a changing planet. Research Article Summary. **Science**, v.347. Issue 6223. 2015.

STEWART, N. **An audience with de GRI's Mervyn King**. IR Magazine. 2010.

Disponível em: <https://www.irmagazine.com/articles/case-studies/16371/audience-mervyn-king/>. Acessado em 23/02/2017.

SUSTAINABILITY ACCOUNTING STANDARDS BOARD - SASB. **About SASB**. 2016. Disponível em: <https://www.sasb.org/sasb/>. Acessado em 11/11/2016.

THE INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COMMITTEE – IIRC. **TOWARDS INTEGRATED REPORTING: Communicating Value in the 21st Century**, setembro, 2011a. Disponível em: http://integratedreporting.org/wp-content/uploads/2011/09/IR-Discussion-Paper-2011_spreads.pdf. Acessado em: 19/02/2016

_____. **ANNOUNCES SELECTION OF GLOBAL COMPANIES TO LEAD UNIQUE INTEGRATED REPORTING PILOT PROGRAMME**, outubro, 2011b. Disponível em: <http://integratedreporting.org/news/iirc-announces-selection-of-global-companies-to-lead-unique-integrated-reporting-pilot-programme/>. Acessado em: 19/02/2016

THE INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL - IIRC. **Rio+20 policy for external view**. 2012a. Disponível em: <http://integratedreporting.org/wp-content/uploads/2012/06/Rio-policy-for-external-view.pdf>. Acessado em: 02/07/2015.

_____. **TOWARDS INTEGRATED REPORTING: Communicating Value in The 21st Century - Summary of responses to the september 2011 Discussion Paper and Next Steps**. 2012b. Disponível em: <http://integratedreporting.org/wp-content/uploads/2012/06/Discussion-Paper-Summary1.pdf>. Acessado em: 20/02/2016.

_____. **The Pilot Programme 2012 Yearbook: Capturing the experiences of global businesses and investors <IR>**. 2012c. Disponível em: <http://integratedreporting.org/wp-content/uploads/2012/10/THE-PILOT-PROGRAMME-2012-YEARBOOK.pdf>. Acessado em: 20/02/2016.

_____. **Draft Framework Outline**. 2012d. Disponível em: <http://integratedreporting.org/wp-content/uploads/2012/07/Draft-Framework-Outline.pdf>. Acessado em 20/02/2016.

THE INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL - IIRC. **PROTOTYPE FRAMEWORK**. 2012e. Disponível em: <http://integratedreporting.org/wp-content/uploads/2012/11/23.11.12-Prototype-Final.pdf>. Acessado em: 29/03/2016.

_____. **The International <IR> Framework.** 2013a. Disponível em: <http://integratedreporting.org/resource/international-ir-framework/>. Acessado em: 15/01/2015.

_____. **The IIRC Pilot Programme Yearbook 2013: Business and Investors explore the sustainability perspective of Integrated Reporting.** 2013b. Disponível em: http://integratedreporting.org/wp-content/uploads/2013/12/IIRC-PP-Yearbook-2013_PDF4_PAGES.pdf. Acessado em 20/03/2016.

_____. **CAPITALS: Background paper for <IR>.** 2013c. Disponível em: <https://integratedreporting.org/wp-content/uploads/2013/03/IR-Background-Paper-Capitals.pdf>. Acessado em: 15/01/2015.

_____. **Strategy: The Break through Phase 2014–17.** 2014a. Disponível em: <http://integratedreporting.org/wp-content/uploads/2015/02/IIRC-Strategy-Summary-2015.pdf>. Acessado em: 02/06/2016.

_____. **Estrutura Internacional para Relato Integrado.** 2014b. Disponível em: <http://integratedreporting.org/wp-content/uploads/2015/03/13-12-08-THE-INTERNATIONAL-IR-FRAMEWORK-Portugese-final-1.pdf>. Acessado em 15/01/2015.

_____. **Assurance on <IR>: Overview of feedback and call to action.** 2015. Disponível em: <https://integratedreporting.org/wp-content/uploads/2015/07/IIRC-Assurance-Overview-July-2015.pdf>. Acessado em 08/06/2016.

_____. **Wellcome to the <IR> Yearbook 2014.** 2016a. Disponível em: <http://integratedreporting.org/yearbook2014/timeline-assets/timeline.html>. Acessado em 19/02/2016.

_____. **Mission.** 2016b. Disponível em: <http://integratedreporting.org/the-iirc-2/>. Acessado em: 19/02/2017.

THE INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL - IIRC. **International Framework Implementation Feedback Summary report.** 2017. Disponível em: http://integratedreporting.org/wp-content/uploads/2017/10/Framework_feedback_Sum2017.pdf. Acessado em:

30/10/2017.

THE ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT - OECD. **Eco-Efficiency**. 1998. Disponível em: <http://www.oecd-ilibrary.org/docserver/download/9798071e.pdf?expires=1494715611&id=ideaccname=guest&checksum=FACF0670E7FCF9AEDA19B7CC0EBAE5B4>. Acessado em: 21/01/2017.

THOMSON, I. 'But does sustainability need capitalism or an integrated report' a commentary on 'The International Integrated Reporting Council: A story of failure' by Flower, J. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 27, p. 18–22, 2014.

TWEEDIE, D.; MARTINOV-BENNIE, N. Entitlements and Time: Integrated Reporting's Double-edged Agenda. **Social and Environmental Accountability Journal**, v.35, n.1, p. 49–61, 2015.

UNITED NATIONS - UN. **Report on the United Nations Conference on the Human Environment**. 1972. Disponível em: <http://www.un-documents.net/aconf48-14r1.pdf>. Acessado em 22/01/2017.

_____. **Earth Summit**. Department of Public Information | Revised 23 May 1997. Disponível em: <http://www.un.org/geninfo/bp/enviro.html>. Acessado em: 24/05/2016.

_____. **United Nations Conference on the Human Environment (Stockholm Conference)**. Sustainable development knowledge platform. 2016a. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/milestones/humanenvironment>. Acessado em: 25/05/2016.

_____. **Report of the World Commission on Environment and Development - Our Common Future**. Sustainable development knowledge platform. 2016b. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/milestones/wced>. Acessado em: 23/05/2016.

_____. **Kyoto Protocol**. United Nations Framework Convention on Climate Change. 2017a. Disponível em: http://unfccc.int/kyoto_protocol/items/2830.php. Acessado em: 12/01/2017.

UNITED NATIONS – UN. **Montreal Climate Change Conference December 2005**. United Nations Framework Convention on Climate Change. 2017b. Disponível em: http://unfccc.int/meetings/montreal_nov_2005/meeting/6329.php. Acessado em:

12/01/2017.

_____. **Background on the UNFCCC: The international response to climate change.** United Nations Framework Convention on Climate Change. 2017c. Disponível em: http://unfccc.int/essential_background/items/6031.php. Acessado em: 12/01/2017.

_____. **The Paris Agreement.** United Nations Framework Convention on Climate Change. 2017d. Disponível em http://unfccc.int/paris_agreement/items/9485.php. Acessado em: 12/01/2017.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION - UNESCO. **The Organization's history.** 2017. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/en/unesco/about-us/who-we-are/history/>. Acessado em: 21/01/2017.

UNITED STATES ENVIRONMENTAL PROTECTION AGENCY – EPA. **Glossary of Sustainable Manufacturing Terms.** 2017. Disponível em: <https://www.epa.gov/sustainability/glossary-sustainable-manufacturing-terms#E>. Acessado em: 21/03/2017.

VALOR ECONÔMICO. 1000 maiores empresas: E as campeãs em 25 setores e 5 regiões. Ano 15 – Nº15, São Paulo, Brasil, 2015.

VAN BALLEEN, H. M. Desenvolvimento Sustentável: uma descrição das principais referências de avaliação. **Ambiente e Sociedade**, v.7, n. 1, 2004.

VAN DEN BELT M. Changing Course. Book Review. **Ecological Economics**, v.9, p. I79- I83. 1994.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI.** Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

VOTORANTIM CIMENTOS. **Relatório Integrado 2014.** Disponível em: http://www.votorantimcimentos.com/Shared%20Documents/VC_RelatoIntegrado_2014.pdf . Acessado em: 09/02/2017.

VOTORANTIM CIMENTOS. **Relatório Integrado 2015.** Disponível em: <http://vcimentos.com.br/extras/pdf/relatorio/Relatorio-Integrado-Votorantim-Cimentos->

2015.pdf . Acessado em: 09/02/2017.

WORLD BUSINESS COUNCIL FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT – WBCSD. **Eco-Efficiency: Creating more value with less impact.** 2000.

_____. **Eco-efficiency: LEARNING MODULE.** 2006. Disponível em: <http://www.wbcsd.org/Projects/Education/Resources/Eco-efficiency-Learning-Module>. Acessado em: 23/03/2017.

_____. **About – Overview.** 2016. Disponível em: <http://www.wbcsd.org/about.aspx>. Acessado em: 05/04/2016.

WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT - WCED. **Our common future.** 1987. Disponível em: <http://www.un-documents.net/our-common-future.pdf>. Acessado em: 23/05/2016.

12. ANEXOS

12.1 ANEXO A - Roteiro – Entrevista semiestruturada Etapa 3

BLOCO 1 – Fundamentos da Economia Ecológica.

Fundamento central:

- 1) Para você o Capital Natural (Meio Ambiente) representa um fator limitante para o crescimento e desenvolvimento das atividades econômicas e da sua empresa?
- 2) Quais os principais recursos naturais (Capital Natural) utilizados/impactados e quais seriam os riscos associados? (risco de provisão, legal e reputacional)
- 3) A empresa tem conhecimento ou faz gestão considerando os limites e riscos biofísicos dos ecossistemas onde atua? (Por exemplo: estudos de capacidade/captação hídrica; taxas de desmatamento / contaminação ou de outro tipo de recurso). Há um mapeamento desta natureza em relação aos recursos naturais que utiliza?
- 4) Você julga importante reportar nos relatórios essa vulnerabilidade em relação ao Capital Natural (como a empresa é ameaçada pela disponibilidade e qualidade dos recursos e serviços), bem como a pressão sobre os limites biofísicos?

Substituição entre capitais:

- 5) Em sua visão, em qual medida o Capital Natural pode ser substituído por capital construído ou capital humano?

Ecoeficiência

- 6) Acredita que a Ecoeficiência seria suficiente para compensar/resolver/enfrentar a questão de a economia ultrapassar os limites biofísicos do ecossistema?
- 7) Qual o papel da Ecoeficiência na estratégia da empresa?
- 8) Você conhece/ já ouviu falar em Economia Ecológica?

BLOCO 2 - Perguntas sobre a prática de emissão de relatórios.

- 1) Qual foi o principal fator motivador para adotar as diretrizes do IIRC em seus relatos?
- 2) Para empresas que divulgam um relatório híbrido: Pretende-se em algum momento, futuramente, emitir duas publicações, sendo um Relatório de Sustentabilidade e outro Relatório Integrado?

Para empresas que já divulgam separadamente: Pretende em algum momento abrir mão do atual formato GRI substituindo/ adotando apenas o Relato Integrado?

- 3) Tem notado diferença no que tange ao feedback por parte de investidores, acionistas ou provedores de capital financeiro e outros *stakeholders* após incorporar as diretrizes e elementos de conteúdo do IIRC?